

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO**

**Marina Decot Sdoia**

**Adolescências e usos de drogas:  
intensidades e desigualdades em variações da experiência**

**MESTRADO EM PSICOLOGIA SOCIAL**

**São Paulo**

**2021**

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO**

**Marina Decot Sdoia**

**Adolescências e usos de drogas:**

intensidades e desigualdades em variações da experiência

**Dissertação apresentada à Banca Examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de MESTRE em Psicologia Social, sob a orientação da Prof. Dra. Maria Cristina Gonçalves Vicentin.**

**São Paulo**

**2021**

Autorizo exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta Dissertação de Mestrado por processos de fotocopiadoras ou eletrônicos.

Assinatura \_\_\_\_\_

Data \_\_\_\_\_

*e-mail* \_\_\_\_\_

Sistemas de Bibliotecas da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo -  
Ficha Catalográfica com dados fornecidos pelo autor

Sdoia, Marina Decot.  
S437c Adolescências e usos de drogas: intensidades e desigualdades em  
variações da experiência / Marina Decot Sdoia -- São Paulo, 2021.  
171p : 22 cm.

Orientadora: Profa. Dra. Maria Cristina Gonçalves Vicentin  
Dissertação (Mestrado) -- Pontifícia Universidade Católica de São  
Paulo, Programa de Estudos Pós-Graduados em Psicologia: Psicologia  
Social, 2021.

1. Subjetivação. 2. Drogas. 3. Risco. 4. Análise institucional. 5.  
Adolescência. I. Vicentin, Maria Cristina Gonçalves. II. Pontifícia  
Universidade Católica de São Paulo, Programa de Estudos Pós-Graduados  
em Psicologia: Psicologia Social. III. Título.

CDD

**Marina Decot Sdoia**

**Adolescências e usos de drogas: intensidades e desigualdades em variações da  
experiência**

Dissertação apresentada à Banca Examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de MESTRE em Psicologia Social.

Aprovada em: \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_\_\_

**BANCA EXAMINADORA**

---

Profa. Dra. \_\_\_\_\_ - Sigla Instituição

---

Profa. Dra. \_\_\_\_\_ - Sigla Instituição

---

Prof. Dr. \_\_\_\_\_ - Sigla Instituição

*Dedico este trabalho ao Leonardo (in memoriam), que tanto gritou pela intensidade como modo de vida.*

O presente trabalho foi realizado com apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq (nº do processo: 130215/2019-8).

## AGRADECIMENTOS

Escrever esta dissertação utilizando a primeira pessoa do plural foi uma escolha-posicionamento que indica a indissociabilidade entre *nossa* escrita e os incontáveis encontros que a tornaram possível. Agradeço todas e todos que compuseram o texto, ao compartilhar afetos e intensidades comigo, ao longo dos 34 anos da minha existência.

Agradeço o potente coletivo do Núcleo de Lógicas Institucionais e Coletivas da PUCSP, pela sustentação, acolhimento e leituras críticas, que me possibilitaram seguir, inventar, resistir e (re)existir em tempos tão difíceis. Em especial, agradeço nossa coordenadora de grupo e orientadora das pesquisas, Maria Cristina Vicentin: obrigada pelo modo afetivo, crítico, provocador e sensível de apostar em nossas invenções e caminhar lado a lado quando tudo parecia tão solitário!

Ao Maurício Fiore e Sandra Torossian, pelas preciosas críticas, sugestões e indicações na banca de qualificação! Vocês foram fundamentais aos rumos que a pesquisa tomou.

Agradeço à minha mãe e ao meu pai (Lucia e Betão), pelo lugar seguro que sempre me deu segurança para ousar. Em especial à minha mãe pela disponibilidade para estar comigo e com meu filho em tempos tão difíceis, sem seu apoio eu não teria conseguido! Aos meus irmãos (Zidoi e Tutano), agradeço pela parceria, cumplicidade e cuidados entre nós. Dona Zica (*in memoriam*), você se foi no meio desse processo, deixando seu legado em mim, em especial sua força, aos 87 anos, para seguir inventando modos de entrar na vida.

Agradeço, com alegria, toda a galera de Sousas, pelas intensidades vividas na adolescência: com vocês, 3 anos tornaram-se uma eternidade, à qual eu sempre retorno!

Danielito, Giga, Marquito, Beta, Leili, Manu, Titi Rainin's e Bia, agradeço pelas incontáveis viagens pelas entranhas de nós mesmas/os, pelos caminhos inventados mundo afora, pela consistência para extrapolar limites e mergulhar em reflexões sobre eles. Gardens, obrigada por existirem na minha vida, trazendo leveza e densidade!

Carlão (*in memoriam*), obrigada pela amizade e por me mostrar com a sua vida a radicalidade de ser antimanicomial... Saudades eternas! Lurdinha, obrigada por reconhecer potência e colocar pilha em nossas ousadias!

Salve Consultório de Rua (de Mauá)! Obrigada por terem me ensinado que cuidados se produzem mergulhando nas relações, abertos à invenção de caminhos e estratégias, a partir dos encontros, potências e desejos. Obrigada Lumena, pela aposta e trabalho por uma rede de cuidado plural, horizontal e aberta às invenções.

Vanessa, obrigada por me ensinar a potência da firmeza, que organiza o cotidiano dos serviços, sem jamais perder a sensibilidade para sorrir, se afetar, se emocionar, se indignar e lutar pela superação das violências, injustiças e desigualdades. Nunca deixemos de derramar lágrimas de emoção!

Agradeço especialmente a Águia, Mago, Narcisa, Cupinzeiro, Cristal e Eduardo, pela disponibilidade e confiança de partilhar as experiências em conversas carregadas de afeto, retornando às adolescências, e tornando possível esta pesquisa.

Por fim, obrigada Akin, o menino guerreiro, que me desafia a seguir lutando pela invenção de outros mundos: em meio ao desespero de escrever e da tristeza do isolamento físico em decorrência da pandemia, olho para o lado e, para além da bagunça da casa, vejo a leveza dançante de uma criança. Que magnífica capacidade de dobrar o mundo pensado pelos adultos! Tudo aquilo que foi nomeado para ser uma única coisa, se dobra à infinitude de sentidos e formas. Um simples galho pode ser uma vara de pescar e o tapete um lindo lago; uma vassoura se transforma em cavalo galopante; um pano faz a mãe virar fantasma de dar medo; a casa toda vira pista de corrida para os carrinhos e o que não falta é aglomeração de bonecos, bonecas e bichos que se abraçam, brigam, cantam e festejam o encontro.

Olho no jardim e lá está ele, de cueca e chapéu, com uma grande folha seca nos braços, em posição de guitarra, tocando e cantando composições próprias para o grande público: nossos cachorros, que sentados assistiam atentamente ao grande espetáculo

*“Lá está a silenciosa ilha dos túmulos; lá estão, também, os túmulos da minha juventude.*

*Para lá quero levar sempre verde coroa da vida”*

(NIETZSCHE, Assim falou Zaratustra, p. 140)

## RESUMO

Esta pesquisa teve como objetivo problematizar os enlaçamentos entre “drogas” e “adolescência”, situados como dispositivos de saber-poder-subjetivação, buscando pistas para pensar o(s) cuidado(s) à luz do saber das experiências de jovens adultos quando adolescentes. Tendo como referência aportes da pesquisa-intervenção em análise institucional e da cartografia, nos valem das noções de dispositivo e de experiência em Michel Foucault, para traçar o seguinte percurso: a) revisão da produção científica (artigos indexados) sobre o enunciado “drogas na adolescência”; b) discussão da instituição da adolescência – regulada pelo dispositivo do desenvolvimento – e do dispositivo das drogas – que produz a droga como “problema”; e c) análise de narrativas sobre experiências com drogas na(s) adolescência(s), realizadas a partir de conversas-entrevistas com seis jovens adultos, que consumiram drogas nas adolescências, e com os quais temos relação para além da situação de pesquisa. De modo hegemônico, a noção de comportamento de risco (ao desenvolvimento) é a tônica da literatura revisada, enfatizando uma visão da adolescência como preparação ao “acabamento” adulto e, por consequência, ações de cuidado pautadas pela norma universal da abstinência-sobriedade. As pesquisas do campo antiproibicionista dão lugar a diferentes contornos simbólicos, saberes e práticas em que o uso de drogas se faz presente, enfatizando a indissociabilidade entre sujeitos, contextos e substâncias na produção de modos de uso e de pensar o cuidado COM pessoas que usam drogas. As conversas-entrevistas abordaram diferentes relações com as substâncias, possibilitando traçar dimensões históricas e intensivas do vivido. As narrativas buscaram apontar, nas experiências, os vetores coletivos de subjetivação, que configuram modos de viver e de usar drogas. Diferentemente da perspectiva da “proteção-tutela”, que captura a adolescência como fase de desenvolvimento a ser controlada rumo ao adulto produtivo, as narrativas dos jovens sinalizam diferentes agenciamentos coletivos, produzindo modos de viver, sentir e usar drogas, apontando a urgência de escutar os fluxos das vidas que pulsam e de propor ações de cuidado que privilegiem a normatividade como variação e criação de normas para si.

**Palavras-chave:** Subjetivação. 2. Drogas. 3. Risco. 4. Análise institucional. 5. Adolescência.

## ABSTRACT

This research aimed to problematize the linkages between “drugs” and “adolescence”, located as devices of knowledge-power-subjectivation, looking for clues to think about the care (s) in the light of the knowledge of the experiences of young adults when adolescents . Taking as a reference the contribution of research-intervention in institutional analysis and cartography, we use the notions of device and experience in Michel Foucault to trace the following path: a) review of scientific production (indexed articles) on the statement “drugs in adolescence ”; b) discussion of the institution of adolescence - regulated by the developmental device - and the drug device - which produces the drug as a "problem"; and c) analysis of narratives about experiences with drugs in adolescence, carried out through conversation-interviews with six young adults who used drugs in adolescence and with whom we have a relationship beyond the research situation. In a hegemonic way, the notion of risk behavior (to development) is the keynote of the reviewed literature, emphasizing a view of adolescence as preparation for the adult “finish”, and, consequently, care actions guided by the universal norm of abstinence-sobriety . Research in the anti-prohibition field gives rise to different symbolic contours, knowledge and practices in which drug use is present, emphasizing the inseparability between subjects, contexts and substances in the production of ways of using and thinking about the care of people who use drugs . The interview-conversations addressed different relationships with the substances, making it possible to trace historical and intensive dimensions of the experience. The narratives sought to point out, in the experiences, the collective vectors of subjectivation that configure ways of living and using drugs. Unlike the “protection-guardianship” perspective, which captures adolescence as a development phase to be controlled towards the productive adult, the narratives of young people signal different collective agencies producing ways of living, feeling and using drugs, pointing out the urgency of listening to pulses of life that pulsate and to propose care actions that privilege normativity as variation and creation of norms for oneself.

**Keywords:** Subjectivation. 2. Drugs. 3. Risk. 4. Institutional analysis. 5. Adolescence.

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

CAPS ad	Centro de Atenção Psicossocial Álcool e Drogas
CAPS IJ	Centro de Atenção Psicossocial Infantojuvenil
CdR	Consultório de Rua
CnaR	Consultório na Rua
CT	Comunidade Terapêutica
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
RD	Redução de Danos

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>13</b>
<b>1 “BOLANDO” O CAMINHO: MÉTODO E PROCEDIMENTOS .....</b>	<b>28</b>
1.1 Ancoragens epistemológicas.....	28
1.2 O que se produz sobre o tema?.....	30
1.3 Experiências em (Re)encontros e (Des)encontros .....	31
1.4 Como perguntar sobre a experiência?.....	34
1.5 Efeitos (em) pesquisa.....	35
<b>2 (IN)TENSÕES CIENTÍFICAS: O QUE SE PENSA-PRODUZ SOBRE O TEMA? .</b>	<b>37</b>
2.1 Um panorama dos objetivos que impulsionam as pesquisas .....	37
2.2 A voz de adolescentes na escuta de pesquisadores/as .....	41
2.3 Adolescentes “drogados”: marcação e segregação .....	50
2.4 Das normas universais às linhas de singularização .....	52
2.5 Pensando diferentemente os riscos: uma outra perspectiva de saúde.....	55
<b>3 ENTRE CLAUSURAS E RUPTURAS: DROGAS E ADOLESCÊNCIA EM</b>	
<b>    QUESTÃO.....</b>	<b>62</b>
3.1 Experiência e dispositivos .....	62
3.2 Adolescência: que fase!?!? .....	64
3.3 Drogas: um campo intoxicado .....	77
3.4 Caminhos à desintoxicação.....	86
3.5 Entre clausuras e rupturas .....	90
<b>4 VIAJANDO ALÉM DOS TRILHOS: EXPERIÊNCIAS COM DROGAS EM</b>	
<b>    ADOLESCÊNCIAS .....</b>	<b>97</b>
4.1 Narcisa .....	101
4.2 Cupinzeiro.....	113
4.3 Mago .....	128
4.4 Uma viagem que não chega ao fim: abrindo caminhos.....	140
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>151</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>154</b>
<b>ANEXO A – Artigos de pesquisas que objetivaram escutar o que dizem adolescentes</b>	
<b>    sobre as “drogas” .....</b>	<b>168</b>
<b>ANEXO B – Perguntas norteadoras para as entrevistas.....</b>	<b>170</b>
<b>ANEXO C – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido .....</b>	<b>171</b>



# 1 INTRODUÇÃO

## Inquietações de um percurso

Quero começar, mas não sei por onde... onde será que o começo se esconde?  
(Tiquequê, 2013)

Mãe solteira de um menino de 3 anos, atrapalhada, tentando conciliar a maternidade com trabalho e pesquisa, me peguei pensando nessa música infantil, enquanto tentava começar um texto. Disparada por essa dúvida, vamos para setembro de 2018, no Brasil. A onda conservadora, fascista, racista, homofóbica, misógina vinha se levantando com violência brutal, se erguendo sobre nossos corpos com rapidez e força assustadoras. Eu me vi sozinha, rodeada de outras solidões que, como eu, tentavam baixar a maré com enfrentamentos racionais, afetivos e até apelativos, mas aquele *tsunami* não parecia ser reversível. Busquei refúgio, um lugar protegido onde eu encontraria pares para sustentar, enfrentar, resistir, (re)existir e me alegrar mesmo em meio ao caos. Esse lugar foi o Núcleo de Lógicas Institucionais e Coletivas e a Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

Fiz minha graduação na PUC, e nela encontrei as primeiras aliadas e aliados para pensar a psicologia como máquina de guerra. Esta ciência, convocada para ajustar os parafusos de corpos desviantes, sempre teve para mim a potência de voltar o desajuste como questão *das* e *para* as instituições sociais guardiãs do *status quo*. Um potencial revolucionário, quando assumimos esta perspectiva ética.

Não sei precisar em que momento da minha vida passei a me encantar com o disruptivo, desarrazoado e violentamente marginalizado. Contam minhas tias que, aos 5, 6 anos, período em que eu passava feriados em uma pequena cidade do interior, toda noite eu pedia que alguém fosse passear comigo na praça. Me lembro de ficar atenta e intrigada com os jovens “bebemorando”. Aos 8 anos, roubei uma cerveja na dispensa de casa e guardei em uma gaveta do meu quarto, para tomar goles daquela bebida que me despertava tanta curiosidade; cerveja quente, lata aberta na gaveta, fui bebericando por alguns dias até o cheiro e o sabor ficarem demasiado desagradáveis.

Aos 11 anos, comprei meu primeiro maço de *Gudang Garam* sabor cravo e lembro de me divertir com aquela “zonzerinha” da pressão caindo. Aos 12, 13 anos, comecei a frequentar matinês e aumentar minha atenção às consciências alteradas; me interessavam, em especial, os transeuntes inebriados que comecei a cruzar pelas ruas. No meu aniversário de 14 anos, *mudei*

*de fase*, de criança curiosa, virei uma adolescente que começou a experimentar com intensidade substâncias, grupos e outros modos de socialização. Como presente de aniversário, pedi um baseado a um parceiro e passei a integrar uma galera que se encontrava todas as tardes nas ruas de um pequeno distrito da cidade de Campinas.

Desde o primeiro baseado, fui ladeira acima, ampliando meus circuitos relacionais e me encantando com as sensações e visões que aquelas alterações proporcionavam no meu corpo. Maconha, cocaína, cola, benzina, *benflogin*, haxixe, ácido, bala, álcool, cogumelos... diferentes substâncias em diferentes contextos, compartilhadas com diferentes pessoas. Uma particularidade minha era a insistente aproximação com os malucos da rua, motivo pelo qual alguns me chamavam de “para-raios de maluco”; eu sempre acabava em um banco de praça, sarjeta ou chão, conversando com aquelas figuras.

Vivi intensamente a minha adolescência, confrontando os adultos e as normas da escola, mergulhada na nossa galera, que até hino<sup>1</sup> tinha. Vínhamos de diferentes condomínios, quebradinhas e bairros, nos encontrávamos na rua e sempre inventávamos algo para brisar: fumar um baseado na mata dos gnomos ou na beira de um riachinho, cheirar cola na beira do rio, luau com vinho Sangue de boi no topo da montanha, churras na chácara do Bruno, pegar cogumelos no pasto... Deste grande grupo, tivemos 2 suicidados, 1 assassinado, 2 que passaram por internações, gravidez na adolescência... A maioria terminou os estudos, trabalha, casou, alguns têm filhos, vida “normal”, ou bem adaptada.

Quando viajávamos em bando, alguns de nós descrevíamos nosso lugar assim:

*Somos de um vale encantado, um lugar mágico! Você saberá que chegou lá quando avistar um portal com uma estátua fumando um baseado no alto da pilastra. Lá tem uma mata onde vivem gnomos, o topo de uma montanha onde fazemos nossos luaus e trilhas que nos levam a pastos com cogumelos de zebu.*

Na Psicologia da PUC, me apaixonei por teorias que tensionam instituídos que desde cedo me inquietavam, me encontrei psicóloga sustentada na ética da diferença, pensando as relações e o mundo a partir da diferenciação como potência revolucionária e não sob a prerrogativa de ajustá-la à normalidade. “*Eu prefiro ser essa metamorfose ambulante, do que*

---

<sup>1</sup> “Queimando uma tora, no banco do parquinho/Com toda a negada, eu não estava sozinho/Viajei a Marte, no meio das estrelas/O sapo falou, ele disse uma besteira/O elefante não é branco não e assim caminha, com os pés no chão/Voltando para casa, eu me perdi/Fui parar na Lua, pra me divertir/Encontrei o tal do sapo, cheirei cola de novo!/O elefante não é *bright* não e assim caminho, com os pés no chão/Daba Budabadabadaba Budabadabadaba...”

*ter aquela velha opinião formada sobre tudo*”<sup>2</sup>, um clássico da minha adolescência – ganhou outros sentidos quando fui me entendendo com uma ética antimanicomial.

No período da graduação (2006 a 2010), organizávamos mesas de debate sobre a luta antimanicomial, desfile da Dasdoida<sup>3</sup>, autogestão do Centro Acadêmico, fui estagiária em Centro de Atenção Psicossocial (CAPS), Centro de Atenção Psicossocial Álcool e Drogas (CAPS ad), Núcleo de Apoio à Saúde da Família (NASF), Serviço de Acolhimento, Medida Socioeducativa, Residência Terapêutica e corroteirista em uma oficina de cinema experimental com usuários do CAPS Itapeva, trabalho que deu origem ao meu TCC: *“De onde fala? O cinema experimental como dispositivo clínico-político”*. Nele, discuti o processo de criar um filme que narrava o delírio de um dos integrantes do grupo... delírio que virou filme de ficção, louco que virou roteirista, grupo que partilhou aquela experiência sensível de criar uma narrativa ficcional na linguagem audiovisual.

(De)formada psicóloga, decidi viajar à América do Sul vendendo coxinhas... Batatas, farinha e frango temos em qualquer um dos países, mas a coxinha é uma arte brasileira, vamos estourar! Após alguns meses e algumas confusões na Argentina, voltei ao Brasil para integrar uma equipe que elaboraria o “Plano de Atendimento para adolescentes que cumpriam medida socioeducativa em meio aberto”, em um município da região metropolitana de São Paulo.

A proposta era construir o “Plano” com gestores, técnicos, adolescentes e familiares, a partir de grupos de discussão. Entre o convite e o início do trabalho, participei de outros projetos que propunham escutar atores de territórios para pensar políticas locais: jovens de um território periférico; profissionais do sexo que trabalham em uma região específica da cidade; trabalhadores antigos de um bairro sob especulação imobiliária. Por fim, participei de uma pesquisa sobre violência juvenil e acesso à justiça na América Latina, coordenando e analisando os grupos focais sobre a percepção de jovens paulistanos.

Com estes primeiros trabalhos, aprendi e me tornei sensível aos territórios existenciais, processualmente demarcados e constantemente movimentados por relações e afetos que se cruzam sem fronteiras pré-estabelecidas, ganhando usos, sentidos e contornos a partir dos encontros, coincidências, conflitos, ofertas e recusas.

A cada experiência, ficava claro que me interessam as brechas de diferenciação que racham os enquadramentos homogeneizantes. Em 2013, assumi a implantação e coordenação

---

<sup>2</sup> Música de Raul Seixas, 1973.

<sup>3</sup> Cooperativa de roupas confeccionadas por usuários da saúde mental.

da equipe de Consultório de Rua (CdR) no município de Mauá, localizado na região metropolitana de São Paulo.

Foi incrível a construção deste trabalho, uma equipe-coletivo que costurava invenções com os mais diversos atores e equipamentos do município: serviços de saúde, Centro de Referência Especializado para Pessoas em Situação de Rua (Centro POP), lideranças locais, Defensoria Pública, Guarda Municipal, dono do ferro velho, comerciantes, gari, povo da rua. As redes e projetos eram construídos a partir das potencialidades dos territórios, propostas, saberes e paixões dos atores locais e dos membros da equipe: partidas de futebol, campeonato de pipa, estêncil fotográfico do povo da rua, discussões sobre violência contra as mulheres, rodas de música, tenda de redução de danos com grafite na pista de skate, leito da Unidade de Pronto Atendimento (UPA), usado como abrigo por 1 noite, internação hospitalar emergencial para uma adolescente ameaçada de morte, medicação assistida de tuberculose entregue por um comerciante de confiança, dono do ferro-velho como parceiro no cuidado de um senhor com Alzheimer, gari que mediou aproximação e cuidado de um homem solitário e desconfiado... Arranjos diversos, tecidos com os recursos e afetos locais.

Fui feliz e realizada com os caminhos do cuidado que construímos para os adultos em situação de rua, mas não tive a mesma satisfação no cuidado com crianças e adolescentes. Eram escassas e inadequadas as ofertas existentes e, na minha visão, todos os projetos mais pareciam um puxadinho dos serviços destinados, pensados e estruturados para adultos, inclusive o nosso.

Passado algum tempo, fui trabalhar em um CAPS ad e, além dos Projetos Terapêuticos Singulares, atendimentos, trabalhos com a rede e grupos/oficinas já existentes, eu gostava mesmo era das conversas na ambiência<sup>4</sup>, fora dos contornos das salas. Ali, naquele espaço sem proposta pré-definida, surgiu um novo coletivo, o grupo de comunicação. Construímos um jornal com entrevistas, poesias e textos antimanicomiais. Conseguimos apoio de uma gráfica, descobrimos um usuário diagramador e vários outros contadores de histórias. Permaneci no CAPS de dezembro de 2015 a março de 2016; foram 4 meses intensos e minha proposta, um pouco antes de sair, era pensarmos um grupo específico com jovens de 18 a 24 anos, que acontecesse nas casas de cultura da cidade, pois as demandas dos mais velhos gritavam e escondiam que não tínhamos um trabalho efetivo direcionado para os recém-chegados dos CAPS Infanto-Juvenil (CAPS IJ).

---

<sup>4</sup> Costumávamos denominar ambiência o espaço do CAPS por onde circulavam usuárias/os, porém, sem atividade definida, onde se armavam rodas de conversa entre elas/es, descansavam após o almoço, aguardavam atendimento e onde também aconteciam os maiores conflitos.

Em março de 2016, fui coordenar as equipes de Consultório na Rua (CnaR)<sup>5</sup> do Programa De Braços Abertos (DBA), projeto que me fascinava, por ter sido pensado no e com o território e seus atores, pela intersectorialidade na concepção desde o início e pela baixa exigência<sup>6</sup>. Na mesma semana em que aceitei o novo trabalho, descobri que eu estava grávida e foram 8 meses de trabalho intenso e desafiador, em parte pela minha condição gestante, mas especialmente pela complexidade do território – palco de disputas políticas, interesses econômicos e saberes-poderes – e por ter sido um ano de eleição, contexto que impunha a necessidade de pensar estrategicamente, para garantir a permanência do DBA e toda inovação que o programa trazia.

Haddad perdeu as eleições no final de outubro, saí de licença-maternidade na metade de novembro, meu filho nasceu dia 23 de novembro de 2016 e eu entrei em uma espécie de *Adeus Lênin*<sup>7</sup>, em que boa parte do trabalho foi sendo destroçado enquanto eu vivia a bolha dos primeiros meses do pequeno Akin.

Com meu bebê de colo, voltei para Campinas e fui trabalhar como consultora de alguns serviços executados por uma ONG. O desafio do momento era pensar os dois serviços de acolhimento para adolescentes que vinham da situação de rua: um abrigo especializado e uma casa de passagem especializada. Eu perguntava: especializado em quê? E a resposta era: “começou com circularidade de rua, hoje é principalmente uso de substâncias psicoativas, exploração sexual e rua”.

As equipes colocavam como questão central a falta de efetividade dos CAPS II no cuidado dos/as adolescentes usuários de drogas, bem como a dificuldade do abrigo especializado no manejo do uso generalizado de *crack*. Articulamos um grupo de trabalho para pensar o cuidado em rede e fomos problematizando a própria existência de um abrigo especializado em adolescentes usuários de drogas. A secretaria municipal de assistência social

---

<sup>5</sup> As equipes de CdR foram herdeiras dos programas de redução de danos e eram financiadas pela Coordenação de Saúde Mental, quando, em 2011, foram denominadas CnaR e passaram à Política Nacional de Atenção Básica (PNAB), resgatando diretrizes das equipes do Programa de Saúde da Família que atuavam com a população em situação de rua. Em Mauá, sustentávamos um trabalho mais alinhado com a proposta de CdR.

<sup>6</sup> Segundo Antonio Lancetti (2015), um conceito que inspirou o DBA foi o *Housing First*, programa testado e avaliado nos Estados Unidos, Canadá e outros países. A proposta é ofertar moradia para pessoas que se encontram em situação de rua, sem exigência de abstinência. A avaliação de tais programas indicou redução do consumo de drogas, das violências e aumento da adesão a serviços de saúde. No caso do DBA, os beneficiários tiveram acesso a moradia, alimentação, saúde, trabalho e programas da assistência social, integrando diferentes secretarias na sua execução (LANCETTI, 2015).

<sup>7</sup> Filme de 2003, do diretor Wolfgang Becker. No romance/drama, uma professora identificada com os ideais soviéticos sofre um ataque cardíaco ao encontrar o filho em uma manifestação contra o regime socialista. Ela permanece 8 meses em coma e não assiste à queda do muro de Berlim. Quando desperta, o filho tenta protegê-la no apartamento, sustentando que a Alemanha Oriental ainda existia.

defendia a necessidade deste serviço para proteger os demais abrigos que recebiam bebês e crianças pequenas, o que deixava ainda mais claro que era um serviço também depositário dos indesejados, era o fim da linha, destinado a adolescentes fixados como perigosos e incuráveis.

Nesse contexto, em que os processos de marginalização e exclusão se conjugam com os de subjetivação e as tecnologias políticas são cada vez mais tecnologias de produção de identidades, é bom lembrar o peso que exercem os imaginários sociais sobre a produção das “adolescências” e a densidade mesma dos efeitos de realidade que estão provocando, favorecendo o exílio do adolescente pobre da estrutura social, ou sua inserção, como dissemos, pela via da patologização e/ou criminalização. Tal imaginário não favorece a escuta do sofrimento dos jovens e das formas como articulam suas demandas (ROSA; VICENTIN, 2012, p. 45).

Tomamos a decisão de entregar o abrigo especializado e permanecer apenas com a casa de passagem, pautadas no posicionamento de que adolescentes com necessidade de medida protetiva de acolhimento institucional deveriam ser acolhidos nos diferentes serviços da rede, sendo responsabilidade da gestão e das organizações rever as metodologias para atendê-los. Por outro lado, sabíamos que seria um processo com muitas resistências e movimentos expulsivos, o que nos fez optar por manter o serviço que garantia uma porta aberta, sustentando o tensionamento, pois uma casa de passagem não poderia ser o fim da linha.

Nesse sentido, é fundamental salientar que o processo de implantação de políticas faz parte do problema e deve estar atento ao mal-estar e outras lógicas que a passagem da abstração, que é intrínseca à proposta, para um contexto específico pode indicar. A implementação isolada gera muitas distorções. A pergunta: quais lógicas instalam-se aí? Não deve calar (ROSA; VICENTIN, 2012, p. 54).

Fizemos uma revisão metodológica da casa de passagem especializada, o que incluiu formações e supervisões da equipe, bem como a estruturação de um trabalho na rua, em parceria com os CAPS IJ. No mesmo ano, pautamos estes/as adolescentes nas reuniões de gestão e no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA), gerando um seminário municipal sobre o trabalho com adolescentes nos serviços de acolhimento.

De volta ao final de 2018 – início dessa apresentação – e o desespero no caos eleitoral, escrevi um projeto de mestrado, com o objetivo de analisar as práticas divisórias na rede de assistência. A proposta era problematizar as noções de *vulnerabilidade*, *proteção*, *perfil* e *autonomia*, pois me pareciam ser utilizadas para categorizar e segregar, mas não para repensar as práticas institucionais e a construção dos planos individuais de atendimento. Iniciei o mestrado e a Gestão Municipal de Campinas comunicou o encerramento do convênio da casa de passagem e abertura de um edital para novo abrigo especializado.

Baqueada com essa decisão, dei muitas voltas: pesquisar o que está acontecendo com o fim da casa de passagem? Ir para a rua buscar os/as adolescentes e escutá-los/as? Analisar trajetórias institucionais escutando equipes? Entender usos que os/as adolescentes fazem dos serviços? Estava difícil achar um jeito de chegar e acessar os/as adolescentes nas ruas sem vinculação com um serviço; fui pensando que os/as adolescentes da casa de passagem são hoje atendidos somente pelos CAPS II; o cuidado de adolescentes que usam drogas é uma questão que pipocou debates acirrados por onde passei; uso de drogas na adolescência é um tema da minha vida... girei 180°! Agora restava encontrar um caminho neste grande tema: drogas e adolescência.

Tracei meu itinerário de formação desde minha própria experiência adolescente transgressora e usuária de múltiplas drogas, pelos encontros e experiências abertos pelo campo da psicologia – na Academia e nas Instituições por onde passei – e pela militância antimanicomial, luta contra todas as políticas de enclausuramento das diferenças. Esta tríade me constituiu crítica frente aos processos de sujeição, bem como fascinada pelas linhas de fuga que sujeitos e coletivos criam para resistir aos diferentes modos de controle e, muitas vezes, de aniquilamento.

Habita em mim uma inquietação frente aos mecanismos que produzem discursos patologizantes, criminalizantes e vulnerabilizantes sobre alguns corpos, promovendo processos de assujeitamento em que as condições sócio-históricas e a singularidade das experiências ficam silenciadas. Instiga-me e movimenta a possibilidade de caminhar junto a eles e elas, afirmando diferenças onde tudo parece universal, produzindo tensionamentos às normas que circunscrevem realidades.

Tive, então, a ideia de pesquisar narrativas de pessoas que na adolescência consumiram substâncias semelhantes, porém tiveram experiências, percursos e destinações diferentes. Um estudo sobre as experiências adolescentes narradas por jovens adultos, buscando diferenças que apontem múltiplos agenciamentos nas vidas e contextos em que o uso de drogas acontece.

## Do problema de pesquisa e da perspectiva conceitual

A história única cria estereótipos, e o problema com os estereótipos não é que sejam mentira, mas que uma história se torne a única história.  
(ADICHIE, 2019)

De modo geral, os trabalhos<sup>8</sup> sobre uso de drogas na adolescência partem do problema-diagnóstico de que consumir drogas nesta etapa do desenvolvimento é um risco ao indivíduo, sendo largamente difundidas as evidências científicas acerca dos possíveis prejuízos desta prática neste período da vida. Outra corrente de pesquisadoras/es desintoxicam o debate, ao tirar a droga do centro, problematizando a precarização da vida produzida pela ausência de políticas sociais destinadas às adolescências, famílias e comunidades, destacando o acesso à educação, moradia, alimentação, saúde, lazer, esporte e espaços culturais como fatores de proteção.

Nossa intenção é operar um giro para analisar a “questão das drogas na adolescência” de outro lugar, de outro tempo. Considerando que, hegemonicamente, as drogas estão posicionadas como um “mal”, o deslocamento *alhures* é pensar a relação com drogas desde uma epistemologia positiva, ou seja, daquilo que se produz nos encontros entre adolescentes e drogas. Tendo em vista que pesquisas sobre adolescências falam de um desenvolvimento rumo ao futuro, o deslocamento *outrora* se dá ao rememorar o uso de drogas na adolescência como passado, ainda que imbricado no presente.

Vivenciar uma adolescência burguesa em intenso uso de drogas e atuar com adolescentes vulnerabilizados que, ao consumir drogas, acirravam preocupações e controles, são passagens da minha vida que escancaram a multiplicidade de experiências com drogas, indissociáveis dos agenciamentos coletivos de cada contexto. O entrelaçamento das duas experiências me levou para fora das discussões acerca da atenção em saúde, pois temia que objetivar debater prevenção ou as estratégias de cuidado dos serviços pudesse me amarrar epistemologicamente no polo negativo, ou seja, no problema social e de saúde a ser enfrentado, tratado, cuidado, prevenido.

Nesse sentido, evitar fazer do consumo de “drogas” um fenômeno que se reduza à condição de resposta a crises ou carências que lhe são estranhas implica investigá-lo a partir de suas próprias condições de possibilidade, isto é, de um ponto de vista positivo, epistemologicamente falando. Desse ponto de vista, o que se percebe, desde

---

<sup>8</sup> Apresentaremos tal hegemonia no capítulo 2 desta dissertação.

logo, é que as relações que sociedades como as nossas entretêm com o uso de “drogas” estão longe de ser unívocas ou monolíticas (VARGAS, 2001, p. 34).

Reconhecendo o sofrimento vivenciado por adolescentes e familiares envolvidos com o uso de drogas, em que a vida perde potência, a proposta aqui é partir das condições históricas e sociais que produzem "a" adolescência, "as" drogas e o modo como pensamos e operamos sobre a relação entre adolescentes e drogas, visando ampliar o debate, ao trazer à cena outras dimensões da experiência. Nesse sentido, nosso diálogo é com o campo do cuidado: como podem as experiências interpelar as práticas de cuidado com adolescentes que consomem drogas?

Optar por uma epistemologia positiva é um posicionamento ético-político frente aos efeitos de poder das verdades científicas, mas também uma escolha libertária no processo de pesquisar, pois, sem pretensão de construir “verdades” sobre usos de drogas nas adolescências ou receitar uma forma de abordá-lo para solucionar as carências, podemos pensar os jogos de poder imbricados na produção dos enunciados que circunscrevem realidades. Nessa direção, é necessário pensar sobre os saberes-poderes que configuram “A” *adolescência* e “As” *drogas* como objetos universais, “um combate (...) em torno do estatuto da verdade e do papel econômico-político que ela desempenha”. (FOUCAULT, 2017a, p. 53). Afinal, como nos mostrou a genealogia foucaultiana, “a verdade é deste mundo; ela é produzida nele graças a múltiplas coerções e nele produz efeitos regulamentados de poder.” (FOUCAULT, 2017a, p. 52).

A perspectiva conceitual deste trabalho se alinha à crítica da instituição da adolescência como etapa natural do desenvolvimento, buscando autoras e autores que teceram articulações entre a antropologia, a sociologia, a psicologia e o direito, problematizando a ideia de uma fase universal e generalizável, recuperando o momento histórico e as condições de possibilidade que marcaram sua introdução no discurso científico e nas práticas sociais (COIMBRA; BOCCO; NASCIMENTO, 2005; COUTINHO, 2009; TRASSI; MALVASI, 2010; ROSA; VICENTIN, 2012; OZELLA, 2011; GROSSMAN, 2010; VICENTIN, 2005). Regulada pelo dispositivo do *desenvolvimento* e objeto de intervenções em nome da *proteção*, a noção de adolescência pode servir à homogeneização de uma identidade, tendo como efeito a circunscrição da realidade.

Ao colarmos uma etiqueta referendada por leis previamente fixadas e embasada nos discursos científico-racionalistas, pode-se criar um território específico e limitado para o jovem, uma identidade que pretende aprisioná-lo e localizá-lo, dificultando

possíveis movimentos. Ao se reafirmar a homogeneidade, nega-se a multiplicidade e a diferença (COIMBRA; BOCCO; NASCIMENTO, 2005, p. 6).

O enunciado “drogas na adolescência é um comportamento de risco<sup>9</sup>” ativa intervenções centradas nos adolescentes e a partir do risco-perigo: como fazê-los parar de se comportar de modo arriscado? Pensar o risco no encontro de um corpo – “vulnerável” – com uma substância – “demoníaca” – esconde as condições históricas, sociais e econômicas que produziram uma *adolescência em crise*, bem como fica encoberta a diversidade de experiências adolescentes e os múltiplos agenciamentos coletivos que produzem modos de uso de drogas, funções e efeitos.

O conceito de agenciamento torna-se então um operador de primeira ordem, uma vez que remete ao modo concreto de produção de realidade, em qualquer dimensão, material ou imaterial, e não à uma verdade que representaria o real.

O agenciamento é antes de tudo um ACONTECIMENTO multidimensional. Todo agenciamento incide sobre uma dupla dimensão: 1) uma dimensão relativa às modificações corporais (ações e paixões) ou estados de coisas que efetuam um acontecimento, remetendo-os a uma formação de potências; 2) uma outra dimensão relativa às transformações incorporais ou enunciados de linguagem (atos) que efetuam o acontecimento na sua face incorporal e que remetem a um regime coletivo de enunciação (FUGANTI, 2016).

No livro “Quadros de Guerra”, a pensadora Butler (2018) coloca em questão a ontologia do individualismo, situando-nos como “seres sociais desde o começo, dependentes do que está fora de nós, dos outros, de instituições e ambientes sustentados e sustentáveis” (p. 43). Pressupondo a vulnerabilidade inerente à vida humana, que nos impõe uma “precariedade generalizada”, Butler (2018) marca seu distanciamento da responsabilidade neoliberal - que exime o Estado e recai sobre os indivíduos -, levantando questionamentos sobre a nossa responsabilidade como corpos interdependentes. “Afirmar que a vida é precária é afirmar que a possibilidade de sua manutenção depende, fundamentalmente, das condições sociais e políticas, e não somente de um impulso interno para viver.” (BUTLER, 2018, p. 40).

Na famigerada guerra às drogas, adolescentes são ditos mais vulneráveis, são o “grupo de risco”, muitas vezes utilizados como alibi ao acirramento das políticas de controle e repressão. Aqui vale parar e perguntar: como se produziu e se produz essa enunciada

---

<sup>9</sup> A noção de risco é polifônica e o vocábulo emergiu no século XIV, sendo um consenso que sua formulação se deu no momento histórico em que o futuro começou a ser pensado como passível de controle. Com a teoria da probabilidade (séc. XVII) e a sofisticação da estatística (séc. XVIII), o conceito de risco formaliza-se, inicialmente, na ciência sanitária (séc. XIX) e na formatação da *gestão de riscos* como forma de governo das populações (SPINK, 2001). Quando aqui falamos em *comportamento de risco*, nos referimos à noção engendrada pelo campo da epidemiologia, de onde advêm os programas de prevenção e promoção de saúde.

vulnerabilidade adolescente? O que fica encoberto quando partimos de verdades como “os malefícios das drogas” e de “corpos individualmente vulneráveis”?

Impulsionadas pelos questionamentos foucaultianos acerca do estatuto da verdade e sua íntima relação com as condições políticas e econômicas dos momentos históricos, somos, ademais, críticas e desconfiadas do estatuto das drogas como “mal em si”, que ameaça adolescentes e faz desmoronar famílias. Pesquisadores do “*campo das drogas*”, que se dedicaram a investigar distintos contextos socioculturais de consumo de psicoativos, mostram que não há univocidade nas experiências; pelo contrário, os efeitos do encontro de um corpo com uma substância são tão múltiplos quanto os corpos e suas relações materiais e simbólicas.

Se é possível tirar alguma conclusão mais geral da abordagem das ciências sociais no debate científico sobre uso de drogas, ela foi a seguinte: não há uma substância e nem um indivíduo como elementos universais e objetivos, mas há contextos sociais e culturais diferentes, de substâncias diferentes e realizados por indivíduos diferentes e, sem a devida atenção a essas diferenças, não é possível compreender o fenômeno (FIORE, 2013, p. 7).

Em texto de 1979, Deleuze inicia escrevendo que “está claro que não se sabe o que fazer com a droga (mesmo com os drogados), porém não se sabe melhor como falar dela” (p. 63). Na sequência, ele formula a questão sobre uma *causalidade específica* da droga, indicando a necessidade de pesquisas que busquem “traçar um território ou o contorno de um conjunto-droga, que estaria em relação, de um lado, com o interior, com as diversas espécies de drogas e, de outro, com o exterior, com as causalidades mais gerais.” (DELEUZE, 1991, p. 63).

Becker (2019), em sua célebre discussão sobre a produção do desvio, a partir das normas sociais que o categorizam como tal, fala de uma carreira dos usuários de maconha em que, inclusive, a nomeação dos efeitos pelo grupo vai construindo um processo de aprendizagem do que se sente, ou, do barato. Fiore (2013), em seu estudo com grupos que compartilham usos de drogas há décadas, fala em agenciamentos entre sujeitos e substâncias como produtores dos eventos em que usos ganham diferentes sentidos. Rui (2014) descreve cenas, trocas e afetos, que multiplicam modos de olhar os *corpos abjetos* das cracolândias, fazendo emergir pessoas onde tudo era *noia*.

É sempre importante lembrar que o uso voluntário de substâncias que provocam variações na consciência e no regime das sensibilidades é uma prática milenar; porém, a “questão das drogas” como problemática social a ser compreendida, enfrentada e cuidada é moderna. O filósofo Antonio Escohotado, no livro *La Historia General de las Drogas* (1983), produziu importante historiografia sobre as principais drogas descobertas na humanidade e seus

vários sentidos históricos; mais recentemente, o historiador Carneiro (2018) lançou um livro que focaliza a “história contemporânea das proibições das drogas e das consequências da regulamentação proibicionista nos significados dessas substâncias como produtos especiais” (p. 46).

Alguns autores<sup>10</sup>, ainda que de modos diferentes, vão pensar a droga como dispositivo no sentido foucaultiano do termo, ou seja, como rede que se pode estabelecer entre discursos, práticas e instituições que compõem um campo de forças heterogêneo e em movimento, formado em determinado momento histórico, com função estratégica dominante (FOUCAULT, 2017b).

Pensamos as categorias *adolescentes* e *drogados*, também sob o prisma da noção foucaultiana de *biopoder*, que, além da anatomopolítica – poder disciplinar que se exerce nos corpos individuais –, é uma “tecnologia que agrupa os efeitos de massas próprios de uma população”, controlando tais efeitos através de regulamentações que regem o conjunto da população (FOUCAULT, 2010, p. 209). A regulamentação da vida da população através de normas e práticas de conjunto é o que Foucault (2010) chamou de *biopolítica*, conceito-ferramenta que podemos utilizar para pensar o governo da adolescência – esquadrinhada como etapa vital universal – e a produção do pânico das drogas, construído na ideia de uma “epidemia” que ameaça a saúde da população.

Quando se entrelaçam os universais *adolescência* e *drogas*, o discurso proibicionista<sup>11</sup> – que significa algumas substâncias como mal em si – se associa a teorias desenvolvimentistas – que ressaltam riscos e prejuízos aos corpos inacabados –, produzindo pânico nas instituições sociais. O uso de drogas na adolescência ganhou destaque dentre as problemáticas sociais e de saúde, desembocando em debates e disputas acerca das melhores estratégias de prevenção, tratamento e no circuito de compra e venda.

No meu percurso pessoal e profissional, compartilhei experiências de intenso uso de drogas e acompanhei adolescentes usuários em seus percursos por brisas, equipamentos e confinamentos, o que me faz reconhecer riscos e danos associados a essa prática e a necessidade de pensar modos de proteção. Mas, como pensar modos de proteção e cuidado que deem lugar

---

<sup>10</sup> Vargas (2001), Fiore (2013), Alarcon (2008).

<sup>11</sup> O proibicionismo é a doutrina que institui a proibição da produção, venda e consumo de algumas substâncias, traçando uma divisão entre as drogas lícitas e as ilícitas. O paradigma proibicionista parte de duas premissas: consumo de algumas drogas como prática prescindível e danosa; atuação ideal do Estado é criminalizar consumo e circulação. A implantação global de tal paradigma, em seu formato atual, se deu na Convenção Única sobre Entorpecentes (1961), coordenada pela ONU, patrocinada e sediada pelos Estados Unidos (FIORE, 2012).

às experiências? Como escutar as experiências para além dos riscos e prejuízos ao desenvolvimento?

Desviando do impulso à proteção como tutela, ancorada nos riscos para operar controle sobre os corpos em desenvolvimento, problematizamos a noção de adolescência que focaliza “o futuro, na forma como se dará o desfecho de tais crises e transtornos, [objetivando] como resultado uma pessoa saudável e, sobretudo, útil à sociedade” (COIMBRA; BOCCO; NASCIMENTO, 2005, p. 6). Na mesma direção, a mirada desta pesquisa radicaliza o pressuposto de que não há substância universal e objetiva, mas usos que se relacionam de modo inextricável às demais dimensões da vida de sujeitos (FIORE, 2013).

A nomeada adolescência é o momento em que, com frequência, ocorrem as primeiras experimentações com drogas, sendo também a “fase” utilizada para acirramentos das políticas proibicionistas que se enunciam em nome da proteção do “futuro”. Na tentativa de escapar do aprisionamento no risco do amanhã, investigamos jovens adultos rememorando suas adolescências com drogas, pretendendo dar lugar ao *campo de experiência*, aos diferentes modos de uso, nas diferentes vidas, agenciadas por diferentes contextos sociais e simbólicos.

A proposta de trabalhar com a *experiência* como categoria conceitual é também fruto de inspiração foucaultiana. Foucault se utiliza da noção de *experiência* em diferentes momentos de sua obra, dos quais destacaremos aqui a noção engendrada na *História da Sexualidade*, onde ele fala da positividade do poder na produção de um modo de viver a sexualidade, que é circunscrito pelas condições históricas: *a experiência histórica*. Outro uso da noção de experiência aparece quando ele fala sobre sua produção escrita, potencialmente transformadora da nossa relação com o tema sobre o qual escrevemos-pensamos-produzimos.

O que significa que ao final do livro possamos estabelecer relações novas com o que está em questão: que eu escrevi o livro e aqueles que o leram tenham em relação à loucura, ao seu estatuto contemporâneo e à sua história no mundo moderno uma outra relação (FOUCAULT, 1984, p. 44 *apud* BRANDÃO, 2016, p. 85)<sup>12</sup>.

Outro autor que trabalha a noção de *experiência* é Bondía (2002), discutindo que, no mundo acelerado da informação, em que temos que opinar e trabalhar para exercer saber, poder e vontade, estamos pobres de experiência, sendo *experiência* aquilo que “**nos** passa, **nos** acontece, **nos** toca” Bondía (2002, p. 21, grifo nosso), portanto, singular. Diferenciando acontecimento – pode ser comum a várias pessoas – de experiência – sempre singular -, Bondía

<sup>12</sup> FOUCAULT, Michel. Dits et Écrits IV. Paris: Gallimard, 1984, p. 44 *apud* BRANDÃO, 2016, p. 85.

(2002) pensa o sujeito da experiência como território de passagem, superfície sensível em que os acontecimentos inscrevem marcas, produzem efeitos.

O sujeito da experiência tem algo desse ser fascinante que se expõe atravessando um espaço indeterminado e perigoso, pondo-se nele à prova e buscando nele sua oportunidade, sua ocasião. A palavra experiência tem o ex de exterior, de estrangeiro, de exílio, de estranho e também o ex de existência. A experiência é a passagem da existência, a passagem de um ser que não tem essência ou razão ou fundamento, mas que simplesmente “ex-iste” de uma forma sempre singular, finita, imanente, contingente (BONDÍA, 2002, p. 25).

Tal perspectiva difere da noção foucaultiana de *experiência histórica*, mas tomamos como potente em nossa investigação acerca do *saber da experiência* de quem fez uso de drogas na adolescência. Buscamos (re)constituir o modo singular, sempre agenciado em um campo coletivo, como cada sujeito pode narrar e tornar experiência os acontecimentos envolvendo usos de múltiplas drogas nas adolescências.

[O saber da experiência] não está, como o conhecimento científico, fora de nós, mas somente tem sentido no modo como configura uma personalidade, um caráter, uma sensibilidade ou, em definitivo, uma forma humana singular de estar no mundo, que é por sua vez uma ética (um modo de conduzir-se) e uma estética (um estilo) (BONDÍA, 2002, p. 27).

Nesta busca pelo *saber da experiência*, escutamos relatos de jovens adultos que consumiram drogas em diferentes contextos adolescentes, buscando analisar as condições de possibilidade que conformam uma experiência histórica, mas também intensidades que produziram modos de sentir e de viver. Como contam suas adolescências? Como narram os usos de drogas? Como eram os eventos de uso? Como sentiam e se relacionavam com cada substância usada? Como a política de drogas atravessou as experiências? Como essas experiências incidem na vida adulta? O que escapa ao dizer? Como as experiências narradas podem interpelar as produções científicas e as práticas de cuidado com adolescentes que usam drogas?

Sobretudo, nosso objetivo é problematizar os enlaçamentos entre “drogas” e “adolescência”, situados como dispositivos de saber-poder-subjetivação, buscando pistas para pensar práticas de cuidado à luz do saber das experiências.

Mais especificamente, pretendemos: a) discutir a produção científica sobre o enunciado “drogas na adolescência”, problematizando as verdades instituídas sobre o tema; b) discutir adolescência e drogas como dispositivo, na perspectiva analítica de Michel Foucault;

c) apresentar narrativas de jovens adultos que nos permitam analisar dimensões históricas e intensivas da experiência; d) produzir indagações à produção científica e às políticas de saúde à luz do saber das experiências narradas.

Nossa dissertação está assim construída: na **Introdução**, apresentamos o percurso pessoal, profissional e ancoragens conceituais para construção do problema de pesquisa; no **Capítulo 1**, apresentamos as estratégias metodológicas e os instrumentos de que nos valem para a realização da pesquisa; no **Capítulo 2**, apresentamos uma revisão de artigos científicos que abordam o uso de drogas na adolescência, elencando os principais objetivos das pesquisas e analisando o pensamento hegemônico do campo; no **Capítulo 3**, evidenciamos as condições históricas, sociais, econômicas e políticas que instituíram a *adolescência* e o dispositivo da *droga*, produzindo certos modos de enlaçamento quanto à relação drogas e adolescência; no **Capítulo 4**, analisaremos o que nos dizem as experiências narradas por jovens adultos e que pistas e/ou perguntas elas nos produzem à escuta de adolescentes.

# 1 “BOLANDO” O CAMINHO: MÉTODO E PROCEDIMENTOS

## 1.1 Ancoragens epistemológicas

O conhecimento é sempre uma certa relação estratégica em que o homem se encontra situado (FOUCAULT, 2003, p. 25).

Antes de entrar no passo a passo dos procedimentos propriamente ditos, é importante lembrar que nossa linhagem epistemológica indaga as verdades científicas, entendendo-as como produtoras de realidade. Portanto, não situamos a descrição metodológica como procedimento que fará validar novas verdades, mas como traçadora do processo de pesquisar, um modo de explicitar nossas intenções e implicações nas escolhas dos diferentes recursos e o meio de cumprir as exigências acadêmicas.

Uma ancoragem importante desta pesquisa são algumas pistas do método genealógico, inaugurado por Nietzsche e desenvolvido por Foucault (2017c), “empreendimento para libertar da sujeição os saberes históricos (...), contra a coerção de um discurso teórico, unitário, formal e científico” (p. 270). A questão não é negar conteúdos, métodos e conceitos científicos, mas evidenciar os “efeitos de poder próprios a um discurso considerado científico” (p. 268).

Trata-se de ativar saberes locais, descontínuos, desqualificados, não legitimados, contra a instância teórica unitária que pretenderia depurá-los, hierarquizá-los, ordená-los em nome de um conhecimento verdadeiro, em nome dos direitos de uma ciência detida por alguns (FOUCAULT, 2017c, p. 268).

Para dar conta de *libertar da sujeição saberes históricos*, historicizamos a instituição da *adolescência*, analisando condições históricas, sociais, políticas e econômicas que produziram essa *fase da vida*. No Capítulo 3, traçaremos a história de púberes na vida social articulada às normativas, marcos legais e práticas sociais que possam compor uma compreensão da função estratégica da universalização da adolescência como categoria etária. Entendemos que, evidenciar a historicidade de tal instituição e das práticas sociais a ela dirigidas é um modo de problematizar sua *verdade* e pensar seus *efeitos de poder* na subjetivação e na conformação de uma *experiência adolescente*.

É preciso pegar as coisas para extrair delas visibilidades. E a visibilidade de uma época é o regime de luz, e as cintilações, os reflexos, os clarões que se produzem no contato da luz com as coisas. Do mesmo modo é preciso rachar as palavras ou as frases para extrair delas os enunciados. E o enunciável de uma época é o regime da

linguagem, e as variações inerentes pelas quais ele não cessa de passar, saltando de um sistema homogêneo a outro (a língua está sempre em desequilíbrio). O grande princípio histórico de Foucault é: toda formação histórica diz tudo o que pode dizer, e vê tudo o que pode ver (DELEUZE, 2007, p. 120).

O conceito ferramenta-chave do método genealógico é o de *dispositivo*, um tipo de formação que tem em sua matriz um imperativo estratégico de controle, articulando enunciados, saberes, práticas sociais e instituições que produzem efeitos de poder nos processos de subjetivação (FOUCAULT, 2017c). Utilizaremos a noção de dispositivo para pensar o *desenvolvimento* e sua função moduladora das fases da vida, em especial a adolescência, mas também para pensar na *droga*, trazendo à tona relações de poder que produziram e produzem a “questão das drogas” e as políticas repressivas, mas também alguns escapes.

Enquanto dispositivo, as drogas escapam de perspectivas que busquem enquadrá-las sob um único ponto, de uma única mirada, mesmo que seja a perspectiva do Estado que, por meio de normas e leis, formaliza esses controles. Não há controles, no entanto, sem linhas de escape: eis porque as drogas se constituem como dispositivo. (FIORE, 2013, p. 02)

Esta pesquisa também utiliza noções engendradas pelo campo da Análise Institucional, desenvolvido inicialmente no contexto de maio de 1968, na França, momento de intensa contestação das normas que conduziam a vida social e as práticas nas organizações. René Lourau, um dos ícones do movimento institucionalista, preocupava-se com a “análise dos atravessamentos das instituições externas – Educação Nacional, hierarquias e normas – nas instituições internas – métodos, objetivos, horários, programas e formas” (DOMINGUES, 2019, p. 171).

Outro importante precursor do institucionalismo francês foi Georges Lapassade, que conceituou *instituição* como o *estabelecido*, a cristalização das forças dominantes no sistema que rege as relações sociais, sendo o *instituído* – cristalizado – e o *instituinte* – forças de transformação que podem vir a se tornar instituídas –, também parte da instituição (RUSCHE, 2019). Nesse sentido, a instituição não tem paredes ou muros visíveis, mas normas que delimitam as condições de possibilidade da realidade e as forças em disputa por manter ou transformar, “uma dinâmica contraditória construindo-se na (e em) história, ou tempo” (LOURAU, 1993, p. 11). Deleuze ([1955]/2006), em *Instintos e Instituições* discute as instituições como um “sistema organizado de meios” (p. 29), que submete desejos e impulsos – instintos – ao modo de satisfação regulado pelas normas de uma sociedade.

Assim, para nosso trabalho, são centrais as noções de *instituição* e *dispositivo*, bem como a ruptura com a suposta objetividade do conhecimento científico, o que exige análise das implicações do pesquisador no processo da pesquisa. Minhas implicações de partida – atravessadas pela minha própria história adolescente – e meu posicionamento ético-político – crítica aos mecanismos de classificação e segregação de corpos – já estão explicitados na introdução. Porém, a análise de implicação no meu processo de pesquisar – escolhas, afetos, caminhos, desvios – será viabilizada com o uso do diário de campo-memória<sup>13</sup>, prática da etnografia que foi incorporada pela Análise Institucional, permitindo o registro da experiência de pesquisar para além dos dados de pesquisa.

No diário encontram-se registrados sinais da implicação do pesquisador com o seu campo e objeto de estudo (...); trata-se da singularidade de uma situação, seja ela de pesquisa, intervenção, mas também existencial de todos os dias. A análise dessas implicações permite assumir que o pesquisador confere ao conhecimento os seus próprios valores (...). [Lourau] considera o diário um estranho íntimo: ao mesmo tempo que revela o ato de criação ocultado na escritura oficial – desde a dimensão poética até a dimensão funcionalista –, ele expõe o estranhamento vivido pelo pesquisador, as relações de alteridade e implicação provocados pelo mergulho na experiência (DOMINGUES, 2019, p. 182-183).

Por fim, destacamos que, ao buscar uma “análise que possa dar conta da constituição do sujeito na trama histórica” (FOUCAULT, 2017a, p. 43), rejeitamos uma noção universal e universalizante de sujeito constituinte da experiência; portanto, falaremos em produção de subjetividade, ou, processo de subjetivação: “A existência desta ou daquela subjetividade depende de um agenciamento de enunciação produzi-la ou não (...). Atrás da aparência da subjetividade individuada, convém situar o que são os reais processos de subjetivação” (GUATTARI; ROLNIK, 2008, p. 387).

Essa produção de subjetividades, da qual o sujeito é um efeito provisório, mantém-se em aberto uma vez que cada um, ao mesmo tempo em que acolhe os componentes de subjetivação em circulação, também os emite, fazendo dessas trocas uma construção coletiva viva (MANSANO, 2009, p. 02).

## 1.2 O que se produz sobre o tema?

O fazer científico é uma prática social, executada por pessoas a partir de condições históricas, políticas, econômicas e sociais, bem como sujeitas a normas, regulações e

---

<sup>13</sup> Falamos em diário de campo-memória, pois registramos afetos e percepções dos encontros com os/as participantes, mas também registros de memórias da própria pesquisadora em encontros anteriores à situação de pesquisa, em especial com aqueles/as que compartilharam a adolescência conosco.

procedimentos, que selecionam e organizam “o que” e “como” deve ser produzido um enunciado válido cientificamente. Uma vez validado como verdade, as pesquisas não somente analisam ou compreendem um circunscrito campo de saber, mas são produtoras de enunciados sobre os objetos estudados, ou, de novas versões da “realidade”. Para compreender o que tem se produzido sobre uso de drogas na adolescência, faremos uma revisão das publicações indexadas em revistas científicas, pois essa é a principal via de circulação das pesquisas contemporâneas.

No universo das bases de dados circulam termos, pesquisadores, conceitos, artigos, revistas, políticas de produção e posicionamentos, os quais produzem uma multiplicidade de sentidos. Por isso, a fim de evitar entender todos esses elementos como naturais ou estáveis, vertemos nossa atenção para a forma como estas informações se tornam acessíveis a partir dos bancos de dados (LIMA, 2015, p. 24).

Nosso interesse na pesquisa das publicações científicas é entender como a relação entre adolescentes e drogas vem sendo pensada-produzida no campo acadêmico. Para esse trabalho, escolhemos a base de dados Scientific Electronic Library Online (SciELO), por ser livre e de grande abrangência, e as palavras chave “adolescentes” e “drogas”, sem demarcação de tempo. A partir da leitura de títulos e resumos do conjunto desta produção, criamos sete eixos que agruparam os trabalhos conforme os objetivos que se propuseram. O capítulo 2 apresenta os resultados deste trabalho.

### **1.3 Experiências em (Re)encontros e (Des)encontros**

Para (re)constituir as *experiências* com drogas nas diferentes adolescências, utilizaremos como estratégia metodológica a escuta de trajetórias adolescentes entrecruzadas com nossas próprias memórias. Tenho relações de amizade e intimidade com diversas pessoas que fizeram uso intenso de drogas na adolescência no fim da década de 90 e início dos anos 2000 e, apesar dos desafios de guardar o rigor, não ser capturada pela seletividade da memória ou mesmo o risco de “*ilusão da intimidade*” Fiore (2013) inebriar o estranho no familiar, sigo a pista indicada por Fiore (2013), quando ele assume que a trajetória compartilhada com os sujeitos da pesquisa foi potente, relatando, inclusive, porque abandonou seu projeto inicial de acompanhar adolescentes sem relação com ele fora do contexto da pesquisa:

Logo no início, os primeiros contatos pareceram frustrantes por diversos motivos: a barreira imposta pela inexistência de intimidade, a sensação de discursos prontos para responder às minhas perguntas e o estranhamento provocado pela minha posição de observador nos momentos em que esses jovens consumiam drogas. Somavam-se a

esses obstáculos a impossibilidade de compreender o lugar das drogas numa trajetória muito maior sob a qual eu não tinha nenhum tipo de acesso se não por uma construção discursiva a *posteriori* (FIORE, 2013, p. 21).

Assim, o primeiro critério para escolha de participantes foi ter compartilhado conosco o uso de drogas na adolescência. A temática ativa resistências, falas prontas e tabus produzidos e sustentados pela própria produção de conhecimento na área. Nesse sentido, apostamos que relações de (in)certa intimidade possibilitam um salto de entrevistas ordenadas à situação de pesquisa, para encontros-conversas entre pessoas que, juntas, podem rememorar um passado compartilhado.

No texto “A ilusão biográfica”, Bourdieu (2006) nos alerta que relatos biográficos “tendem ou pretendem organizar-se em sequências ordenadas segundo relações inteligíveis” (p. 184), uma *criação artificial de sentido*, que nós, pesquisadores, somos tentados a aceitar pelos próprios interesses de pesquisa. Nessa direção, não pretendemos tomar os discursos sobre a experiência como totalidade da vida a ser interpretada, mas como relatos de “colocações e deslocamentos no espaço social” (p. 190), sendo indissociáveis de análises dos “mecanismos sociais que favorecem ou autorizam a experiência comum da vida como unidade”. (p. 185).

Um dos nossos objetivos é trazer à cena a experiência de jovens adultos que consumiram drogas nas adolescências, problematizando noções unívocas, universais e individualizadas desta prática. Considerando a indissociabilidade entre sujeitos, substâncias e contextos na produção das experiências, buscamos certa diversidade entre os/as participantes, ampliando o convite a outras pessoas que consumiram drogas na(s) adolescência(s) e com as quais temos relações para além da situação de pesquisa. A ideia inicial foi trazer ao debate: intersecções de gênero e raça; diferentes territórios onde a experiência se deu; e significações da experiência atravessadas por compreensões teóricas das ciências humanas.

A partir dos critérios apresentados, conversamos<sup>14</sup> com seis (6) pessoas: dois homens (Mago e Cupinzeiro) e uma mulher (Narcisa), que compartilharam a adolescência conosco em um pequeno distrito do interior; um homem (Águia), que acompanhei em trabalho no Consultório de Rua; e um homem (Eduardo) e uma mulher (Cristal) que conheci no período da minha graduação, em São Paulo, e com quem conversava teoricamente sobre consumo de

---

<sup>14</sup> Considerando nossa relação anterior com os/as participantes, o termo conversa nos parece mais apropriado do que o termo entrevista, em especial porque incluímos nossas próprias recordações para provocar as perspectivas dos/as participantes.

drogas. As entrevistas trouxeram à cena afetos e paisagens muito dissonantes, bem como um extenso material a ser analisado.

Com as seis (6) transcrições em mãos, optamos por priorizar as entrevistas que remontam um passado compartilhado conosco, pois as narrativas puderam ser enriquecidas com nossas memórias. Não se trata aqui de uma autoetnografia, pois não será interpretada minha própria trajetória, mas serão incorporados afetos, percepções e leituras advindas da minha presença em cena. Nesse sentido, o diário de campo-memória e a análise de implicação nos revelaram a potência de trabalhar com narrativas que podem ser produzidas em um jogo de perspectiva entre os relatos e nossas lembranças.

Narcisa, Mago e Cupinzeiro compartilharam a adolescência comigo de modos, frequências e intensidades bastante diferentes. Somos todas/os brancas/os, de classe média e pertencíamos a um grande grupo de adolescentes que passava as tardes e finais de semana nas ruas de um pequeno distrito, localizado em uma área de proteção ambiental, característica que agenciava a natureza e os deslocamentos pelo território nos encontros com drogas. Narcisa foi escolhida por ser mulher, ter um lugar de prestígio no grupo e ter sofrido violências e estigmas pela vinculação entre sexo e drogas; Cupinzeiro teve uma longa e intensa trajetória entre experiências coletivas de abertura aos encontros e um período de sofrimento associado ao uso, tendo inclusive passado por instituições de tratamento ainda na adolescência; Mago foi entrevistado porque tinha um papel propositivo no grupo, em muitas situações ele operou como guia às viagens psicodélicas, bem como propunha processos criativos coletivos (ouvir e tocar música, um roteiro de bicicleta, construção de uma balsa, desenhos, etc.).

Narcisa, Mago e Cupinzeiro são personagens textuais inspirados em três companheiros/a de adolescência. Seguindo pistas indicadas por Henz (2020a, 2020b), optamos por criar narrativas curtas, que condensam questões emergentes nos relatos e no vivido com eles/as, porém, assumindo a impessoalidade ao analisar dispositivos históricos e deixando que “intensidades passem e façam com que não haja mais nem eu nem outro, isto não em nome de uma generalidade mais alta, de uma maior extensão, mas em virtude de singularidades que não podem mais ser consideradas pessoais” (DELEUZE; GUATTARI, 2012, p. 21). Em suma, uma “narrativa interessada em um problema, sem trama nem final e que expressa algo do comum, algo que faz tropeçar, uma problemática que fica quicando” (HENZ, 2020a).

Nesse tramado me enredo e arrasto para uma outra narrativa aquilo que foi vivido na presença e/ou na escuta, aquilo que foi experimentado no corpo-a-corpo de pesquisar junto e que a escrita pode tornar singular (...). Escrever não é assunto privado de

alguém. É se lançar. Interessa escrever “pelos” analfabetos, pelos doentes, pelos animais, não para eles (...). Transitar por essa faixa sensível “no lugar” do doente, do analfabeto, da criança albergada. Escrever é mostrar a vida. Os casos de vida são justamente aquilo que se passa entre o escrever, seja lá o que for, e um questionamento vital que escrita alguma consegue esgotar ou acalmar, mas tão somente reafirmar faceteando. É testemunhar em favor da vida (...). Escrever não é tornar-se escritor, nem um memorialista, mas também não se escreve pelo simples ato de escrever. Se escreve porque algo da vida passa em nós. Qualquer coisa. Escreve-se para a vida. Nós nos tornamos alguma coisa. Só uma existência que se mostra já é uma resistência (HENZ, 2020b).

Os relatos de Cristal, Eduardo e Águia atravessaram a produção das narrativas e serão trazidos/a como complementos e/ou interpelações em nossas discussões, mas não foram produzidas narrativas “no lugar” deles/a. Esta decisão deveu-se à extensão do material das entrevistas e, sendo necessário fazer uma escolha, a banca de qualificação, nosso diário de campo-memória e as indicações de Bourdieu (2006) no texto “A ilusão biográfica” nos levaram a optar por narrativas que pudessem incluir nossa intimidade e experiência com as adolescências narradas, nossa presença em cena.

Eduardo e Cristal são paulistanos, viveram suas adolescências em dois bairros da metrópole e foram amigadas construídas no período da faculdade, pessoas que já haviam me contado episódios de suas adolescências e com quem compartilhei alguns usos de drogas. Ambos de pele branca e de classe média, são pessoas que escolheram estudar o campo das ciências humanas, posicionando-se ética e politicamente contrários aos processos de estigmatização e marginalização. Cristal trabalha hoje com adolescentes em situação de inclusão na escola e Eduardo com redução de danos. Temos em comum indagações de uma adolescência transgressora que levaram a atuações profissionais que problematizam normas do campo da saúde e da educação.

Águia eu conheci como trabalhadora do Consultório na Rua de Mauá, homem negro, pobre e periférico que passou por violências e negligências desde a infância, tendo circulado por diferentes equipamentos de assistência social, saúde e pelo sistema prisional aos 18 anos. A decisão por entrevistá-lo foi tomada na intenção de trazer visibilidade aos atravessamentos da pobreza e do racismo na experiência com drogas, pois é uma intersecção que nos produz indignação.

Importante pontuar que a heterogeneidade entre os/as participantes não pretende esgotar a multiplicidade (des)comportada na experiência de adolescentes usuárias/os de drogas, mas sim abrir à polifonia das experiências e à importância de escutá-las em sua dimensão histórica e social, mas também singular e intensiva.

#### 1.4 Como perguntar sobre a experiência?

Tamboukou (2016) discute a pesquisa narrativa, seus fundamentos, ancoragens, potencialidades e efeitos, propondo que tal método qualitativo volta-se às singularidades, rompendo e problematizando a tirania da representação. Dentre os apontamentos da autora, destacamos a narratividade como paradigma que não busca a “*verdade dos fatos*”, mas sim os movimentos de diferenciação e o conhecimento encarnado na “realidade” dos narradores, incorporando todo o repertório (ficções, imaginação, memória) constituído nas histórias de seres únicos e não fixados.

As conversas-entrevistas foram semiestruturadas, disparadas por algumas perguntas, porém abertas às associações de cada pessoa ao narrar acontecimentos de suas vidas, bem como interpeladas por fragmentos de nossas memórias. Orientadas por nossos objetivos, indagamos como cada uma/um olha para a própria adolescência; como foram as primeiras experimentações com cada droga; como a política de drogas atravessou o vivido; quais outras circulações e práticas se agenciaram ao uso de drogas; e como as experiências adolescentes atravessam as trajetórias, escolhas e percursos, modos de sentir e de viver.

Sobre o uso de entrevistas abertas no campo das drogas, McRae (2004) diz que “o material produzido por esse tipo de entrevista (...) [permite] a captação do universo afetivo-existencial do sujeito, que outros métodos mais impositivos são incapazes de elucidar” (p. 31). Nas conversas com adolescências compartilhadas, indagações a partir de nossas memórias e afetos contribuíram para a criação de narrativas que colocaram os universos afetivos-existenciais e seus agenciamentos coletivos.

Pesquisar a experiência com drogas através de relatos racionalizados trouxe um grande desafio, pois algo da alteração de consciência se perde na sobriedade da conversa; inclusive, alguns entrevistados sugeriram que, com uma cerveja ou chá de cogumelo, a conversa ficaria mais interessante. Com a intenção de trazer à tona afetos relacionados às sensações produzidas pelos usos de drogas, nos inspiramos nas crônicas de Fiore (2013), que narram eventos de pessoas com drogas, e solicitamos que fossem contadas situações, brisas, viagens marcantes com cada substância.

No anexo II, apresentamos nossas perguntas norteadoras das entrevistas.

#### 1.5 Efeitos (em) pesquisa

No texto “Experiência e Pobreza”, Walter Benjamin (2012), fala que vivemos uma barbárie pela destituição cultural advinda da pobreza de experiências transmissíveis, impelindo os corpos a andarem para frente, sem se situarem na própria história vivida. Nesse sentido, a escolha metodológica de (re)constituir experiências através da produção de narrativas com a pesquisadora se inscreve também no campo da pesquisa-intervenção, assumindo a dimensão política do ato de pesquisar, no qual “objeto, sujeito e conhecimento são efeitos coemergentes do processo de pesquisar.” (PASSOS; BARROS, 2015, p. 18).

Conhecer é, portanto, fazer, criar uma realidade de si e do mundo, o que tem consequências políticas. Quando já não nos contentamos com a mera representação do objeto, quando apostamos que todo conhecimento é uma transformação da realidade, o processo de pesquisar ganha uma complexidade que nos obriga a forçar os limites de nossos procedimentos metodológicos. (PASSOS; BARROS, 2015, p. 30).

Os estudos foucaultianos acerca do *cuidado de si como prática de liberdade* (2004a) são tomados na tentativa de evitar que os diálogos se tornem discursos confessionais, no caso desta pesquisa, a assunção de “erros do passado adolescente”, por uma suposição moral de que é essa a verdade a ser revelada pela pesquisa. Buscamos traçar a dimensão histórica da experiência – circunscrita pelas condições socioculturais –; a dimensão trágica-intensiva, que escapa ao sentido pré-refletido, ou, dizendo de outro modo, a *experiência pré-refletida*, sua “processualidade, ao plano da coemergência, plano comum, coletivo de forças, do qual advêm todos os conteúdos representacionais”; e as reflexões do sujeito sobre o *vivido da experiência* (emoções, motivações, afetos, encontros etc.). (TEDESCO; SADE; CALIMAN, p. 302, 2013).

## 2 (IN)TENSÕES CIENTÍFICAS: O QUE SE PENSA-PRODUZ SOBRE O TEMA?

### 2.1 Um panorama dos objetivos que impulsionam as pesquisas

Para adentrar no campo desta pesquisa e na produção de saberes-verdades que produzem, sustentam e são sustentados por práticas sociais envolvendo o uso de drogas na adolescência, mapeamos a produção científica publicada na base de dados SciELO Brasil, utilizando as palavras-chave *adolescentes* e *drogas*, sem recorte de tempo, ou seja, do início da base, até 17 de abril de 2020. O portal SciELO (Scientific Electronic Library Online) existe desde 1997 e foi escolhido por ser de livre acesso, ter ampla produção nele indexada e pela abrangência de áreas temáticas em seu escopo editorial (LIMA, 2015).

Importante dizer que considerando a tensão conceitual e a sobreposição de faixa etária entre adolescência – etapa do desenvolvimento legalmente<sup>15</sup> definida entre 12 e 18 anos – e juventude – categoria sociológica legalmente<sup>16</sup> apontada entre 15 e 29 anos, escolhemos trabalhar com a palavra-chave *adolescentes* para colocar em questão este marcador etário, identitário e societário, quando associado ao consumo de drogas. Na minha experiência profissional em serviços socioassistenciais e de saúde, adolescentes faziam acirrar a norma da abstinência-sobriedade e, ao produzir estratégias para eliminar as substâncias, muitos serviços se distanciam do vivido pelos/as jovens.

Foram encontrados 332 artigos publicados com estas palavras-chave no título e/ou resumo, sendo 285 pertinentes para compreender como os adolescentes têm sido pensados na relação com as drogas utilizadas voluntariamente para fins de alterações de si.

Foram descartadas as 47 pesquisas que investigaram usos de drogas farmacêuticas, prescritas por médicos para o tratamento de doenças crônicas, ainda que para pensar o fenômeno das drogas seja fundamental considerar a dicotomia entre as drogas “do bem”, prescritas e incitadas, e as drogas “do mal”, aquelas consumidas por iniciativa própria e não pertencentes à indústria farmacêutica.

Dentre os 285 artigos pertinentes, 72 trabalhos têm outros fenômenos como objeto de estudo - doenças sexualmente transmissíveis (DST), gravidez, moradias em área de risco, *bullying* e outras violências sofridas e praticadas por adolescentes –, sendo estudos que

<sup>15</sup> Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), 1990.

<sup>16</sup> Estatuto da Juventude (EJ), 2013.

resultaram em correlações com usos de drogas, como causa ou consequência e, portanto, produções que vinculam o consumo de psicoativos a outras problemáticas sociais e/ou de saúde.

A partir da leitura dos títulos e resumos de 214 artigos que, diretamente, se propuseram a pensar o uso de drogas na adolescência e tendo em vista o número grande de textos e suas diferentes óticas, utilizamos os objetivos dos artigos como crivo de leitura, o que nos permitiu identificar 7 grandes eixos: 1) identificar/analisar fatores de risco e proteção ao uso de drogas; 2) identificar/analisar prejuízos decorrentes do uso de drogas; 3) analisar a política de atenção e as estratégias assistenciais destinadas ao adolescente que faz uso de drogas; 4) analisar prevalências nos usos de drogas; 5) analisar o trabalho de adolescentes no tráfico; 6) analisar representações e sentidos que os/as adolescentes têm sobre drogas; 7) analisar relações de poder e controles exercidos sobre a vida de adolescentes que usam drogas.

No **eixo 1**, estão os setenta e quatro (74) artigos que tiveram como foco principal a identificação, elucidação e/ou análise de fatores de *risco* - que aumentam as chances do consumo de drogas ou de ter prejuízos decorrentes -, e de *proteção* - que potencializam a vida saudável e reduzem as chances dessa experimentação ou seu agravamento na adolescência. Dentre os fatores estudados, as pesquisas analisam questões individuais, relações familiares, percurso escolar e ambiente da escola, relações de amizade, condições socioeconômicas e comunidade em que vivem os/as adolescentes.

Considerando nosso objetivo de investigar o *saber da experiência*, destacamos o estudo de Costa *et al.* (2012), que investiga fatores de risco e proteção ao uso de drogas pela ótica dos/as adolescentes, apontando que “o que se deixa entrever é que a articulação da rede social exerce função protetora ou desviante a partir da combinação de diversos fatores e do que ganha destaque na vida do adolescente que se envolve ou não com entorpecentes” (p. 815). Na discussão, indicam que o grupo social (pares) e a dinâmica familiar podem funcionar como risco ou proteção, destacando que poucas pesquisas abordam a função protetiva dos grupos sociais de adolescentes. Outra reflexão é sobre o papel da mídia, que, de modo geral, desconsidera a capacidade crítica de jovens na veiculação de informações e, nesse sentido, sugerem a escola como *locus* privilegiado, para promover reflexões e ofertar informações que qualifiquem as escolhas dos/as jovens. A presença de redes de apoio (políticas públicas intersetoriais) no território e traçar um projeto de futuro são dois fatores apontados como protetivos ao consumo de drogas.

O **segundo eixo**, com maior número de pesquisas é o das investigações acerca de prejuízos decorrentes do uso de drogas e/ou correlações negativas entre uso de drogas e outros

comportamentos considerados condenáveis. Foram encontrados 42 artigos, com o objetivo de evidenciar malefícios advindos do uso de drogas, particularmente as violências, gravidez indesejada, baixo rendimento escolar, homicídios, suicídios e outros agravos em saúde mental.

No **terceiro eixo**, estão os quarenta e dois (42) trabalhos que se debruçaram em discussões acerca da política de atenção ao adolescente que faz uso de drogas, investigando estratégias de cuidado, estrutura dos serviços, concepções e linhas teóricas adotadas por trabalhadores, perfil dos atendimentos e indicadores de adesão ao tratamento.

Uma tensão importante de ser destacada neste eixo está entre propostas de intervenção centradas nos “indivíduos em risco” e orientadas pela norma da abstinência, e uma perspectiva de análise das condições socioeconômicas e culturais que produzem vulnerabilidades a consumos em que a vida perde potência. Na segunda corrente, situam-se os trabalhos ancorados em pressupostos do Sistema Único de Saúde e da reforma psiquiátrica.

Para evidenciar a tensão, destacamos o estudo de Raupp e Milnitsky-Sapiro (2009), que analisou as Políticas Públicas destinadas a adolescentes usuários de drogas investigando as concepções que orientam as práticas em três equipamentos distintos: uma Comunidade Terapêutica (CT), uma unidade hospitalar e um ambulatório. Observando as rotinas e entrevistando adolescentes e trabalhadores, as pesquisadoras apontam os diferentes modos de compreender o fenômeno e as respectivas estratégias “terapêuticas”.

Na CT, “o programa terapêutico corresponde ao ‘modelo moral’ de tratamento”, no qual o “uso de drogas é compreendido como um problema de controle do impulso” (p. 452). Na unidade de dependência química do hospital geral predomina o “modelo médico”, com foco na dependência física e “na substância psicoativa e seus efeitos farmacológicos, sem que houvesse muito espaço para a consideração de questões psíquicas ou sociais” (p. 452). Diferente das duas outras abordagens – centradas na abstinência –, o ambulatório não impõe “um modelo único de recuperação (...) a equipe buscava adaptar a atenção às particularidades de seu público e ao que lhes era viável, enfatizando sua autonomia”, o que também desemboca em “esforços para estabelecer um trabalho em rede com outros serviços, a fim de oportunizar ao adolescente a vivência de novas formas de inserção social e de trânsito por diferentes possibilidades de formação de sua identidade” (p. 453).

Importante ressaltar que apesar da Política Nacional de Saúde Mental, Álcool e outras Drogas ter enfatizado a redução de danos e o cuidado de base territorial como estratégias prioritárias entre 2003 e 2018, a “*moralidade cristã*” e o “*modelo médico*” permaneceram

predominantes na Política Mundial de Guerra às Drogas, e hoje (2019 – 2020) retornam ao centro das Políticas Públicas sobre drogas<sup>17</sup>.

Sobre o modo como a mídia destinada a adolescentes abordava o uso de drogas no fim dos anos 1990, destacamos um último artigo, o qual foi enquadrado no eixo 3, por analisar um modo de abordar adolescentes sobre o uso de drogas.

Ribeiro, Pergher e Torossian (1998) analisaram a ideologia presente na mídia escrita para adolescentes, lembrando que, em 1998, existiam algumas revistas impressas amplamente difundidas entre algumas camadas de adolescentes. Foram selecionadas “Capricho” e “Atrevida”, que atingiam majoritariamente a classe média, e “Mundo Jovem”, uma revista que se encontrava disponível nas escolas públicas e privadas do país. Os textos analisados tinham em comum o “*tom assertivo*”, o “*uso de palavras assustadoras*”, o destaque para “*títulos dos autores*”, o posicionamento do “*adolescente-leitor como frágil e passivo*” e as drogas como “*substâncias malignas*”, resultados que evidenciam a imposição da ideologia de Guerra às Drogas, sem brechas para questionamentos.

No **eixo 4**, estão os trinta e um (31) trabalhos que investigaram prevalências e comparações sobre o consumo de substâncias psicoativas em populações de adolescentes e três (3) pesquisas sobre instrumentais para mensuração do consumo. Dos trabalhos agrupados no **eixo 4**, alguns utilizaram a base de dados da Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar (2015)<sup>18</sup>, outros o VI levantamento nacional sobre o consumo de drogas psicotrópicas entre estudantes Carlini (2010)<sup>19</sup>, sendo uma unanimidade que o álcool<sup>20</sup> é a droga mais utilizada por estes. Houve, também, trabalhos com grupos menores, para pesquisar prevalências entre as substâncias utilizadas, diferenças por gênero, motivações que levaram ao uso e comportamentos associados.

Um pequeno conjunto de pesquisas aborda a questão do trabalho de adolescentes no comércio varejista, tratado via de regra nos textos como “tráfico de drogas”, analisando suas características e sentidos. As quatro (4) pesquisas do **quinto eixo** consideram adolescentes no

---

<sup>17</sup> Esta predominância e atual contexto serão aprofundados no Capítulo 3.

<sup>18</sup> A Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar (PeNSE) é realizada pelo IBGE em parceria com o Ministério da Saúde e apoio do Ministério da Educação, sendo parte da vigilância dos fatores de risco e proteção das doenças crônicas. Na edição de 2015, abrangeu escolas públicas e privadas em todas as unidades da federação, aplicando o inquérito a adolescentes de 13 a 17 anos.

<sup>19</sup> O VI levantamento nacional sobre o consumo de drogas psicotrópicas entre estudantes do ensino fundamental e médio de ensino das redes públicas e privadas foi realizado nas 27 capitais brasileiras.

<sup>20</sup> Os dados da PeNSE (2015), mostram que 71,4% dos/as estudantes (13 a 17 anos) já experimentaram álcool, 27,3% consumiram nos últimos 30 dias e 22,1% já se embriagaram.

tráfico em sua dimensão de trabalhadores, portanto, focando a problemática social das relações de exploração e do trabalho infantil, não no ato infracional.

Nestes cinco (5) primeiros eixos, as investigações são orientadas por perguntas como: “Qual o perfil dos adolescentes que consomem drogas? Que substâncias consomem? Quanto consomem? O que faz consumir ou não consumir? Quais os prejuízos? Como evitar o consumo? Quais as melhores abordagens/tratamentos para diminuir ou cessar o consumo? Diante dessas questões, indagamos se tomar o uso de drogas na adolescência como “comportamento de risco” a ser prevenido ou tratado no âmbito da saúde não fixa o encontro entre sujeitos, substâncias e contextos como “problema de saúde pública”, invisibilizando a multiplicidade e a positividade das experiências, ou seja, a dimensão produtiva de modos de vida e processos de subjetivação.

Consideramos a importância de tais perguntas à formulação e implantação de políticas públicas destinadas a adolescentes; no entanto, quando trabalhamos com adolescentes que consomem drogas, deixar de fora a positividade das experiências é deixar de fora o que lhes passa.

## **2.2 A voz de adolescentes na escuta de pesquisadores/as**

No **eixo 6**, agrupamos treze (13) estudos que buscaram escutar o que dizem os/as adolescentes sobre drogas, como contam suas experiências, quais os sentidos atribuídos aos usos, não usos, motivações, representações associadas. Algumas pesquisas de outros eixos entrevistaram adolescentes como estratégia metodológica, mas neste eixo foram agrupados os trabalhos em que o objetivo foi traçar compreensões sobre as drogas a partir de entrevistas individuais, grupos ou questionário respondido por adolescentes.

Considerando que um dos nossos objetivos é traçar pistas para o cuidado a partir do saber da experiência, nos próximos parágrafos destacamos os trabalhos do **eixo 6**, lidos na íntegra por buscarem compreensões sobre as drogas e seus usos na perspectiva de adolescentes. No anexo I, apresentamos um quadro com os títulos dos artigos, ano, área e revista.

Silva e Padilha (2011) realizaram estudo acerca das atitudes e comportamentos de adolescentes frente ao álcool. Trabalharam com histórias de vida de adolescentes em instituição socioeducativa e, utilizando a teoria das representações sociais, destacaram o uso de álcool associado ao processo de socialização e ao imaginário social ligado ao prazer. Ao final, os

autores alertam para o risco da dependência química e situam o álcool como porta de entrada para drogas ilícitas.

Outro estudo, realizado por Faria Filho *et al.* (2015), ocorreu com 16 adolescentes em uma escola e, partindo do uso precoce como problemática, buscou-se conhecer as concepções dos adolescentes sobre as drogas, aspectos em relação às influências e à experimentação e formular sugestões para minimizar a situação. Faria Filho *et al.* (2015) trabalharam com grupos focais e a técnica da análise de conteúdo, categorizando em: “O significado de drogas”; “Convivendo com o uso de drogas”; “Opiniões, crenças e atitudes em relação ao uso de drogas” e “Prevenindo o uso indevido de drogas na adolescência”.

Sobre os significados atribuídos às drogas, as falas associaram a palavra “droga” a doença, crime e/ou imoralidade. Na discussão acerca da convivência com drogas, adolescentes falaram com naturalidade de pessoas que fazem uso, da presença do tráfico nas cercanias de seus trajetos, bem como apontaram a existência de familiares usuários. O grupo mostrou atitude de desaprovação frente ao uso de drogas ilícitas e apontou a relevância das influências grupais, situando adolescentes como particularmente influenciáveis. Na discussão acerca das melhores estratégias de prevenção, os/as pesquisadores/as indicam a importância de ambientes seguros, espaços para o lazer, atividades culturais, professores capacitados para falar sobre o assunto e família atenta.

O estudo corrobora com outros trabalhos que se situam de modo crítico ao limitado conhecimento na área, problematizando, em especial, a reprodução da Guerra às Drogas nos programas de prevenção e tratamento. Segundo Faria Filho *et al.* (2015), as falas dos/as adolescentes indicam maior assertividade em propostas de prevenção que trabalham a partir das concepções e vivências advindas deles/as e não de verdades que se pretendem universais.

Na Costa Rica, Murillo-Castro e Miasso (2011) realizaram pesquisa com adolescentes internados em uma instituição para reabilitação por uso de drogas, buscando compreender “a visão de jovens costa-riquenhos sobre o consumo de drogas”. Como estratégia metodológica, utilizaram palavras, textos, discursos e desenhos para disparar discussões que possibilitassem compreender a vida social em uma *perspectiva holística*.

Aqui, os eixos para análise foram: a) percepção que o adolescente tem de si; b) sentimentos que tiveram no início do uso de drogas; c) relação com familiares; d) relação com amigos; e) arredores da escola; f) ambiente da comunidade de origem. Estes eixos foram discutidos com os adolescentes, levando a conclusões sobre vulnerabilidades, territórios

violentos, presença das drogas nos arredores da escola, relações conflituosas, baixa autoestima, influências de pares, entre outros fatores de risco.

Encontramos uma pesquisa de abordagem fenomenológica que buscou estudar a *experiência vivida* por adolescentes usuários de drogas. O trabalho de campo foi realizado em um centro de tratamento no México e foram entrevistados 11 adolescentes do gênero masculino. Escutando os adolescentes, Vázquez, Oviedo e Olalde (2018) utilizaram três chaves para descrição da experiência: ambiente familiar conturbado; experimentando no mundo do consumo; e a esperança do “ser aí”.

Em especial na discussão sobre as experiências de uso, as autoras partem de outros estudos sobre os padrões de consumo, pré-ocupando-se com o aumento das doses conforme evolui a adicção. O texto aponta uma experiência de *crise existencial* quando adolescentes consomem drogas, um modo de desconexão com a preocupação de existir, de desarticulação do passado e do futuro, uma fuga pela intensificação do presente. (VÁZQUEZ; OVIEDO; OLALDE, 2018).

Sin duda alguna para el adolescente, enfrentar el proceso de abandono del consumo le deja claro las líneas generales de su existencia, lo que encaja y lo que no encaja en su vida. En el proceso de abandono el adolescente relata la lucha del día a día para sostenerse sin recaer en el consumo (VÁZQUEZ; OVIEDO; OLALDE, 2018, p. 5).

Na citação acima, o processo de “*abandonar o consumo*” está sendo tomado como o que permite aos adolescentes em tratamento ter clareza das “*linhas gerais da existência*”, partindo de Heidegger, para caracterizar a experiência com drogas como afastamento de si, como período nomeado de “*existência inautêntica*”, que busca o novo sem nunca se preencher (VÁZQUEZ; OVIEDO; OLALDE, 2018). A abordagem deste artigo trata o consumo de drogas a partir de uma leitura fenomenológica-existencialista e, ainda que indagamos a dicotomia valorativa entre experiências autênticas (verdadeiras) X experiências inautênticas (fuga, anestesia), importante destacar que o artigo coloca em cena o uso e o abandono do uso de drogas engendrando uma experiência de si.

Seguindo as pesquisas que buscaram escutar adolescentes, encontramos uma pesquisa-intervenção que buscou compreender o caráter mediador das interações grupais em torno de temas da saúde, realizando um grupo com 10 adolescentes e 1 professor de uma escola de Fortaleza. No artigo lido para nossa investigação, Barros e Colaço (2015) discutem os sentidos produzidos sobre o tema das drogas, que no grupo foi dramatizado por três meninas que intitularam de “certo ou errado”. Foram três cenas: a protagonista enfrenta a mãe e vai

escondida para uma festa; ela sentada e cheirando cocaína enquanto a voz do bem e a do mal disputam entre seguir a mãe ou o grupo, a diversão, os prazeres; ela volta para casa passando mal e a mãe é quem a leva ao médico.

Da encenação, os autores destacaram: a associação entre juventude e desobediência e/ou rebeldia; a ideia de que usam drogas influenciados pelos pares e para esquecer dos problemas; e a polarização entre a família do “bem” e os pares do “mal”. Nos debates subsequentes da pesquisa-intervenção, o próprio grupo foi desnaturalizando o viés moralista e maniqueísta da Guerra às Drogas, ampliando a reflexão para problematizações acerca das concepções dos adolescentes e sua relação com discursos de prevenção, que seguem compondo o cotidiano escolar, os quais ainda utilizam a estratégia de aterrorizar para convencer à abstinência. (BARROS; COLAÇO, 2015)

Um estudo em Lima/Peru, realizado em 2007, aplicou um questionário a 386 escolares, buscando identificar percepções de uso, risco, motivações e características de usuários. O artigo identifica a necessidade de informações mais confiáveis sobre os usos de drogas, destacando que programas de prevenção e tratamento devem focar na percepção sobre os riscos, concomitante ao cuidado com processos de socialização e vida recreativa (GIL *et al.*, 2008). Na linha da discussão sobre “informações confiáveis”, o estudo de Zeitoune *et al.* (2012) pesquisou o conhecimento de adolescentes sobre drogas lícitas e ilícitas e sugere programas de *prevenção* em que profissionais de saúde desenvolvam atividades educativas com adolescentes e familiares, afirmando a informação qualificada como fator de proteção.

Em estudo quantitativo, Conceição e Ventura (2019) aplicaram questionários para 268 estudantes, buscando analisar percepções de adolescentes sobre danos e benefícios do uso de maconha, bem como a intenção de uso em caso de mudanças regulatórias no país. As pesquisadoras apontam que a maioria dos/as adolescentes parece conhecer os riscos e que a intenção de uso da maconha, em caso de legalização, não é preocupante. Assim, sugerem que “estratégias de prevenção com foco exclusivo nos efeitos nocivos das drogas não são eficazes, sendo que uma abordagem com foco na promoção integral da saúde tem mais chance de encontrar resultados positivos” (p. 11).

A pesquisa de Vasters e Pillon (2011) surgiu da preocupação com a adesão ao tratamento, buscando colocar em questão as estratégias de cuidado a partir da compreensão do uso de drogas por adolescentes, indagando-os sobre percepções desde as primeiras experimentações, até o momento do tratamento. Foram entrevistados 14 adolescentes usuários de um CAPS ad; porém, as conversas foram feitas em visitas nas casas, pois nem todos estavam

frequentando o serviço. As categorias analíticas foram: motivos para o uso; vontade ou intensidade do uso; motivos para mudança no padrão de uso; como chegou ao tratamento; fatores que auxiliam a se manter no tratamento ou reduzir o consumo; fatores que dificultam tratamento; contribuições do tratamento; e características de um serviço atrativo.

Os adolescentes destacaram a ausência de atividades que proporcionem lazer e diversão e as dificuldades para lidar com sentimentos de conflito como principais disparadores das experimentações, sendo a intensidade do uso associada ao tempo livre, relações e presença das drogas nos locais de diversão. Mudanças nos padrões de uso foram relacionadas com medos e percepções sobre riscos e danos, consequências legais, família, relações amorosas e perspectivas de futuro. De modo geral, adolescentes chegaram ao tratamento por encaminhamentos ou levados por familiares, não por iniciativa própria, e dizem que o que auxilia na manutenção da abstinência ou consumo reduzido é a nova rede de relações, os vínculos, o apoio familiar e as práticas de esportes e/ou religiosas. Já como dificuldades para o tratamento, foram apontados os amigos, a não percepção do uso como problema, a ausência de apoio familiar e a acessibilidade à droga.

Por fim, dentre o grupo de adolescentes entrevistados, alguns falaram de atividades grupais do CAPS que foram importantes, outros disseram que os atendimentos contribuíram para sua autopercepção, e houve ainda alguns que não reconhecem qualquer contribuição do tratamento em suas vidas. De modo geral, apontaram que um serviço atrativo deve promover o diálogo, ser acolhedor, ter ex-usuários de drogas na equipe e restringir a faixa etária ao público jovem. O estudo conclui com sugestões de estratégias para os serviços e enfatiza a importância de pesquisas que busquem a compreensão da droga no cotidiano de adolescentes.

Nossa revisão da literatura evidenciou que estudos sobre o uso de drogas por adolescentes do gênero feminino são raros, ainda que pesquisas mais recentes indiquem aumento do consumo de algumas substâncias por meninas. Alvarado-Chacón *et al.* (2011) realizaram um estudo descritivo acerca dos significados do consumo de drogas entre sete (7) meninas em situação de rua na cidade de Valência, Venezuela. As entrevistas às adolescentes buscaram compreender as experiências de usar drogas, encontrando narrativas que apontam importantes articulações entre o uso de drogas e enfrentamentos a normas de gênero.

Com base nas entrevistas, as chaves analíticas foram: a) busca por não ser a “boazinha”; b) igualar o papel feminino; c) consumo como experiência; d) o olhar dos outros à adolescente que usa drogas; e) a usuária como cuidadora.

Na discussão sobre o *consumo como experiência*, as transcrições apresentam diferentes sensações produzidas no encontro com as substâncias e nos modos como se deram as escolhas das adolescentes por uma ou outra brisa. Em especial, diferente de todas as pesquisas encontradas, este artigo relaciona o uso de drogas como um modo de romper com o papel social destinado às mulheres, afirmando uma posição crítica das adolescentes que se expressou ao longo das entrevistas de diferentes modos.

La experiencia de consumir drogas viene a ser un elemento que rompe con este paradigma, es una manera de igualarse con sus pares masculinos, los que si pueden ser malos, sin límites, omnipotentes, creadores de reglas, ya que esto crea en la mujer un complejo de masculinidad (sentimientos de inferioridad, carácter vengativo y competencia con los hombres) que surgen de la dinámica familiar de la relación de la niña con los hombres de su familia (ALVARADO-CHACÓN *et al.*, 2011, p. 749).

O estudo de Andrade, Alves e Bassani (2018) buscou compreender e analisar as representações sociais sobre drogas de adolescentes em conflito com a lei e possíveis relações com o ato infracional. Utilizando um questionário sociodemográfico e o desenho-história<sup>21</sup>, com tema como ferramenta metodológica, foi criada a categoria *droga-crime* para análise dos desenhos e as subcategorias *causas* – desenhos que associaram o uso como impulsionador do ato infracional – e *consequências* – desenhos em que as drogas são identificadas como devastadoras.

Cruzando as histórias dos desenhos com o questionário sociodemográfico, as autoras ressaltam as falhas da rede intersetorial, ao não garantirem direitos e necessidades dos adolescentes, indicando que as políticas sociais e de assistência poderiam evitar as “*práticas desviantes*”. Outro apontamento sobre os resultados é de natureza conceitual, pois sendo as representações sociais também produzidas pela sociedade e cultura em que os sujeitos se constituem, as representações dos adolescentes expressam estigmas dos quais eles próprios são alvos.

Outro trabalho que buscou compreender sentidos e representações sobre drogas, escutando o que dizem os/as adolescentes, intitula -se “Significações sobre adolescência e saúde entre participantes de um grupo educativo de adolescentes” (MACEDO; CONCEIÇÃO, 2015). O estudo foi realizado com 10 adolescentes atendidos em uma Unidade Básica de Saúde (UBS),

---

<sup>21</sup> Técnica advinda da psicologia clínica em que o sujeito faz um desenho e atribui um título. Esta técnica foi adaptada ao campo da psicologia social, sendo utilizada em pesquisas das representações sociais desde 1980. (ANDRADE; ALVES; BASSANI, 2018).

objetivando compreender significações sobre adolescência e saúde na perspectiva dos participantes.

Na análise, foram elencadas “*cinco zonas de sentido*”: 1) “*adolescência é mais do que sexo, drogas e rock n’ roll*”, zona que sistematizou falas em que adolescentes dizem buscar referências, preocupando-se com os riscos e formas de se proteger ao buscarem novas experiências, desconstruindo a ideologia dominante que naturaliza a rebeldia inconsequente e sem causa; 2) “*porque a família tem que adolecer com a gente*” traduz a percepção de adolescentes de que a visão estereotipada sobre a adolescência distancia membros da família, sendo apontado por eles uma expectativa de orientações e diálogo com os pais; 3) “*o projeto de vida começa agora, agora?*” é uma indagação que enfatiza a importância de profissionais construir ações que aproximem projetos de futuro de reflexões do presente sobre os diferentes modos de vida, informações e formas de trabalho; 4) “*em busca de um ideal de saúde*” é a zona de sentido que demarcou uma representação da saúde como um estado único e padronizado por parte dos adolescentes; 5) “*porque sexualidade, antes de tudo, se expressa*” foi o modo das autoras indicarem que os participantes se interessaram em discutir relações afetivas e amorosas, mais do que prevenção às DSTs e gravidez, enfatizando a importância de valorizar a vivência afetiva para se promover saúde (MACEDO; CONCEIÇÃO, 2015).

O artigo conclui apontando a importância de pensar nos modos de vida dos adolescentes considerando contextos e espaços para o desenvolvimento de sua subjetividade, enfatizando a pouca efetividade de programas que partem de visões estereotipadas da adolescência *em crise* e centradas em fatores de risco.

Um ponto a ser destacado nos estudos que buscaram escutar os/as adolescentes é que apenas 1 (um) foi realizado fora de instituições; os demais ocorreram em escolas, serviços de saúde e centros socioeducativos, o que também atravessa – de modos inapreensíveis para nós – os discursos e as condições de possibilidade do dizer.

Dentre os diferentes apontamentos, muitos estudos convergem na indicação de que a abordagem sobre drogas com adolescentes resulta pouco eficiente quando não vai ao encontro do que eles/as experienciam. De modo geral, recomendam práticas dialógicas, situadas nas vivências, afetos e percepções dos/as próprios/as adolescentes, fornecendo informações que qualifiquem o processo de escolha, contrapondo práticas de prevenção que focam exclusivamente nos riscos e na produção do medo como estratégia para abstinência.

Nesse sentido, destacamos um último trabalho do eixo 6, que problematiza os usos da produção de informações estatísticas relacionadas à saúde de adolescentes. A pesquisa de Chimeli *et al.* (2016) analisa, de modo crítico, o crescente interesse por investigações acerca dos comportamentos de risco – dentre eles o uso de drogas – como objeto de investigação epidemiológica.

No artigo “A abstração do risco e a concretude dos sujeitos: uma reflexão sobre os comportamentos de risco”, as autoras recuperam, na história da medicina moderna, o esquadramento do corpo humano e seu desmembramento das emoções e ambientes. Segundo o estudo, a insuficiência das descobertas de germes e bactérias - início do século XX – para determinação das doenças e seus agravos, impulsionou o uso da estatística para mensurar interferências de outros fatores nos processos de adoecimento, contexto em que a noção de *fatores de risco* ganha centralidade no campo da Epidemiologia (CHIMELI *et al.*, 2016).

O estudo faz uma discussão crítica de abordagens que partem de estudos epidemiológicos para “*evitação*” dos comportamentos de risco na adolescência, as quais se pautam em conhecimentos abstratos acerca dos riscos e da própria adolescência como fase universal. Chimeli *et al.* (2016), através de narrativas colhidas em entrevistas semiestruturadas, discutem as particularidades dos sujeitos, investigando “motivações envolvidas na adoção de comportamentos considerados de risco entre adolescentes do município de Lagoa Santa, Minas Gerais”.

Como sugerido pelos resultados do trabalho de campo exposto no artigo, a temática dos comportamentos de risco entre adolescentes envolve aspectos irredutíveis aos instrumentos quantitativos de pesquisa, sendo preciso aprimorar as estratégias de intervenção em saúde de forma a identificar as particularidades dos indivíduos e grupos para os quais se voltam e, assim, adequar as ações às necessidades dos mesmos (CHIMELI *et al.*, 2016, p. 412).

O trabalho traz importantes reflexões sobre a moralização dos comportamentos de risco no campo da saúde, o silenciamento de vivências e necessidades de adolescentes nas abordagens pelo risco-perigo, e a produção social de tais comportamentos. Assim, aponta-se a importância de “ampliar as bases de compreensão dos indivíduos e dos fenômenos que os constituem para, assim, atuar de maneira abrangente em prol da saúde e da qualidade de vida” (CHIMELI *et al.*, 2016, p. 412). Corroboramos com a crítica apontada pelas autoras, ressaltando que as noções de *saúde* e *qualidade de vida* não são tomadas como ideais estáticos, mas estados que variam nas interações entre sujeitos e o meio.

O conjunto de artigos analisados no eixo 6 coloca em questão o modo como o uso de drogas vem sendo enunciado para e por adolescentes. Ressaltamos que, de modo geral, os trabalhos apontam a ineficácia do discurso que reproduz a Guerra às Drogas – que pretende eliminar as drogas do planeta, como se fosse possível –, frente ao objetivo de “evitar o mal”. A escuta atenta de adolescentes abre questões sobre prazeres, contextos em que vivem, percepções de si no mundo, experimentações, acesso a direitos, projetos de futuro e sua imbricação no presente, vínculos afetivos, sexualidade, relações de gênero, entre outros agenciamentos que produzem modos de pensar e de consumir ou não consumir drogas.

No entanto, apesar da abertura às questões e condições de vida que se articulam com o uso ou não uso de drogas, a revisão da literatura também nos possibilita concluir que adolescência é, na maioria das pesquisas, naturalizada como fase do desenvolvimento humano caracterizada por instabilidade rumo ao futuro e propensa a comportamentos de risco, dentre eles o uso de drogas. Minayo e Schenker (2005) – autoras utilizadas como referência em diferentes trabalhos – discutem fatores de risco e proteção para uso de drogas na adolescência, colocando em cena os sujeitos, seus contextos e a “quase inevitabilidade com a qual convive o ser humano de buscar algum tipo de prazer em substâncias que produzem algum tipo de sensação” (p. 715). Ao discutir o que está *em risco* quando adolescentes consomem drogas, as autoras explicitam certa ancoragem em um ideal universal de bom desenvolvimento.

O lado negativo do desejo juvenil de obter prazer com o uso de drogas é o risco que ele corre de se tornar dependente e comprometer a realização de **tarefas normais do desenvolvimento**; o cumprimento dos **papéis sociais esperados**; a aquisição de **habilidades essenciais**; a realização de um sentido de **adequação e competência** e a preparação apropriada para a transição ao próximo estágio na trajetória da vida: o adulto jovem. O termo *comportamento de risco* aqui, portanto, se refere às ameaças ao **desenvolvimento bem-sucedido** do adolescente (MINAYO; SCHENKER, 2005, p. 709, grifo nosso).

Tal noção de desenvolvimento bem-sucedido traça uma linha divisória que qualifica os comportamentos de crianças e adolescentes com base em ideais do próximo estágio: o adulto jovem. Aprofundaremos esta discussão no Capítulo 3, porém, em nossa discussão da produção científica, é importante ressaltar que partir do uso de drogas como comportamento de risco direciona os estudos à “evitação do mal” e “proteção do futuro”, tornando difícil a escuta do que experienciam adolescentes que consomem drogas.

São verdades que afirmam que o uso de drogas será sempre problemático e para tudo incapacitante. Verdades que fixam identidades como se não tivessem contradições e fossem imutáveis. Verdades que afirmam uma essencialização da adolescência e de

uma maneira correta de adolecer. Verdades que delimitam territórios de existência, aprisionam e localizam modos de vida em um movimento que busca negar e homogeneizar as multiplicidades e diferenças (REIS; GUARESCHI, 2016, p. 100).

### 2.3 Adolescentes “drogados”: marcação e segregação

Para adensarmos a discussão acerca das relações de poder que atravessam o campo dos usos de drogas na adolescência, destacamos as cinco (5) publicações do **eixo 7 – análises das relações de poder e dos controles exercidos sobre a vida de adolescentes que usam drogas** -, também lidas na íntegra. De modo geral, os cinco trabalhos problematizam a judicialização da vida de adolescentes usuários de drogas ilícitas, evidenciando o controle sobre a vida nas práticas de saúde mental destinadas a essa população.

Scisleski e Maraschin (2008) discutem que as ordens judiciais aplicadas a adolescentes usuários de drogas são, por um lado, tomadas como estratégia de acesso ao serviço de saúde e, por outro, utilizadas como recurso punitivo. A articulação entre os saberes médicos e jurídicos operam controle e vigilância na vida de adolescentes em situação de marginalidade, legitimando uma “*posição simbolicamente desacreditada*” e atribuindo aos indivíduos o “*fracasso do seu próprio destino*”, operação que deixa encoberta a necessidade de um trabalho coletivo e intersetorial. (SCISLESKI; MARASCHIN, 2008).

Carolina dos Reis *et al.* (2014), na publicação “*Sobre os Jovens Drogaditos: as histórias de ninguém*”, discutem o uso das medidas protetivas previstas no ECA para legitimação de internações compulsórias que, articulando distintos campos de saber, produzem verdades sobre a “*adolescência drogadita*”, configurando-a como categoria populacional abstrata. A utilização do aparato psi-jurídico para justificar internações vem conformando um saber que borra singularidades, contextos marginalizados e desigualdades estruturais, patologizando e criminalizando parte das novas gerações, os enquadrados no perfil *drogadito*.

As autoras analisaram os documentos “*técnicos*” dos processos judiciais e encontraram três grandes contradições em relação ao discurso da proteção por uso de drogas: 1) redução do foco nas relações do sujeito com as drogas e direcionamento para descrição geral de suas condutas; 2) laudos e pareceres se distanciam das histórias singulares e vão caracterizando a categoria populacional “*adolescentes usuários de drogas*”; e 3) em torno da oferta de *proteção social*, articulam-se ações com foco no controle do comportamento.

Madariaga (2015) faz uma análise genealógica para colocar em questão as práticas e discursos que operam sobre adolescentes autores de ato infracional e usuários de drogas.

Segundo o artigo, a lei de “responsabilidade penal infantojuvenil<sup>22</sup>” chilena prevê a obrigatoriedade de tratamento para adolescentes usuários/as de drogas, o que vem enredando saberes, instituições e programas de governo que têm como efeito a produção de novos modos de existência e novas formas de subjetividade que se moldam por meio das intervenções: “*el joven infractor de la ley*”. (MADARIAGA, 2015).

No artigo “*A internação compulsória como estratégia de governamentalização de adolescentes usuários de drogas*”, Guareschi, Lara e Ecker (2016) problematizam a internação compulsória de adolescentes, a partir da noção foucaultiana de Biopolítica, tecnologia de poder que regulamenta a vida da população. Através da análise de prontuários – diagnóstico inicial, ordem judicial, evoluções, encaminhamentos –, as pesquisadoras evidenciaram as racionalidades que configuram as práticas em torno dos sujeitos *adolescentes*, passando a produzir *percursos existenciais* que perduram após a internação.

Assim, os materiais analisados apontam que, na atualidade, a internação compulsória se coloca como uma medida para sujeitos que advém de situações de rua, abandono, pobreza e marginalização. O diagnóstico psiquiátrico obtido para que o jovem tenha acesso ao serviço, como uma categoria de classificação, marca no real o que não existia a priori e, através do processo de internação compulsória, passa a administrar a vida de muitos dos adolescentes sob mecanismos de investimento que buscam a produção de determinados modos neoliberais de circulação social. Estes passam a ser visibilizados através da inscrição do jovem na rede de serviços de saúde mental, nas comunidades terapêuticas e na prática de consumo de medicações. Vinculações essas que orientam o cotidiano dos adolescentes após a alta do serviço, tornando economicamente produtivas suas existências, para aqueles setores que cotidianamente se mantêm amparados por propostas de cuidado (GUARESCHI; LARA; ECKER, 2016, p. 34).

Por fim, no artigo intitulado “*Nas teias da rede de proteção: internação compulsória de crianças e adolescentes e a judicialização da vida*”, Reis e Guareschi (2016) retomam a circunscrição de adolescentes usuários de drogas como “grande problema social”, fazendo ativar um “*poder de normalização*” que se opera através da “*rede de proteção*”. Construindo um *caso* a partir de trechos dos processos judiciais, as autoras discutem a falência das instituições e a fragilidade dos discursos humanitários e protetivos que encaminham “*adolescentes drogaditos*” às internações e não sujeitos de carne e osso, singulares e múltiplos em suas demandas e desejos.

---

<sup>22</sup> Lei 20.084, promulgada em 2005 regulamenta a responsabilidade penal a adolescentes por delitos que cometam, o procedimento para averiguação e o estabelecimento da dita responsabilidade, a determinação de sanções e forma de execução. (MADARIAGA, 2015).

## 2.4 Das normas universais às linhas de singularização

Até o momento, buscamos mapear as (in)tensões e direções da produção científica sobre uso de drogas na adolescência, agrupando os trabalhos por objetivos e destacando: a) as principais disputas do campo: vulnerabilidade da crise adolescente X contextos socioeconômicos que acirram vulnerabilidades; guerra às drogas (interdição-abstinência) X acesso a informação sobre drogas (exercitar escolha-tolerância); tratamento da “dependência química” X ampla garantia de direitos (articulações intersetoriais); b) estudos que buscaram compreender a perspectiva de adolescentes sobre drogas e que também dialogam com as disputas elencadas; e c) análises acerca dos controles sobre uma parcela dos corpos adolescentes enquadrados “nas drogas”.

O conjunto de artigos analisados nos permitiu identificar que tratar o uso de drogas na adolescência como problema social camufla a multiplicidade das experiências com drogas e seus agenciamentos. As noções de comportamento de risco-perigo, qualidade de vida, desenvolvimento saudável, existência autêntica, bem como as categorias jovens drogaditos, dependentes químicos e adictos, operam certa homogeneização das experiências, segundo normas do campo da saúde que se impõem universais. Como pensar o uso de drogas na adolescência fora das dicotomias morais que binarizam comportamentos saudáveis e doentios?

Retorno, por fim, ao ponto de partida para insistir que recusar o consenso moral não significa fazer apologia às drogas, mas alimentar a controvérsia em busca de alternativas consequentes que levem em conta a afirmação eticamente sustentada da pluralidade imanente dos modos de existência (VARGAS, 2006, p. 584).

Nesse sentido, nossa experiência com o uso de drogas na adolescência - como adolescente usuária e como trabalhadora do campo -, encontra-se com nosso referencial teórico acerca da produção de subjetividade, nos levando a questionar as visões universais, ideais e morais que recaem sobre os indivíduos, fixando identidades na busca por respostas generalizáveis. Por subjetividade, entendemos um processo constante de transmutação e diferenciação, efeito de agenciamentos coletivos no “intricado mosaico de ações, expressões, acontecimentos: linhas de força” (COSTA; GALLI FONSECA, 2008, p. 515).

A identidade, partindo de uma perspectiva cientificista voltada ao controle e previsão generalizáveis, se utiliza de estratégias de simplificação que se fundamentam na melhor definição (mais objetiva e operacional) de um padrão de igualdade de um fenômeno (...). Já o conceito de subjetividade busca a ampliação da complexidade dos fenômenos, cartografando suas diferenças, caprichos, peculiaridades (...) investigando

nestes as linhas que o levam para além de si (COSTA; GALLI FONSECA, 2008, p. 518).

Guattari e Rolnik (2008) discutem a produção de subjetividade como efeito de agenciamentos coletivos de enunciação, “essencialmente fabricada e modelada no registro do social” (p. 40), indissociável da cultura dominante. Nesse sentido, o Capitalismo Mundial Integrado (CMI) opera como “máquina produtiva de uma subjetividade industrializada e nivelada em escala mundial (...) serializada, normalizada e centralizada em torno de uma imagem” (p. 48).

Os indivíduos são reduzidos a nada mais do que engrenagens concentradas sobre o valor de seus atos, valor que corresponde ao mercado capitalista e seus equivalentes gerais. São espécies de robôs, solitários e angustiados, absorvendo cada vez mais as drogas que o poder lhes proporciona, deixando-se fascinar cada vez mais pela promoção. E cada degrau de promoção lhes proporciona um certo tipo de moradia, um certo tipo de relação social e de prestígio (...). É desde a infância que se instaura a máquina de produção de subjetividade capitalística, desde a entrada da criança no mundo das línguas dominantes, com todos os modelos tanto imaginários quanto técnicos nos quais ela deve se inserir (GUATTARI; ROLNIK, 2008, p. 48-49).

Em meio à produção de subjetividade serializada, normalizada e centralizada, emergem processos de singularização – *fatores de resistência*<sup>23</sup> –, que recusam a subjetivação capitalística. “Isso se sente por um calor nas relações, por determinada maneira de desejar, por uma afirmação positiva da criatividade, por uma vontade de amar, por uma vontade de simplesmente viver ou sobreviver, pela multiplicidade dessas vontades.” (GUATTARI; ROLNIK, 2008, p. 56).

Na direção de trabalhar com as dimensões singularizantes das experiências, vale ressaltar as sinalizações de Torossian (2001) e Toneli e Silva (2011). Na tese da Sandra Torossian (2001), destacamos a problematização da autora quanto ao risco de apagamento do sujeito no diagnóstico toxicômano, trazendo à cena diferentes lugares ocupados pelas drogas (e distintas significações em relação a esse uso) em casos de adolescentes que chegaram para atendimento com a mesma queixa: sofrer *com* drogas.

Toneli e Silva (2011), ao pesquisarem relatos sobre usos de drogas em comunidades do Orkut, problematizam dimensões éticas e morais nos enunciados. Partindo da concepção deleuziana – de base espinosista –, os autores pensam ética como modo de vida, um corpo

---

<sup>23</sup> Guattari e Rolnik (2008, p. 54).

aberto a afetar e ser afetado por outros corpos, desarticulando o modo moral de pensar a vida, ou seja, sob a égide de valores transcendentais a experiência viva.

Ingressando em comunidades do Orkut – site de relacionamentos onde são discutidos assuntos cotidianos –, Toneli e Silva (2011) pensam a “internet não simplesmente como uma tecnologia de informação e comunicação, mas também como uma das ferramentas de construção e produção de subjetividades no cenário contemporâneo” (p. 543). Foram analisadas três comunidades, onde são compartilhadas experiências com drogas: *discussões sobre o extasy, comunidade bad trip e comunidade experiência psicodélica*.

Os autores destacam, a partir dos enunciados, que coexistem experiências de desterritorialização e dissolução do eu, experiências instauradoras de conexões, empreendimentos mortíferos, ambivalências morais, diferenças entre usos ritualizados e usos capturados pela ordem capitalística e atravessamentos do proibicionismo no próprio manejo das comunidades. Em suma, a análise das partilhas de experiências aponta para um amplo espectro de possibilidades engendradas pelo consumo de drogas, articulando agenciamentos coletivos e linhas de singularização.

As intensidades envolvidas nestas experiências perturbam a lógica sócio-político-econômica vigente, reclamando a si o direito de ter experiências singulares, marcantes e quase imprevisíveis. Estas tanto podem ser instauradora de fluxos potencializa(dores) da vida, quanto buracos negros que roçam a morte de modo muito próximo (TONELI; SILVA, 2011, p. 553).

Se ressaltamos até aqui o desencontro entre abordagens negativas – antidrogas – e a experiência de adolescentes, uma outra direção de análise que nos cabe apontar, tendo em vista uma leitura na perspectiva da produção de subjetividade, é aquela que debate a medicalização generalizada dos afetos como um modo de produção de subjetividade capitalística.

De fato, neste território movido às diferenças, as drogas chamadas de fármacos - que a um só tempo fazem girar a indústria e os corpos produtivos - são largamente incitadas pelo poder médico; ao passo que as ditas *drogas* - que alteram voluntariamente a percepção - são proibidas e tratadas pelo saber médico. Em meio a essa ambivalência acerca do consumo de drogas, adolescentes – o futuro da nação – vêm consumindo drogas, preocupando as instituições sociais e sendo tomados como ícones à manutenção da guerra às drogas.

Poderia a experiência com drogas na adolescência ser pensada na engrenagem da máquina capitalista, como efeito do imperativo de consumo desenfreado que investe a produção

desejante e confere identidades? Toneli e Silva (2011) e Passos e Souza (2011), pensando a desterritorialização produzida pelo capital e o modo de subjetivação capitalística como produção de modos de vida, indagam se a experiência moderna com drogas não estaria também capturada pela lógica capitalística de consumo-valor.

Nas sociedades de consumo os produtos são intangíveis, como uma “sensação de bem-estar”, um “estilo de vida”, uma “identidade pré-fabricada”. O marketing e os meios de comunicação investem, sobretudo, na produção desejante como motor da economia. Dentro desse contexto, as drogas se inserem numa rede de produção de substâncias que se agencia a uma ampla rede de produção de subjetividade. As drogas permitem acessar de modo prático, rápido e de qualquer lugar a rede de produção de subjetividade consumista (PASSOS; SOUZA, 2011, p. 155).

Desde outro ângulo da engrenagem, podemos indagar uma dimensão de ruptura com a ordem capitalística (temporalidade, corpo produtivo, afetos contidos, individualização). Algumas pesquisas falam do uso de drogas como *fuga* da realidade e/ou *anestesia* dos conflitos adolescentes. Ora, se entendemos que a produção dos atuais conflitos adolescentes é histórica, situada no momento que se institui uma fase de preparação-competição para o futuro-adulto produtivo, na qual o indivíduo passará a ter valor de mercado, a *fuga* e a *anestesia* podem ser *fatores de resistência* – processo de diferenciação –, assim como o consumo de drogas abarca a possibilidade de encapsulamento do sujeito na relação de consumo. Deixemos essas indagações no nosso radar.

## 2.5 Pensando diferentemente os riscos: uma outra perspectiva de saúde

Retomando nosso objetivo de discutir a produção científica sobre o enunciado “drogas na adolescência”, problematizando as verdades instituídas sobre o tema, indagamos se um desencontro não será entre perspectivas do mundo adulto de risco-perigo-probabilidade de adoecer e a perspectiva do risco-aventura (SPINK, 2001), experienciada por adolescentes? Como pensar o uso de drogas em uma perspectiva de saúde que inclua os modos de vida dos adolescentes?

Os modos são tudo o que se passa: as ondas e as vibrações, as migrações, limiares e gradientes, as intensidades produzidas sob tal ou qual tipo substancial a partir de tal matriz (DELEUZE, [1947]/2012, p. 17).

Como já sinalizado, a noção de risco nasce com a ciência moderna e sua pretensa capacidade de produzir previsões acerca do futuro, tendo sido amplamente discutida no campo das ciências naturais, biomédicas e humanas. Spink (2001), recupera a trajetória discursiva da

palavra risco e elenca três perspectivas: a ideia de risco-perigo, veiculada pelo senso comum, de algo ruim ocorrer; a ideia de risco-probabilidade de adoecimento, engendrada pelo campo da epidemiologia e problematizada, na perspectiva foucaultiana, como operadora de vigilância e controle sobre os corpos e a população; e a ideia de risco-aventura, noção positivada pela economia neoliberal e por esportes radicais, um risco necessário para alcançar algo.

No texto “*A Saúde como Abertura ao Risco*”, Caponi (2003) problematiza os conceitos de saúde, doença, normalidade e patologia, trazendo uma discussão do cuidado em saúde como *margin de segurança* aos riscos, em oposição ao objetivo de eliminá-los. Com aportes de Canguilhem, a pesquisadora pensa a saúde como a possibilidade de viver variações, de se diferenciar nas relações e demandas impostas pelo meio, sendo a doença ligada ao sofrimento, e não ao desvio do padrão ideal e universal produzido pelo saber médico. Interessante notar que não está colocada uma oposição aos conhecimentos objetivos sobre o corpo e suas funções, mas uma mudança na posição de *médicos e pacientes*, na qual é o “corpo subjetivo”<sup>24</sup> que pode falar de si, cabendo aos profissionais de saúde sugerir intervenções, a partir do sofrimento situado (CANGUILHEM, 1990 *apud* CAPONI, 2003).

E se falamos em sugerir é porque é preciso que o saber médico se disponha a aceitar que cada um de nós o instrua sobre o que somente eu estou capacitado a dizê-lo. Um bom médico será, então, aquele que possa auxiliar na tarefa de dar o sentido que para cada um não é evidente, a este conjunto de sintomas, que, de maneira solitária, não se consegue decifrar. Um verdadeiro médico, dirá Canguilhem, será aquele que aceitar ser um exegeta, um tradutor, mais do que um conhecedor (CAPONI, 2003, p. 60).

Pensar a saúde como variação, produzida nas particularidades da relação de um corpo com seu meio, nega duas tradições das ciências médicas: a ideia de saúde que se pretende de valor universal, e da doença como desvalor. Nessa direção, Caponi (2003), caminhando com Canguilhem, traz a perspectiva de que abusar da saúde faz parte da própria saúde, sendo as condições – biológicas e sociais – de se recuperar ou de lidar com esses “abusos”, e, o próprio sofrimento, os parâmetros que configuram um estado patológico a ser cuidado.

[O conceito de normal], longe de ser estritamente biológico, responde a parâmetros ou médias consideradas como normas de adaptação e de equilíbrio com o meio ambiente (...). Medidas (constantes) fisiológicas expressam normas coletivas de vida, histórica e socialmente mutantes (CAPONI, 2003, p. 65).

---

<sup>24</sup> Termo cunhado por Canguilhem. Fonte: CANGUILHEM, Georges. *La Santé: concept vulgaire & question philosophique*. Paris: Sables, 1990.

Na diferenciação entre anomalia – desvio da norma – e patologia – circunscrita pela enunciação de sofrimento –, Caponi traz à cena a *norma* como *valor* que se opõe à *monstruosidade*, ou, “àquilo que consideramos social e medicamente perigoso e nocivo” (p. 67). Considerando que infortúnios e doenças fazem parte da existência e devem ser incluídos na saúde, Caponi (2003) problematiza o conceito de “bem-estar social e mental” e nós poderíamos pensar aqui também nas ideias de “qualidade de vida” e “bom-desenvolvimento” utilizadas nas abordagens sobre uso de drogas na adolescência.

Ao falar de bem-estar social e mental sem problematizar esses conceitos, o discurso médico acaba ocupando o lugar do discurso jurídico e tudo aquilo que consideramos perigoso torna-se objeto de uma intervenção que já não se baseia na pretensão de proteger a sociedades desses sujeitos indesejáveis, mas ao contrário, se baseia na certeza de que esta intervenção persegue o objetivo altruísta, seja o caso da recuperação das pessoas ou da prevenção de riscos (CAPONI, 2003, p. 68).

Caponi (2003), então, discute o mapeamento dos grupos de risco e dos comportamentos de risco como medidas de controle e gerenciamento da população, “aquelas consideradas, ao mesmo tempo, como desvio da média – norma como frequência – e que identificamos como médica ou socialmente perigosa – norma como valor” (p. 75). Como, então, pensar em estratégias de cuidado que ampliem a segurança contra os riscos, sem negá-los como parte da experiência humana?

No campo da política de drogas, é o debate fomentado pela redução de danos (RD) que traz o saber da experiência ao campo do cuidado, rompendo com a tradição médico-moral de pensar a abstinência como única saída-prescrição ao consumo de drogas. Importante lembrar que a redução de danos é uma estratégia de cuidado em saúde que entrou no Brasil pela política de DST/AIDS, através dos Programas de Troca de Seringa, direcionados a usuários de drogas injetáveis.

O primeiro Programa de Troca de Seringas foi implantado em Santos-SP, em 1989, pelo Secretário Municipal de Saúde - David Capistrano – e o Coordenador do Programa de DST/AIDS – Fábio Mesquita. Os dois sofreram uma ação judicial, acusados de incentivar o uso de drogas, “um acontecimento político que evidencia o encontro entre as forças conservadoras que sustentam uma política antidrogas e as forças progressistas que adotavam a RD como uma estratégia em defesa da vida e da democracia” (PASSOS; SOUZA, 2011, p. 156).

Passos e Souza (2011) traçam articulações entre o paradigma da abstinência – abstinência imposta de modo coercitivo, como única via para tratar usuários de drogas – e normatividades jurídicas, psiquiátricas e da moral religiosa, em consonância com a política

global de guerra às drogas. O saber-poder psiquiátrico e o saber-poder criminológico enquadraram o usuário de drogas na posição de desviante a ser corrigido, a moral cristã funda a individualidade pecadora, associando os prazeres ao signo do mal e objeto de interdição. Assim, podemos compreender parte dos problemas enfrentados pelas propostas e iniciativas que incluíram a RD na política de saúde.

Em última instância, pode-se dizer que a RD coloca em questão as relações de força mobilizadas sócio-historicamente para a criminalização e a patologização do usuário de drogas, já que coloca em cena uma diversidade de possibilidades de uso de drogas sem que os usuários de drogas sejam identificados aos estereótipos de criminoso e doente: pessoas que usam drogas e não precisam de tratamento, pessoas que não querem parar de usar drogas e não querem ser tratadas, pessoas que querem diminuir o uso sem necessariamente parar de usar drogas (PASSOS; SOUZA, 2011, p. 157).

Apesar das críticas e ação judicial frente à implantação do primeiro Programa de Troca de Seringas, os dados epidemiológicos de avanço da contaminação por HIV levaram à introdução da RD na Política Nacional de DST/AIDS, em 1994. Foram implantados Programas de Redução de Danos (PRDs) em diferentes estados e municípios brasileiros, surgindo a figura dos redutores de danos na gestão e atenção em saúde, profissionais que, com frequência, são pessoas que consomem ou consumiram drogas.

Ao inserir, no cenário nacional, um conjunto de estratégias de Redução de Danos, o PN - DST/AIDS criou um jogo de articulações e tensões no interior da própria máquina estatal. É esse jogo de tensões e articulações que ocorreram no interior da máquina estatal que nos permite acompanhar como a RD vai aos poucos deixando de ser uma estratégia de prevenção as DST/AIDS e vai se tornando um novo paradigma [ético, clínico e político], na medida em que inclui os usuários de drogas como protagonistas dessas ações (PASSOS; SOUZA, 2011, p. 158).

Diante da realidade política de implantação dos PRDs e inclusão dos Redutores de Danos na esfera pública, em meio aos tensionamentos antidrogas, em 1996, foi fundada a Associação Brasileira de Redutores de Danos (ABORDA), que fomentou e apoiou a criação de outras organizações de redutores de danos no Brasil. “A tecedura dessa rede possibilitou a inclusão de grupos minoritários num circuito de relação, em que se passou a trocar muito mais do que seringas descartáveis.” Passos e Souza (2011, p. 159), impulsionando a luta comum por uma outra política de drogas, em respeito aos direitos dos redutores de danos e dos usuários de drogas.

Passos e Souza (2011) nomeiam de *gestão do comum* a participação dos usuários de drogas nas associações de redutores de danos, processo no qual tornam-se “agentes políticos,

colaboradores na produção de redes de cuidado e de comunicação, criando uma mobilização coletiva” (p. 159). Diferente de correntes filosóficas, que unificam grupos sociais como estratégia de governo das condutas, os pesquisadores adotam o conceito de *multidão* para pensar a *gestão do comum* que irrompe com a luta dos/as redutores/as de danos.

A multidão, ao contrário, é uma multiplicidade composta por diferenças singulares que encontram na gestão do comum um novo modo de governo. A RD indicou uma forma de governo da multiplicidade, lutando pela manutenção da heterogeneidade que se encontra numa multidão e ao mesmo tempo pela consolidação de um compromisso comum, sem reduzir o usuário de drogas a formas identitárias como o doente ou criminoso. Através das associações, os usuários de drogas foram incluídos numa gestão comum organizada em rede (PASSOS; SOUZA, 2011, p. 160).

A experiência da rede de redutores/as de danos vem produzindo concomitantemente coletivos e sujeitos autônomos, resultando inclusive em “efeitos clínicos significativos” (PASSOS; SOUZA, 2011). Por efeitos clínicos, entendemos alteração de estados que produzem sofrimento, porém, diferente da abstinência como regra padrão, a redução de danos “possui como direção a produção de saúde, considerada como produção de regras autônomas de cuidado de si” (PASSOS; SOUZA, 2011, p. 160). “Não podemos esquecer, e certamente isto é o mais essencial, que a RD é um método construído pelos próprios usuários de drogas e que restitui, na contemporaneidade, um cuidado de si subversivo às regras de conduta coercitivas”. (PASSOS; SOUZA, 2011, p. 161).

Na tentativa de encontrar trabalhos que adotem a perspectiva ética, clínica e política da RD para pensar o uso de drogas na adolescência, inicialmente fizemos uma busca na base SciELO, utilizando as palavras-chave *adolescência* e *adolescentes* com *redução de danos*, descritores que nos levaram a um único artigo, em inglês, de Passos e Lima (2013). Na mesma base, os descritores juventude e redução de danos também nos levaram a um único artigo<sup>25</sup>, que discute ações educativas sobre drogas entre jovens, pais e educadores.

Passos e Lima (2013) traçam um panorama do campo, apontando o impacto da política de drogas sobre os altos índices de homicídio de jovens negros e periféricos; o início do consumo de drogas cada vez mais cedo; o atraso do Brasil na formulação de uma política de cuidado em saúde a usuários de drogas, sobretudo para crianças e adolescentes. Na literatura analisada pelas autoras, a maior parte das informações sobre o consumo de drogas por crianças e adolescentes aparece em estudos de prevalência, utilizados para produzir pânico social e ações

---

<sup>25</sup> Adade e Monteiro (2014).

governamentais sem discussões acerca da complexidade do fenômeno (PASSOS; LIMA, 2013).

Mapeando as ofertas de cuidado e tratamento do contexto brasileiro, as autoras evidenciam a histórica e duradoura atuação de comunidades terapêuticas e hospitais psiquiátricos – paradigma da abstinência –, e situam como avanço a política de saúde mental, álcool e outras drogas (Ministério da Saúde), alicerçada na perspectiva da RD. No entanto, Passos e Lima (2013) nos falam da recorrente dificuldade das equipes no engajamento de crianças e adolescentes nas estratégias de cuidado propostas, do contínuo aumento desta demanda e da pouca produção de estudos<sup>26</sup> que, efetivamente, avaliem o cuidado com esta população.

As autoras citam que há controvérsias acerca da RD na atenção ao público infanto-juvenil, o que produz dificuldades na implantação dos serviços e estratégias. Em nossos percursos, escutamos diversas vezes que redução de danos é uma estratégia para adultos e, no máximo, para adolescentes em situação de rua, pela impossibilidade de acessá-los sob o imperativo da abstinência. Na nossa revisão de artigos em revistas indexadas, confirmamos o silenciamento da RD quando associada à palavra-chave *adolescência*.

Diante da escassez de artigos indexados que discutam a RD com adolescentes, fizemos outra busca em algumas coletâneas dedicadas ao tema drogas e adolescência, mas tampouco encontramos muitos trabalhos que discutam a RD como estratégia de cuidado com adolescentes que consomem drogas, a não ser com aqueles que estão em situação de rua<sup>27</sup>, ou, como abordagem preventiva<sup>28</sup>. No ano de finalização desta dissertação (2020), foi publicado um livro intitulado “Drogas e Autonomia: interseções entre clínica e políticas públicas.” (ALENCAR; SILVA; AVARCA, 2020), no qual a parte III reúne trabalhos<sup>29</sup> a partir da

---

<sup>26</sup> Após 2013, temos notícia de que a produção de pesquisas aumentou, porém não foram encontrados artigos nas revistas indexadas da base SciELO.

<sup>27</sup> Na coletânea organizada pelo Centro de Estudos e Terapia do Abuso de Drogas (CETAD, 2014), intitulada “A adolescência e o consumo de drogas: uma rede informal de saberes e práticas”, o artigo de Juliana Prates Santana aponta a redução de danos como estratégia necessária ao trabalho com adolescentes em situação de rua.

<sup>28</sup> A coletânea organizada por Eroy Aparecida da Silva & Denise De Micheli (2011), intitulada “Adolescência, uso e abuso de drogas: uma visão integrativa”, compilou 41 artigos, organizados em IV partes: I) reflexões sobre adolescência e drogas; II) desafios do diagnóstico de uso, abuso e dependência; III) fatores individuais, sociais e familiares e a relação com o uso, abuso e dependência de drogas; e IV) discussões da prevenção ao tratamento frente ao abuso de drogas entre adolescentes. O único artigo que carrega a *redução de danos* no título é do Marcelo Sodelli, que discute tal paradigma como abordagem libertadora em estratégias de prevenção.

<sup>29</sup> VIANNA, Cristiano Ribeiro; ARAÚJO, Raul Souza; VICENTIN, Maria Cristina Gonçalves; SILVA, César Augusto Feliciano; ARRUDA, Isadora Pavesi; MORALES, Raquel Saad de Avila; MENDES, Gabriel Rocha Teixeira; ALCÂNTARA, Luiza Maria Escardovelli; CHECCHETTO, Pedro Desidério; FLORIANI, Jorge Artur Canfield; SOUZA, Isadora Simões; SILVA, Paulo Cezar; MANZINI, Juliane Macedo

questão: “É possível falar em autonomia para crianças e adolescentes que fazem uso de drogas?”

De modo geral, os textos apostam na experimentação adolescente como parte da produção da autonomia, da invenção de modos de vida; afirmam a multiplicidade nos contextos em que ocorrem os processos de subjetivação e a capacidade de adolescentes fazerem escolhas; e alertam à necessidade de políticas, redes, ambientes que garantam *margem de segurança aos riscos*. Alguns desses artigos serão melhor discutidos nos capítulos seguintes.

No próximo capítulo, buscaremos as forças que produzem tamanha dificuldade de expandir a discussão sobre uso de drogas na adolescência para além dos índices de consumo, dos riscos e dos malefícios. Em que momento histórico, articulando quais saberes-poderes e com que função social e política se instituiu a adolescência como período de crise – propenso a comportamentos de risco – e a droga (não prescrita) como problema social e de saúde?

### 3 ENTRE CLAUSURAS E RUPTURAS: DROGAS E ADOLESCÊNCIA EM QUESTÃO

#### 3.1 Experiência e dispositivos

O primeiro princípio da filosofia é que os Universais não explicam nada, eles próprios devem ser explicados (DELEUZE; GUATTARI, 1992, p. 15).

O uso de drogas na adolescência ganhou destaque no campo das ciências humanas a partir do século XX, sendo crescente o debate, as problematizações e recomendações nos mais importantes órgãos de saúde, educação, assistência social e segurança pública. Conforme apontado na revisão de artigos, a maioria dos trabalhos sobre a temática parte da adolescência como fase do desenvolvimento propensa à experimentação de comportamentos de risco, dentre os quais se insere o uso de drogas.

Deste ponto de partida – o do risco-perigo –, pesquisadores e pesquisadoras indagam acerca das motivações que levam ao uso, das prevalências de substâncias e usuários/as, dos prejuízos e dos fatores que podem aumentar ou diminuir os usos e seus agravos. Em nossa pesquisa, não partimos do uso de drogas na adolescência como problema em si, comportamento de risco ou mesmo patologia contemporânea, buscamos investigar esta prática como *campo de experiência*, buscando colocar em cena o que viveram adolescentes que consumiram drogas, como se produziram as diferentes experiências e como engendram processos de subjetivação.

Caminhando com Foucault (2014), quando pensou a experiência da sexualidade, pensamos a *experiência* como "correlação, em uma cultura, entre campos de saber, tipos de normatividade e formas de subjetividade" (p. 8). Nesse sentido, a noção de experiência que adotamos está alicerçada na proposição da subjetividade como produção contínua engendrada por agenciamentos coletivos em meio às relações de poder.

Ao discutir centros ou focos de poder, Deleuze e Guattari (2012) falam de uma *máquina abstrata* que converte fluxos<sup>30</sup> em segmentos duros<sup>31</sup>, ao produzir agenciamentos que “não param de adaptar as variações” (p. 118). Nesse sentido, apontam três zonas de todo centro

---

<sup>30</sup> “Um fluxo mutante implica sempre algo que tende a escapar aos códigos não sendo, pois, capturado, e a evadir-se dos códigos, quando capturado”. (DELEUZE; GUATTARI, 2012, p. 108).

<sup>31</sup> “A segmentaridade devém dura, na medida em que todos os centros ressoam, todos os buracos negros caem num ponto de acumulação (...). O rosto do pai, do professor primário, do coronel, do patrão se põem a redundar, remetendo a um centro de significância que percorre os diversos círculos e repassa por todos os segmentos” (DELEUZE; GUATTARI, 2012, p. 95).

de poder: uma *zona de potência*, em que se efetivam os segmentos; uma zona de *indiscernibilidade* onde mergulham os agenciamentos ainda sem efetuarem a *máquina abstrata*; e uma zona que ele (centro de poder) não consegue controlar, a da *máquina de guerra* que produz fluxos mutantes. (DELEUZE; GUATTARI, 2012, p. 118).

Neste capítulo, nossa empreitada é analisar na história a produção de saberes, práticas, legislações e instituições que condicionam uma “experiência adolescente” e uma “experiência de drogar-se”, buscando elucidar campos de subjetivação e seus agenciamentos coletivos. A escolha de conceitos-ferramentas para análises do tema de pesquisa é também um posicionamento ético-político em meio às relações de poder, e, nesta direção, *experiência* e *dispositivo* nos parecem conceitos potentes para desmontar universalidades e pensar o uso de drogas na(s) adolescência(s) articulados aos processos de subjetivação contemporâneos.

Uma das estratégias metodológicas que aprendemos com Michel Foucault é o estudo da história para desconstrução de saberes e práticas instituídas, ou seja, não a história como evolução de continuidade linear, mas a história como processo de diferenciação das experiências que nos constituem sujeitos. Para o autor, pesquisar a *experiência histórica*, é pesquisar como indivíduos se constituem sujeitos nas tramas dos dispositivos (LÓPEZ, 2011).

Em diálogo<sup>32</sup> sobre a História da Sexualidade, Foucault fala sobre o sentido e a função de pensar na sexualidade como um dispositivo:

Por esse termo tento demarcar, em primeiro lugar, um **conjunto heterogêneo**, que abrange discursos, instituições, planejamentos arquiteturais, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, propostas filosóficas, morais, filantrópicas. (...) Em segundo lugar, (...) entre esses elementos, (...) existe um **tipo de jogo**, ou seja, mudanças de posição, modificações de funções, que também podem ser muito diferentes. Em terceiro lugar, (...) um tipo de formação que, em um determinado momento histórico, teve como função principal responder a uma urgência. O dispositivo tem, portanto, uma **função estratégica dominante** (FOUCAULT, [1979]/2017, p. 364-365).

O conceito de dispositivo foi formulado como tal nos trabalhos genealógicos de Michel Foucault. Se no período dedicado à *arqueologia do saber* Foucault pesquisou “como os saberes apareciam e se transformavam”, des-naturalizando e des-universalizando as supostas verdades científicas, nas pesquisas sobre a *genealogia do poder* o autor passou a incluir nas pesquisas “por que as ciências humanas apareceram”, evidenciando que os saberes são “peça

<sup>32</sup> Diálogo com Jacques-Alain Miller, Alain Grosrichard, Gérard Wajeman, Guy Le Gaufey, Gérard Miller, Catherine Millot, Dominique Colas, Jocelyne Livi e Judith Miller, publicada inicialmente na revista *Ornicar*, nº10 em julho de 1977 e posteriormente em *Microfísica do Poder* em 1979/2017b.

de um dispositivo político que, como tal, se articula com a estrutura econômica” (MACHADO, 2017, p. 27).

Em contraposição a uma ideia de que o poder se exerce unicamente pela via da repressão, Foucault (2017d) é o pensador que teoriza a positividade do poder, ou seja, sua dimensão produtora de realidades, corpos, subjetividades.

Se ele é forte, é porque produz efeitos positivos no nível do desejo – como se começa a conhecer – e também no nível do saber. O poder, longe de impedir o saber, o produz. Se foi possível constituir um saber sobre o corpo, foi através de um conjunto de disciplinas militares e escolares. Foi a partir de um poder sobre o corpo que foi possível um saber fisiológico, orgânico (FOUCAULT, 2017d, p. 239)

Ao optar pela positividade em jogo, deslocamos o tema “drogas na adolescência” do âmbito de um “mal contemporâneo” a ser prevenido ou tratado, para compreendê-lo como produção dos tempos modernos, articulado com o modo de produção capitalista e de *subjetivação capitalística* (GUATTARI; ROLNIK, 2008). Que condições históricas conformam a adolescência como período de/em crise e risco? Como algumas substâncias psicoativas se tornaram *drogas* que ameaçam as novas gerações e a sociedade? Que agenciamentos coletivos atravessam a experiência de consumir drogas na adolescência?

A seguir, colocaremos em análise a instituição da *adolescência* sob controle e modulação do dispositivo do desenvolvimento, e, o dispositivo da *droga*, que captura e orienta o modo como pensamos e operamos diferentes sentidos às substâncias e sujeitos que as consomem em diferentes contextos.

### 3.2 Adolescência: que fase!?

Quando você pensa na sua adolescência, o que vem à mente? Iniciando a conversa com os/as participantes da pesquisa com essa pergunta-resgate, a primeira reação foi abertura de um sorriso, memórias carregadas de afetos alegres, com momentos de gargalhadas ao lembrar de atitudes e cenas supostamente “sem noção”, momento de descobertas e uma certa inconsequência acompanhada da expressão de um sentimento de liberdade: *tudo era muito intenso!*<sup>33</sup> As narrativas das adolescências valorizaram a ousadia, ao mesmo tempo que a condição de adultos fez com que logo viessem os julgamentos, as ponderações, o destaque aos riscos-perigos e a recomendação de que as próximas gerações não sigam os mesmos passos.

---

<sup>33</sup> Intensidade foi a palavra mais falada pelos/as participantes da pesquisa.

No senso comum, falamos da adolescência como etapa naturalizada do desenvolvimento humano, entre a infância e a vida adulta, momento associado a instabilidades e crises, que, no campo da saúde, torna os/as adolescentes particularmente *vulneráveis* aos enunciados *comportamentos de risco*. Em documento intitulado “Saúde e Sexualidade de Adolescentes” (2017), publicado pelo Ministério da Saúde e pela Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS), aponta-se que:

A adolescência ganhou evidência pelos problemas sociais associados a esta fase da vida. Um conjunto de práticas classificadas como comportamentos de risco – tais como sexo sem proteção, consumo de álcool e outras drogas e a exposição a violências – passaram a demandar olhares pormenorizados e políticas específicas. A adolescência, que representava um grupo social invisível até meados da década de 1970, passou a ser vista como problema social, como demandantes de proteção familiar e estatal até que, recentemente, alcançaram o reconhecimento como sujeito de direitos. Por essas razões, para além de uma faixa etária, a adolescência passou a ser entendida segundo seu processo de desenvolvimento humano, marcadamente ancorado em fatores biológicos e psicossociais (BRASIL, 2017, p. 13).

Nesta pesquisa, tomamos o estatuto de fase universal do ciclo vital como produção discursiva das ciências humanas sociais e da saúde que, articulada com a norma do desenvolvimento humano, vem orientando práticas sociais e engendrando modos de subjetivação das adolescências contemporâneas. Compreender a função estratégica da instituição da adolescência como etapa vital é necessário para uma análise dos efeitos de subjetivação, bem como para colocar em questão as *vulnerabilidades* e *riscos* nas adolescências, em especial o uso de drogas. Perguntas que nos orientam neste passo da pesquisa: “Como a adolescência se instituiu como fase de crise em/de risco? Como os indivíduos adolescentes são chamados a se reconhecer sujeitos na contemporaneidade ocidental?”

Se o reconhecimento caracteriza um ato, uma prática ou mesmo uma cena entre sujeitos, então a ‘condição de ser reconhecido’ caracteriza as condições mais gerais que preparam ou modelam um sujeito para o reconhecimento – os termos, as convenções e as normas gerais ‘atuam’ do seu próprio modo, moldando um ser vivo em um sujeito reconhecível, embora não sem falibilidade ou, na verdade, resultados não previstos (BUTLER, 2018, p. 19).

A palavra *In-fans*, originária do Latim, significa *sem voz* ou *sem fala*, o que nos remete à cultura adultocêntrica que não escuta nem legitima discursos originários de corpos infantis. *Adolescer* também vem do Latim e tem dupla origem etimológica, *ad* (para) e *olescer* (crescer), indica o sentido do movimento de *crescer para*; a outra origem é a própria palavra *adolescere*, que, em latim, significa adoecer, enfermar. No dicionário Michaelis de português,

adolescência é o “período do desenvolvimento humano, entre a puberdade e a idade adulta, durante o qual ocorrem mudanças físicas, como o crescimento acelerado e a maturidade sexual e alterações psicológicas e sociais”. *Pubertate* é também uma palavra de origem latina, que significa sinal de pelos, barba, penugem, associada ao processo biológico de mudanças hormonais.

Tomando as palavras como ponto de partida, a etimologia e o significado indicam um adocimento em período de trânsito, um processo que ocorre entre etapas, à espera do crescimento. Apesar de hoje parecer óbvio, o sentido da palavra adolescência e o modo como reconhecemos os adolescentes de hoje é uma produção da modernidade ocidental, que se consolidou no momento em que se delimitaram com precisão as fronteiras entre a vida pública e a privada, ancorada na visão liberal de homem que delegou ao indivíduo adolescente efetivar a passagem entre as esferas (LAPASSADE, 1975; ORTEGA, 2002; MATHEUS, 2002; COUTINHO, 2009; GROSSMAN, 2010; OZELLA, 2011).

Adolescência é um conceito que aponta para um limite, uma fronteira, uma margem, que surge para designar o momento de transição entre a criança e o adulto, momento de passagem do privado para o público, numa negociação entre o individual e o social (COUTINHO, 2009, p. 74).

Nem sempre, nem em todos os lugares, a passagem entre o privado e o público foi organizada como fase da adolescência a ser ultrapassada individualmente até o amadurecimento, esta é uma concepção do século XX. Luciana Coutinho (2009), no primeiro capítulo de seu livro “Adolescência e Errância”, remonta a história da adolescência como conceito, enfatizando a variabilidade das práticas sociais para iniciação das novas gerações na vida pública e localizando a atual formulação da *adolescência* na modernidade, aliada ao *individualismo* que deixa a cargo dos adolescentes a tarefa de “passar de fase”.

Estudos sobre outras civilizações descrevem ritualizações para integração das novas gerações ao campo social, rituais de passagem e iniciação sustentados por processos societários, organizados coletivamente. Os ritos de iniciação – de modo geral organizados em três etapas: separação, margem e agregação – cumprem a função social de efetuar a passagem entre as esferas, conferindo aos iniciados o estatuto social de adultos, posição em que passam a exercer função sexual e de trabalho, e marcando a infância como “o tempo da imaturidade sexual e das atividades não produtivas.” (LAPASSADE, 1975, p. 93).

Na civilização grega, havia os *rituais iniciáticos*, com diferenças entre meninos<sup>34</sup> e meninas<sup>35</sup>, e a *entrega dos jovens à paideia*<sup>36</sup>. Em Roma, a instrução dos mais jovens era o que marcava a passagem à condição adulta, porém o termo *adulescens* existia apenas para o gênero masculino e a passagem de *puer* para *adulescens* marcava a entrada na vida pública. Os meninos tornavam-se adultos por determinação do pai ou do mestre<sup>37</sup> e as meninas quando eram designadas ao casamento. (COUTINHO, 2009; AZNAR-FARIAS; SCHOEN-FERREIRA; SILVARES, 2010). Vale destacar que a diferença entre a passagem de meninos e meninas expressa a norma de gênero em que “a maturidade feminina completa é a entrada na passividade” (DEUTSCH, 1953, *apud* LAPASSADE, 1975, p. 89)<sup>38</sup>.

Na Idade Média, segundo análise iconográfica de Ariès (1981), não havia um processo que marcasse a passagem entre as crianças – *puer* – e o ingresso no mundo adulto. Nas pinturas é possível identificar que crianças eram pintadas como mini adultos e, conforme se tornavam menos dependentes, começavam a assumir atividades e papéis sociais (ARIÈS, 1981). Nas comunidades feudais, os papéis sociais eram determinados pela comunidade, a unidade econômica era familiar e os ofícios, crenças e valores eram aprendidos ao desempenharem as tarefas com adultos.

Na transição para a modernidade (século XVII), o aumento do controle do espaço social e da ordem pública pelo Estado, o surgimento de novas religiões que fomentavam práticas de introspecção e a ampliação do acesso a alfabetização e a livros, foram algumas mudanças que incentivaram o gosto pela solidão e pelo espaço privado (GROSSMAN, 2010). Foi também neste período que nasceu o que Ariès (1981) chamou de o *sentimento moderno de infância*, período em que crianças passam a ser reconhecidas como atores sociais com particularidades específicas.

A vida familiar foi sendo privatizada e se instituindo como ambiente prioritário das trocas afetivas entre pais e filhos, o que, até então, não era óbvio como hoje nos parece. Nesse processo de privatização da vida e valorização da família como lugar de proteção, privacidade

---

<sup>34</sup> Danças armadas, trocas de vestes, corte de cabelo como oferenda.

<sup>35</sup> Rituais de casamento.

<sup>36</sup> Sistema educacional grego, no qual jovens ingressavam aos 7 anos, para serem formados pelo Estado até os 30 anos, saindo cidadãos preparados à guerra ou à política em defesa da *polis*.

<sup>37</sup> No início do Império, os pais formavam os filhos para as atividades práticas; mais tarde – século II a.c. –, os mais ricos passaram a hospedar mestres gregos nas residências ou enviavam os filhos às escolas. Aos poucos, a educação foi se distanciando da finalidade à vida prática, tornando-se sofisticada para os mais abastados e diferenciando classes sociais por nível de intelectualidade.

<sup>38</sup> DEUTSCH, Hélène. *Enfance et adolescence*. Paris: P.U.F., 1953, *apud* LAPASSADE, 1975, p. 89.

e intimidade, as crianças tornam-se projetos, nasce a pré-ocupação com o futuro das infâncias e as disputas por modelos educacionais.

Na economia moderna, que tem as fábricas no centro do sistema produtivo, “adolescência e juventude são os anos de aprendizagem que substituíram a iniciação” (LAPASSADE, 1975, p. 15). A formação foi se tornando o instrumento por excelência de iniciação e adequação social, a *escolarização* da sociedade foi também uma *revolução sentimental* (ARIÈS, 1981).

Com o Iluminismo do século XVIII, a onipotência da educação na modelagem do indivíduo atinge seu ápice. Nos distanciamos definitivamente de uma compreensão trágica, mística e transcendente sobre a vida e o mundo, e, a racionalidade científica, direcionada à ordem, se instaura na estruturação do pensamento e produção de verdades, engendrando novos processos de subjetivação. Nasce o conceito de *perfectibilidade*, que engendra duas ideias: o ser humano dotado de *potencialidades* que se atualizam com a experiência e sua *educabilidade*, tornando a “educação ao mesmo tempo necessária e possível.” (LAPASSADE, p. 25, 1975).

A educação já não consiste, por conseguinte, em pôr simplesmente em atividades condutas, o que é próprio da educação individual; implica, pelo contrário, a transmissão de normas e de técnicas, cujo conjunto forma o que hoje se chama cultura (LAPASSADE, 1975, p. 27).

O conceito de perfectibilidade acentua a plasticidade da infância – que possibilita o condicionamento – e institui o adulto como modelo a ser atingido, um ideal de acabamento estável (LAPASSADE, 1975). A norma imaginária do acabamento funciona ao controle das condutas e potencialidades a serem atualizadas no processo educacional, mas também como mecanismo de defesa diante do inacabamento essencial do ser humano. “Talvez a ilusão, projetada no futuro pela criança, duma perfeição da maturidade é já a defesa dum ser que, efetivamente, não conhece outro acabamento possível que não a morte” (LAPASSADE, 1975, p. 83).

O momento histórico das disciplinas é o momento em que nasce uma arte do corpo humano, que visa não unicamente o aumento de suas habilidades, nem tampouco aprofundar sua sujeição, mas a formação de uma relação que no mesmo mecanismo o torna tanto mais obediente quanto é mais útil, e inversamente. Forma-se então uma política das coerções que são um trabalho sobre o corpo, uma manipulação calculada de seus elementos, de seus gestos, de seus comportamentos. O corpo humano entra numa maquinaria de poder que o esquadrinha, o desarticula e o recompõe (FOUCAULT, 2009, p. 133).

Segundo Foucault (2009), é no século XVIII que as disciplinas se tornaram *fórmulas gerais de dominação*, regulando, inspecionando e controlando a vida e os corpos sob uma racionalidade econômica que opera nos quartéis, escolas, hospitais e fábricas. “As disciplinas, que analisam o espaço, que decompõem e recompõem as atividades, devem ser também compreendidas como aparelhos para adicionar e capitalizar o tempo” (p. 152). O tempo disciplinar segmenta a duração, organiza as atividades segundo complexidade crescente, institui provas para passagem de níveis-segmentos e estabelece lugares específicos para cada indivíduo nas *séries*.

Esse é o tempo disciplinar que se impõe pouco a pouco à prática pedagógica – especializando o tempo de formação e destacando-o do tempo adulto, do tempo do ofício adquirido; organizando diversos estágios separados uns dos outros por provas graduadas; determinando programas, que devem desenrolar-se cada um durante uma determinada fase, e que comportam exercícios de dificuldade crescente; qualificando de acordo com a maneira como percorreram essas séries (FOUCAULT, 2009, p. 153).

Ao apontar que “os procedimentos disciplinares revelam um tempo linear cujos momentos se integram uns nos outros, e que se orienta para um ponto terminal estável” Foucault (2009, p. 154) destaca o *exercício* como técnica que impõe tarefas graduadas e, ao mesmo tempo, permite a constante qualificação dos indivíduos em relação a eles mesmos, aos outros e a um percurso pré-traçado. Além da repartição dos corpos individuais, a disciplina incorporou em sua arte modos de composição de forças para maior eficiência dos aparelhos, “processos para coerção individual e coletiva dos corpos” (FOUCAULT, 2009, p. 163).

Os processos de coerção nos sistemas disciplinares operam um mecanismo penal ao qualificar e reprimir comportamentos considerados inadequados, impondo sanções e exercícios que visam corrigir e reduzir desvios. Na penalidade disciplinar, comportamentos e desempenhos são avaliados e quantificados, indivíduos são hierarquizados e, conforme a classificação, recompensados ou rebaixados. “A penalidade perpétua que atravessa todos os pontos e controla todos os instantes das instituições disciplinares compara, diferencia, hierarquiza, homogeniza, exclui. Em uma palavra, ela *normaliza*” (FOUCAULT, 2009, p. 176).

Duplo efeito consequentemente dessa penalidade hierarquizante: distribuir os alunos segundo suas aptidões e seu comportamento, portanto segundo o uso que se poderá fazer deles quando saírem da escola; exercer sobre eles uma pressão constante, para que se submetam todos ao mesmo modelo, para que sejam obrigados todos juntos “à subordinação, à docilidade, à atenção nos estudos e nos exercícios, e à exata prática dos deveres e de todas as partes da disciplina”. Para que, todos, se pareçam (FOUCAULT, 2009, p. 175).

Melo (2019) retoma Foucault para analisar o *deslocamento na razão governamental* a partir da segunda metade do século XVIII. Se, até então, a razão de Estado era ilimitada e as instituições jurídicas agiam como contrapeso externo para garantir o não abuso de soberanos, na governamentalidade liberal, inaugurada no século XVIII, o sistema de regulação passa a ser parte do próprio governo e o mercado se constitui como mecanismo fabricante de verdades e modos de subjetivação.

Trata-se de fazer do mercado, da concorrência e, por conseguinte, da empresa o que se poderia chamar a potência informante da sociedade por meio de uma generalização da forma empresa no interior do corpo ou tecido social, fazendo com que a vida do indivíduo se inscreva no interior de quadro de multiplicidade de empresas diversas e embaralhadas, sendo preciso que a vida mesma do indivíduo seja uma espécie de empresa permanente e empresa múltipla (MELO, 2019, p. 87).

A consolidação dos primeiros Estados-Nação no século XIX, no processo de industrialização, o investimento em técnicas e a divisão do trabalho deram um destaque diferenciado às novas gerações: **projeto** para o futuro na vida **produtiva**. O jurista Eduardo Melo (2019), ancorado na discussão foucaultiana acerca da razão governamental do (neo)liberalismo econômico<sup>39</sup>, aponta dois paradigmas que passam a produzir efeitos de subjetivação em crianças e adolescentes: “a projetividade como liberdade e a leitura funcionalista que procura reconhecer a produtividade da infância como estratégia de reconhecimento social, portanto uma liberdade socioeconômica” (MELO, 2019, p. 91).

É neste período que começa a ser delineada com nitidez a adolescência contemporânea, inclusive foi em 1850 que o termo adolescência entrou para os nossos dicionários. No final do século XIX, a concepção de adolescência adquiria consistência e circulação expressiva no campo social, funcionando para demarcar o período de preparação para entrada no mundo adulto e circunscrevendo uma etapa que requer vigilância e controle para produção de corpos dóceis.

Analisando a produção moderna da adolescência e sua função de enquadrar rupturas juvenis, Vicentin (2005) – interessada nos movimentos de *desterritorialização* – aponta que “ela [adolescência] se faz problema de indagação sociológica e psicológica quando determinados setores juvenis parecem problematizar o processo de transmissão das normas sociais” (p. 33). No século XX, a adolescência se consolidou nas ciências humanas e da saúde

---

<sup>39</sup> “Se o princípio teórico do liberalismo era procurar saber como no interior de uma sociedade política dada se podia recortar, arranjar, um espaço livre que seria o mercado, o problema do neoliberalismo é de saber como se pode regar o exercício global do poder político sobre os princípios de uma economia de mercado.” (FOUCAULT, *Naissance de la biopolitique*, Paris: Gallimard, 2004, p. 137-140, *apud* MELO, 2019, p. 87)

como fase do desenvolvimento vital e universal, com características próprias, marcada por crises, turbulências, intensa contestação e temida por representar riscos ao sujeito que adolece e à sociedade (GROSSMAN, 2010; COUTINHO, 2009; OZELLA, 2011).

Em 1904, Stanley Hall lança a primeira publicação especializada, fazendo um paralelo entre etapas da vida (universais, inevitáveis e imutáveis) e a evolução da espécie, sendo a adolescência uma etapa marcada por tormentos e conturbações até o *status* de adulto final. Nas décadas de 1920 e 1930, foram realizadas diversas pesquisas, buscando compreender a influência de hormônios na vida dos/as púberes, outras estabelecendo relações entre a nutrição e o desenvolvimento de crianças e adolescentes (GROSSMAN, 2010).

No campo da psicanálise, destacamos alguns autores alinhados com as ideias desenvolvimentistas: Ernest Jones (1922) foi o primeiro a publicar um artigo específico sobre “*alguns problemas da adolescência*” (GROSSMAN, 2010); Bloss (1962) subdivide a adolescência em mais fases, sendo um período desencadeado pelos *atos biológicos* da puberdade, que provoca uma *reorganização das pulsões e do Ego*; Erickson (1976) introduz a expressão *crise de identidade* e a ideia de *moratória social*, período de aguardo até o exercício do papel social adulto (OZELLA, 2011); Aberastury e Knobel (1981) falam de lutos pela perda da infância e da luta pela construção da *nova identidade*, destacando a instabilidade e o desequilíbrio necessários neste *processo de desenvolvimento* e que configuram uma entidade semipatológica *normal* ao período.

Dentro do princípio desenvolvimentista, a adolescência surge como um objeto exacerbado por uma série de atributos psicologizantes e mesmo biologizantes. Práticas baseadas nos conhecimentos da medicina e da biologia, em especial, vêm afirmando, por exemplo, que determinadas mudanças hormonais, glandulares, corporais e físicas pertencentes a essa fase seriam responsáveis por algumas características psicológico-existenciais próprias do adolescente. Tais características passam a ser percebidas como uma essência, em que "qualidades" e "defeitos" como rebeldia, desinteresse, crise, instabilidade afetiva, descontentamento, melancolia, agressividade, impulsividade, entusiasmo, timidez e introspecção passam a ser sinônimos do ser adolescente, constituindo uma "identidade adolescente" (COIMBRA; BOCCO; NASCIMENTO, 2005, p. 4).

O século XX foi profundamente marcado pelas guerras entre os Estados-Nação, experiências que colocaram em cheque a própria continuidade da humanidade, provocaram dor e sofrimento pelas mortes em massa, produziram sentimentos coletivos de ameaça e desproteção. Pensadores e pensadoras do pós-guerra foram impulsionados a produzir leituras e propostas para os destinos da humanidade em meio ao caos de valores, crenças e modelos, insurgiram movimentos juvenis de ruptura com os modelos tradicionais, reivindicando

liberdades aos corpos e relações, politizando as universidades e impulsionando lutas por uma outra estrutura social. (GROSSMAN, 2010).

É neste contexto social e político do pós-guerra que a adolescência se institucionaliza como fase do desenvolvimento *em si*, enquadrada com as molduras que hoje utilizamos para reconhecer um típico adolescente. Adolescência não é mais um momento de passagem entre a infância e a vida pública, mas uma etapa do desenvolvimento em que se vive uma “crise natural”, portanto, exige controle, vigilância e muita atenção aos *comportamentos de risco*.

A própria naturalização da adolescência como imaturidade, ou, como “fase que vai passar”, pode ser pensada em sua função estratégica de neutralizar a radicalidade com que adolescentes evidenciam as contradições da nossa época na forma de rebeldias e sofrimentos. A “crise adolescente” escancara ausência de coletividade na vida social adulta, na qual cada um é lançado como empresário de si, responsabilizado pelo fracasso ou sucesso sem condições sociais que minimizem a precariedade inerente a vida humana. Unidos em bandos, adolescentes protestam contra a hipocrisia dos modelos; a moralidade que desconsidera o corpo pulsante; o discurso da meritocracia quando, à nossa volta, partimos de lugares tão diferentes; a exigência de dedicar-se arduamente para ingressar nos estreitos gargalos que dão passagem a posições de prestígio.

Dada a relação entre adolescência e o momento histórico do qual faz parte, se há *crise* em um ou em vários indivíduos, esta *crise* tem a ver necessariamente com a sociedade da qual fazem parte. Mesmo porque, se a adolescência é o trabalho psíquico produzido a partir da ausência de dispositivos da cultura que cumpram função de rituais, é consequência direta do vácuo aí constituído. Portanto, os conflitos que ocorrem nesta crise são expressão, direta ou não, deslocada ou não, de questões que permeiam a organização social como um todo (MATHEUS, 2002, p. 86).

Integrando o dispositivo do desenvolvimento, na segunda metade do século XX, foram promulgados documentos jurídico-normativos que instituem o direito ao *desenvolvimento*. Nos documentos internacionais, a Declaração Universal dos Direitos da Criança (1959) institui a ideia de proteção para o desenvolvimento e a Convenção Internacional sobre os Direitos da Criança (1989) prevê que a criança deve ser **instruída** para o desenvolvimento de suas **capacidades**, que devem ser garantidas as **condições sociais** necessárias ao desenvolvimento, que a educação **deve desenvolver** a personalidade, e afirma “estar em desenvolvimento” como princípio ordenador do campo da infância (MELO, 2019).

Assim como as hierarquias de classe, gênero e etnia, a categoria etária também configura uma relação de dominação (ROSEMBERG; MARIANO, 2010). Na hierarquia, o modelo de subjetividade é o adulto, e as crianças e adolescentes, por estarem em “desenvolvimento”, devem ser educados/as, socializados/as e protegidos/as até alcançarem as capacidades-normas cognitivas, morais e sociais.

Rosemberg e Mariano (2010) discutiram os debates e tensões que circundaram a promulgação e ratificação da Convenção Internacional sobre os Direitos da Criança. As pensadoras apresentam um embate entre autores/as da corrente *liberacionista* e aqueles/as da chamada corrente *protecionista*, apontando que no texto final está “posta uma de suas incongruências internas: a coexistência entre direitos de proteção e os de liberdade” (ROSEMBERG; MARIANO, 2010, p. 711).

No Brasil, “a tônica do debate foi contrapor a doutrina da proteção integral à criança e ao adolescente à antiga doutrina de situação irregular” (ROSEMBERG; MARIANO, 2010, p. 716), o que se justifica pela abismal desigualdade *entre* crianças de diferentes classes sociais. A precariedade das condições em que vivem as crianças pobres do Brasil, desde a colonização europeia, levou ao acirramento do debate em torno da proteção como garantia de direitos, deixando encoberta a discussão da hierarquia entre adultos e crianças, protetor e protegido. Como pensar essa tensão entre proteção, liberdades e controles diante de usos de drogas nas adolescências?

A integralidade da proteção deveria garantir que **todas** as crianças e adolescentes devem ter **todos** os seus direitos assegurados (saúde, educação, moradia, cultura, esporte, alimentação, etc.). O paradigma da proteção caminha em limiar tênue entre liberdades e controles, ou, entre garantir as condições básicas para que todas as vidas possam se desenvolver com liberdade e direcionar instituições para manutenção da ordem social, individualizando “carências” e operando a moldagem dos “desviantes”, polindo e fazendo funcionar a engrenagem da máquina social.

Em pesquisa de mestrado, Souza (2017) pesquisou fundamentos para a retirada de crianças e adolescentes do convívio familiar, encontrando a *proteção* como eixo central nos encaminhamentos. A autora diferencia dois modos de operar a noção de proteção: a *proteção tutelar* e a *proteção garantista*, sendo importante o conceito de autonomia (entre outros) para tal qualificação das “proteções” (SOUZA, 2017).

Do ponto de vista social, tutela pode ser compreendida como uma dimensão autoritária presente em relações interpessoais e institucionais, justificada a partir da proteção ofertada por pessoa, grupos ou instituições (tutores) em direção a membros de segmentos em condições de vulnerabilidade (tutelados) perante os primeiros. O elemento autonomia (no sentido da autocondução conforme as normas) é quebrado, sendo impresso pelos que tutelam a versão da heteronomia, isto é, a condução plena da vida da criança e do adolescente pelo outro, o adulto. Essa relação, porém, sustenta-se em princípios contraditórios que fundamentam ações de repressão e proteção. Ao contrário, a proteção garantista é notada quanto mais esforços são conjugados no sentido de fortalecer esses pilares [autonomia, direito à convivência familiar e comunitária, superior interesse da criança, matricialidade sócio-familiar], que não se esgotam nos elementos que sustentam o sistema de garantia de direitos de crianças e adolescentes, mas também dos envolvidos adultos (SOUZA, 2017, p. 44-45).

Não são poucas as histórias de adolescentes e jovens internados em clínicas em decorrência do uso de drogas. Famílias e médicos agem em nome daquilo que entendem ser a proteção dos pequenos incontinentes. Citamos aqui a história de Austregésilo Carrano (internado aos 17 anos), retratada no filme *Bicho de Sete Cabeças*; a internação involuntária de Luana Malheiro (internada aos 19 anos), narrada em sua dissertação de mestrado; e a internação “voluntária”<sup>40</sup> de Cupinzeiro (internado aos 17 anos), participante de nossa pesquisa. A escolha dessas três histórias se deve ao fato de termos tido acesso à análise posterior por parte da/os envolvida/os: Luana faz severas críticas à internação em sua dissertação; Carrano escreveu livro, virou filme e tivemos oportunidade de conhecê-lo na militância antimanicomial; e Cupinzeiro foi amigo de adolescência e um dos participantes da pesquisa.

As internações foram justificadas pela tentativa de proteger adolescentes do “mundo das drogas”<sup>41</sup>, porém as análises posteriores apontam para um abismo entre a interpretação e ação dos adultos e os sentidos das experiências na perspectiva das/os adolescente/s.

(...) o meu pai quando me internou tinha uma certa idade. Na cabeça dele, eu estava nas mãos do melhor médico psiquiatra do Paraná. Ele, na época, era o médico mais conceituado. Para o meu pai, eu estava nas mãos de um mestre. Só que nas mãos deste mestre eu pirei! Pirei graças aos choques elétricos e ao coquetel de remédios. Depois desta época, passei por outras instituições para me recuperar. Nós nos acertamos. Ele faleceu há 8 anos. A gente ainda se ama. Eu morro de saudades dele (AUSTRAGÉSILO CARRANO, 2004).<sup>42</sup>

Era uma noite de domingo e estava com mais duas amigas chapadas assistindo o filme —2001: Odisseia no Espaço, do diretor Stanley Kubrick, debatendo o desenvolvimento da humanidade desde os primórdios, bem como a humanidade imaginada e representada na obra (...). Fui levada contra a minha vontade para uma

<sup>40</sup> As aspás foram colocadas aqui porque Cupinzeiro disse que foi convencido pelo pai a se internar voluntariamente.

<sup>41</sup> Mundo das drogas é compreendido aqui como imaginário social, produzido pelo dispositivo das drogas, em que o uso de drogas é associado a vidas perdidas, flageladas, arruinadas.

<sup>42</sup> Entrevista concedida pelo bate-papo da UOL. Fonte:

<https://tc.batepapo.uol.com.br/convidados/arquivo/livros/austregesilo-carrano-escritor.jhtm>

clínica de reabilitação para transtorno mental e uso de drogas. Quando cheguei, fui conduzida para a consulta com o psiquiatra que me fez perguntas sem me olhar no olho. Perguntou se eu fazia uso de maconha, respondi que sim e ele apertou uma buzina embaixo da sua mesa, poucos segundos depois, 4 homens enormes de jaleco me carregavam a força para o interior da clínica (...). Mesmo sem nenhuma leitura sobre questões relacionadas ao uso de drogas e antiproibicionismo eu já entendia que o meu problema não era o meu uso de maconha. Lembro de refletir muito com a minha colega de quarto sobre o absurdo desse controle que estávamos sendo submetidas, principalmente pelo fato de que em nosso tratamento a nossa opinião, ou o que entendíamos sobre o nosso uso de drogas, era sempre negligenciada para dar lugar ao saber psiquiátrico que tratava o uso de maconha como um transtorno. A convivência na clínica foi um importante momento para a minha formação sobre a forma de tratamento da pessoa que usa drogas ilícitas, produção de estigma e a hegemonia do saber biomédico em nossa sociedade. Toda vez que eu tentava refletir fora do lugar de paciente, vítima do vício em maconha, os representantes do saber psiquiátrico me ameaçavam, alertando que eu (...) era guiada pelo vício, era a própria marionete sendo conduzida pela droga. Não havia espaço para o pensamento crítico, a imposição de regras e a necessidade de seguir à risca o tratamento proposto, sem questionar, era o caminho para uma rápida alta (MALHEIRO, 2018, p. 21-22).

No caso do Cupinzeiro, discutiremos as internações no próximo capítulo, mas aqui queremos marcar a posição hierárquica entre protetores e protegidos, intervenções pautadas em normas universais e não no corpo singular e seu meio.

A proteção é uma referência a uma formação política pautada em modelos hegemônicos, a uma sociedade “cientificamente planejada”, em que cada movimento, cada comportamento é enquadrado em padrões tecnicamente regulados. (...) A política que consiste em proteger confere um status social degradante àqueles que pretende ajudar, estigmatizando-os e produzindo/reproduzindo um total descrédito em suas condições de agir autonomamente (NASCIMENTO; SCHEINVAR, 2005, p. 62).

Em coletânea<sup>43</sup> publicada em 2020, o texto de Cristiano Ribeiro Vianna parte da seguinte questão: “*Como pensar a autonomia junto a crianças e adolescentes que fazem uso de drogas?*” Apesar de não utilizar o conceito de proteção, Vianna (2020) aponta duas dimensões que carregam uma noção de proteção fora de normas universais: o paradigma da Redução de Danos como abertura para escutar a multiplicidade das experiências com drogas e tecer modos de cuidado singularizados e contextualizados; e a necessidade de ambientes<sup>44</sup> (pessoas e/ou instituições) confiáveis às experimentações adolescentes que quase sempre “misturam às jornadas prazer e transgressão” (p. 62).

O uso drogas na adolescência ativa o discurso da *proteção tutelar*, correndo-se o risco de operar práticas autoritárias que pouco dialogam com o vivido por adolescentes. Se faz

<sup>43</sup> Drogas e Autonomia: intersecções entre clínica e políticas públicas (ALENCAR; SILVA; AVARCA, 2020).

<sup>44</sup> Foi Winnicott o psicanalista que teorizou sobre o ambiente na sustentação do amadurecimento e Vianna destaca, em especial, a necessidade de permanência e continuidade daqueles/as que cuidam, sem ações de retaliação e com disponibilidade de renovar ofertas diante da singularidade do/a outro/a. (VIANNA, 2020)

ainda imprescindível destacar a distinção discursiva e nas práticas sociais com adolescentes de diferentes classes sociais, “a discrepância entre a infância/juventude em perigo e a infância/juventude perigosa” (SCISLESKI; MARASCHIN, 2008, p. 463): “os mais ricos são ‘excêntricos’, ‘rebeldes’, ‘contestadores’; os mais pobres são ‘delinquentes’” (TRASSI; MALVASI, 2010, p. 39). Batista (2014) aponta a produção do medo frente à potência dos mais jovens como motor da criminalização da juventude popular, incitando políticas restritivas – *protetivas ou penalizadoras* – de sua circulação nas cidades, uma “permanência histórica ancorada no genocídio colonizador e na escravidão africana” (p. 03).

Do Brasil Império à República conservadora não há rupturas expressivas: os discursos que animalizam, inferiorizam e criminalizam vão se atualizando segundo as diferentes demandas por ordem (BATISTA, 2014, p. 04).

Na legislação brasileira, o ECA (1990) instituiu a *proteção integral* e a noção de *desenvolvimento*, desdobrando-a em três sentidos, que se articulam: 1) o desenvolvimento como finalidade, objetivo, meta das ações destinadas a crianças e adolescentes; 2) o desenvolvimento como marcador ontológico que diferencia crianças e adolescentes de adultos; e 3) a qualificação do desenvolvimento, adjetivando-o como sadio e harmonioso. Melo (2019) problematiza esses sentidos do desenvolvimento, o primeiro por posicionar crianças e adolescentes como projeto, o que leva a perguntas sobre qual **projeto** do desenvolvimento; o segundo leva ao questionamento acerca da serventia do “estatuto ontológico” da *condição peculiar de desenvolvimento*; e o terceiro coloca que há uma normatização em jogo ao qualificar o desenvolvimento *sadio*, produzindo uma linha divisória entre desenvolvimento normal e anormal (MELO, 2019).

Melo (2019) desnuda a engrenagem operada pelo dispositivo do desenvolvimento: as práticas com crianças e adolescentes em nome do “desenvolvimento de capacidades”; as políticas nacionais e mundiais que visam o “desenvolvimento do país”; a educação entendida como processo de “desenvolvimento” para inserção-adaptação na vida produtiva; e as políticas sociais que garantem condições básicas para o “desenvolvimento” como emancipação.

O paradigma desenvolvimentista, ancorado no produtivismo e no projetismo, posiciona crianças e adolescentes como um vir a ser que ainda não é, rumo ao acabamento adulto. Seguindo outra direção, retirando o foco da origem infantil e do destino adulto, pensamos o inacabamento intrínseco à existência humana, uma permanente *entrada na vida*, modulada por agenciamentos coletivos que produzem modos de sentir, perceber e estar no

mundo, o que, no caso de adolescentes que consomem drogas, faz deslocar a atenção da proteção do futuro acabado aos efeitos dos agenciamentos na produção e cuidado de si (LAPASSADE, 1975).

Caminhamos pelos sentidos, lugares e estatutos de “adolescentes” ao longo da história, buscando compreender como a adolescência se instituiu como etapa naturalizada do desenvolvimento, buscando autoras e autores que teceram articulações entre a antropologia, a sociologia, o direito e a psicologia. A intenção neste percurso foi problematizar o pensamento sobre a adolescência como categoria universal, regulada pelo dispositivo do desenvolvimento e o imperativo da(s) proteção(ões), recuperando o momento histórico e as condições de possibilidade que marcaram sua introdução no discurso científico e nas práticas sociais.

Acreditamos que os conceitos de adolescência e desenvolvimento não são ingênuos. Servem aos propósitos dominantes de homogeneização e imobilização, reificando determinadas práticas e relações presentes na atual sociedade de controle globalizado (COIMBRA; BOCCO; NASCIMENTO, 2005, p. 7).

As autoras acima citadas propõem a subversão do termo adolescência, indicando que, com *juventudes*, podemos trazer a *intensidade* juvenil, ao invés de uma *identidade* adolescente, capturada pelo dispositivo do desenvolvimento. Aqui escolhemos manter adolescência para tensioná-la, pois é na associação adolescência-drogas que se ativam controles acirrados em nome de noções normativas de proteção e de desenvolvimento saudável.

Assim como os adolescentes foram emoldurados em uma etapa conturbada do desenvolvimento que requer atenção porque “se arriscam”, aos “*drogados*” foi instituído o lugar “fora de si”, eles representam ameaça e “passam dos limites”, transitando pelos ideários de perigosos, vagabundos e/ou doentes. A seguir, nosso interesse se volta ao campo das drogas: Como se produziu a “questão das drogas” na contemporaneidade ocidental?

### 3.3 Drogas: um campo intoxicado

Grande parte das pesquisas sobre drogas apresentam o tema contextualizando que, apesar de registros possibilitarem reconhecer usos de drogas ao menos desde o neolítico, a “droga”<sup>45</sup> foi instituída como questão social e de saúde pública na modernidade, contemporânea

---

<sup>45</sup> Utilizamos aspas neste momento do uso do vocábulo porque pretendemos desnaturalizar uma ideia genérica acerca das drogas, situando tal noção como dispositivo histórico que produz partilhas entre as substâncias e seus consumidores, bem como consideramos seus efeitos indissociáveis dos sujeitos e contextos em que as substâncias-drogas são consumidas.

ao desenvolvimento da química farmacêutica e do crescimento das indústrias desse setor. O campo multidisciplinar de estudos sobre drogas consagrou sua própria seara nas últimas décadas do século XX, sendo integrado por trabalhos historiográficos, antropológicos, sociológicos, médicos, jurídicos, psicológicos, farmacológicos, neurocientíficos, literários, entre outros.

Antonio Escohotado<sup>46</sup> traçou uma reconhecida historiografia dos usos de drogas, evidenciando a multiplicidade de substâncias e dosagens utilizadas para fins tão diversos quanto as culturas que significam as práticas. Contornos ritualísticos, medicinais, festivos, relacionais, terapêuticos, laborais, gastronômicos, entre outros, conformam a ampla gama de funções, significados, efeitos e regulamentações produzidas na interação entre sujeitos, substâncias e contextos em que vivem e usam psicotrópicos<sup>47</sup>.

Uma droga não é apenas um determinado composto com certas propriedades farmacológicas, podendo receber muitos outros atributos. No Peru, as folhas de coca eram um símbolo do Inca, reservadas exclusivamente para a corte e outorgada aos servos como prêmio. Na Roma pré-imperial, o uso do vinho era liberado aos homens maiores de trinta anos, sendo que o costume admitia executar qualquer mulher ou homem mais jovem descobertos nas proximidades de uma taberna. Na Rússia, durante meio século, beber café foi um crime punido com tortura e mutilação das orelhas. Fumar tabaco causava a excomunhão entre os católicos e a amputação de membros na Turquia e na Pérsia. Até a erva-mate, usada hoje em infusão pelos gaúchos dos pampas, foi considerada uma beberagem diabólica, e somente as missões jesuíticas no Paraguai, dedicadas ao cultivo comercial desta planta, conseguiram convencer o mundo cristão de que suas sementes não foram trazidas à América por Satã, mas por São Tomás, o mais desconfiado dos primeiros Apóstolos (ESCOHOTADO, 1997, p. 27).

Para este trabalho, é importante compreender como se produziu o modo como hoje formulamos “a questão das drogas”. Como se deu a partilha moral entre substâncias lícitas e ilícitas? Quais saberes entraram em campo e que verdades estiveram e estão em disputa? Em suma, nos interessa traçar uma breve cartografia da *droga* como dispositivo, ou seja, como rede heterogênea de saberes, instituições e regulamentações que produzem o modo como pensamos-produzimos nossa relação com as drogas.

De fato, mais do que se apropriar de uma experiência supostamente universal de consumo de “drogas”, o que as sociedades ocidentais parecem ter feito foi criar literalmente o próprio fenômeno das “drogas”, seja produzindo-as em laboratório e/ou em escala industrial, seja medicalizando e/ou criminalizando as experiências de

---

<sup>46</sup> Jurista, filósofo e sociólogo, publicou em 1983 o livro *História General de Las Drogas*.

<sup>47</sup> Segundo Carlini *et al.* (2001), drogas psicotrópicas são aquelas que agem alterando as comunicações entre os neurônios, “podendo produzir diversos efeitos de acordo com o neurotransmissor envolvido e a forma como a droga atua” (p. 3).

consumo de substâncias que, até então, não eram consideradas “drogas” (VARGAS, 2001, p. 35).

Pensar a *droga* como dispositivo produtor do modo como as sociedades ocidentais pensam a experiência entre humanos e psicotrópicos, nos permite compreender as normas que operam práticas divisórias entre as substâncias, as modalidades de uso e os usuários, mas também as linhas de fuga que movimentam o dispositivo. Na partilha moral, as substâncias são dicotomizadas em lícitas ou ilícitas; produtoras de saúde ou de doença; endeusadas ou demoníacas; incitadas e proibidas. O uso vem sendo categorizado como medicinal, religioso ou recreativo; eventual, abusivo ou problemático; leve ou grave. Já o contexto social qualifica os sujeitos como rebeldes ou marginais/delinquentes; doentes ou criminosos; “em perigo” ou perigosos.

No momento em que esta pesquisa está sendo escrita, o mundo está voltado à contenção da pandemia provocada pelo coronavírus<sup>48</sup>, um ser microscópico, que invadiu o planeta e força o isolamento dos corpos para que não se dissemine. Neste contexto, o clamor das sociedades infectadas direciona-se à ciência: encontrem uma droga que nos proteja do vírus ou que remedie a doença que ele produz em nossos corpos... queremos uma droga!

Buscando o significado da palavra *droga* no dicionário Aurélio, encontramos o substantivo feminino utilizado com “*propósitos químicos, farmacêuticos, tinturaria, etc.*”, “*substância que causa alucinação e pode levar a dependência física ou psicológica*”, e, encontramos a interjeição de descontentamento, que pode ser utilizada em frases como: a “*droga do governo Bolsonaro*”.

Esse triplo significado se funde quando pensamos na partilha moral entre as substâncias hoje chamadas de medicamentos e as *drogas* demonizadas como mal em si, divisão que abordaremos mais adiante. Considerando a controversa etimológica, Vargas (2001) encontra maior verossimilidade na hipótese holandesa em que a palavra tem origem no neerlandês *drogue vate*, ou, *barris de coisas secas*, expressão que emerge nos contatos entre povos europeus e orientais no contexto das Cruzadas, entre os séculos XI e XV.

---

<sup>48</sup> Os coronavírus (CoV) são uma ampla família de vírus que podem causar uma variedade de condições, do resfriado comum a doenças mais graves, como a síndrome respiratória do Oriente Médio (MERS-CoV) e a síndrome respiratória aguda grave (SARS-CoV). O novo coronavírus (nCoV) é uma nova cepa de coronavírus que havia sido previamente identificada em humanos. Conhecido como 2019-nCoV ou COVID-19, ele só foi detectado após a notificação de um surto em Wuhan, China, em dezembro de 2019. (Site da OPAS, acesso em jan. 2021: <https://www.paho.org/pt/topicos/coronavirus>).

Embora as Cruzadas fossem um movimento militar cristão, convocado pela igreja católica com a finalidade de recuperar e dominar Jerusalém, ou, a Terra Santa, interessava à economia mercantil ampliar os negócios ao Oriente e as especiarias exóticas ganharam valor de mercado, passando a ser cobiçadas pelos nobres medievais. Vargas (2001) discute interpretações acerca da *loucura das especiarias*<sup>49</sup> e minimiza que o valor estivesse no uso para conservação de alimentos ou à simples distinção social entre quem tinha ou não acesso, ressaltando nas especiarias o “*gosto do paraíso*”, que atribuía ao Oriente um lugar onde as utopias e desejos eram projetados.

Já aí podemos pensar na relação com as drogas atravessada por questões econômicas, políticas, sociais e, enlaçada com todas elas, a produção de subjetividades. As especiarias – pimenta, canela, cravo, noz moscada, gengibre, açafrão, etc. – foram descobertas em encontros que tinham como objetivo primeiro o extermínio e/ou dominação de povos não europeus; passaram a interessar e ter valor de mercado; o acesso a elas marcava desigualdades entre as classes da época; e o consumo estava associado a degustar novos horizontes, sonhar com outros mundos.

Em meados do século XIV, no renascentismo europeu, começaram a ganhar espaço alguns pensadores - Galileu, Copérnico, Bacon, Descartes –, que desconstroem antigos dogmas religiosos e fundam a ciência moderna, e que foram “decisivos para a constituição e a difusão de uma cosmologia mecanicista, segundo a qual o mundo podia e devia ser explicado em termos lógicos, isto é, racionais” (VARGAS, p. 44, 2008). No século XV aconteceram as primeiras dissecações públicas de humanos por Versalius e, concomitantemente, Paracelso começa a introduzir a alquimia, ou, a química, nas teorias e práticas médicas, postulando o tratamento das doenças mediante uso de substâncias químicas (VARGAS, 2001).

Entre os séculos XV e XIX, o mercantilismo da expansão marítima, a revolução burguesa e a revolução industrial foram processos históricos instituintes de novas significações e relações com as drogas. Substâncias “descobertas” em contato com povos não europeus vão sendo retiradas dos contextos culturais locais, ampliando sua circulação na condição de produtos a serem comercializados em escala cada vez mais global. “Essas interações entre consumo de substâncias exóticas e sua popularização entre diferentes culturas vão se

---

<sup>49</sup> Expressão utilizada por Vargas (2001), citando o livro “Civilização Material, Economia e Capitalismo, Séculos XV-XVIII – As Estruturas do Cotidiano”, de 1979, para marcar o período em que as especiarias se tornaram produtos cobiçados e de grande valor.

expandindo ao longo dos séculos XVII e XVIII, atingindo no século XIX novos contornos.” (AMARAL, p. 36).

Apesar dos estudos de anatomistas e alquimistas, desde o século XV até o século XVIII, a medicina era um campo do conhecimento ainda filosófico, “sem efeito perceptível na saúde e na doença do homem à escala das sociedades humanas (...). Em suma, a medicina era tragicamente impotente para realizar seu projeto” (CANGUILHEM, 1975, *apud* VARGAS, 2008, p. 48)<sup>50</sup>. É entre os séculos XVIII e XIX que a ciência e a prática médica alcançam outro patamar e reconhecimento social, o que ocorre em função de dois fenômenos: a clínica médica<sup>51</sup> ganhou poder, ao utilizar a anatomia patológica na sustentação dos sintomas investigados nos atendimentos; e a introdução, pela química moderna, de compostos fracionados, substâncias sintetizadas.

O desenvolvimento da química e da microbiologia, ao longo do século XIX e início do século XX, chegou à mais importante inovação na década de 1930: os antibióticos! Os antibióticos e o crescimento ininterrupto da produção de drogas farmacêuticas alteraram drasticamente as práticas terapêuticas, a vulnerabilidade dos humanos a muitas doenças infecciosas e a relação de submissão com a ciência médica, pois, efetivamente, a vida de milhões de pessoas foi prolongada, ainda que sejam pouco ressaltados os efeitos colaterais de algumas substâncias e usos (VARGAS, 2008).

A aspirina, a quinina ou o cianureto, dependendo de suas doses, podem ser mortais aos seres vivos. Ou seja, não falamos abstratamente de toxicidades. Esta deve sempre se situar em proporções e medidas. Usamos beneficentemente as três substâncias citadas, apesar de seus riscos, para fins terapêuticos e medicinais (AMARAL, 2016, p. 31).

Assim, desde o fim do século XIX vem se constituindo e consolidando uma *ordem farmacocrática global*<sup>52</sup>, que classifica substâncias lícitas ou ilícitas sem seguir “nenhum critério objetivo de maior ou menor nocividade, toxidade ou potencial criador de dependência” (CARNEIRO, 2018, p. 45). Apesar de algumas atitudes proibicionistas terem ocorrido na Europa do século XVI e XVII, com a chegada de novas drogas em decorrência da cultura mercantil renascentista, bem como das Guerras do Ópio entre China e Inglaterra, foi no início

<sup>50</sup> CANGUILHEM, Georges. Ideologia e racionalidade nas ciências da vida. Lisboa: Ed. 70, 1975, p. 51-70, *apud* VARGAS, 2008, p. 48.

<sup>51</sup> Em O Nascimento da Clínica (1977), Michel Foucault analisa a passagem da medicina clássica para a medicina moderna, através da análise do discurso médico e das mudanças na relação médico-paciente.

<sup>52</sup> Expressão cunhada por Henrique Carneiro, no livro “Drogas: a história do proibicionismo” (2018).

do século XX que surgiram os primeiros tratados internacionais que instituíram a Guerra às Drogas em escala global.

A Conferência de Xangai (1909), convocada pela Liga das Nações, e fomentada pelos Estados Unidos, propôs a redução do comércio de opiáceos e o texto final faz “defesa do uso legal sob estrito controle para uso médico, e a ilegalidade para qualquer outra forma de uso” (RODRIGUES, 2008, p. 93). No Tratado de Haia (1912), assinado por 12 países, fica determinada a “gradual supressão do abuso do ópio, morfina, cocaína e outras drogas derivadas” por meio de “efetivas leis de controle da produção e distribuição”. O uso fica permitido apenas para finalidades médicas, o que mantém a produção e venda restrita às indústrias farmacêuticas que os EUA tentavam dominar após derrota da Alemanha na Primeira Guerra (CARNEIRO, 2018).

Ao longo do século XX, foram – e seguem sendo – implementadas leis<sup>53</sup> e regulamentações ao uso, produção e comércio de *drogas*, o que ocorre simultaneamente ao que Vargas (2001) chamou de *invasão farmacêutica*. Instituiu-se uma *partilha moral* (VARGAS, 2001) entre as *drogas* de uso não médico (não prescritas, não controladas) que são criminalizadas e seus usuários patologizados, e, os *fármacos* aos quais somos altamente incitados ao uso.

Retomando Foucault no pensamento crítico sobre a produção de subjetividade no mundo moderno, Alarcon (2008) destaca que o discurso liberal – todos livres para se vender

---

<sup>53</sup> Lei seca (EUA, 1919); Conferência de Genebra (1925); Convenção Única sobre Entorpecentes (ONU, 1961). Na década de 1970, os EUA “propagam a ideia do direito a militarização no combate ao narcotráfico em escala transnacional” (AMARAL, 2016, p. 41), apoiando grupos antidrogas na América Latina como parte da política de Guerra às Drogas lançada pelo presidente estadunidense Richard Nixon, em 1972 (RODRIGUES, 2004 *apud* AMARAL, 2016). No Brasil, o código penal de 1890 considera crime a venda ou uso de substâncias venenosas não previstas em regulamentos sanitários; em 1921, promulga lei que incorpora determinações da convenção de Haia; em 1938, o decreto nº 891 lança novos marcos repressivos em consonância com as determinações internacionais; em 1941, inclui a *cannabis* no rol das substâncias proibidas; outros decretos foram editados entre 1941 e 1971; em 1971, o dependente deixa de ser considerado criminoso, porém sem critérios claros na distinção entre usuários e traficantes e, no mesmo ano, outro decreto institui uma agenda para educação e prevenção; em 1976, a distinção entre usuários e traficantes passa a incluir diferenciação penal; em 1980, foi atualizada a Comissão Nacional de Fiscalização de Entorpecentes, instituindo o Sistema Nacional de Prevenção, Fiscalização e Repressão de Entorpecentes, operando em torno do Conselho Federal de Entorpecentes (COFEN). Em 1998, o presidente Fernando Henrique Cardoso transformou o Conselho Federal de Entorpecentes (COFEN) em Conselho Nacional Antidrogas (CONAD) e criou a Secretaria Nacional Antidrogas (SENAD), subordinada à estrutura da Casa Militar da Presidência da República; em 2006, foi sancionada a Lei nº 11.343 como a nova Lei sobre Drogas no Brasil, instituindo o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas (SISNAD), que assegura direitos de assistência aos usuários, porém se mantém no polo proibicionista, ao recrudescer a pena para tráfico; à lei de 2006, seguiram-se planos, decretos e projetos intersetoriais; por fim, o decreto nº 9.761, promulgado pelo presidente Jair Bolsonaro, em 2019, acirra a direção proibicionista, ao instituir a Política Nacional sobre Drogas partindo do pressuposto de “buscar incessantemente atingir o ideal de construção de uma sociedade protegida do uso de drogas lícitas e ilícitas e da dependência de tais drogas”. (BRASIL, 2019a)

como mercadoria – apoia-se no ideário iluminista da racionalidade como essência humana. Assim, funde-se uma ideia de *vontade normalizada*, que “deposita sobre o imperativo racional a condição ao mesmo tempo possível e universal para a liberdade do sujeito, essencial à relação de forças hegemônica do capitalismo industrial” (p. 41) e funda-se a moral humanista, que afirma liberdades, ao mesmo tempo em que inventa as disciplinas que nos regulam e nos produzem sujeitos.

Pensando assim seria mais prudente perguntarmo-nos: porque a sobriedade é um valor dominante hoje em dia? O que leva homens e mulheres a se preocuparem tanto com a própria sobriedade? A que forças interessam que homens e mulheres sejam sóbrios e, mais que isso, que se preocupem elas mesmas em se manterem sóbrias? (ALARCON, 2008, p. 47).

O uso de psicoativos não-prescritos constitui um campo moral, que de modo generalizado valora negativamente as alterações voluntárias de si. Na moral kantiana, Alarcon (2008) encontra as bases do pensamento que liga **autonomia** ao “*domínio de si*”, liberdade como “resultado do processo de negação do corpo (sede do querer; do desejo) de sua própria vontade, e a conseqüente afirmação do sujeito (alma; razão) como senhor dessa vontade que lhe seria adquirida por empréstimo” (p. 50). Dessa via iluminista, derivaram as atitudes moralistas do protestantismo norte-americano que em comunhão com a ciência edifica uma “compreensão médico-moral da embriaguez como doença da vontade” (p. 51).

Assim, a criminalização de parte dos psicoativos como *drogas* articula, desde sua fundação e a um só tempo, interesses econômicos e religiosos aos saberes médico-farmacológico e jurídico, produzindo a partilha entre substâncias ameaçadoras e salvadoras e entre usuários-pacientes e usuários-doentes ou criminosos, circunscrevendo o “problema das drogas” como questão de segurança pública e/ou de saúde pública. Nessa divisão, a multiplicidade de experiências com drogas foi soterrada, dando lugar ao império biomédico sobre os corpos que devem seguir as prescrições de uso ou não uso.

Outra dimensão a ser destacada é a eficácia do dispositivo da droga na marginalização de grupos populacionais específicos. Os EUA, impulsionadores da guerra às drogas têm o maior número de pessoas no Sistema Prisional, o qual é privatizado e bastante rentável. Analisando as substâncias postas no rol da criminalização, encontramos relações entre substâncias e grupos populacionais marginalizados na história do país.

Os grupos do proibicionismo emergente não descuidaram daqueles tidos como os próprios desviantes. Vincularam de forma explícita o uso de “substâncias venenosas” a grupos sociais tidos como “perigosos”, “ameaçadores”, “virulentos” (Passetti, 1991;

Rodrigues, 2004<sup>a</sup>). As assustadoras hordas de pobres, imigrantes e negros faziam, supostamente, uso imoderado de drogas psicoativas, o que revelava sua degenerescência moral e física, e aumentava o perigo que representavam (RODRIGUES, 2008, p. 95).

Destacaremos, particularmente, alguns efeitos do dispositivo, quando articulados com marcadores de desigualdade de gênero e raça. Em um mundo onde a norma é euro-macho-branca-adultocêntrica, a moral da sobriedade como “domínio de si” entranha-se às demais hierarquias, que controlam os excedentes da lógica neoliberal.

A gestão dos corpos posta em marcha pela biopolítica colocava o problema de controlar aqueles que não se enquadravam no modelo “útil” e “dócil”: os criminosos, os “indolentes”, os subversivos, os loucos, os doentes. A lógica da utilidade dócil era, todavia, bastante afeita aos sentimentos humanistas de progresso e dignidade humana (RODRIGUES, 2008, p. 97).

Na racionalidade do Estado de Direito, regulamentado pela economia concorrencial de mercado, indivíduos-empresas têm suas liberdades circunscritas à moldura jurídico-institucional que direciona os corpos à produtividade. O discurso de que esse homem-máquina, empresário de si mesmo, capital humano, tem “liberdade” de mercado para prosperar, camufla as desigualdades estruturais vivenciadas pelos *marginais*, os *Outros* da cultura.

Malheiro (2018), em sua dissertação sobre trajetórias de mulheres usuárias de crack nas ruas de Salvador, parte de Simone de Beauvoir, para pensar a mulher como o “*outro*” da cultura patriarcal e da epistemologia machocêntrica, aliando-se a Djamila Ribeiro e Grada Kilomba para ir além e não tomar como modelo a mulher branca e burguesa, situando a mulher negra como o “Outro do outro”, ou, “*o outro absoluto*” da formulação Beauvoariana. Caminhando com Judith Butler, Malheiro (2018) pensa gênero e sexo como “construções culturais que devem ser compreendidas no marco de cada cultura em específico” (p. 181).

A temática do consumo de drogas entre mulheres nos fornece elementos para refletir a especificidade desta prática no contexto de uma sociedade construída a partir da desigualdade social, racial, sexual e de gênero. Refletir sobre o consumo de drogas entre mulheres requer também perceber os imaginários sociais que constroem papéis sociais fixos para mulheres, circunscritos ao âmbito doméstico – sendo a mulher usuária de drogas considerada um desvio de uma determinada norma de gênero (MALHEIRO, 2018, p. 182).

Desviantes da norma de gênero, mulheres usuárias de drogas rompem com o imaginário social que fixa a mulher branca na associação com a maternidade, a servidão ao marido e aos cuidados domésticos, e, as mulheres negras são “vistas pelo olhar desumanizador do racismo” (MALHEIRO, 2018, p. 183). A antropóloga ressalta a diversidade nas trajetórias

e experiências de mulheres com usos de drogas, negando essencializações culturais ou biológicas, ainda que tenha encontrado recorrência de violências de gênero nas histórias de uso de crack nas ruas, bem como o acirramento de discriminações no acesso a serviços públicos e sistema de justiça (MALHEIRO, 2018).

Raça é outro marcador de hierarquização e desigualdade, que, particularmente nos países de herança escravista, opera uma política de desumanização, coisificação e mortificação de corpos negros, ou, uma *necropolítica*, como formulou o pensador camaronês Achille Mbembe (2016). O autor caracteriza a ocupação colonial na modernidade tardia como um “*urbanismo estilhaçado*”, que produz zonas de segregação sob uma “*coordenada vertical*” que faz proliferar espaços de violência.

As vilas e cidades sitiadas são cercadas e isoladas do mundo. O cotidiano é militarizado. É outorgada liberdade aos comandantes militares locais para usar seus próprios critérios sobre quando e em quem atirar. O deslocamento entre células territoriais requer autorizações formais. Instituições civis locais são sistematicamente destruídas. A população sitiada é privada de seus meios de renda. Às execuções a céu aberto somam-se matanças invisíveis (MBEMBE, 2016, p. 138).

A descrição das *vilas e cidades sitiadas* no Brasil são as regiões periféricas de grandes centros urbanos, *favelas, quebradas*, espaços urbanos majoritariamente habitados pela população negra, onde a polícia está autorizada à violência, sob justificativa de reprimir o tráfico de drogas. A guerra às drogas vem atualizando o colonialismo e o imperialismo na democracia liberal, ao inculcar o mal nos corpos periféricos. Como resultado, assistimos o extermínio e encarceramento em massa da juventude negra e a funcionalidade desta política à “venda de armas, intensa policização da vida, mas principalmente aumento do controle sobre os territórios de pobreza” (BATISTA, 2014, p. 9).

Em suma, a partilha moral entre drogas e fármacos efetiva: interesses de mercado; normas cristãs de controle dos prazeres e impulsos; o assujeitamento à ordem médica como única a ditar as terapêuticas que alteram a química do corpo; e a seletividade moral-penal que opera a partir de marcadores de desigualdades estruturais.

Atualmente, é a figura do “*noia*”, ligada ao uso do crack, a que mais provoca repulsa, utilizada em campanhas antidrogas e em prol do acirramento da política proibicionista. Imagens das cracolândias são publicizadas no discurso da epidemia das drogas, para justificar repressão policial, internação em massa, campanhas de prevenção para que adolescentes não caiam no “mundo das drogas”. Assim, o paradigma proibicionista se instituiu ancorado em dois

pressupostos: o de que a droga é um *mal em si*, a ser eliminado com políticas repressivas, sendo desejado – como se fosse possível – um *mundo sem drogas*.

Apesar do paradigma proibicionista ser majoritário em escala mundial, o fracasso de seu objetivo final – um *mundo sem drogas* – é também evidente pelo mundo afora. Após 100 anos de égide proibicionista, exterminamos o uso de drogas das sociedades? As pessoas têm menos acesso às substâncias? As cadeias vêm mudando a conduta dos supostos delinquentes-trafficantes? As cidades estão livres de drogas em seus espaços públicos? A juventude se sente cada vez menos atraída por experimentações com drogas?

### 3.4 Caminhos à desintoxicação

Diante do fracasso do proibicionismo e reconhecendo direitos e liberdades de pessoas que usam drogas, pensadores/as, movimentos sociais e algumas políticas estatais desviaram do rumo repressivo, produzindo modos de pensar e lidar com a questão da droga que podemos situar no “campo antiproibicionista”. Em oposição ao proibicionismo, seja pelo fracasso de seu projeto, seja pelas consequências<sup>54</sup> que produz, países como Holanda, Portugal, Uruguai e Canadá se destacam – de modos diferentes – na construção de políticas de regulamentação da produção e consumo de algumas substâncias.

No atual contexto brasileiro, diversos elementos passaram a propiciar inovadores processos de subjetivação de pessoas que usam drogas. Em especial, ganhou potência a luta pelos direitos civis, retornando à agenda nacional a questão dos direitos humanos. Falamos de organizações políticas populares associadas à descriminalização dos usuários de drogas ilícitas, à perspectiva da criminologia crítica, à Redução de Danos, à luta antimanicomial, bem como às lutas pelas igualdades raciais e de gênero que emergiram no final do século XX e que ganham consideráveis contornos a partir do século XXI. (AMARAL, 2016, p. 106)

No Brasil, os primeiros encontros e movimentos que posicionaram críticas à ideologia e política proibicionista ocorreram na década de 1980 (AMARAL, 2016). No bojo do processo de redemocratização e da luta por direitos civis e sociais que marcaram a Constituição de 1988, diferentes setores da sociedade civil conquistaram espaço de participação social na construção das políticas públicas, dentre as quais destacamos a criação do SUS como sistema universal e regulado pela participação social e, no âmbito da saúde mental, a aprovação da lei

---

<sup>54</sup> Como consequências do proibicionismo, destacamos o descontrole na qualidade das substâncias em circulação; a patologização e criminalização de usuários e comerciantes de drogas; o encarceramento em massa; e o genocídio da população negra pelas intervenções policiais nas periferias, bem como pelo armamento do crime organizado.

10.216, conhecida como lei da reforma psiquiátrica, determina a substituição progressiva dos manicômios pela atenção de base territorial (BRASIL, 2001).

Em 2002, a portaria nº 336 estabelece os CAPS ad no rol das modalidades de CAPS, sendo estes serviços fundamentais ao redirecionamento do cuidado em saúde mental (BRASIL, 2002). Em 2003, a coordenação nacional de DST/Aids apresenta a Política Nacional de Atenção aos Usuários de Álcool e Outras Drogas, reconhecendo a Redução de Danos como estratégia de cuidado a ser implementada em âmbito nacional, 14 anos após a criminalização do programa de troca de seringas em Santos. No mesmo ano, a SENAD passa a ser denominada Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas e não mais Secretaria Nacional Antidrogas (AMARAL, 2016).

Entre 2003 e 2018, diversos documentos, portarias, decretos e planos governamentais assumiram a redução de danos como estratégia de cuidado aos usuários de drogas, especialmente no âmbito da coordenação de saúde mental, álcool e outras drogas, porém não sem embates e tensões com as forças proibicionistas. Citamos aqui o Programa “*Crack é Possível Vencer: enfrentar o crack, compromisso de todos*” (2011) que, além de carregar no título a guerra contra uma substância, no eixo *cuidado* toma a “redução de danos e defesa da vida” como princípio, e, no eixo *autoridade*, “concentra esforços na articulação das forças de segurança pública para repressão ao tráfico de drogas ilícitas e ao crime organizado”.

O campo das políticas sobre drogas é diverso e tensionado por forças proibicionistas e antiproibicionistas. Os debates acerca da produção de um Estado Penal e da seletividade penal - que produz uma linha divisória entre ricos-brancos-“usuários” e pobres-negros-“traficantes” - são travados por pensadores da criminologia crítica; etnógrafos/as trazem pesquisas que dão visibilidade à multiplicidade de culturas e eventos de uso, sempre agenciados por sujeitos, substâncias e contextos; pensadoras/es da saúde mental que consideram a produção de subjetividade como processo que não cessa, problematizam a ineficiência de normas universais, defendendo a criação de modos de cuidado tecidos em rede, com cada sujeito e seu território vivo (relações, serviços, lugares por onde circula).

Até aqui, discutimos as relações de saber-poder em jogo na produção do dispositivo das drogas, sua articulação com o modo moderno de produção de subjetividade, bem como as disputas imbricadas na produção de realidades sobre as substâncias e os usuários. Considerando nosso objetivo de interrogar universais generalizáveis sobre consumo de drogas, destacamos alguns estudos etnográficos, que deram visibilidade à multiplicidade nas experiências,

desmontando a égide moral que confere o unívoco sentido do mal, da dor, das perdas e das carências como motivadoras do uso.

Os trabalhos dos antropólogos Velho (1998), Vargas (2001), Fiore (2013) e Rui (2014) são alguns que se descolam do vício de pensar as drogas como mal “em si”, abrindo à heterogeneidade das experiências de consumo, lembrando que tomamos a experiência como produção histórica e agenciada coletivamente em contextos socioculturais.

Velho (1998) parte da formulação de Becker ([1963]/2019) sobre o comportamento desviante, entendendo-o como uma marcação produzida pelas regras sociais que instituem algumas condutas como desvio, como é o caso do uso de drogas. Velho investigou em dois grupos de classe média da zona Sul carioca, “até que ponto o uso de tóxicos estabelece fronteiras significativas dentro da sociedade estudada, a que visões de mundo e estilos de vida está associado”, mas também analisou algumas relações entre os grupos estudados e outros que entravam em relação com eles (VELHO, 1998, p. 19).

Entre as análises empreendidas por Velho nesta pesquisa, realizada em 1975, destacamos duas ideias, para pensar na positividade da experiência: “o comportamento desviante é, portanto, um mecanismo fundamental de hierarquização. Positivamente ou negativamente, ele é altamente valorado, servindo de importante fronteira entre indivíduos e grupos” (VELHO, 1998, p. 205); e a ideia de que, sendo um comportamento desviante, o uso de drogas “implica em uma divergência em relação à cultura dominante, correspondendo a um certo tipo de contestação” (p. 208).

Vargas (2001) realizou uma vasta investigação a partir de dois temas que se imbricam: “práticas e representações em curso no mundo ocidental em torno de substâncias que convenciamos chamar drogas” e o “estatuto dos sujeitos e dos corpos humanos” (p. 36) no pensamento ocidental. Utilizando-se de pesquisa histórica, estatística e etnográfica, Vargas (2001) põe em questão a produção da *partilha moral* entre drogas lícitas e ilícitas, bem como as relações entre essa divisão e os modos como sujeitos e corpos são pensados, propondo uma revisão crítica do lugar dos sujeitos e corpos na teoria social.

Interconectados com os critérios da partilha entre *drogas e fármacos*, Vargas (2001) põe em cena o que ele chama de *modos de produção de corporalidades e subjetividades* no consumo de drogas, apontando para *modos extensivos e intensivos de engajamento com o mundo*. Nas origens da medicina ocidental, encontramos o critério extensivo de avaliação da

vida arraigado no princípio básico de salvar a vida da morte, prolongá-la em duração, garantir o *desenvolvimento-evolução saudável*. (VARGAS, 2001).

Nesse caso, teríamos, então, ao lado de modos de engajamento com o mundo que se definiriam por avaliar a vida em extensão, modos de engajamento (...) que se pautariam por considerar a vida (...) em intensidade. Não obstante, para que isso se evidencie é necessário, de um lado, que se evite confundir extensão com quantidade e intensidade com qualidade, em suma, que se evite fazer uma leitura racionalista de extensão ou uma leitura romântica de intensidade; de outro lado, que se considere a extensão e a intensidade como distribuídas numa polaridade que, sendo tão tensa quanto tênue, é vazada por inúmeras situações intermediárias, isto é, que não se tome nenhum (ou qualquer um) desses dois polos como se constituíssem termos absolutos. (VARGAS, 2001, p. 559).

Fiore (2013) parte da premissa de que o uso de drogas “se relaciona de maneira inextrincável às dimensões da vida de sujeitos” (p. 18) e descreve experiências compartilhadas de pessoas com drogas, tomando as substâncias, os sujeitos e os contextos “em pé de igualdade com direção a uma compreensão mais ampla do fenômeno das drogas” (p. 17). Narrando *eventos* de usos compartilhados com o próprio pesquisador, Fiore (2013) descreveu e analisou agenciamentos entre sujeitos e substâncias, utilizando a escrita de crônicas como estratégia para reconstruir os eventos prescindindo “de informações precisas ou extensas em favor de um mergulho mais profundo na realidade experienciada com grande carga emotiva” (p. 26).

A escolha de dois grupos íntimos, com os quais o pesquisador compartilhou décadas de uso de *drogas*, foi um caminho potente. Ao acompanhar longitudinalmente as experiências, pôde-se cartografar afecções e acessar uma dimensão impensável no *Projeto de Conhecimento*. Avançando na desconstrução de substâncias essencializadas, Fiore (2013) se apropria do termo agenciamento como “conjunto de possibilidades farmacológicas, materiais e simbólicas que se efetivam – e podem ser conhecidos – empiricamente nas trajetórias dos sujeitos e em relação com seus aparatos subjetivos peculiares” (p. 44). Assim, ele analisa as substâncias – álcool, maconha, cocaína, crack, LSD/cogumelos – naquilo que se produz ao encontrarem corpos e contornos simbólicos, evidenciando a multiplicidade de experiências-eventos e colocando em questão as normas universais produzidas pelo campo biomédico.

Álcool, maconha, cocaína, crack e psicodélicos (LSD/cogumelos) foram analisados não como essências naturais e sim como substâncias que agem em conjunto com os sujeitos para a produção dos eventos. Esses agenciamentos marcam objetivamente a experiência do consumo. (FIORE, 2013, p. 198).

Rui (2014) se propõe a pesquisar em cenas de uso e venda de crack por visar “acionar analiticamente (e a um só tempo) desigualdades e heterogeneidades das experiências

de consumo, bem como objetiva levar bastante a sério o que genericamente é chamado de ‘contexto sociocultural’” (p. 41). A pesquisadora mergulha nas cenas de uso e venda de crack com equipes de Redução de Danos em dois municípios e confirma três fundamentais pontos de partida: 1) impossibilidade de isolar o uso de crack do de outras substâncias; 2) o envolvimento com o crack é sempre situacional e variável nas trajetórias; 3) o uso do crack revela apenas uma face da mesma pessoa (RUI, 2014, p. 55).

A antropóloga se lançou à etnografia na *extremidade*, com pessoas que fazem um uso intenso e que correspondem a uma parcela pequena de usuários, no entanto, que são acionados sempre que uma campanha antidrogas quer produzir pânico moral. Para nossa pesquisa, destacamos que Rui (2014) descreve e analisa os territórios vivos – com suas demarcações espaciais e simbólicas –, as políticas públicas de gestão da população coisificada como “noias” e cenas em que os *corpos abjetos* são temidos, ignorados, rejeitados, ridicularizados. Em sua etnografia e narrativa sensível, a vida dos coisificados “usuários de crack” recupera a possibilidade de produzir comoção, ao menos enquanto personagem textual.

Por fim, recuperamos nossa questão de pesquisa: como podem experiências de uso de drogas na adolescência interpelar as práticas de cuidado? O marcador etário, já discutido no início deste capítulo, captura o pensamento sobre uso de drogas na adolescência nas teias do dispositivo do desenvolvimento e da noção de *proteção tutelar*, intensificando análises dos riscos e prejuízos ao futuro e produzindo uma cortina de fumaça sobre as experiências.

Assim como mulheres e negros, podemos pensar o adolescente, e mais o adolescente usuário de drogas, como *Outro* da cultura, que estranha valores hegemônicos, prioriza os grupos em detrimento da família nuclear, descontrolado na experimentação dos prazeres da carne, *ainda* improdutivo. O adolescente, como *ainda Outro*, é frequentemente objeto de vigilância e correção adulta para que se torne *Um* alguém, e para isso seria necessário abolir o consumo de drogas.

### 3.5 Entre clausuras e rupturas

Na minha experiência adolescente, me lembro como me senti *passando de fase* no momento em que comecei a usar drogas; algumas amigas da escola passaram a me parecer “ingênuas” e “infantis”, quando comparadas às minhas amigas e amigos da rua; por outro lado, algumas mães passaram a me ver como ameaça às suas filhas, o que produziu alguns distanciamentos e a sensação de pertencer a outro mundo. Hoje vejo que corri riscos-perigos,

porém, isso foi fundamental para que eu pudesse olhar o mundo para além da microbolha em que eu vivia, cuja membrana era feita de verdades pautadas na moralidade cristã-cidadã. Furei a bolha, impulsionada pela desconfiança, curiosidade, inquietude, aposta de que havia outros mundos para além daquele que me (in)formava.

“Ariadne roda a banca dando o cu em troca de tragos de crack”. “Milton está na exploração sexual perto do terminal”. “Lucindo está correndo risco de morrer”. “Natália está andando agachada de tanta infecção na vagina”. “A mãe do Miguel amarrou ele em uma coleira quando já não sabia o que fazer para o menino parar com o crack”. “Não podemos ficar assistindo esses adolescentes morrendo de tanto usar crack”. Governo libera internação compulsória de adolescentes com adultos. Serviços de acolhimento entendem que adolescentes que usam droga são casos da saúde e não dos serviços de assistência social. Secretaria de assistência social solicita abertura de comunidade terapêutica para adolescentes. Essas são algumas falas e situações que vivenciei como trabalhadora em serviços de saúde e assistência social, entre os anos de 2013 e 2018.

No meu caso, as experiências com drogas estiveram contornadas por seguranças materiais, afetivas e culturais, as intensidades se produziam em tempos-intervalos entre as atividades da escola, do inglês, dos esportes, agenciadas por paisagens musicais e de encontros na natureza. Aquele corpo de menina-mulher que não se autorizava o prazer sexual – demorei muitos anos para exercer o direito ao meu próprio corpo –, encontrava liberdade ao sair por aí viajando, fossem viagens de carona pela Rio-Santos até Trindade<sup>55</sup>, fossem viagens perceptivas ao olhar o balanço das árvores ou a solidão de uma pedra em meio ao pasto. Eu saía da segurança do meu lar, mas quando a coisa apertava, tinha sempre um porto seguro que me aguardava retornar.

Tais idas e voltas ambíguas são comuns ao adolescente em sua necessidade de se manter vivo e em movimento, por meio de experiências de si no mundo (e com o mundo). Porém, para que haja experimentação e busca por autonomia, toda ida precisa de um lugar de confiança de onde partir, assim como toda volta necessita de um lugar que lhe aguarda (VIANNA, 2020, p. 63).

Muitos/as adolescentes que acompanhei nas ruas escaparam de situações de violências intergeracionais, buscando as ruas como refúgio, usando drogas como intervalos às violências, em constância crescente que nos escancaravam a necessidade de produzir brechas

---

<sup>55</sup> No início dos anos 2000, Trindade era um pequeno vilarejo no litoral do Rio de Janeiro, de *hippies* e jovens identificados com o *slogan*: “sexo, drogas e *rock’n roll*”, talvez mais forró do que *rock’n roll*.

de infancialização<sup>56</sup>. A frase proferida por Águia: “sou adulto desde a barriga da minha mãe”, foi seguida de grande explanação acerca das tarefas que o privaram de brincar, das violências sofridas em casa, nas ruas, no cárcere, do encontro com as drogas como produção de intervalo da infância violada, “quebrou o maior galho!” (sic.). Uso de cola para surfar no trem, o uso de maconha para rir com amigos, jogar pião ou nadar na lagoa<sup>57</sup>.

Apresentamos como a relação entre adolescentes e drogas vem sendo pensada no campo científico; discutimos as condições históricas, políticas, econômicas e culturais que instituíram a adolescência como fase natural e universal, regulada pelo dispositivo do desenvolvimento; e cartografamos as drogas como dispositivo de poder (heterogêneo e em movimento), que produz os modos como pensamos as substâncias e seus usuários. O percorrido até aqui nos permite afirmar que o “uso de drogas na adolescência” tornou-se um campo problemático que, por um lado, naturaliza que experimentações com drogas ocorram nesta fase e, por outro, engendra práticas de controle sobre os corpos adolescentes. Um estranho “natural”, “esperado”, “previsto” a ser evitado.

E o que acontece quando o discurso é imobilizado, rígido em sua tradução da realidade? Não há mais o que discursar, só se pode ou se deve atuar. Já ouvimos dizer, “Enquanto vocês falam as pessoas morrem! Precisamos agir!”. Não há dúvida de que algo precisa ser feito. Mas, pode-se contrapor: “Quando morre o discurso, só nos resta o deserto da ação”. Se é verdade que “precisamos agir”, corre-se o risco de uma ação tão urgente quanto desamparada, desprovida de significações compartilhadas ou, pelo menos, debatidas, com as necessárias brechas que todo discurso pode – e deve – conter diante da complexidade da existência (CAPPI, 2014, p. 135).

Se, por um lado, se compreende, situa, naturaliza que as primeiras experiências de alteração de consciência ocorram na adolescência, por outro lado, ou do mesmo, desenvolvem-se estratégias, instituições e práticas de controle e vigilância desta população. Como apontado no Capítulo 2 – revisão da produção científica –, o uso de drogas é pensado hegemonicamente na perspectiva do *comportamento de risco*, engendrando políticas de *proteção-tutela*. No caso de adolescentes pobres, a categoria “jovens drogaditos” (REIS; GUARESCHI; CARVALHO, 2014) vem servindo a judicialização da saúde e internações compulsórias, privando-os de liberdade e constituindo um campo de saberes que apaga singularidades e cria um perfil patológico-criminológico padrão (SCISLESKI; MARASCHIN, 2008; REIS; GUARESCHI;

<sup>56</sup> Renato Nogueira e Marcos Barreto (2018) apostam na ética afroperspectivista ao questionar o discurso pedagógico moderno na infantilização das crianças – seres inferiores a serem enquadrados na cultura –, propondo incorporar a noção de infancialização no campo da educação. Segundo o autor, “infancializar é uma maneira de perceber na infância as condições de possibilidade de invenção de novos modos de vida” (p. 627).

<sup>57</sup> Essas foram algumas das experiências com drogas relatadas por Águia na situação da entrevista.

CARVALHO, 2014; MADARIAGA, 2015; GUARESCHI; LARA; ECKER, 2016; REIS; GUARESCHI, 2016).

No campo da saúde, a preocupação com o uso de drogas na adolescência aparece com destaque nas diretrizes e políticas assistenciais, desde a passagem do menor em situação irregular<sup>58</sup>, para crianças e adolescentes como sujeitos de direitos<sup>59</sup>. No ECA (1990), o art. 19 diz que toda criança tem o “direito de ser criado e educado em ambiente livre de drogas”; e o art. 101 institui que crianças e adolescentes usuários de drogas devem ser inseridos em “programa oficial ou comunitário de auxílio, orientação e tratamento a alcoólatras e toxicômanos”.

Em 2003, a *Política do Ministério da Saúde para Atenção Integral a Usuários de Álcool e Outras Drogas* foi um marco na assunção de responsabilidade do campo pelo Ministério da Saúde, “um avanço na trajetória discursiva sobre a questão das drogas no país ao inscrevê-la no âmbito do SUS” (LIMA; ALVES; CORREIA, 2014, p. 181), com extensa problematização sobre os/as adolescentes.

Entre 2003 e 2014, foram publicados diversos documentos, diretrizes, normativas e orientações técnicas para atenção à saúde do adolescente, sendo a questão do uso de drogas uma constante nos textos, ao lado da saúde sexual e reprodutiva. As publicações do período enfatizam a necessidade de políticas intersetoriais e a ampla garantia de direitos para redução das vulnerabilidades, fazendo um apelo à importância de investir naqueles que serão o futuro da nação: “não devemos esquecer que o descaso do presente poderá incorrer em um custo futuro pesado para toda a sociedade” (BRASIL, 2003, p. 31).

Em 2010, nas *Diretrizes Nacionais para a Atenção Integral à Saúde de Adolescentes e Jovens na Promoção, Proteção e Recuperação da Saúde*, são consideradas diversidades nos processos de emancipação das adolescências e juventudes e destacadas como questões pertinentes: as violências; mortalidade por causas externas; comportamentos sexuais; e uso de drogas (BRASIL, 2010). Apesar do caráter progressista na compreensão das desigualdades que vulnerabilizam as vidas de adolescentes e jovens, o documento também faz apelo à adolescência como “janela de oportunidade” – outro termo bastante comum em textos sobre adolescência – para um futuro mais promissor, naquela perspectiva produtivista e projetista já discutida no item 3.2 desta pesquisa.

---

<sup>58</sup> Código de menores (1979).

<sup>59</sup> Estatuto da Criança e do Adolescente (1990).

Investir na saúde da população de adolescentes e de jovens é custo-efetivo porque garantir a qualidade de vida é garantir também a energia, o espírito criativo, inovador e construtivo da população jovem, que devem ser considerados como um rico potencial capaz de influenciar de forma positiva o desenvolvimento do país (BRASIL, 2010, p. 48).

Os três eixos considerados fundamentais para viabilizar a atenção integral à saúde de adolescentes e jovens são: 1) Acompanhamento do crescimento e do desenvolvimento; 2) Atenção integral à saúde sexual e à saúde reprodutiva; e 3) Atenção integral no uso abusivo de álcool e de outras drogas em pessoas jovens. No eixo *atenção integral no uso abusivo de álcool e de outras drogas em pessoas jovens*, destaca-se a importância de análises das condições de vida que produzem diferentes padrões de uso de drogas, concepção alinhada com a perspectiva da Redução de Danos.

Vale destacar que, em 2009, um ano antes da publicação das diretrizes, ocorreu, em Brasília, a VIII Reunião Ordinária do Fórum de Saúde Mental Infantojuvenil, que teve como pauta as questões relacionadas ao uso e abuso de drogas por crianças e adolescentes. No encontro, priorizou-se a redução de danos e a intersetorialidade como estratégias fundamentais para facilitar o acesso de usuários aos serviços, e, reduzir situações de vulnerabilidade e risco social incluindo as políticas de educação, cultura, esporte, lazer e assistência social.

Em 2014, a coordenação de saúde mental do Ministério da Saúde publicou novo documento: “*Atenção psicossocial de crianças e adolescentes no SUS: tecendo redes para garantir direitos*”. A publicação aborda o uso de drogas na adolescência como item de destaque, enfatizando a fase de desenvolvimento, a necessidade de contextualizar o sujeito e sua relação com a substância psicoativa, e a necessidade de estratégias amplas e intersetoriais, que respondam a singularidade de cada caso (BRASIL, 2014).

Assim, entre 2003 e 2018, foi crescente o debate sobre uso de drogas na adolescência, sob a perspectiva da ampla garantia de direitos, ou, da redução das vulnerabilidades que levam a usos abusivos, problemáticos, causadores de sofrimento. Os documentos citados relacionam o abuso de drogas com desigualdades, carências, negligências e condições de vida que precisam ser cuidadas para minimizar usos e/ou os agravos decorrentes deles.

No período de desenvolvimento desta pesquisa – anos de 2019 e 2020 -, vivemos um retrocesso na política brasileira de saúde mental e de drogas. Se consideramos a ampla garantia de direitos, ou, a *proteção-garantista* (SOUZA, 2017), como condição básica à redução

das vulnerabilidades e à emancipação, é retrocesso voltar a tratar o tema das drogas sob o crivo da patologização e criminalização individual.

Em nota técnica nº11/2019, a Coordenação Geral de Saúde Mental, Álcool e Outras Drogas *esclarece* mudanças na política de saúde mental, separando um item para tratar das internações psiquiátricas de crianças e adolescentes (BRASIL, 2019b). A tônica é reforçar que crianças e adolescentes devem, preferencialmente, ficar em ambiente especializado; no entanto, podem ser internados com adultos, sob autorização de médicos e juízes. Em julho de 2020, o Conselho Nacional de Políticas Sobre Drogas (CONAD) aprovou documento que visa regulamentar internação de adolescentes usuários de drogas em Comunidades Terapêuticas, a despeito de manifestações contrárias, que afirmam a garantia de direitos e o cuidado costurado nas teias da cidade como direção prioritária no caso de adolescentes.

Entre as políticas de prevenção e interdição, pensar o uso de drogas por “adolescentes em desenvolvimento” parte da premissa de um comportamento inadequado, do risco-perigo, dos prejuízos físicos, psíquicos e sociais. Sendo esse o ponto de partida, nos mantemos amarrados epistemologicamente na evitação do uso, correndo o risco de não abrir espaço à escuta da complexidade das experiências de adolescentes com usos drogas.

É inviável pensar práticas de cuidado às pessoas que usam drogas a partir de indicações assistenciais generalizadas, não singularizadas, cujos elementos psicossociais e culturais são preteridos em relação àqueles biomédicos. Não é resolutivo considerar somente a farmacodinâmica das drogas. É preciso colocar em agenciamento todo um contexto social, econômico, político e de subjetivação dos sujeitos. É no vínculo, na transferência, nos emaranhados de fios de subjetivação a serem puxados – com delicadeza – no acolhimento, que se realiza a escuta da pessoa (AMARAL, 2016, p. 33).

Defendemos que o amplo exercício de direitos é fundamental para que todos e todas tenham condições materiais, sociais e simbólicas para o desenvolvimento de si como processo emancipatório, crítico às normas, autoridades e instituições. No entanto, nosso interesse de pesquisa desvia-se de uma busca por explicar usos a partir de carências, pensando a relação entre adolescentes e drogas desde uma perspectiva epistemologicamente positiva: Como se produziram as experiências com drogas nas adolescências? As experiências foram engendradas por quais agenciamentos coletivos? O que tais experiências nos contam dos processos de subjetivação?

A seguir, no Capítulo 4, pensaremos tais questões a partir das narrativas de três (3) participantes, que compartilharam conosco o uso de drogas nas adolescências. Nos interessa o

*campo de experiência* em sua dimensão histórica, circunscrita pelas instituições e dispositivos de poder, mas também a dimensão trágica, os afetos e gestos que afirmam o intensivo do vivido, ou, o sem sentido dos relatos, o irrepresentável, ininterpretável através das lentes sóbrias da razão.

#### 4 VIAJANDO ALÉM DOS TRILHOS: EXPERIÊNCIAS COM DROGAS EM ADOLESCÊNCIAS

Nosso tesouro está onde estão as colmeias do nosso conhecimento. Estamos sempre a caminho delas, sendo por natureza criaturas aladas e coletoras do mel do espírito, tendo no coração apenas um propósito – levar algo “para casa”. Quanto ao mais da vida, as chamadas “vivências”, qual de nós poderia leva-las a sério? Ou ter tempo para elas? Nas experiências presentes, receio, estamos sempre “ausentes”: nelas não temos nosso coração – para ela não temos ouvidos.

(NIETZSCHE, [1887]/1998)

Até aqui, percorremos os trilhos do trem onde embarca a hegemonia do pensamento contemporâneo sobre drogas na adolescência. Em direção ao “bom desenvolvimento”, ativam-se enunciados e práticas em nome da proteção contra as substâncias malignas; ressalta-se o risco de um corpo prejudicado e um futuro fracassado. “Adolescentes drogados” tornam-se uma categoria genérica a ser vigiada, tratada e/ou encarcerada; ou, na melhor das hipóteses, (des)intoxica-se o debate e a “droga” fica entre parênteses, como sintoma de uma vida precarizada.

Neste capítulo, a proposta é embarcar em outra viagem, uma que deverá considerar os vagões revestidos pelo cientificismo e moral ocidental contemporânea, porém, buscando variações de uma leitura unívoca, convergente, conclusiva. O que acontece ao surfar em cima do trem? Ao andar pelos trilhos sentindo a brisa da montanha? Ao deitar nos trilhos só para levantar rápido quando o trem estiver chegando? E se a gente pular de cabeça do alto da ponte? E se focarmos no som da maquinaria? No cheiro da fumaça? Na cor do céu? No calor do sol? Talvez possamos encontrar os seres encantados que vivem na floresta que o trem tangencia...

Cocaína, cola, maconha, doce (LSD), bala, MDMA, benzina, lança, fluido de zippo, benflogin, dolantina, cogumelos, lírio, *ayahuasca*, crack, gelada, corote, cachaça e até álcool de posto com rodela de laranja e gelo. Essas foram algumas drogas, ou, substâncias psicoativas, que vi e/ou ouvi sendo utilizadas para *fins de desarraçoar, sair de si, ficar louco*. De modo hegemônico, as substâncias são pensadas em seus princípios ativos descritos nos manuais de farmacologia, compostos poderosos para alterações universalmente categorizadas. Aqui a pergunta gira em torno de como se produzem as experiências com drogas. Como as substâncias se compõem com os diferentes corpos? Como tais experiências incidem na produção de subjetividades, ou, o que nos contam dos processos de subjetivação contemporâneos?

Analisando a **experiência histórica**, já conceituada no Capítulo 3, colocamos em questão instituições e dispositivos que engendram modos de pensar, problematizar e agir, produzindo efeitos de subjetivação. López (2011) chama de “contradispositivo” a “**experiência trágica** (...)”, esse fundo sem sentido que, sendo palavra ainda não é discurso, tendo acontecido ainda não é história; esse fundo que ameaça de uma vez por todas desmoronar as pilastras da razão e da história” (LÓPEZ, 2011, p. 51, grifo nosso).

López (2011) nomeia de *contradispositivo* aquilo que acontece e, sem ter sido codificado por relações de poder-significação, pode abalar o funcionamento do(s) dispositivo(s). Alvim (2012) aprofunda a discussão foucaultiana entre conduta - poder que visa conduzir - e contraconduta - modos de resistir ao poder-, destacando que “as resistências não são reações, mas são, antes, constituídas em contato incessante com o poder” (p. 82). No sentido proposto por Alvim (2012), as resistências ao poder podem adquirir função de *contradispositivo* “na medida em que, por meio de um movimento comum, não cessam de inverter, recusar, reorganizar e perverter o seu funcionamento” (p. 82).

A linha difusa da resistência nunca é suprimida. Ela irrompe de maneira cega ou muda por todo o dispositivo, em geral guardando com o poder uma relação bastante próxima, embora exterior e heterogênea. Ameaça formar um contradispositivo na medida em que transporta o potencial de contaminar o dispositivo, infectando fragmentos do visível e do dizível, recusando as relações de poder e intensificando novos processos de subjetivação. A resistência torna-se contradispositivo quando, menos do que atacar uma manifestação precisa, ela afeta a própria circulação de poder no dispositivo, desestabilizando sua ação administrativa. (ALVIM, 2012, p. 83).

Para pensar o uso de drogas na adolescência como *campo de experiência*, que se produz em meio às relações de poder, escutamos jovens adultos que, em diferentes contextos, foram adolescentes consumidores de substâncias psicoativas. Tomando a *experiência* como campo de análise, utilizamos a escuta das trajetórias de vida e o diário de campo-memória como estratégias metodológicas, atentas, na análise, a três dimensões da experiência: I) elementos que possam traçar uma *experiência histórica*, circunscrita aos enunciados-normas do nosso tempo; II) o *saber da experiência* como modo singular de estar no mundo; III) ao irrepresentável da experiência, a *experiência trágica*, afetos não significados que se expressaram nos relatos inusitados, nos olhares, risadas, gestos, brechas do encadeamento racional das ideias de si.

A fim de colocar em cena o saber da experiência, acessando uma multiplicidade de experimentações com drogas nas adolescências, utilizamos os critérios de escolha dos/as participantes já explicitados no Capítulo 1, a lembrar: ter usado drogas intensamente na

adolescência; diferentes proximidades com a pesquisadora; diferenças marcadoras de desigualdades estruturais, mas também dos contextos socioculturais em que foram vividas as adolescências.

Realizamos três conversas-entrevistas com pessoas que compartilharam a adolescência com a pesquisadora, duas conversas-entrevistas com pessoas que se tornaram próximas no período de graduação e uma entrevista com um homem acompanhado pelo Consultório de Rua, que coordenamos em 2013/2014. No decorrer de todas as conversas, provocamos memórias de cenas, eventos ou histórias que marcaram o uso feito na adolescência, situações inusitadas vivenciadas *em* uso de drogas. As conversas-entrevistas foram disparadas por um roteiro semiestruturado, porém abertas a desvios e mergulhos em ênfases e afetos ressaltados por cada entrevistada/o. Indagações que nos orientaram foram: Como olha para a própria adolescência? Como foi o início do uso de cada substância? Como eram os usos solitários e grupais? Quais eram os hábitos, rituais e/ou eventos associados ao uso? Houve preocupações com o uso? Em que momentos?

O projeto de pesquisa foi devidamente aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa<sup>60</sup>, os participantes foram apresentados à proposta da pesquisa, aos compromissos éticos da mesma e convidados a assinarem o termo de consentimento livre e esclarecido<sup>61</sup>. Abaixo apresentamos um quadro com as principais características dos/as entrevistados/as e das entrevistas.

Quadro 1 – Participantes e contexto das entrevistas

Relação com a Pesquisadora	Data	Codinome	Identidade de Gênero	Idade	Cor	Local de origem	Escolaridade	Local da entrevista
Adolescência compartilhada	02/03/20	Narcisa	Mulher	36	Branca	Distrito	Superior	Casa dela
	26/07/20	Mago	Homem	35	Branco	Distrito	Superior	Casa da pesquisadora
	29/07/20	Cupinzeiro	Homem	36	Branco	Distrito	Médio incompleto	Casa de amigo
Faculdade compartilhada	11/03/20 e 12/03/20	Eduardo	Homem	36	Branco	Zona Oeste (SP)	Superior	PUC e Padaria
	03/08/20	Cristal	Mulher	36	Branca	Zona Sul (SP)	Superior	Virtual
Encontros em serviço	19/02/20	Águia	Homem	38	Negro	Mauá	Fundamental incompleto	Padaria e depois trocamos mensagens quando ele estava no alto de uma pedra após ritual de daime.

<sup>60</sup> CAAE: 26207419.3.0000.5482

<sup>61</sup> O Termo de Consentimento Livre e Esclarecido está no anexo III desta dissertação.

Fonte: pesquisadora

Conforme relatado no Capítulo 1, a extensão do material e a riqueza de cruzar os relatos com nossa própria experiência adolescente nas cenas nos levou a escolher as trajetórias de Mago, Narcisa e Cupinzeiro como experiências-guia das análises. No entanto, ao considerar a experiência como “correlação, em uma cultura, entre campos de saber, tipos de normatividade e formas de subjetividade” (FOUCAULT, 2014, p. 8), não tomamos tais experiências-guia como reveladoras de individualidades, mas sim como produção engendrada por *agenciamentos coletivos de enunciação* (GUATTARI; ROLNIK, 2008).

A subjetividade é produzida por agenciamentos coletivos de enunciação. Os processos de subjetivação ou de semiotização não são centrados em agentes individuais (no funcionamento de instâncias intrapsíquicas, egóicas, microsociais), nem em agentes grupais. Esses processos são duplamente descentrados. Implicam o funcionamento de máquinas de expressão que podem ser tanto de natureza extrapessoal, extra-individual (sistemas maquínicos, econômicos, sociais, tecnológicos, icônicos, ecológicos, etológicos, de mídia, ou seja, sistemas que não são mais imediatamente antropológicos), quanto de natureza infra-humana, infrapsíquica, infrapessoal (sistemas de percepção, de sensibilidade, de afeto, de desejo, de representação, de imagem e de valor, modos de memorização e de produção de ideias, sistemas de inibição e de automatismos, sistemas corporais, orgânicos, biológicos, fisiológicos e assim por diante) (GUATTARI; ROLNIK, 2008, p. 39).

Desviando de leituras individualizantes, optamos por uma estratégia narrativa que produzisse certa impessoalidade. A dimensão impessoal buscada nas narrativas tem um duplo sentido: um sentido ético, que visa a não identificação dos/as participantes; e um sentido conceitual, entendendo que a produção de subjetividade é de ordem coletiva e impessoal (DELEUZE; GUATTARI, 2012). Buscamos, assim, ressaltar certos vetores de subjetivação transversais às experiências narradas.

(...) a forma da subjetividade, consciência ou paixão, permaneceria absolutamente vazia se os rostos não formassem lugares de ressonância que selecionam o real mental ou sentido, tornando-o antecipadamente conforme a uma realidade dominante (...). Os rostos concretos nascem de uma *máquina abstrata de rostidade*, que irá produzi-los ao mesmo tempo que der ao significante seu muro branco, à subjetividade seu buraco negro. O sistema buraco negro-muro branco não seria então já um rosto, seria a máquina abstrata que o produz, segundo as combinações deformáveis de suas engrenagens (DELEUZE; GUATTARI, 2012, p. 36-37).

Dentre os vetores de subjetivação transversais às experiências narradas, pretendemos dar visibilidade àqueles engendrados pelas *máquinas abstratas de rostidade*, que produzem o rosto-padrão e as correlações binárias que instituem os/as anormais, mas também aos movimentos de resistência e singularização. Nesse sentido, a “impessoalidade apresenta-se

como criação de possibilidades de existências, que rejeitam a ordem de identidades essenciais, da ‘rostificação’ e que, por isso, adquire também uma dimensão política” (JARDIM, 2004, p. 08).

Por isso mesmo, o “pessoal” é fruto de uma fabricação inteiramente histórica. A forma dessa experiência de “loucura” [diríamos: uso de drogas], num sentido restrito da palavra, só pode ser compreendida se não for reduzida a seu aspecto privado, mas, antes, devolvida à sua historicidade que é justamente o que o livro-experiência se encarregará de elucidar; pôr em xeque, revirar, arrebentar. A experiência, nesse caso, por mais vivida e autêntica que pareça ser, não pode ser naturalizada, ela deve ser, pelo contrário, historicizada, devolvida à rede de saberes e de poderes que a elucidem (BRANDÃO, 2016, p. 86).

Criamos personagens originados nos relatos, roteirizados com nossas memórias e colocados em cena com destaques operados por leituras teóricas sobre a produção de subjetividades no mundo ocidental contemporâneo. Produzimos narrativas condensadas, embaralhando vivências individuais e dando força aos afetos produzidos nos encontros e a eventos que consideramos *analísadores*, para pensar a experiência de usar drogas na adolescência. Analísadores são os acontecimentos, eventos e nomeações que permitem “fazer surgir, com mais força, uma análise; que fazem aparecer, de um só golpe, a instituição ‘invisível’” (LOURAU, 1993, p. 35).

#### 4.1 Narcisa

Me lembro de uma noite em que bebemos e fumamos muita maconha, Narcisa ficou desacordada e fez xixi na calça.

Eu a troquei e quando ela acordou, ainda bêbada, fomos a uma festa em que a aniversariante pediu que nos retirássemos, porque a Narcisa passava dos limites.

O que a menina não sabia é que mais da metade da festa decidi sair conosco dizendo:

- “O que? Vai mandar a Narcisa embora? Vou também!”.

Eis que caminhamos pelas ruas escuras, Narcisa na frente, como maestra de uma orquestra desgovernada, berrando em uma língua estranha que só ela entendia,

éramos uns 20 adolescentes atrás, seguindo em uma espécie de cortejo dos incompreendidos até o topo, um local no alto da montanha onde costumávamos fazer nossos luaus.

(Diário de campo-memórias)

Levava uma vida sossegada.

Morava bem, estudava em boas escolas, vivia em uma casa confortável.

Meu pai foi embora de casa e deixou minha mãe com 3 filhos na pindaíba.

Eu gostava da escola, ajudava minha mãe com os afazeres da casa e sonhava um dia construir minha própria família, um lar seguro.

Comecei a frequentar matinês, andar com pessoas mais velhas e conhecer as noites badaladas.

Bem vestida, um drink em uma mão e a cigarrilha na outra me tornavam sexy.

Meu olhar penetrante e uma piscadela... aprendi o poder da sedução!  
 Colocava meu corpo na pista e entre goles e tragos me tornava um baita mulherão.  
 Me sentia livre, dava pra quem eu queria, usava todas as substâncias que me levavam a outras dimensões de mim e dos outros.  
 O corpo é meu e que se foda!  
 Aí vinham os julgamentos:  
 Biscate, puta, boqueteira, vadia.  
 Eu fingia fortaleza em meio aos ataques, mas em casa, sozinha, eu chorava.  
 As pessoas me viam bêbada e drogada, transando com quem eu queria, mas ninguém sabia que tudo que eu queria era ser uma moça direita, esposa, mãe, ter um lar seguro.  
 Algumas vezes eu mesma me sentia puta, usada e descartada, dando prazer sem senti-lo.  
 Eu dava prazer buscando afeto.

Abram alas, Narcisa está chegando!  
 Com aquele jeitinho meio moleca, meio malandra, meio sensual.  
 Hora de jardineira jeans, hora cantando rap e malandreado no vocabulário, hora em cima do palco improvisando alguma dança de ginga rebolada.  
 “Me identifico mais com os meninos, sempre fui mais amiga de homem.  
 É difícil passar a perna em mim, sou bem rata!”  
 Eis que ela aponta o fundo da garrafa de pinga aos céus e vira meio litro  
 Ao som da plateia gritando: vai, vai, vai!  
 Ela então tira a garrafa da boca, desce a cabeça, respira fundo, passa o braço limpando a boca embebecida.  
 O mundo girou! Vem aquele idioma com a língua enrolada, a boca entorta, aquela gargalhada, um show de piadas e performances...  
 Aclamada pelo público!  
 Até que cai dura, tudo se apaga.  
 Aqueles que com ela se divertiam, agora aproveitam de seu corpo como gaviões em cima de um filhote indefeso.  
 Vai Narcisa, bebe e vira nossa!  
 No dia seguinte, sem lembranças, Narcisa sente vergonha e medo do que possa ter acontecido.  
 Mas... bora encontrar a galera?

Nesse ciclo que parecia interminável,  
 Entre prazeres e abusos,  
 Palcos e sarjetas,  
 O suicídio de um amigo,  
 Gravidez solteira aos 17 anos,  
 O nascimento do Plínio.  
 Olhei para meu filho e jurei que ele seria alguém.  
 Conheci meu marido.  
 Um reconhecido adicto em recuperação que seguia firme nas prescrições da irmandade do NA<sup>62</sup>.  
 Valorizamos nossa caminhada e nos juntamos na construção de um lar.  
 Fui esposa e mãe dedicada.  
 Até que ele me deixou.  
 Perdida, sem saber para onde ir.  
 Voltei aos 17.

---

<sup>62</sup> Narcóticos Anônimos: “NA é uma irmandade ou sociedade sem fins lucrativos de homens e mulheres para quem as drogas se tornaram um problema maior (...) nos reunimos regularmente para ajudar uns aos outros a nos mantermos limpos”. ([https://www.na.org/admin/include/spaw2/uploads/pdf/PR/PB2302\\_InfoAboutNA.pdf](https://www.na.org/admin/include/spaw2/uploads/pdf/PR/PB2302_InfoAboutNA.pdf))

\*

Relatos e memórias de vinte anos compartilhados com Narcisa(s) poderiam nos levar por muitos caminhos analíticos acerca de sua história e relações familiares, ou mesmo interpretações acerca de seu funcionamento intrapsíquico. Nosso interesse de pesquisa levou à criação de uma personagem textual, que sobe aos palcos se debatendo loucamente contra as camisas de força das normas de gênero, apertadas como espartilho pela norma do desenvolvimento. Narcisa(s) são impulsionadas a buscar um *salto alto* que lhes confira posição e prestígio em meio aos mais velhos.

As falas de Narcisa de que sempre se identificou mais com meninos, da estreita relação entre uso de drogas e sexo, das violências de gênero, do prazer de se sentir desejada, do prazer de dar prazer mesmo sem sentir prazer, dos julgamentos por transar e do sonho de um dia constituir família, fazem pensar a cultura patriarcal e as normas de gênero que produzem e intensificam conflitos na experiência adolescente. Considerando que “o poder em nossa sociedade se constitui a partir da supremacia masculina branca” (MALHEIRO, 2019, p. 182), podemos pensar que a identificação com práticas culturalmente associadas aos meninos pode ser uma resistência à inferiorização das mulheres na desigual partilha do poder. Não que isso ocorra sem novas capturas.

Segundo Scott (1989), o uso do termo *gênero* como hoje se compreende foi inicialmente problematizado pelas feministas americanas que insistiram no “caráter fundamentalmente social das distinções baseadas no sexo” (p. 72), rejeitando determinismos biológicos e sublinhando o aspecto relacional das definições de gênero. “Além disso, e talvez o mais importante, o ‘gênero’ era um termo proposto por aquelas que defendiam que a pesquisa sobre mulheres transformaria fundamentalmente os paradigmas disciplinares” (SCOTT, 1989, p. 73). Nesse sentido, tomar gênero como categoria de análise produz deslocamentos no modo como podemos pensar a experiência de uso de drogas.

Na tese de Isabela Saraiva de Queiroz (2015), a pesquisadora situa diferenças no modo como historicamente homens e mulheres são concebidas/os no campo da saúde, ressaltando noções como a de “feminino frágil e instável”, “masculino ativo e resistente” e a “centralidade da atenção à saúde das mulheres em torno das funções e órgãos sexuais e reprodutivos” (p. 17). Pela via do patriarcado<sup>63</sup>, mulheres foram mais vinculadas ao corpo, seus

---

<sup>63</sup> “Sistema de relações sociais que garante a subordinação da mulher ao homem” (SAFIOTTI, 1987, p. 16), ou, articulando com a teoria psicanalítica, Segato (2003) *apud* Malheiro (2018) pensa o patriarcado como estrato simbólico, “estrutura inconsciente que conduz os afetos e distribui valor entre personagens no cenário social” (MALHEIRO, 2019, p. 221).

papéis sociais “restritos a lógicas que se apoiam no essencialismo e no biologicismo (...), quase sempre convencionadas a espaços sociais regidos pela proteção e pelo controle” (p. 20).

Nesse sentido, segundo Victora e Knauth (2004), ao mesmo tempo em que práticas consideradas perigosas e violentas (como os esportes radicais, halterofilismo, direção perigosa e o uso de drogas) são vinculadas em diversas culturas à masculinidade (Lago & Müller, 2010), em determinados segmentos sociais vincula-se feminilidade à beleza, o que estimula a adoção de práticas corporais perigosas também em mulheres, como dietas radicais, cirurgia plástica e lipoaspiração (...). Tais concepções também fortaleceram o estabelecimento de padrões normativos sobre o que é considerado socialmente adequado ou desviante no que se refere a um ou outro sexo biológico, fazendo com que algumas práticas de corpo das mulheres fossem sistematicamente invisibilizadas (QUEIROZ, 2015, p. 20).

Na ampla revisão da bibliografia sobre uso de drogas por mulheres, Isabela Queiroz (2015) aponta que a hegemonia do campo científico parte da perspectiva essencialista e biologicista, sendo ínfima a produção de análises que articulem o uso de drogas a questões socioculturais, históricas e políticas. Nas abordagens terapêuticas, a autora aponta que, de modo geral, o destino do tratamento de homens vincula-se à retomada da vida social, em especial, o trabalho, afirmando um caráter produtivista do fazer masculino que não pode cessar. Às mulheres, “o foco da reabilitação encontra-se na retomada dos vínculos familiares e na adequação social, inspirada por um viés conservador e patriarcal”, que centraliza o lugar da mulher no seio familiar (QUEIROZ, 2015, p. 23).

Éramos um grupo de cinco meninas do distrito no meio de uns vinte moleques. As intimidades, sentimentos e confidências trocávamos entre nós, mas, venerávamos *eles*, íamos onde eles iam, o que, em geral, envolvia usar alguma substância em algum lugar diferente. O grupo era *um*, mas havia claras diferenças entre os lugares ocupados por meninos e meninas. Valorizávamos a amizade com os moleques e o uso de drogas nos unia em galera, uma *multidão (des)comportada*<sup>64</sup>. No entanto, lembro-me de ouvir relatos de cenas abusivas com outras meninas e permanecer silenciada. Naquela época, não tínhamos consciência das desigualdades e violências de gênero e nos sentíamos privilegiadas por sermos as amigas deles. Doce ilusão... eu mesma só era protegida porque meu irmão era da turma, ciumento e respeitado pelos outros meninos.

<sup>64</sup> Inspirando-nos no conceito de multidão proposto por Antonio Negri (2009), a noção de multidão (des)comportada é tomada para direcionar a análise do “conjunto de singularidades” no *povo* unificado como *adolescentes que usam drogas*. A prática comum – uso de drogas – é uma desobediência frente as normas do bom desenvolvimento e da vida em sobriedade, que não nos serve para comportar uma categoria de adolescentes, mas sim partimos dela para buscar as variações das experiências e seus agenciamentos coletivos.

Era uma festa de 15 anos, daquelas que se montavam em grandes salões decorados. Meninos de smoking e meninas de longo: o traje social completo indicado no convite em letras douradas. Eu já bêbada e acelerada pelo uso de cocaína compartilhado com um amigo da escola, fui chamada na mesa das meninas, que sentadas em torno do arranjo de flores da mesa redonda, começaram a chorar dizendo que estavam preocupadas, pois souberam que eu andava usando maconha. Tentei apaziguar dizendo que estava tudo bem, mas me lembro de sair de perto pensando como eram bobinhas e ingênuas. Aquelas meninas não tinham ideia do que eu vivia. Voltei à rodinha dos moleques. (Diário de campo-memórias)

Destacamos, aqui, uma dimensão da experiência que é certa inquietude das “*minas lokas*”<sup>65</sup> com as normas<sup>66</sup> de gênero e o uso de drogas deslocando nossos corpos dos ideários que costumávamos chamar de as *menininhas*, aproximando-nos dos *moleques*. Narcisa disse: “sempre me identifiquei mais com homem”, destacou várias cenas em que “era só eu de menina e os moleques” e, antes de conhecê-la, eu ouvia dizer da menina que “bebia que nem macho”. Cristal conta que, quando começou a frequentar a rua do primo, os programas *das menininhas* da escola – “se reunir na casa de uma para ver filminho e comer pizza” – já não faziam sentido. Havia um mundo acontecendo nas ruas e os moleques eram os protagonistas. Podemos pensar o uso de drogas por meninas adolescentes articulado com a passagem da casa à rua? Da passividade designada às meninas à atividade socialmente atribuída aos meninos?

Butler (2006) indica que a norma rege a inteligibilidade cultural, permitindo que certos tipos de práticas e ações sejam reconhecidas, impondo uma rede de legitimidade sobre o social e definindo os parâmetros do que aparecerá e do que não aparecerá em sua esfera (...). Gênero, assim, não é exatamente aquilo que alguém “é” ou alguém “tem”. Trata-se, antes, do aparato através do qual tem lugar a própria produção e normalização do masculino e do feminino numa coerência binária contingencial. (QUEIROZ, 2015, p. 95).

A normalização, que naturaliza o masculino e o feminino como se fossem essências de fundamento biológico, opera no modo como nos constituímos meninos e meninas, homens e mulheres, bem como no modo como vivemos desvios em relação ao padrão *normal*. Das meninas, espera-se delicadeza, cuidado, fragilidade, passividade na espera de um homem que efetue a passagem entre o lar de origem e o lar ao qual dará origem a novas vidas – os/as filhos/as. Dos meninos, espera-se força, atividade, ousadia e virilidade na vida pública e sexual.

<sup>65</sup> Expressão nativa das adolescentes na época, que utilizamos para caracterizar o estigma-identificação de meninas usuárias de drogas. Era comum escutarmos: “as minas são muito lokas!”.

<sup>66</sup> Ao analisar a norma como tecnologia de poder, inicialmente Foucault articulou tal noção à ideia de disciplina – “uma política das coerções que são um trabalho sobre o corpo, uma manipulação calculada de seus elementos, de seus gestos, de seus comportamentos” (FOUCAULT, 2009, p. 133) –, e, posteriormente, o conceito de norma encontrou-se com o de biopolítica, normalizações operando o governo da vida da população (FOUCAULT, 2010).

Malheiro (2019), em sua tese “Tornar-se mulher usuária de crack”, discute as práticas divisórias entre homens e mulheres e entre mulheres brancas e negras, apoiando-se em Angela Davis para afirmar que a ideologia da feminilidade branca, que restringe a mulher branca ao espaço doméstico, é um subproduto da industrialização.

A clivagem entre economia doméstica e economia pública, provocada pelo capitalismo industrial, instituiu a inferioridade das mulheres com mais força do que nunca. Na propaganda vigente, mulher se tornou sinônimo de mãe e dona de casa, termos que carregavam a marca fatal da inferioridade. (DAVIS, 1982, *apud* MALHEIRO, 2019, p. 180)<sup>67</sup>

Importante situar que aqui falamos de meninas adolescentes brancas, o que não coloca nosso foco de atenção nas análises que interseccionem a negritude na experiência com drogas. Incluímos o conceito de branquitude<sup>68</sup>, norma que atribui privilégios e que pode ser visibilizada quando Narcisa, relatando um enquadro policial – com muita droga no carro – diz: “não ia dar nada porque éramos menores”. Cristal conta da violência verbal de um enquadro na periferia: “Tá fazendo o que aqui sua patricinha, vaza! Se não vamos te levar”, e outro enquadro da *ponte pra cá*<sup>69</sup>, onde no máximo ligavam aos pais para receber uma bronca. Bem diferente de mulheres negras que me relataram abuso sexual efetuado por policiais, ou mesmo os relatos das abordagens policiais e as violências de gênero sofridas pelas meninas com quem dialoguei na Fundação CASA.

Segato (2010), em discussão sobre a influência do colonialismo nas relações de gênero, aponta que o *binarismo* de gênero, “um” ou “outro”, foi instituído no Brasil a serviço da colonialidade moderna, pois apesar de muitas aldeias de povos originários viverem desigualdades e hierarquias entre gêneros, tal *dualidade* estava ancorada no princípio da complementariedade, não no da exclusividade. É nas alianças entre homens – brancos e não-brancos – para controle do espaço público que mulheres foram relegadas ao âmbito doméstico, submissas às leis e violências dos colonizadores (SEGATO, 2010).

Em pesquisa com adolescentes internadas no sistema socioeducativo, Débora Diniz (2015) aponta que muitas das meninas enquadradas como infratoras não se encontram “fora da

<sup>67</sup> DAVIS, Angela. Women, race and class. Nova York: Vintage Books, 1982, *apud* MALHEIRO, 2019, p. 180.

<sup>68</sup> “A branquitude é entendida como uma posição em que sujeitos que ocupam esta posição foram sistematicamente privilegiados no que diz respeito ao acesso a recursos materiais e simbólicos, gerados inicialmente pelo colonialismo e pelo imperialismo, e que se mantêm e são preservados na contemporaneidade”. (SCHUCMAN, 2014, p. 84)

<sup>69</sup> Referência à música dos Racionais Mc’s que fala da divisão da cidade de São Paulo entre centros e periferias: “o mundo é diferente da ponte pra cá”.

lei de gênero”, mas sim estão mais perto “daquelas que fizeram **monumento da ordem de gênero**” (p. 235, grifo nosso). Diferente dos bandos masculinos, que “caem em grupo, reconhecem-se no carômetro como fiéis ou cabritos e movem-se para o ataque ou a defesa também no plural, elas chegam solitárias” (p. 235-236) e o enredo dos crimes sempre envolve namorados, pais ou maridos que chefiam suas vidas. “É com os meninos que elas aprendem o poder do crime, é por eles que elas lutam com outras meninas, e é por eles que choram nos barracos” (p. 236).

No artigo de Santos e Silva (2008), as pesquisadoras analisaram a presença de normas de gênero em revistas para adolescentes. Foram analisadas as revistas *Todateen* e *Capricho*, ambas com circulação expressiva no período<sup>70</sup> em que éramos adolescentes. Assim como a ideologia de guerra às drogas estava presente nas publicações analisadas por Ribeiro, Pergher e Torossian (1998)<sup>71</sup>, também na temática da sexualidade, Santos e Silva (2008) encontraram textos taxativos, que (re)produzem padrões de gênero e não provocam reflexões, fixando adolescentes como projetos à espera de moldagem, meninas como heterossexuais à espera do amor e meninos como pessoas naturalmente em busca de sexo, cabendo, portanto, às meninas os cuidados com o próprio corpo. As revistas fornecem manuais do que agrada aos meninos nos beijos e como seduzir sem ser vulgar.

Ou seja, mesmo num mundo que parece estar em constante mudança, as matérias prescrevem atitudes e comportamentos femininos que, apesar de parecerem diferentes e avançados, visam à manutenção de um padrão dicotômico de gênero, no qual a iniciativa feminina é bem-vinda quando bem disfarçada. Aconselha-se à jovem mulher a usar estratégias mais discretas para alcançar sucesso em suas investidas, uma vez que a iniciativa direta é um atributo indesejado aos ideais de feminilidade apresentados (SANTOS; SILVA, 2008, p. 31).

Retornemos à(s) Narcisa(s), meninas-mulheres que, ao ousar o uso de drogas nas ruas das cidades, associado a “transas no primeiro encontro” – não recomendado pelas revistas *teens* por desvalorizar a mulher –, interrogam os ideais de feminilidade, duplamente condenáveis quando comparadas aos meninos que usam drogas. Narcisa nos fala de sentir-se livre na experimentação de seu próprio corpo com drogas e sexo, porém, os julgamentos e violências de gênero produziram sofrimento em sua experiência, sendo essa uma dimensão destacada em pesquisas que se interessaram pelos atravessamentos socioculturais no uso de drogas por mulheres. São, então, as próprias normas de gênero que exercem violência sobre os corpos que as violam. Trata-se de uma “violência fundamental, produzida pela construção

---

<sup>70</sup> Início dos anos 2000.

<sup>71</sup> Artigo citado no capítulo 02: (In) tensões científicas.

mesma do discurso e pela circulação das práticas discursivas” (TONELI; BECKER, 2011, p. 7), que tanto autoriza a violência física típica rotineira, quanto, simultaneamente, apaga essa violência de nossa apreensão (QUEIROZ, 2015, p. 96).

“As pessoas me viam bêbada e drogada e se achavam no direito de julgar e abusar, ninguém sabia o que eu vivia, sentia e pensava... eu sonhava em casar e constituir família”. Voltemos à imagem de Narcisa, se debatendo na camisa de força da norma de gênero, apertada como espartilho. Ora rompendo as amarras e caminhando pelas ruas em sua grandeza que inventava línguas, bailava e escolhia quem levaria para sua cama; ora menina solitária, violentada física e simbolicamente, inebriada pelo ideal de que ser adulta era enlaçar-se a um homem e tornar-se mãe, performando um *monumento ao gênero*.

É preciso marcar e grifar que ser uma menina usuária de drogas coloca Narcisa(s) em situações de risco, particularmente quando escutamos as violências de gênero sofridas por ela(s) e o que entendemos por riscos advindos da condição de meninas inebriadas pela cultura patriarcal, risco de acreditar-se dependente dos homens para construir futuro, risco ao ter o corpo identificado, pelo outro, como objeto seu. Muitas vezes, Narcisa passou dos limites, tomou glicose no hospital e até vomitou sangue, mas as experiências com drogas em que ela destacou o sofrimento foram aquelas em que outros passaram dos limites de seu corpo com a justificativa de ser ela uma menina “louca de drogas”.

(...) tinha uns moleque que aproveitava pra "ah, já que ela é muito louca". Porque junto com isso, eu acho que eu tinha uma coisa de querer ser muito livre e fazer o que eu quisesse. E eu fazia. Eu tava pouco me fodendo pro que que iam achar. (Cristal - transcrição).

Uma menina drogada pode consentir transar? Essa pergunta coloca em jogo duas discussões: uma em torno da “(menor)idade e o consentimento sexual” (LOWENKRON, 2007); outra que envolve o uso de drogas e o consentimento sexual.

Na discussão sobre a “(menor)idade”, Lowenkron (2007) analisa as práticas discursivas em uma decisão judicial do Supremo Tribunal Federal (STF), apresentando “controvérsias em torno da definição de menoridade sexual com base em um caso concreto” (p. 716). Após discussão dos parâmetros legais – nacionais e internacionais – que regulam a atividade sexual conforme critérios etários, resultando em *leis da idade do consentimento*,

Lowenkron (2007) analisa controvérsias em julgamento emblemático de 1996, no qual o *habeas corpus*<sup>72</sup> foi concedido ao réu.

No relatório onde os juízes justificam seus votos, a pesquisadora analisou os argumentos jurídicos “entremeados por visões de mundo”. As argumentações favoráveis a inocentar o rapaz (24 anos) foram: I) o desconhecimento do réu acerca da idade da garota (12 anos), em especial em razão de sua *aparência* física e da *conduta* que denotava possuir experiência sexual: “ela levava uma vida promíscua”<sup>73</sup>; II) a ausência de outras assimetrias – por exemplo, a classe social – além da idade, argumento que desconsidera o critério etário como absoluto para configurar estupro de vulnerável; III) argumentou-se que “nos nossos dias não há crianças, mas moças de 12 anos”<sup>74</sup>, apontando mudanças nos costumes que exigem racionalização e flexibilização das leis nos julgamentos.

Os argumentos favoráveis à condenação seguiram outra direção, procurando “fundamentar a invalidação do consentimento da ‘adolescente’ ao enfatizar a sua essencial vulnerabilidade, inocência e imaturidade, apesar de sua experiência sexual anterior e a aparência física precoce” (LOWENKRON, 2007, p. 729). Considerou-se absoluto o critério etário. Nesse sentido, o segundo argumento se baseia nas teorias desenvolvimentistas ao afirmar a necessidade de tutela, pois a adolescência é um período em que não está completa a “capacidade de autocontrole dos instintos, os ‘adolescentes’ são considerados incapazes para o exercício pleno da liberdade sexual” (p. 731). Por fim, o terceiro argumento é a invalidez de consentimento no caso de menor de doze anos, uma posição contrária à dos juízes que defenderam a flexibilização da lei diante das mudanças sociais e dos costumes.

É importante destacar que, por um lado, se a periodização da vida é um modo de institucionalizar as transições das pessoas, estabelecendo idades ideais para cada coisa (Souza, 2005), por outro, para compreender as formas de regulação da conduta sexual, não se pode tomar a idade como critério único e absoluto. A “idade” está associada a moralidades diferenciadas de acordo com o gênero (LOWENKRON, 2007, p. 737).

Lowenkron (2007) destaca que esteve em discussão a sexualidade feminina, pois, a do rapaz acusado permaneceu ausente. A denúncia foi protagonizada pelo pai da garota, trazendo a latência da honra da família em questão na sexualidade feminina. Os argumentos para desconstruir a menoridade se basearam na aparência precoce e conduta promíscua,

---

<sup>72</sup> Neste caso, o réu foi temporariamente absolvido e recuperou o direito de locomoção por entendimento judicial de que ocorreu uma prisão arbitrária.

<sup>73</sup> Frase presente no argumento do ministro Marco Aurélio de Mello.

<sup>74</sup> Idem.

elementos utilizados à destituição da idealizada “pureza” infantil, que justificaria o lugar de vítima. Nesse sentido, “o que é objeto de controvérsias e negociação não é a possibilidade de aceitação moral e/ou legal do sexo entre ‘adulto’ e ‘criança’, mas a classificação de sujeitos específicos como ‘criança’” (p. 739).

E quando a menina é usuária de drogas? A dissertação de Malheiro (2019) colocou em cena a repetição de violências sexuais sofridas por mulheres antes e depois de tornarem-se usuárias de crack, e problematizou a recorrente ausência de *revide*<sup>75</sup>, em especial com traficantes e policiais. No caso das *parceiras*<sup>76</sup> de Luana (2019), abusos no uso do crack e do álcool estão relacionados à ausência de revide e cotidianidade das violências sexuais no contexto da rua, o que ela entende ser uma “forma masculina de domesticar mulheres que romperam com a norma de gênero ao aderir a práticas transgressoras” (MALHEIRO, 2019, p. 227).

O contexto de Narcisa tem contornos abismalmente diferentes das ruas do Pelourinho onde vivem as mulheres-parceiras da pesquisa feita por Luana Malheiro. No entanto, encontramos semelhanças no ciclo que parece interminável entre: uso de drogas-abusos sexuais-uso de drogas. Em um momento da pesquisa, Narcisa disse: “eu acordava me sentindo um lixo, até prostituta me senti, aí passava um tempo e voltava pra rua querendo ficar locona de novo, até pra esquecer tudo que eu sentia”. Os efeitos das experiências de violação do corpo de mulheres por um outro que se autoriza a tal dominação são destacados por Narcisa(s), bem como pelas parceiras de Luana Malheiro:

As vivências de violência cotidiana marcam a vida das parceiras de pesquisa e têm se mostrado um fenômeno desencadeador do uso descontrolado de drogas e da entrada em um padrão de uso do *sarau*. As narrativas das mulheres apontam como a experiência da violência de gênero possuem facetas variadas em cada contexto, e nos indicam um processo de adoecimento psíquico dessas mulheres. É imprescindível, ao discutir sobre o uso de drogas no universo feminino, refletir sobre os efeitos psíquicos de uma sociedade estruturada no mandato da masculinidade, que reatualiza o patriarcado através da reprodução da violência para firmar a dominação no corpo feminino (MALHEIRO, 2019, p. 228).

Nesse sentido, o corpo feminino em uso de drogas pode ser pensado em sua dimensão de ruptura com a passividade destinada às mulheres pela ordem sociocultural; perde-se a condição de *menininha pura* ou *mulher de respeito*, tornando-se simbolicamente um corpo

<sup>75</sup> Termo utilizado por Luana Malheiro (2019) para se referir a denúncias contra as violências, o ato de revidar diante de uma violência.

<sup>76</sup> Nomeação que Luana Malheiro (2019) utiliza para se referir às participantes de sua pesquisa.

do mundo, mulher da vida. Não foram poucas as vezes em que, diante de uma violência de gênero, escutamos: “*mas também, ela pediu*”!

Em novembro de 2020, o site *The Intercept Brazil* divulgou trechos de uma audiência ocorrida em 2018, na qual a *influencer* Mariana Ferrer acusava André Aranha por *estupro de vulnerável*, alegando que estava dopada quando foi levada pelo acusado. O acusado, homem rico e notório, foi defendido por advogado que argumentou desconhecimento do estado alterado da vítima. O julgamento resultou em absolvição do homem acusado.

*Art. 217-A. [É considerado estupro de vulnerável] Ter conjunção carnal ou praticar outro ato libidinoso com menor de 14 (catorze) anos (...) § 1º Incorre na mesma pena quem pratica as ações descritas no caput com alguém que, por enfermidade ou deficiência mental, não tem o necessário discernimento para a prática do ato, ou que, por qualquer outra causa, não pode oferecer resistência (BRASIL, 1940).*

Divulgada a barbárie da audiência<sup>77</sup>, que envolveu agressões verbais à vítima por parte do advogado do acusado, choveram manifestações de indignação. Em artigo<sup>78</sup> publicado na revista Gama, em 04 de novembro de 2020, a advogada Luísa Moraes Abreu Ferreira – pesquisadora de crimes sexuais – explica que a absolvição de André Aranha ocorreu por uma análise minuciosa das provas, definindo insuficiência dos fatos para comprovação da incapacidade da vítima de oferecer resistência. Segundo Luísa Ferreira, o caso chama atenção pela raridade de pedidos de absolvição pelo Ministério Público no dia a dia da justiça criminal; pela igual raridade deste tipo de análise minuciosa das provas; e pela anterior decisão do STJ de que, em delitos sexuais, a palavra da vítima tem especial relevância. Assim, fica a reflexão acerca da seletividade do sistema penal em julgamentos que envolvem mulheres vítimas de violência, particularmente quando os acusados são homens brancos e ricos.

Em artigo<sup>79</sup>, publicado em 2016, pelo Instituto Brasileiro de Direito da Família (IBDFAM), a advogada Marianna Chaves discute a persistência histórica do ideal de “mulher honesta” por agentes da segurança pública e pelo judiciário. Analisando o caso de estupro coletivo em que a adolescente (17 anos) estava sob uso de drogas, Marianna aponta que a “sociedade em geral (e até mesmo juristas e a polícia), (...) tende a ter alguma dificuldade de encaixar no rótulo de vítima a pessoa usuária de drogas ou com uma vida sexual pouco

<sup>77</sup> <https://theintercept.com/2020/11/03/influencer-mariana-ferrer-estupro-culposo/>

<sup>78</sup> <https://gamarevista.com.br/sociedade/o-velho-normal-da-justica-brasileira/>

<sup>79</sup> <https://www.ibdfam.org.br/artigos/1117/Drogas+e+abuso+sexual%3A+o+passado+da+v%C3%ADtima+n%C3%A3o+a+pode+condenar>

ortodoxa” (n/p), postura que produz revitimizações e culpabilizações daquelas que deveriam acusar.

A “precocidade” de experiências com drogas, as violências e a gravidez aos 17 anos foi valorizada no discurso de Narcisa: “passei coisas e tive que assumir responsabilidades que muitos não tiveram, isso me fez mais forte, fui muito mulher de assumir tudo”. Malheiro (2019) afirma que muitas mulheres se organizam no período da gestação. Acompanhamos Narcisa em uma importante transformação com a maternidade, foi apontada na escola e nas ruas como “uma criança gestando uma criança” e por ser “uma porra louca que, agora, com filho, não vai dar em nada”. Em nossa conversa-entrevista, Narcisa sublinhou que a maternidade “virou uma chave” e que foi com sua mãe e, em especial, no grupo de amigas/os que encontrou força e suporte em meio ao turbilhão emocional, que veio com a chegada de um bebê.

Quando Narcisa se casou, já em outro ritmo e com um filho que vinha criando sozinha, tornou-se esposa dedicada, interrompeu o uso de drogas e distanciou-se da galera da adolescência. Aos olhos da sociedade, a menina cresceu! Engrandecida como *monumento da ordem de gênero* (DINIZ, 2015), Narcisa abriu mão de antigos prazeres e hábitos que desagradavam o marido, passou a seguir normas e protocolos que ele impunha ao funcionamento da casa e de sua vida privada<sup>80</sup>.

No período de realização da pesquisa, Narcisa divorciou-se e retomou antigos laços e práticas. “Parece que eu voltei aos 17, lá onde parei quando engravidei na adolescência. Tinha esquecido da delícia das “resenhas” nos bares, do quanto gosto da intimidade que se cria quando bebemos com alguém”. Ao mesmo tempo que podemos pensar o “voltar aos 17” como o retorno a sentir-se sem chão, solitária em busca de caminhos à *entrada na vida*<sup>81</sup>, recordando a ideia do *inacabamento intrínseco*<sup>82</sup> da experiência de estar vivo, “voltar aos 17” também carrega a possibilidade de seguir experimentando-se e produzindo modos de vida.

Volver a los diecisiete después de vivir un siglo  
Es como descifrar signos sin ser sabio competente  
Volver a ser de repente tan frágil como un segundo  
Volver a sentir profundo como un niño frente a dios  
Eso es lo que siento yo en este instante fecundo

Se va enredando, enredando  
Como en el muro la hiedra

<sup>80</sup> Cabe sinalizar que o debate sobre direitos sexuais e reprodutivos de adolescentes, assim como o uso de drogas, vem sendo abordado hegemonicamente em sua dimensão negativa (adolescente como objeto da violência sexual), invisibilizando demandas relativas à construção da autonomia, quanto aos modos de dispor e de cuidar do corpo.

<sup>81</sup> Referência à discussão de Georges Lapassade (1975) apresentada no Capítulo 3.

<sup>82</sup> Ibidem.

Y va brotando, brotando  
 Como el musguito en la piedra  
 Como el musguito en la piedra, ay si, si, si  
  
 Mi paso retrocedido cuando el de ustedes avanza  
 El arco de las alianzas ha penetrado en mi nido  
 Con todo su colorido se ha paseado por mis venas  
 Y hasta la dura cadena con que nos ata el destino  
 Es como un diamante fino que alumbra mi alma serena  
  
 Lo que puede el sentimiento no lo ha podido el saber  
 Ni el más claro proceder, ni el más ancho pensamiento  
 Todo lo cambia al momento cual mago condescendiente  
 Nos aleja dulcemente de rencores y violencias  
 Solo el amor con su ciencia nos vuelve tan inocentes  
  
 Se va enredando, enredando  
 Como en el muro la hiedra  
 Y va brotando, brotando  
 Como el musguito en la piedra  
 Como el musguito en la piedra, ay si, si, si  
  
 El amor es torbellino de pureza original  
 Hasta el feroz animal susurra su dulce trino  
 Detiene a los peregrinos, libera a los prisioneros  
 El amor con sus esmeros al viejo lo vuelve niño  
 Y al malo sólo el cariño lo vuelve puro y sincero  
  
 De par en par la ventana se abrió como por encanto  
 Entró el amor con su manto como una tibia mañana  
 Al son de su bella Diana hizo brotar el jazmín  
 Volando cual serafín al cielo le puso aretes  
 Mis años en diecisiete los convirtió el querubín.  
  
 (Volver a los 17, Mercedes Sosa)

## 4.2 Cupinzeiro

Cupinzeiro era repetente, caiu no meu ano e abalou o coração das meninas.  
 Com aquele cabelinho loiro Mc Donalds, era comparado ao Nick dos Backstreet Boys  
 ou mesmo ao Leonardo De Caprio estrelando em Titanic.  
 Éramos a turma do fundão na 6ªf, sempre aprontando alguma.  
 Uma vez a professora de português fez uma tabela na lousa com as orações e suas  
 classificações.  
 Se o verbo é transitivo, temos que transitar... assim dizia Cleide, a professora de  
 português.  
 Na sequência vinha a prova de história e entre as subordinadas, substantivas e  
 adjetivas, escrevemos a cola de história, mantendo a estrutura do quadro desenhado  
 por Dona Cleide.  
 Já no meio da prova, o professor de história percebeu a artimanha e se descontrolou  
 em um ataque de fúria.  
 Reinamos!

Desde a infância eu me divertia com pequenas transgressões.  
 Inventar histórias, aprontar na escola, pedir dinheiro no semáforo inventando que era para ajudar a ONG da  
 escola... eu era bom em driblar as normas e marcar gols quando tudo parecia monótono.  
 Adolescência era o tempo das amizades!  
 Meus amigos eram minha vida, organizava meu tempo e atividades para estar com eles o máximo que pudesse.  
 Meu sonho de futuro era ter uma casa para recebê-los, sem interferência de adultos.  
 Éramos muitos, saíamos de nossas casas, nos juntávamos na rua e inventávamos experiências alucinantes.

O planejamento envolvia a droga, um lugar especial e a galera.  
 Vivíamos para venerar um lugar: os mais loucos, da terra mais louca!  
 Era assim que no alto dos morros, na beira do rio, em chácaras ou nos parquinhos se armavam rodas de fumo, saquinhos de cola, lisergias embaixo das línguas, brindes e risadas ao som de muita música.  
 Quando ingressei na carreira da cocaína, desviei da galera ao primeiro tiro.  
 Foi a primeira experiência que me fez sentir uma força em meu próprio corpo, como se nada mais fosse necessário.  
 Caminhadas intermináveis pela cidade, noites em biqueiras, venda de tudo que tinha até me ver de cueca cruzando a avenida.  
 Já não era mais a invenção de experiências coletivas que me movia, mas o encapsulamento de mim como um cupinzeiro solitário em meio ao pasto devastado.  
 Muitos tentaram me puxar, internar, me tornar abstinente.  
 Diziam que era tudo ou nada... eu queria um pouco.  
 Uma, duas, três, quatro internações.  
 Prescreviam abstinência, eu buscava um modo de viver com drogas.  
 Essa era minha teimosia!  
 Depois de bater muita cabeça, conheci meu amor, minha esposa, minha companheira.  
 Me rendi as normas da irmandade<sup>83</sup>, segui as prescrições e hoje posso viver sem usar drogas.  
 A única regra do NA que não sigo é me distanciar dos meus amigos.  
 Deles eu não abro mão!  
 Hoje tenho minha opinião sobre cada droga:  
 A maconha era leve, um pretexto para reunir amigos em algum lugar especial, dar risadas e viajar na brisa lenta.  
 O álcool é a mais perigosa, parece banal quando sentamos em um bar, mas eu perdia o controle, algumas vezes me tornei violento... não gosto do que vejo quando lembro.  
 Os alucinógenos abrem portas que mudam o modo como vemos o mundo mesmo depois de passar o efeito. Todas as pessoas deveriam ter uma experiência lisérgica!  
 Com a cocaína conheci o vício, as amarras em um corpo que precisava consumi-la para estabilizar, pois sem ela me debatia, perdido de mim.  
 Depois de ultrapassar os limites do meu corpo e do aceitável para um jovem na minha posição, hoje vivo sem drogas e valorizo as coisas mais simples da vida.  
 Me tornei alguém que ao invés de viver ambicioso por mais, vivo agradecendo o que tenho: esposa, casa, cachorros, comida, amigos.  
 Enfim, agradeço tudo que vivi,  
 Foi intenso!

\*

Ao escutar Cupinzeiro narrar sua trajetória com drogas desde a adolescência, optamos pela estratégia de embarcar em três tempos da experiência: o tempo da intensidade *entre nós*, quando a galera estava sempre presente nos planejamentos e eventos de uso; o tempo da jornada solitária, em busca de modulações do uso que não fosse a abstinência; e o tempo da produção de novos enlaçamentos e de outros modos de vida, agora em abstinência. Como amiga, destaco que estive mais próxima no primeiro tempo, depois fui morar em outras cidades e me distanciei.

O primeiro tempo-dimensão a ser destacado na experiência de Cupinzeiro é o lugar dos “nós”, “d’a gente”, dos laços de amizade que engendraram a produção da experiência. Quando se refere a esse tempo, Cupinzeiro destaca a intensidade e as relações: “a gente era muito louco”, as coisas que “a gente fazia”, “a gente vivia pra venerar um lugar: os mais loucos da terra mais louca”, “a gente não queria só fumar um baseadinho, a gente tinha que pedalar até

---

<sup>83</sup> Narcóticos Anônimos

o alto da montanha mais alta para ter uma experiência mais alucinante com o visual da natureza”, “a gente foi muito longe, muito intenso”.

Teve uma vez que a galera montou um acampamento na mata. Era uma molecada, tudo menor de idade, que estudava, de repente saiu de casa e falou: "velho, eu vou viver no meio do mato ali e não vou pra casa". Aí os caras iam pra escola, iam pro mato, voltavam pro acampamento. Me lembro quando fui um dia lá com nosso amigo Paulo, olhei e falei: "pô, a negada fez uma estrutura, rede de cipó, caldeirão". Aí o Paulo olhou pro caldeirão e falou: "nossa, a galera tá fazendo feijoada". E não era feijoada, a galera tava fervendo cogumelo! Dia de semana, molecada com 15 anos de idade, fervendo cogumelo e morando no acampamento [risos]. Eu ficava até de madrugada, depois ia embora, porque não dava. Mas uma galera ficou, teve nego que ficou duas semanas sem ir pra casa. (Cupinzeiro – transcrição)

Em nossa revisão dos artigos científicos, encontramos muitos trabalhos que apontam a “influência dos pares” como fator de risco, mas também de proteção ao consumo de drogas. A nomeação “influência dos pares” é algo que queremos pensar aqui. Influência vem do latim *influentia, ae*, designando o poder dos astros *sobre* alguém, já no dicionário de língua portuguesa encontramos “ação que uma pessoa ou coisa exerce *sobre* outra”. Destacamos, aqui, a separação entre os termos “um” e “outro” e uma relação de poder de movimentação de “um” *sobre* o “outro”.

Pais e mães querem distanciar filhos/as das más influências, me lembro da coordenadora da escola orientando pais e mães a afastarem seus filhos/as de más companhias; lembro-me de ter sido eu mesma vista como má companhia. Considerando o importante papel da mídia na produção de modos de pensar, destacamos a manchete: “Estudo revela influência dos amigos para adolescente começar a beber”<sup>84</sup>, publicada no portal G1 em 2013. Pais e mães, fiquem atentos/as aos/às amigos/as de seus/suas filhos/as!

Rememorando nossas vivências *entre* amigos/as nas ruas e escutando Cupinzeiro, consideramos importante trazer reflexões sobre a amizade nas experiências com drogas, em especial na adolescência. Importante posicionar que entendemos a amizade como “uma manifestação que não se comporta uniformemente no tempo e no espaço (...), as práticas e o significado social da amizade mudam constantemente” (ORTEGA, 2002, p. 11-12).

Percorrendo as transformações da amizade e sua relação com a organização sociopolítica ao longo da história, Ortega (2002) nos ajuda a compreender como esta modalidade de relação foi se distanciando do espaço público e sendo incorporada na esfera privada. O trabalho de Ortega (2002) e nossa pesquisa sobre a instituição da adolescência na

<sup>84</sup> <http://g1.globo.com/bemestar/noticia/2013/01/estudo-revela-influencia-dos-amigos-para-adolescente-comecar-beber.html>

história se encontram ao caracterizarem a modernidade como momento em que se delineiam, com mais precisão, a esfera pública e a privada, emergindo a família burguesa na monopolização do âmbito privado, “processo de crescente decomposição do espaço público, de privatização e des-politização” (ORTEGA, 2002, p. 103).

Na Antiguidade greco-latina, “os vínculos de amizade constituíam elementos da vida pública” e Ortega aponta as transformações sociais que culminaram no arranjo do século XIX, quando a família se torna o centro das relações de sociabilidade e afetividade (ORTEGA, 2002, p. 109). Como vimos no Capítulo 3, no século XIX, a infância já estava inteiramente delegada à esfera doméstica, o espaço público era âmbito dos adultos e a adolescência passou a ser investida por dispositivos de saber-poder médico, psicológico e psicopedagógico (ORTEGA, 2002).

No século XIX, a amizade é banida para a adolescência, para a juventude. As amizades íntimas são toleradas e até estimuladas nessa fase da vida, sempre sob o olhar vigilante de pais e educadores. Colégios e conventos, instituições em que a amizade juvenil se desenvolve sob um regime de estrita separação dos sexos, proliferam nos séculos XVIII e XIX, criando inquietação e promovendo relações de vigilância recíproca: preceptores e professores, responsáveis das instituições, têm como missão promover um controle permanente e contínuo segundo o modelo panóptico (ORTEGA, 2002, p. 142).

Primo e Rosa (2015) ressaltam a imbricação entre a amizade e a fraternidade – interpretação cristã da *philia*, que identifica irmãos e baseia-se na igualdade – como elemento de despolitização da primeira. As autoras apontam que a fraternidade “contribui por despolitizar as relações no sentido da construção do mundo comum através da circulação das diferenças” (p. 387) e, nesse sentido, “a amizade contemporânea quase não se vincula às cidades” (p. 379). Tal leitura corrobora com os estudos de Ortega (2002), que mostram como o “processo de despolitização, esvaziamento do espaço público próprio da modernidade, acompanha uma crescente valorização da vida familiar, uma progressiva familiarização do privado” (ORTEGA, 2002, p. 161).

Primo (2015) concebe a amizade como potência política, atentando-se aos espaços de criação e invenção de si, que se produzem nessa singular relação. Ao pesquisar cartas trocadas entre Freud e Fliess, Primo (2015) analisa dimensões da amizade entre os dois médicos, que por cartas produziam pensamentos inovadores em uma relação de amizade. Destacamos aqui: a segurança para se arriscar a pensar o impensado, ou até impensável aos costumes da época; a alteridade que os interpelava na produção de um campo comum; a

construção de si nessa relação com o outro – em especial ao narrar-se ao amigo; e a invenção de algo novo – no caso, a psicanálise – no mundo (PRIMO, 2015).

Ao sublinhar a inscrição da amizade no *espaço entre* as pessoas, abrindo possibilidades de criação de si e do/no mundo ao interpelarem-se alteridades, Primo (2015) aposta “na amizade como uma prática cotidiana com potências políticas inesperadas” (p. 87). Caminhando com a autora, consideramos que a amizade é “marcada pela rica experimentação de práticas e modos de relacionamento, vista sob suspeita em diferentes épocas” (p. 88).

Retomando “a gente” que experimentava tardes e noites inusitadas com Cupinzeiro, destaco que a intensidade estava na invenção de modos coletivos de *sair de si e das convenções sociais*, o que não envolvia apenas usar maconha, cola, benflogin ou LSD, mas escolher a música, um lugar diferente, desafiar os limites do corpo, transgressões às normas da cidade, da escola e daquilo que era designado à nossa faixa etária. Vivíamos *entre nós*, enlaçamento que dava *margem de segurança aos riscos*, em especial por duas razões: a primeira é que havia proteção entre os pares que embarcavam juntos na viagem, nos olhávamos, dávamos conselhos e cuidávamos de quem passava do ponto; a segunda é que a experiência coletiva conectava o uso a outras invenções, fosse pedalar para longe, construir uma balsa no lago, desenhar nas paredes, subir na caixa d’água mais alta ou montar um acampamento (CAPONI, 2003).

Quando falou de Paulo, Cupinzeiro ressaltou o amor e a parceria que existia entre os dois amigos, a despeito das falas alheias de que era uma amizade de droga. Paulo era o mais frágil da turma, vivia dizendo que preferia morrer aos 20 anos tendo vivido intensamente, do que passar 80 anos se privando dos prazeres. Quando estava louco, ele repetia que nos amava, abraçava com força cada uma/um de nós, se emocionava com a presença da galera e dizia que sua vida seria curta. Aos 18 anos, a mãe de Paulo decidiu colocá-lo em um colégio interno de outro município, longe das “más companhias”. Até um final de semana em que ele veio, foi a uma festa conosco no sábado, chegou na casa da mãe de madrugada e se enforcou no quintal. Assim amanheceu aquele domingo de dia das mães. (Diário de campo-memórias)

Não somente Cupinzeiro, mas todos/as os/as entrevistados/as apontam a relação entre o uso de drogas *entre* amigos e a circulação pela cidade, à invenção de novas práticas e a ampliação das relações. Cristal fala que não fazia mais sentido ficar assistindo filme em casa com as amigas da escola, depois que conheceu a galera da praça pública; Narcisa fala da importância de ter convivido com todo tipo de gente; Mago fala da criação de roteiros para que *todos* tivessem uma experiência interessante; Águia e Eduardo falam das andanças em bando pelas ruas da cidade... Cupinzeiro diz: “não era *um*, era todo *mundo*”.

Aprendemos, desde que nascemos, a ter uma relação conosco mesmos, na ilusão efetiva de que somos um “eu” estruturado e passível de ser vivido. Assim, criamos uma estética de existir no governo de “si”, ou governo de nós mesmos. Atualizamos a estética de si, seja para manter, ou seja para mudar, em relações de amizade. Isso porque, segundo Foucault (1981), nas amizades nos experimentamos em prazeres mútuos sem tanta prevalência de relações autoritárias de poder. Ou seja, o que nos une, em certo modo de cuidado, é a arte de viver na amizade que pode nos possibilitar experimentar a vida sem fascismos (MÉLLO, 2017, p. 92).

Nesse sentido, podemos pensar a relação entre a prática ilícita e a ocupação das ruas, o distanciamento dos adultos, a abertura de espaços de convivência *entre* adolescentes, a tomada de espaços públicos para experimentações que alteram as percepções internas e externas, produzindo conexões entre aqueles/as que partilham a experiência. Nesse tempo *entre nós*, Cupinzeiro ressaltou diversas vezes que os amigos eram a coisa mais importante de sua vida, que família era importante, mas ele só pensava em viver entre os amigos. Diríamos ainda que à *galera do distrito*, o uso de drogas era parte de um “estilo de vida” (VELHO, 1998) transgressor, éramos reconhecidas/os como turma dos loucos, carregávamos a marca da transgressão como modo de vida nas famílias, escolas, cidade e viagens.

Rosa, Vicentin e Catroli (2009) articulam autores que “convergem para demonstrar como o poder abala a potência da experiência compartilhada que escreve a história do sujeito e da comunidade” (p. 58), apontando que a retomada de tal potência “supõe a presença dos laços de amor e amizade que fazem ruir alegremente as grades opressoras do poder soberano” (p. 62).

A reabilitação do espaço público permite que uma amizade seja experimento social e cultural plausível para a construção de projetos comuns, para a construção de utopias. O espaço da amizade é o espaço que torna o mundo compartilhado, espaço de liberdade e de risco. (ROSA; VICENTIN; CATROLI, 2009, p. 65).

No texto “Duas Questões”, Deleuze (1991) faz uma distinção entre o domínio das *experimentações vitais* e o dos *empreendimentos mortíferos*. As experimentações vitais são instauradoras de conexões, “ela não é suicidária, na medida em que o fluxo destruidor não se rebate sobre si mesmo, mas serve para a conjugação de novos fluxos, quaisquer que sejam os riscos” (p. 65). Quando os/as participantes da pesquisa narram o início das experiências com drogas na adolescência, destacam o plano coletivo que dava consistência ao que entendemos serem *experimentações vitais*, ou, experiências que instauravam conexões com o próprio corpo, com alteridades, com a natureza e com a vida na cidade.

Cupinzeiro narra o acampamento de adolescentes em meio à mata, as pedaladas em bando e as perspectivas da vida que se abriram em viagens lisérgicas; Cristal conta de

massagens coletivas, sons que só ela ouvia e a presença ao ver um pôr do sol com amigos que compartilharam o uso de cogumelos; Mago fala da experiência mística de se comunicar com as árvores e de viagens interessantes, ao esticar uma cartolina e produzir uma pintura a várias mãos; Águia fala da sensação de céu e terra se aproximando na primeira experiência com maconha, da diversão quando surfavam loucos de cola em cima do trem e das caminhadas pela cidade no ritmo do próprio batimento cardíaco; Eduardo cai na gargalhada ao narrar três amigos alucinados com chá lírio, mas também lembra com carinho do uso de cola com amigos no topo de árvores e da importância das músicas que contornavam suas experiências com drogas; Narcisa fala da importância de ter vivido intensidades com uma ampla diversidade de pessoas, ressaltando a troca de intimidades ao compartilhar uma mesa de bar.

Mas o empreendimento suicidário, ao contrário, ocorre quando tudo é rebatido unicamente sobre esse fluxo: “minha” dose, “minha vez”, “meu” copo. É o contrário das conexões; é a desconexão desorganizada, em vez de um “motivo” que serviria aos verdadeiros temas, às atividades, um único e pleno desenvolvimento como em uma intriga estereotipada, onde a droga é pela droga, e se faz um suicídio tolo (...) é o contrário das conexões, das linhas múltiplas entremeadas (DELEUZE, 1979, p. 65).

No segundo tempo, Cupinzeiro se desconectou do plano coletivo e saiu caminhando sozinho, em busca de *sua* dose. Relatos de caminhadas intermináveis pela cidade, dias sem sair das biqueiras, até a cena em que ele descreve que afundou a cabeça dentro da blusa, cheirando *sua* cocaína ali dentro, agachado como um cupinzeiro em meio ao pasto. Ele ouvia seus pais chamando, sabia que seus amigos o procuravam pela cidade, mas tudo e todos ressoavam como vento fora da bolha, bolha que fluuava em desconexão impenetrável.

Torossian (2001), em sua tese de referencial psicanalítico, diferencia a toxicomania de outros modos de consumir drogas, afirmando que uma droga pode ou não ser tóxica, “a droga, então, vira tóxico quando ela nada significa” (n/p).

O tóxico não é a droga” diz Le Poulichet (1987/1990, p. 80). O que pode fazer da droga um tóxico é o lugar que o corpo assume na relação com o Outro. O tóxico é uma tentativa de constituição de uma dualidade com a droga, eliminando qualquer terceiro desta relação (TOROSSIAN, 2001, p. 24).

Quando seguiu a carreira da cocaína, Cupinzeiro foi pouco a pouco se desenlaçando de *nós*, distanciando das experiências coletivas e mergulhando no que entendemos ser uma relação tóxica com a droga, “onde todos os controles são perdidos e onde se instaura o sistema da dependência abjeta, dependência com relação ao produto” (DELEUZE, 1979, p. 65). Sua narrativa passou da primeira pessoa do plural para a primeira do singular.

Eu já entrei na pegada de ir atrás todo dia, de segunda a segunda, usava direto. É o que eu falei, no primeiro ano eu já tava usando pra caralho, já comecei a ter depressão, no final, pós-uso. Aquela coisa de "Putá, acabou, que bosta!". Vontade de usar mais. Porque gera uma deprê depois né. Então foi muito intenso e muito rápido. Quando a cocaína entrou na minha vida, virou outro rolê, as outras coisas perderam graça. Não o álcool, porque o álcool é um negócio que acompanha, que acaba caindo bem, mas a maconha eu comecei a deixar de lado. Ainda fumava, falava que gostava, mas o meu objetivo já era outro, era o rolê pra cheirar. A minha vida começou a perder o controle. Eu já não pensava em porra nenhuma, porra nenhuma! (Cupinzeiro: transcrição)

Reconhecendo que “estava demais”, o jovem Cupinzeiro aceitou se internar pela primeira vez em uma Comunidade Terapêutica. Ele reconhecia que a bolha-cupinzeiro era um *empreendimento mortífero*, mas não aceitava a norma da abstinência como única possibilidade. Aceitou a internação proposta pelo pai, porém triste de perder a copa do mundo nas ruas com os amigos. Internou-se, mas não aceitava o discurso normativo da vida sem drogas, da mudança nos hábitos e ruptura com relações do tempo das drogas, ele disse que seguia convicto de que usaria drogas novamente e de que voltaria aos mesmo amigos de antes.

Eu até queria mudar, até conseguia imaginar que era possível viver sem drogas, mas talvez eu queria controlar o uso, não queria parar total (...). Eu era muito novo e achava que poderia controlar de outro jeito. Eu não conseguia conceber eu parar de beber, ou parar de fumar. (...) O pessoal das instituições e de NA fala que precisamos distanciar das amizades de droga. Eu não conseguia conceber minha vida longe dos meus amigos do distrito! Até hoje, o pessoal do NA não entende a amizade que a gente tinha, não era envolvimento de droga. Meus amigos de verdade tão feliz de me ver bem! (Cupinzeiro: transcrição)

A norma da abstinência era negada por Cupinzeiro, que ficou solitário na busca por produzir outras modulações de seu uso. Após cinco meses de internação, ele foi expulso da Comunidade Terapêutica, por ter pulado a cerca para usar cocaína na madrugada. Levado pelo pai para outra clínica, se lembra de ter assistido a copa do mundo com o cozinheiro da instituição, “que não abria a boca”. Ao sair da segunda internação, passou a viver sob controle e vigilância dos pais, seguindo uma rotina rígida e organizada, acordando cedo, trabalhando – emprego arranjado pelo pai – e frequentando grupo de NA. O que os pais não sabiam é que, muitas vezes, Cupinzeiro ia de ônibus até o grupo e ficava nos arredores fumando cigarro até dar o horário de voltar para casa: “eu mesmo não queria, ia por obrigação”.

Na conversa-entrevista, Cupinzeiro reconhece legitimidade na preocupação dos pais, mas narra o período como perda de liberdade, quando era perseguido a cada passo, horário, gesto que pudesse indicar uso de drogas. Foram cinco ou seis meses completamente abstinente, tendo a certeza de que em algum momento usaria novamente. Usou novamente após uma

bebedeira em um aniversário com colega de trabalho e aos poucos foi experimentando outros modos de consumo, buscando insistentemente uma medida possível que não fosse zero.

Dentre as modulações, ele disse ter reduzido o uso de cocaína, aumentado o de álcool - disse que bebia todos os dias -, aumentou o uso de maconha e passou a usar mais LSD aos finais de semana, modulações centradas principalmente em variações de quantidade e/ou substituição das substâncias. Muitas/os de nós fomos estudar em outros municípios e Cupinzeiro se aproximou de amigos que não gostavam de cocaína, mas sim de maconha e LSD, o que, segundo ele, ajudou a ter outra relação com drogas. Pouco a pouco, as bebedeiras o instigavam a sair sozinho em busca do pó que o completava.

Algo que nos chama atenção nesse período é a solidão, como um corpo desenlaçado vagando no vazio. O uso solitário em que ele e a cocaína formavam um par-bolha impenetrável, mas também busca solitária por modos de modular seu uso, pois a abstinência era apresentada como único modo de viver com drogas. Cupinzeiro aceitou a internação, estava aberto a repensar seu uso, reconhecia que o modo que vinha usando destoava da intensidade das primeiras experiências, mas buscava incansavelmente uma regulação possível.

Méllo (2017), em diálogo com Foucault, propõe pensar o imperativo da abstinência como renúncia a si, “em troca de uma verdade universal de pureza” (p. 98). A saga de Cupinzeiro por internações e grupos de NA que impunham o reconhecimento de si como *adicto* com necessidade de abstinência, e, sua insistência em buscar outros modos de viver com drogas, nos fazem pensar na resistência ao enquadramento universal e na ausência de práticas de cuidado que possibilitassem regulações sem abrir mão do prazer (MÉLLO, 2017).

Diferente do discurso moral-cristão-científico, de que é preciso ficar sóbrio-puro-razoado para pensar a vida e conhecer a si, Méllo (2017) aponta a regulação dos prazeres com foco no sujeito (não na droga) como direção do cuidado, regulação que possibilita o efetivo desfrute dos prazeres, não sua abolição. Entrelaçando a estratégia política da Redução de Danos com a ética cínica<sup>85</sup>, Méllo (2017) afirma “o uso de substâncias psicoativas associadas à RD como um modo de encontrar satisfação sem abrir mão do prazer” (p. 100).

---

<sup>85</sup> “Vocês sabem que, no cinismo, tratava-se de chegar, por um trabalho contínuo sobre si mesmo, a um ponto em que a satisfação das necessidades seria exatamente realizada, sem que haja o que quer que seja de concessão ao próprio prazer. Em contraposição ao que propõe certa perspectiva cristã onde há a ‘redução de todo prazer’. Ou antes, a fim de obter o máximo de prazer com o mínimo de meios, o cínico praticava uma forma de alimentação reduzida. Reduzir a alimentação, reduzir o que se come e o que se bebe a essa comida e a essa bebida elementares que dão o máximo de prazer com o mínimo de custo, o mínimo de dependência, era em suma o que era buscado no cinismo. Com o cristianismo, tem-se algo diferente, porém. Tem-se a mesma ideia de que é preciso buscar o limite, mas esse limite não está de modo algum num ponto de equilíbrio entre o máximo de prazer e o mínimo

Caso utilizemos estratégias de RD para inquietar a “consciência” de alguém com o único intuito de que mude de posições diante do consumo da droga, estamos sob a égide do “conhece-te a ti mesmo” socrático. De modo totalmente contrário, se utilizamos estratégias de RD na perspectiva do cuidado cínico, cabem questionamentos, como os dos cínicos mais “radicais, mais extensos” sobre “conjunto de costumes”, “valores culturais” que precisam ser “atacados ou tocados” (GROS, 2011, p. 311), porém, para ampliar a vida e não para restringi-la. Com isso quero dizer que o cuidado cínico remete aos alívios de sofrimentos, a um compromisso coletivo de questionar valores e entender que nossos prazeres regulados estão menos relacionados às leis ditadas pelo Estado e mais ao cuidado de si e de outrem (MÉLLO, 2017, p. 102).

Cupinzeiro narra o *segundo tempo* de sua experiência com drogas como uma fase de relutância contra a norma da abstinência: “eu era teimoso”, “queria tentar do meu jeito”, “eu era cabeça dura”, “eu não estava no propósito”, “era culpa minha”. Vemos aqui um Cupinzeiro em luta por produzir modulações de seu uso de modo singular, mas também a força do “dispositivo de culpabilização” (MÉLLO, 2017) recaindo sobre ele a cada exagero. Foram mais de cinco anos em que ele buscou modos de vida que incluíssem o prazer advindo do uso de drogas, dentre os quais foi o período com amigos que consumiam maconha e LSD o momento em que ele relata ter vivenciado uma experiência de conexões, ou, uma *experimentação vital* (DELEUZE, 1991).

Mélló (2017) afirma que o dispositivo da culpa “parece ser o dispositivo predominante em relação ao uso de drogas” (p. 45), pois incide sobre aqueles que não seguem as prescrições biomédicas para uma vida saudável.

Um dos argumentos possíveis em defesa das normas seria aquele que afirma que com saúde a pessoa pode aproveitar mais a vida, divertir-se etc. Mas, e se alguém acha que aproveitar a vida é fumar e beber na quantidade que julgar ser o seu prazer, entendendo que desta forma vai aproveitar a vida? Em outras palavras: e se alguém optar por ter o direito de viver uma vida sob risco? A reação mais comum seria a de um “julgamento moral”, exatamente porque desrespeita preceitos estabelecidos e considerados normais pelo hábito (MÉLLO, 2017, p. 47).

Articulando o dispositivo da culpa, bebemos da diferenciação feita por Ricardo Mello entre a “lógica da escolha” e a “lógica do cuidado” (MOL, 2008, *apud* MÉLLO, 2018)<sup>86</sup>. Segundo a leitura de Mello, a “lógica da escolha” se inscreve em uma relação mercadológica entre pacientes-ignorantes e especialistas-sabedores, na qual “os profissionais de saúde, na sua compulsividade em crer no desenvolvimento progressivo da ciência (...), estabelecem uma

---

de meios [danos]. Será, ao contrário, a redução de todo prazer, de tal modo que nem a alimentação nem a bebida nunca provoquem, em si, nenhuma forma de prazer” (FOUCAULT, 2011, p. 280, *apud* MÉLLO, 2017, p. 100).

<sup>86</sup> MOL, Annemarie. The logic of care: health and the problem of patient choice. London New York: Routledge, 2008, *apud* MÉLLO, 2017.

relação com aqueles que nada conhecem (usuários/pacientes) em um tom de ameaça” (p. 69); portanto, uma “escolha obrigatória”, que implica em culpabilização, caso não seja acatada.

Em contraposição à “lógica da escolha”, a “lógica do cuidado” é “localizada na vida prática cotidiana” (p. 70), rompendo com padrões universais que prescrevem UMA vida saudável e reconhecendo o corpo ativo e singular, abrindo o campo do cuidado para invenção de estratégias localizadas e múltiplas. Nesse sentido, escutamos o sofrimento de Cupinzeiro em sua travessia solitária na busca de produzir normatividades próprias e singulares, enfrentando as normas do campo da saúde – ao viciado prescreve-se abstinência –, porém sem encontrar relações de cuidado que proporcionassem pensar a si incluindo riscos e prazeres. Não lhe foi apresentada a possibilidade de *regular-si*<sup>87</sup>: “fique abstinente ou arque com suas escolhas!”

Antes de adentrarmos no terceiro tempo da experiência, vale destacar que as quatro internações de Cupinzeiro foram narradas de modos e com sentidos diferentes. A primeira foi uma Comunidade Terapêutica para adolescentes, na qual ele destacou a espiritualidade, a rotina rígida, as punições chamadas de “educativas” (bater enxada no horário livre) quando transgredia e a convivência com meninos que vinham da Fundação CASA, os quais traziam códigos e modos de protestar aprendidos na privação de liberdade: as rebeliões. A segunda foi logo na sequência – quando ele foi expulso –, um tempo curto em que conviveu com adultos caracterizados por ele como “bem comprometidos”, mas uma passagem que “tirou de letra”, depois de ter passado pela primeira: “não era um SPA porque não tinha luxo”. A terceira foi em uma Comunidade Terapêutica fundada por membros do NA, na qual ele destacou as relações de amizade-irmandade e a construção de um projeto coletivo:

Em 2009 o pessoal do NA me internou em uma outra Comunidade Terapêutica. E foi maravilhoso, de verdade! Os caras seguiam os 12 passos de NA. Foi maravilhoso porque eu tava nesse estado e não tinha mais como, eu já tava num ponto que eu queria parar de usar droga, não dava mais. (...) Eles tavam começando a clínica, tinha pouca gente, fomos ajudando. Era uma chacinha, bem pequenininha, bem bonitinha, *old school* mesmo. Um negócio bem no meio do mato. E a gente se tornou uma família ali. Eu realmente queria mudar, então fiz de lá o meu céu. Tinha pessoas ali que eu considerava irmão. E a gente fazendo parte, ajudando aquele lugar começar. O tratamento era de 4 meses, eu fiquei 5. Consegui afastamento do trabalho, então eu conseguia pagar a internação com meu dinheiro, com o dinheiro do meu salário, do INSS. Foi maravilhoso, eu agradei a Deus por estar ali. Foi muito intenso, um momento muito legal. (Cupinzeiro: transcrição)

<sup>87</sup> Ricardo Mélo (2017) utiliza a expressão *regular-si* como retorno à gula na ética cínica, que ao invés de orientada pela renúncia dos prazeres, é orientada pela inclusão dos prazeres e aposta na invenção de modos de vida imprevisíveis. Importante destacar que Mello retoma Foucault em sua afirmação de que a arte de si necessita de uma relação com o outro, um outro que fale franco. (FOUCAULT, 2011, *apud* MÉLLO, 2017).

Minha vida pessoal me levou a conviver com uma importante Comunidade Terapêutica no interior de São Paulo, o que me faz sensível a diversos elementos desta oferta de cuidado para pessoas que sofrem *com* o uso de drogas. A impossibilidade de ignorar relatos de vidas destroçadas e desenlaçadas, que encontraram esteio ao experienciar um período de vida nesta comunidade, me fez produzir reflexões para além das críticas advindas da minha formação antimanicomial.

Considero que a ideologia proibicionista se impõe quando a internação visando abstinência é a única alternativa-investimento de governantes que almejam um passe para a salvação e alcance de um mundo sem drogas. No entanto, minha trajetória me faz reconhecer possibilidades de cuidado em comunidades terapêuticas para pessoas que escolhem passar um período em ambiente coletivo apartado do consumo de psicoativos, desde que o foco esteja no sujeito e seja garantida a vida em comunidade e a horizontalidade das relações, respeitando os direitos humanos e sociais previstos em nossas legislações e, principalmente, reconhecendo que cada sujeito é autor de sua trajetória.

“Comunidades”. Infelizmente não se sabe mais o que sejam as comunidades. A comunidade terapêutica nasceu a seu tempo como experiência de promoção da subjetividade das pessoas, como promoção e reflexão coletiva, e de valorização de histórias subjetivas compartilhadas, posta em intercâmbio de protagonistas.

Era uma espécie de cena, de cenário, no qual se viam recuperadas as dimensões individuais, pessoais, em uma relação de troca no interior do grupo e, assim, estas experiências viam-se valorizadas (ROTELLI, 1991, p. 73).

Pensar que pessoas sofrem *com* o uso de drogas e não *em decorrência* dele é partir da premissa do *pharmakón* grego, ou seja, de que o remédio ou o veneno não está na substância em si, mas em sua dose e combinações. Pensar as práticas de cuidado também enredadas, não de modo isolado e polarizado, me parece um caminho necessário na busca por melhor articular a multiplicidade de demandas e ofertas para pessoas que sofrem *com* (não pelo) o uso de drogas. Nesse sentido, apenas sinalizo que considero importante que sejam ampliadas as pesquisas acerca do cuidado que se produz ou se poderia produzir nas chamadas Comunidades Terapêuticas. Não posso ignorar tantos relatos que escutei de vidas (re)enlaçadas na comunidade, ainda que sob a égide do discurso moral que produz o universal “adicto em recuperação”.

Após a terceira internação, Cupinzeiro ficou 10 meses abstinente, mas disse na conversa-entrevista que ainda queria achar “sua fórmula”: “Nesse momento, eu já falava: porra, cocaína é o diabo. Mas bebida: será que não dá pra tomar um ou dois goles?”. Voltou a usar

“de leve” até conhecer uma “adicta em recuperação” por quem se apaixonou, viveu uma relação intensa na qual ambos viviam em abstinência até ela engravidar e perder o feto no mesmo momento em que Cupinzeiro perdeu o emprego, ela decidiu a separação: “Descambou minha vida, voltei a usar, sofri, foi um ano horrível 2010. Eu não tava mais sentindo vontade de viver. Mesmo quando eu tentava ficar limpo eu já não achava mais um sentido na vida”.

Uma paixão ou um amor se cura com outra/o, diz a sabedoria popular. Raramente sugerimos a alguém que sofre um “mal de amor” que restrinja suas relações. Ao contrário, oferecemos várias outras possibilidades. Apresentamos-lhe novas pessoas, o convidamos para eventos, atividades. Tentamos abrir outras possibilidades de escolha. (...) Idas e vindas no consumo e dependência às drogas são também comuns. Há que suportá-los (TOROSSIAN, 2013, p. 370-371).

Sozinho, Cupinzeiro buscou a quarta internação para desintoxicar, ficou um mês e saiu frequentando os grupos de NA com assiduidade, fazendo amizades e participando de eventos, porém “usando uma droguinha de vez em quando”. Quando conheceu sua atual esposa ele teve medo de perder mais uma relação, mas também encontrou sentido na abstinência, ao vislumbrar uma vida compartilhada:

A gente começou a namorar e eu usei uma vez. Fiquei mal pra caralho. Ela curte tomar uma, é doidona, se diverte. Mas ela não tinha contato com droga, não sabia como lidar e ficou desesperada, mas acreditou em mim. Foi o momento que eu falei: não dá mais. Eu falei assim: pô, cê já tentou de tudo, sabe, tipo, fazer do seu jeito, de diversas maneiras. Mais uma vez, você tá conhecendo uma pessoa legal. Vamos mudar agora ou vai continuar nessa pro resto da vida? Se não, já fica nessa pro resto da vida, desencana de recuperação, se entrega. Aí falei: não, chega! Eu vou fazer o que tem que fazer, vou fazer do jeito que o NA me sugere. (Cupinzeiro: transcrição)

O terceiro tempo da experiência de Cupinzeiro é o da produção de novos enlaçamentos e de um modo de viver abstinente de álcool e outras drogas ilícitas. Quando conheceu sua atual esposa, o medo de perdê-la fez com que ele optasse pelas prescrições do NA. A força das relações é algo que novamente comparece: relação amorosa que o fez buscar um modo de viver sem drogas; e a busca por grupos de mútua ajuda, onde a identificação coletiva e a troca das experiências têm papel fundamental.

A química é um dos nomes da droga. Mas a química é, também, um dos nomes da atração. Não tem química, diz quem busca explicações para a falta de paixão. (...) O hábito nas relações é, por outro lado, um tipo de relação comumente encontrada no amor e em quem consome drogas. Hábito para momentos ou circunstâncias específicas, de lazer, trabalho, ansiedade, solidão (...). Às vezes os casais em processo de separação precisam se distanciar, sem manter qualquer tipo de contato. Também isso acontece com as paixões químicas. Mas precisa ser uma escolha e não uma

imposição. Na imposição, o efeito é breve. Uma escolha acompanhada pela amizade, pela paciência e pela parceria de quem disponibiliza um suporte abre caminho para novas escolhas (TOROSSIAN, 2013, p. 369-371).

Cupinzeiro ressaltou que não faz sua recuperação por ela, mas sim por ele, uma escolha que nos parece impulsionada pelo amor e pela amizade da companheira, pelo desejo de compartilhar a vida íntima, “é nesse campo compartilhado que o sujeito faz a experiência de inventar-se e inventar o mundo” (ROSA; VICENTIN; CATROLI, 2009, p. 62). Não pretendemos aqui discurrir uma análise das motivações para abstinência, ou mesmo cair no julgamento moral da experiência em escala evolutiva, mas sim pensar que novos enlaces e forças atravessam o modo de viver com álcool e drogas ilícitas, sem consumi-las.

Em diversos momentos da conversa-entrevista, Cupinzeiro apontou que segue transgredindo algumas normas do NA, em especial a *evitação* de hábitos, lugares e pessoas que tenham relação com o “tempo de ativa”<sup>88</sup>. Alguns destaques: “minha mulher curte tomar uma, é doidona, se diverte”, “eu vou ao mercado comprar bebida para ela”, “continuo indo nos churrascos da galera e tomo meu energético”, “até vou junto com amigos que querem fumar maconha na minha casa, só peço para ser no quintal”, “meus amigos de verdade estão felizes de me ver bem”.

A proposta terapêutica dos grupos de ajuda mútua (...) é de certa forma bastante simples: sugere-se que esses indivíduos mudem radicalmente de vida com o intuito de se manterem em abstinência total do uso de qualquer substância, além de sugerir que levem uma vida permeada por valores positivos como honestidade, espiritualidade e solidariedade. O grande problema é justamente a dificuldade que qualquer pessoa, não necessariamente um “dependente químico”, tem de mudar radicalmente sua maneira de agir no mundo. Esse rompimento ou transformação dificilmente acontece da noite para o dia ou sem o apoio de outras pessoas ou instituições, pois os humanos são animais essencialmente sociais e precisam se espelhar e se relacionar com outros humanos para respaldar ou contrariar suas ações e decisões (LOECK, 2009, p. 70).

Em pesquisa etnográfica em grupos de Narcóticos Anônimos no município de Porto Alegre, Jardel Fischer Loeck (2009) afirma que os grupos de ajuda mútua, integrados apenas por aqueles que se identificam com a condição a ser tratada (sem profissionais da saúde), “partem de um pressuposto essencial: o de que a identificação e o compartilhamento de experiências entre pessoas acometidas por uma mesma condição tem grande valor terapêutico” (p. 63). Cupinzeiro e Águia, nas conversas-entrevistas, narraram a importância da *irmandade*

---

<sup>88</sup> Na linguagem do NA, o tempo da ativa é o tempo em que consumiam drogas, antes de estarem em recuperação-abstinência.

no processo de recuperação, o que nos remete à imbricação entre amizade e fraternidade ancorada na igualdade (PRIMO; ROSA, 2015).

Ao analisar os “textos básicos”, ou, “a literatura de recuperação”, Loeck (2009) destaca a escrita também direcionada à produção de pertença, “falando sempre de um ponto de vista coletivo e inclusivo, através do pronome ‘nós’” (p. 87). Outra estratégia de identificação que merece atenção é como “quem escreve” se coloca como igual a “quem lê”, sem separação categórica: “nós, os adictos em recuperação”.

Apesar do evidente cunho moral embutido nas prescrições<sup>89</sup> do NA e no modo como é fomentada a prática confessional, não é nosso objetivo discuti-las aqui como enunciados gerais, mas sim indagamos como a participação na *irmandade* engendrou a experiência de Cupinzeiro com drogas. “A narração das histórias pessoais ajuda a moldar o discurso do grupo enquanto uma comunidade narrativa, e ao mesmo tempo este discurso institucional influencia na interpretação que cada um tem da sua própria trajetória” (LOECK, 2009, p. 75).

Ao escutar Cupinzeiro, notamos uma ressignificação de sua trajetória, à luz dos preceitos do NA: “no fundo sempre tive uma questão de vício<sup>90</sup>, antes da droga eu era viciado em futebol”, “eu demorei para reconhecer que tenho uma doença”, “você sabe, né, a parada é crônica, progressiva e incurável”, “naquela época eu ainda não estava no propósito da recuperação”. A decisão de “agora vou fazer como o NA me sugere”, incluiu seguir o caminho dos doze passos, incorporar noções como *adicto, a recuperação, limpo, recaída* (LOECK, 2009) e frequentar o grupo com assiduidade por anos (hoje vai esporadicamente e na conversa-entrevista lamentou que precisava retomar a frequência de outrora), porém vimos que atualmente Cupinzeiro não segue com rigidez o pilar da *mudança radical de comportamentos*.

Ao apresentar quatro histórias de vida, Loeck (2009) destaca que “para alguns participantes o NA pode realmente se tornar o *centro* norteador de suas ações, para outros não” (p. 143).

O principal objetivo desta empreitada [histórias de vida] foi demonstrar que os membros desse grupo, apesar de compartilharem uma experiência negativa e marcante em suas vidas, uma doença dita incurável, desenvolveram-na, interpretaram-na e

<sup>89</sup> O NA sugere a participação nas reuniões para compartilhamento das experiências, mas também um caminho individual – apoiado no/pelo grupo: os doze passos: “resumidamente, os passos levam o indivíduo a se reconhecer como um doente incurável, a se submeter a um poder maior que ele próprio como condição de ‘vivenciar a recuperação’, a refletir sobre os erros que cometeu durante a fase crítica de sua doença, e a transmitir a mensagem de ‘recuperação’ para outros na mesma condição” (LOECK, 2009, p. 72).

<sup>90</sup> Segundo Loeck (2009), a principal ruptura do NA com o AA foi na definição da doença: enquanto no AA “precisa-se admitir a impotência perante o álcool”, no NA “admite-se a impotência perante a adicção” (p. 92).

lidaram com ela de maneiras bastante particulares, diferentemente do que se poderia pensar ao abordar os membros de forma homogênea (LOECK, 2009, p. 48).

“Simplesmente ‘ficar limpo’ não quer necessariamente dizer a mesma coisa que ‘vivenciar a recuperação’ nos termos praticados pelo NA”, nesse sentido, talvez hoje Cupinzeiro esteja limpo, mas não “vivenciando a recuperação nos termos praticados pelo NA” (LOECK, 2009, p. 93). Nossa conversa-entrevista centrou-se na(s) experiência(s) de uso adolescente e aprofundar em sua participação no NA exigiria outros encontros com esse foco, porém, ao narrar sua trajetória, Cupinzeiro jovem-adulto ressaltou a importância de sua esposa e da *irmandade* em sua escolha e sustentação, para hoje viver sem consumir álcool e drogas ilícitas.

Ao final da conversa-entrevista, Cupinzeiro disse agradecer a intensidade do vivido, ressaltando que, em especial, os dias e noites que passou em biqueiras, a venda de tudo para consumir cocaína e a imersão em seu *buraco negro* – “o drogado fabrica suas linhas de fuga ativas. Mas essas linhas se enrolam, se põem a girar nos buracos negros, cada drogado tem seu buraco, grupo ou indivíduo, como um caracol” –, foram experiências que hoje o fazem “ser feliz com pouco” (DELEUZE, 1991, p. 65). A fala sorridente “agora preciso de pouco [consumo] para ser feliz”, com ênfase nas necessidades básicas e nas relações de amor e amizade, em detrimento do consumo desenfreado, nos faz lembrar o trecho em que Mélló (2017) afirma: “Assim a vida do ‘drogado de rua’ é também potência política que propõe a toda uma cidade que repense suas relações com a vida” (p. 103).

### 4.3 Mago

Aqui estamos nós,  
caminhando rumo ao nada,  
de braços dados no escuro do futuro,  
sem lógica, nem razão.  
Sentindo o sol ardendo a alma,  
mas ainda sem compreender o motivo disso tudo.  
Estamos de passagem,  
mas causando muito nessa fração de segundo da existência humana no universo.  
Seres prepotentes e destrutivos,  
mas que muitas vezes se mostram frágeis e acanhados.  
Me digam para onde vamos  
e qual será o próximo Cristo ou Buda que mudará os rumos da nossa percepção.  
Me levem para o todo, me mostrem a luz, me deixem sair daqui.  
Vamos para o espaço, vamos transcender as matérias e existir na essência da  
energia, no amor e na unidade da nossa espécie.  
Tenha perguntas, muitas perguntas, questionem tudo, saiam do óbvio.  
Tentem encontrar um outro ponto de vista.  
Siga seu caminho e faça acontecer.

Aja duas vezes antes de pensar.  
 O segundo que acaba de passar foi único,  
 assim como o de agora.  
 (MAGO, 2001<sup>91</sup>)

Fui um adolescente metamorfósico.  
 Estranhava meu próprio corpo.  
 Pinte o cabelo de azul, coloquei piercing, circulei pelo estilo metal, reggae,  
 gostava até de me cortar fazendo símbolos com estilete na pele em que eu habitava.  
 Gostava das alquimias com alimentos, bebidas e cedo comecei a experimentar substâncias que alteravam minha percepção.  
 Ter uma experiência interessante com drogas exige um roteiro:  
 um cenário, uma trilha sonora, personagens e uma história para decolar.  
 Leituras como Castañeda,  
 Diário de um Mago,  
 Eram os Deuses Astronautas... marcaram minha adolescência!  
 Assim como músicas de rock, reggae e as psicodelias do Yes e Pink Floyd.  
 Sempre vivi o uso de drogas como uma experiência mística,  
 que abria portas para enxergar o mundo sob outros prismas.  
 Eu era fissurado em desenhar portas com um olho dentro!  
 Vamos usar e ficar aqui olhando um pra cara do outro,  
 ou vamos fazer algo para que seja uma experiência diferente?  
 Estica uma cartolina pra desenhar,  
 vamos pedalar até o topo da montanha,  
 viajar nas mensagens que vêm da natureza,  
 construir alguma coisa  
 ou ouvir uma música viajeira em alto e bom som!  
 Eu me sentia uma entidade quando usava psicodélicos:  
 Um ser supremo,  
 Dotado de sabedoria especial  
 Capaz de me conectar com humanos e não humanos.  
 No início, pessoas mais velhas abriram as portas para que eu adentrasse no mundo mágico das drogas,  
 depois eu mesmo passei a ser guia de outros, as minhas viagens envolviam o grupo.  
 Foram pesados os estigmas, eles me aprisionaram  
 e eu vesti a carapuça do personagem que inventaram de mim.  
 Raivoso com os julgamentos, me tornei temido nos meios elitistas,  
 assim eu impunha respeito.  
 Diziam que eu não ia dar em nada.  
 Aos 17 anos, meus pais perceberam que eu andava na corda bamba  
 e me puxaram para a alquimia dos alimentos,  
 fui trabalhar em um restaurante que costumávamos frequentar.  
 Me apaixonei pela arte da gastronomia, fui estudar e trabalhar com paixão.  
 Quando descobri paixão e potência no trabalho,  
 fiz todos que falaram de mim morderem a língua  
 e me tornei um caso surpreendente.  
 Hoje sou empresário e acho que tudo que vivi me faz encontrar soluções fora das caixinhas e ter uma amplitude e plasticidade emocional para situações de tensão.

\*

Mago ressaltou a adolescência como fase de descobertas e experimentações na construção de um “estilo pessoal”. Do latim, *stilus* era uma pequena haste utilizada para escrever e, nos dicionários de português, a palavra designa um modo especial de fazer, ou, poderíamos pensar, de experimentar-se no mundo. Consideramos importante trazer essa

---

<sup>91</sup> Este texto foi escrito por Mago quando tinha 16 anos.

definição, pois as experiências com drogas na adolescência de Mago foram narradas como um exercício de si marcado por conexões, referências e invenções no campo das artes, - em especial a literatura, os desenhos, esculturas e a música -, do corpo - caminhadas, pedaladas, momentos de introspecção, alterações da imagem de si -, e da circulação por lugares - em especial aqueles em que se conectava com a natureza.

Ao estudar as condições em que o ser humano problematiza a si e ao mundo, Michel Foucault (2004) estudou a cultura grega e greco-latina, chamando de “artes da existência” o conjunto de “técnicas de si” que foram praticadas na antiguidade:

Estas devem ser entendidas como práticas relacionais e voluntárias pelas quais os homens não apenas determinam para si mesmos regras de conduta, como também buscam transformar-se, modificar-se em seu ser singular, e fazer de sua vida uma obra que seja portadora de certos valores estéticos e que corresponda a certos critérios de estilo (FOUCAULT, 2004b, p. 193).

A experimentação de Mago passou por andanças entre grupos e tribos, intervenções no corpo (pintar o cabelo, fazer *dread*, furar o nariz, traçar símbolos com estilete no braço), viagens à natureza, leituras e músicas que o levassem ao além. Além dos códigos e normas instituídas – “tentem encontrar um outro ponto de vista”, ao mesmo tempo em que afirmou uma inquietação acerca do que era “ser adulto-norma”: “tem uma mística no que é ser adulto, o que eles fazem no trabalho, como eles pensam, por que eles sabem mais do que a gente?”.

Desviando-se da moral, ou, do “conjunto de valores e de regras de conduta que são propostas aos indivíduos e aos grupos por meio de diversos aparelhos prescritivos, como podem ser a família, as instituições educativas, as Igrejas, etc.” (FOUCAULT, 2004b, p. 205), Mago “*experimentava-si*” através do uso de drogas, da escrita de si, da expressão em desenhos, da música (tocada e escutada), e das pedaladas até os lugares mais longínquos. Desde a primeira vez em que usou maconha, houve uma produção da experiência que envolvia conexões com outros regimes de sensibilidade: “na primeira vez já imaginávamos qual seria a brisa, então compramos um pacote de bolachas e preparamos filmes de comédia”.

Quando escutamos Mago e seus amigos aguardando a chegada da *larica*<sup>92</sup> e das gargalhadas, lembramos Becker (2019), acerca do processo de aprendizagem para “atingir o barato”, o que envolve a técnica, a percepção dos efeitos e o prazer pelos efeitos. Na narrativa de Mago, essa primeira experiência foi *preparada* a partir de saberes transmitidos por outros usuários de maconha: decidiu experimentar com dois amigos, fizeram um pacto de que seria

---

<sup>92</sup> Gíria que significa a fome desencadeada pelo uso de maconha.

uma única vez, arranjou um cara mais velho que vendeu o baseado já enrolado, compraram bolachas, selecionaram filmes de comédia e foram ao sótão de uma casa. Não sentiram nada, mas também já sabiam que de modo geral o barato não é atingido na primeira vez.

Esses acontecimentos, o ‘barato’, a ‘viagem’, a ‘onda’, não vêm de graça. Eles precisam ser meticulosamente preparados, inclusive material e tecnicamente. (...) do ponto de vista do usuário, é necessário ‘descolar’ a droga, (...) o que já supõe a existência de cadeias de produção e de redes de distribuição, bem como a relativa habilidade dos usuários em circular por elas (...), é necessário arranjar (...) o local e/ou a situação propícia ao consumo. É necessário ainda saber preparar e usar a droga (...), assim como dispor dos conhecimentos e meios técnicos necessários ao uso, tais como saber de que modo administrar a droga (...), e quais são as doses necessárias, sem as quais não há ‘onda’, e suficientes, além das quais a ‘onda’ desanda, dependendo do caso na forma de overdose (VARGAS, 2006, p. 593-594).

Ao escutar a sequência dos relatos, podemos pensar que, desde a primeira experiência havia um modo como Mago produzia – para si e com outros – as experiências com drogas: a “preparação da viagem”, que envolvia os saberes materiais e técnicos, mas também o que ele denominou um “roteiro”. Ao dizer que “para ser uma experiência interessante, precisa ter um roteiro” e que para ele o uso de drogas sempre envolveu uma “mística”, vemos outros saberes engendrando as experiências, em especial aqueles advindos das leituras de Carlos Castañeda<sup>93</sup>, autor lido por ele em sua adolescência. Nesse sentido, não foram as substâncias em si que ganharam destaque em sua narrativa, mas os agenciamentos que produziam o roteiro.

No texto “Como criar para si um corpo sem órgãos?”, Deleuze e Guattari (2012) apontam que Castañeda “descreve uma longa experimentação (pouco importa que se trate de *peyotl* ou de outra coisa)” (p. 27, grifo nosso), destacando no livro *Histórias de Poder* a “distinção viva do ‘Tonal’ e do ‘Nagual’” (p. 28). O tonal é “tudo o que é organizado e organizador; (...) significante e significado, tudo o que é suscetível de interpretação, de explicação, tudo o que é memorizável, sob a forma de algo que lembra outra coisa” (p. 28).

E, no entanto, o tonal é apenas uma ilha. Porque também o *nagual* é tudo. E é o mesmo todo, mas em condições tais que o corpo sem órgãos substitui o organismo, a experimentação substitui toda interpretação da qual ela não tem mais necessidade. Os fluxos de intensidades, seus fluidos, suas fibras, seus contínuos e suas conjunções de afectos, o vento, uma segmentação fina, as micropercepções substituíram o mundo inteiro do sujeito. Os devires, devires-animais, devires moleculares, substituem a história, individual ou geral (DELEUZE; GUATTARI, 2012, p. 28).

<sup>93</sup> Escritor e antropólogo que escreveu livros autobiográficos narrando suas experiências com plantas alucinógenas em companhia e partilha de saberes com o *bruxo* indígena conhecido como Don Juan. Ao disseminar – em livros – os saberes transmitidos pelo mestre Don Juan, Castañeda tornou-se uma referência para muitos/as que buscam experiências alucinógenas como caminho para compreensões do mundo e da existência que transcendam as explicações da razão.

Os relatos de Mago e seu escrito adolescente – “me levem para o todo, me mostrem a luz, me deixem sair daqui” – nos fazem pensar em experimentações com drogas que buscavam (in)certa desorganização de si, abrindo seu corpo à passagem de intensidades com uma “dose de prudência” (DELEUZE; GUATTARI, 2012). Ao qualificar sua busca por uma “experiência interessante”, Mago traça uma diferenciação entre modos de experimentar drogas (interessante e não interessante) e, ao enunciar o *roteiro* para o “modo interessante”, ele nos fala da *prudência*, que não pode ser medida na quantidade ou qualidade da substância, mas na criação do plano de consistência, no qual as alterações de si entravam em conexões com outros agenciamentos.

Não é que a droga me fazia criativo, minha criatividade potencializava uma brisa bacana. E a gente tá carregado dos livros que leu, dos filmes que assistiu. Eu li muito na minha adolescência e tenho os livros que marcaram minha adolescência: O Diário de um Mago; A Erva do Diabo; Eram Os Deuses Astronautas; E teve o que foi para o Machu Picchu, que fala sobre as energias. Os livros também foram encaixando essa coisa da mística, das trocas energéticas, da criatividade, das experiências sensoriais. Acho que também levaram para esse lado mais interessante da coisa. (Mago: transcrição)

Ainda sobre a construção de um *roteiro* para ser/ter uma experiência interessante, articulamos a noção de “uso ritualmente controlado de psicoativos” (MCRAE, 2009) com a arte de produzir um roteiro cinematográfico. Ao analisar o uso ritual de substâncias psicoativas na religião do Santo Daime, McRae (2009) destaca elementos – uniforme, atividades, postura corporal, música (ritmo e letra) – que configuram um uso “regrado e seus efeitos, tanto em nível pessoal quanto social, são modelados de maneira a reduzir os riscos que possam apresentar e a otimizar seus resultados” (p. 27).

Sempre tem um roteiro: vai todo mundo ficando louco, alguém fala alguma coisa engraçada, alguém bota uma linha de discussão, mesmo que não seja falado, tem alguma coisa acontecendo, uma troca de energias. Eu sempre tendia a assumir um protagonismo nesse sentido de liderar a viagem, puxar a viagem dos outros, em especial para coisas místicas. E muita música! Que no final eu acho que é o que dá a viagem gostosa. (Mago: transcrição)

No caso dos roteiros, muitas vezes encabeçados por Mago, para guiar a viagem no grupo de adolescentes, não havia uma “estrutura social hierarquizada, na qual são veiculados valores doutrinários”<sup>94</sup>, mas sim a sugestão de um cenário-local, um modo de uso, uma trilha sonora (música ou natureza) e uma atividade, elementos que se repetiam na (des)organização

<sup>94</sup> McRae (2009) descreve tal estrutura ao analisar rituais da religião Santo Daime.

da “experiência interessante”, com ampla variação e abertura ao imprevisível (MCRAE, 2009, p. 27).

O mais importante para entender a presente concepção do processo de criação do roteirista é pensar o roteiro como uma obra aberta, um organismo vivo e proliferante cuja construção se edifica e se transforma através do cruzamento de diversos sujeitos – e sujeitos diversos – que de alguma maneira tocam roteiro com seus pensamentos, ideias e subjetividade (...). No roteiro as linhas de desterritorialização se formam quando ele se abre à entrada de ideias vindas de fora, isto é, vindas de seu compartilhamento e troca com outros sujeitos ou simplesmente derivadas do observar ao redor, do estar atento às coisas que de alguma forma concernem à sua história e ao seu discurso. Essas linhas entram em contato com a estrutura predefinida pelo roteirista e vão, em maior ou menor grau, modificando a narrativa [experiência]. (NUNES, 2019, p. 228-229).

Nesse sentido, a busca por uma “experiência interessante” pode ser pensada nos termos da *experimentação vital* (DELEUZE, 1979), na qual se reduzem riscos e danos por escapar da captura pelo modo de subjetivação capitalístico, em que a droga se torna um mero produto a ser consumido. Como *experimentação vital*, o uso roteirizado garantia a ampliação de conexões, que agenciavam uma experiência de si, produzida coletivamente e aberta ao inusitado.

Me levem para o todo, me mostrem a luz, me deixem sair daqui / Vamos para o espaço, vamos transcender as matérias e existir na essência da energia, no amor e na unidade da nossa espécie / Tenha perguntas, muitas perguntas, questionem tudo, saiam do óbvio / Tentem encontrar um outro ponto de vista / Siga seu caminho e faça acontecer / Aja duas vezes antes de pensar. (MAGO, 2001).

Eduardo Vargas (2006), ao propor pensar a “onda” com drogas como “evento”, aponta “o paradoxo do êxtase ou do evento ‘onda’ das drogas: fazer de tudo (ou quase tudo) para acontecer algo que nos escape desde o início” (p. 600). Nossa convivência com a galera e proximidade com Mago no período da adolescência nos permite afirmar que ele era uma liderança no grupo, em especial por seu modo sensível, afetivo e inventivo de experimentar outros de si nos eventos de alteração da percepção, ou, de *alter-ação* “como ação de outrem e como diferenciação intensiva” (VIVEIROS DE CASTRO, 2001, *apud* VARGAS, 2006, p. 615)<sup>95</sup>. Muitas vezes, ele trazia ideias que engendravam viagens ao além, movimento que todas/os buscávamos em nossos encontros.

E em que medida é possível e adequado considerar a ‘onda’ como um evento? É que, como todo evento, esse também tem de ser feito, vale dizer, minuciosamente fabricado

---

<sup>95</sup> VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. A propriedade do conceito. Caxambu: Texto apresentado na reunião anual da ANPOCS, p. 16, *apud* VARGAS, 2006, p. 615.

e realizado; ainda como todo evento, seus resultados são imprevistos e, de um modo ou de outro, escapam àquilo que os condicionam e introduzem alguma surpresa, diferença ou alteração. Ainda como todo evento, a ‘onda’ é algo que passa, que se passa. E o que (se) passa com a ‘onda’ é um ‘estalo’, uma ‘alteração’ da percepção, uma ‘fruição por outros estados de percepção’, uma ‘percepção intensa’, uma ‘intensificação da percepção’, ‘uma maior intensidade de percepção da vida’, uma alteração que faz que os momentos sejam vividos ‘intensamente’ (VARGAS, 2006, p. 592).

As experiências lisérgicas eram as preferidas de Mago e as destacadas por todas/os as/os entrevistadas/os como potencialmente produtoras de conexões intensas e imprevisíveis, abrindo portas que alteram as percepções de si e do mundo mesmo depois do efeito passar. Em revisão da produção científica acerca dos conceitos e potenciais terapêuticos de substâncias psicodélicas, Escobar e Roazzi (2010) discutem suas distintas nomeações: *alucinógeno*, *psicodélico* e *enteógeno*.

Alucinógeno é o termo psicofarmacológico para agentes capazes de alterar a percepção, humor e cognição, sem a base existencial do objeto da percepção. “Dessa forma, o sentido de alucinação como efeito principal provocado por essas substâncias é reconhecidamente limitado para descrever a inteireza e complexidades dos efeitos diversos que exerce sobre a percepção, cognição e emoção” (p. 162).

*Psicodélico* foi um termo cunhado por Osmond e Huxley<sup>96</sup> e utilizado em pesquisas que utilizavam as substâncias para compreensão de patologias mentais, pois estudiosos entendiam que os efeitos promoviam psicoses temporárias.

A observação de diversos efeitos positivos permitiu a criação do termo psicodélico, aquele que manifesta a mente (ou o espírito), ampliando o entendimento de ação dessas substâncias para algo que vai além de aspectos psicopatológicos, englobando, em verdade tais aspectos a esse novo conceito (ESCOBAR; ROAZZI, 2010, p. 163).

Por fim, o termo *enteógeno* “desloca o foco dos efeitos dos psicodélicos realizados sob um paradigma médico-psiquiátrico para aqueles de importância místico-espiritual, religioso” (p. 163). Pensando a dimensão mística da experiência com substâncias psicodélicas, *enteógeno* é o conceito utilizado para estudar “uma substância capaz de manifestar a divindade interior, ou simplesmente permitir o contato com a espiritualidade, ou manifestação de um senso divino interno” (p. 163).

---

<sup>96</sup> Ao experienciar o uso de mesalina, Aldous Huxley descreveu os efeitos da substância no livro “As portas da percepção” (1954), narrando experiências místicas ao abrir a percepção às existências que o cérebro domesticado ao funcional deixa passar.

Outra coisa que é uma característica minha, é que eu sempre via a mística do negócio. Tinha algumas pessoas que iam pro lado das sensações, eu sempre encarei como o lance da mística. As visões, as experiências com a natureza, eu via isso tudo como uma porta pra um mundo místico. Quando eu falo no texto “procurem um outro ponto de vista”, era isso. Eu também gostava muito de desenhar porta e olho, geralmente o olho tava dentro da porta. Você abria a porta, tinha um olho. (Mago: transcrição)

Escutamos Cristal narrando “as portinhas que se abriam e o estado de presença em que se sentia parte de um todo maior”; Cupinzeiro dizer que “LSD é outra coisa, todos deveriam ter uma experiência”; Eduardo ressaltando que “com LSD tinha um lance de perceber as cores, o corpo e um mundo místico”; Águia descrevendo o encontro com o Ser Superior e a paz ao participar dos rituais de Santo Daime, e Mago afirmando que, com substâncias psicodélicas, a experiência era mística, de conexão com a natureza, “me sentia uma entidade”. Os relatos afetivos, ao recordar das experiências com psicodélicos, e a extensão das percepções para além do momento sob efeito das substâncias, apontam a importância dos estudos acerca dos potenciais terapêuticos de tais substâncias.

A importância terapêutica dessas substâncias reside dessa maneira na capacidade de permitir com que os conteúdos da biografia pessoal e os sistemas simbólicos que regem o funcionamento comportamental sejam re-experenciados durante o estado de consciência alterado, identificadas às incoerências do ponto de vista individual, e assim reintegradas como um novo sistema simbólico de referência (ESCOBAR; ROAZZI, 2010, p. 163).

Se, no meio da galera do distrito, Mago se sentia uma entidade ao se conectar com o *nagual*, abrindo-se à passagem de fluxos e intensidades que se agenciavam em roteiros, no meio elitista de Campinas – que ele frequentava pela escola e clube – ele se tornou o “malucão”, julgado pelas famílias, temido por outros adolescentes, estigmatizado como “menino perdido nas drogas”:

Uma parte que foi pesada e só piorou o andar da carruagem foi o estigma. Eu estudava em uma escola de elite e frequentava um clube da elite. Eu sou uma pessoa preocupada com a minha imagem e sofri quando comecei a virar o malucão, temido nesses meios que eu frequentava. Aí só reforçava meu impulso de chocar a sociedade, mas eu acho que de alguma maneira era um mecanismo de defesa. A estigmatização só me fez mal, porque é uma estigmatização de julgamento. Se em algum momento nessa caminhada eu cogitei: ó não, acho que esse não é o caminho, vou buscar um outro caminho. Já não dava. Porque o estigma já tava ali. A linha de corte tinha sido colocada. Eu já não podia falar assim: não quero mais ser esse moleque revoltado malucão, eu quero sei lá, ser outra coisa. Não. O caminho tava escolhido. Eu tinha até um plano de jogar sacos de merda em um bar frequentado por essa galera da elite. (Mago: transcrição)

“A linha de corte já tinha sido colocada”. A questão do estigma foi trazida após uma indagação nossa na situação da conversa-entrevista, pois nossas memórias eram de um

Mago conhecido nos setores conservadores da cidade como “malucão perdido nas drogas”. Retomando a *partilha moral* das substâncias e o medo das instituições frente aos adolescentes que supostamente exerceriam *más influências*, vemos Mago entrar na *máquina de rostidade* que lhe imprimiu a marca do drogado.

No texto “Micropolítica e Segmentaridade”, Deleuze e Guattari (2012) apontam que “o homem é um animal segmentário. A segmentaridade pertence a todos os estratos que nos compõem. Habitar, circular, trabalhar, brincar: o vivido é segmentarizado espacial e socialmente” (p. 92). Ao descentralizar o poder, os Estados Modernos não se tornaram menos segmentários, mas sim endureceram oposições binárias (homens-mulheres, ricos-pobres, negros-brancos, drogados-sóbrios) e um centro de significância que organiza as ressonâncias, produzindo uma *segmentaridade linear*<sup>97</sup>, em que “cada segmento se encontra realçado, retificado, homogeneizado no que o concerne, mas também em relação aos outros” (p. 96).

O sistema político moderno é um todo global, unificado e unificante, mas porque implica um conjunto de subsistemas justapostos, imbricados, ordenados, de modo que a análise das decisões revela toda uma espécie de compartimentações e de processos parciais que não se prolongam uns nos outros sem defasagens ou deslocamentos (Deleuze; Guattari, 2012, p. 94).

Mago era um jovem inquieto com as normas sociais do mundo adulto, curioso com saberes e sabores além dos que eram formalmente apresentados pelas famílias e escola, criativo e habilidoso na produção de artefatos, criou para si modos de prudência e regulação do uso de drogas, preocupava-se com amigos que exageravam em doses desconectadas e buscava *experimentações vitais*, que abrissem conexões. No entanto, as interpretações das instituições insistiam em soterrar suas potências, erguendo sobre elas o monumento exemplar de um adolescente rebelde e drogado a ser isolado, para não contaminar os preciosos filhos da burguesia.

Quando falou do estigma, Mago destacou que os julgamentos produziram revolta e certa imobilização: “se em algum momento nessa caminhada eu cogitei: ó não, acho que esse não é o caminho, vou buscar um outro caminho. Já não dava. Porque o estigma já tava ali”. Assim, podemos pensar em outra dimensão da experiência de Mago, aquela produzida pela

---

<sup>97</sup> Apesar de distinguirem a segmentaridade “primitiva”, flexível e circular da segmentaridade “moderna”, dura e linear, Deleuze e Guattari (2012) ressaltam que ambas são inseparáveis, existindo núcleos de dureza nas sociedades primitivas e, nas sociedades modernas, um “tecido flexível sem o qual os segmentos duros não vingariam” (p. 99).

instituição do “adolescente malucão”, instigando aquele adolescente ao plano de “jogar merda no bar frequentado pela elite”.

Enquadrado em tais atributos, Mago experienciou o poder de ser temido: “Outro dia o Gustavo fez uma declaração pra mim, disse que eu era o cara que ele mais tinha medo. Ah, eu gostava desse negócio, dessa mística em cima do meu nome”. De modos diferentes, Eduardo, Mago, Águia e Cupinzeiro – em menor grau – deram destaque ao *status* advindo do mundo das drogas, da transgressão e do envolvimento com práticas ilícitas.

Se por um lado o estigma me deixava à margem, por outro me dava prestígio em outras situações. Me lembro de uma vez, na 7ª série, tinha um cara que era o mais forte da escola. Era um bombadão, mais velho, lutador. Eu tava me entrosando na escola nova, não conhecia ninguém. Tava sentado num cantinho, na minha, o cara chutou uma maçã em mim... eu levantei e falei assim: “porque você jogou essa maçã em mim? Tá maluco, vou bater um fio aqui, você vai ver! Vai colar uns 50 nego do distrito no final da aula”. Aí tinha um amigo meu que era conhecido dele e falou “cara, cê tá mexendo com o Mago, o Mago é lá do distrito, cê tá louco, você vai arrumar um problema que você nem imagina”. O bombadão, na frente das meninas, abaixou, pegou a maçã, pediu desculpas e jogou a maçã no lixo. Aquilo foi muito marcante. Eu era um moleque franzino, só que tinha uma mística. Não só da minha loucura, ou da minha personalidade, mas também do grupo que a gente pertencia. (Mago: transcrição)

Apesar de ser “um moleque franzino”, Mago deliciou-se ao ver um “bombadão da escola” abaixando-se em pedido de desculpas pelo medo da galera que Mago pertencia. Podemos aqui pensar novamente na produção social das normas de gênero que, se no caso de Narcisa usar drogas transgredia a “pureza feminina” e a deixava em risco de violentos abusos, no caso dos meninos a mesma prática lhes conferia virilidade, coragem, a possibilidade de “afirmarem sua masculinidade e se sobressaírem em meio às relações de poder” (NOGUEIRA *et al.*, 2020, p. 351).

No artigo “Poder, masculinidade e participação em facções criminosas a partir de relatos adolescentes privados de liberdade pela prática de atos infracionais”, Nogueira *et al.* (2020) discutem as relações de poder e a masculinidade na prática de atos infracionais, com foco na participação de adolescentes em facções criminosas. Apesar do estudo investigar adolescentes em vulnerabilidade socioeconômica envolvidos com facções criminosas – o que não é o caso de Mago –, a análise das narrativas converge com nossa escuta ao indicar que:

(...) os adolescentes parecem encontrar, no seio das facções criminosas, a aquisição de poder, a satisfação dessa vontade humana de ser empoderado ou, pelo menos, o sentimento de ser capaz de sobrepor o outro. Assim, constrói-se a ideia de pertencimento a um grupo que atende também à sua demanda por reconhecimento e identidade, certo status social negado por outras esferas, como a família, instituições

públicas (escola, hospitais, polícias) e diversos espaços sociais (shoppings, praças, etc.) (NOGUEIRA *et al.*, 2020, p. 340).

Nogueira *et al.* (2020) afirmam a busca por reconhecimento social através da criminalidade e da violência, adolescentes que buscam “sabotar quem os sabotam” (p. 343), exercendo poder ao “submeter e controlar a vontade de pessoas ou grupos” (p. 345). Aqui lembramos Águia narrando o poder que sentia ao apontar uma arma e ver a expressão de medo no outro; Eduardo falando da passagem de ser um menino que sofria *bullying* calado, para um jovem agressivo que era respeitado pela violência, bem como suas lembranças do *status* de conviver com moleques que possuíam armas; a cena de Mago com o valentão da escola e sua narrativa de empoderamento por pertencer a um grupo temido.

Analisaremos a masculinidade enquanto representação de virilidade, uma demonstração de força e poder entre os adolescentes do sexo masculino, sem atribuir, com isso, às mulheres ou ao feminino o sentido de fraqueza (...). As concepções de masculinidade não podem ser vistas de forma homogênea, já que elas mudam de acordo com as singularidades e histórias dos sujeitos ou grupos específicos. Isso é reflexo de uma construção social permeada por significados plurais e que tem por trás uma disputa de poder (...). No contexto das facções criminosas, não vemos a virilidade como uma construção “naturalizada” da relação de subordinação homem-mulher (...). Essas representações são afirmadas muito mais pela conjuntura de violência e poder de dominação do outro, que não é necessariamente uma mulher (...). Prevalece, assim, a relação masculina entre homem-homem. (NOGUEIRA *et al.*, 2020, p. 346).

Apesar de gozar do poder de pertencer a um grupo “barra pesada” e ter um nome com fama que impunha respeito, há uma diferença importante entre Mago e Águia ou os adolescentes entrevistados por Nogueira *et al.* (2020), pois Mago é branco, de origem burguesa, acessou as melhores escolas, fez viagens, era sócio do clube da elite e tinha condições socioeconômicas para suas experimentações. Mago era reconhecido entre os “malucos” por sua mística e habilidades artísticas e era marginalizado pelos adultos da elite por ser uma má influência, mas compensava ao ser temido por aqueles que o julgavam. Por ser um adolescente branco e da elite, suas práticas com uso de drogas ilícitas nunca foram associadas à criminalidade, mas à rebeldia.

(...) nunca me enxerguei como um criminoso, como um fora da lei. Me enxerguei como um moleque questionando o sistema, como todo moleque tem que ser (...). Nunca tive medo de polícia, nunca passou pela minha cabeça que pudesse ser preso ou algo do tipo. Lembro de tomar enquadro e até ir pra DP, mas depois era mais uma história pra contar, mais uma aventura. (Mago: transcrição)

Aqui, novamente, vemos a branquitude operando na produção da experiência. Mago afirma que nunca teve medo da polícia e que os enquadros eram vivenciados como “aventuras”. Cupinzeiro afirma que sabia que seu estereótipo o protegia na biqueira: “eu até acabava usando isso [ser branco] como um fator de liberdade, até pra eu circular”. Águia narra cena de policiais violentos, dando tapas, batendo nas costas com cassetete: “nunca fui tratado com respeito por nenhum policial”. Ao escutar os relatos, vemos a discrepância abismal entre brancos que se sentiam imunes e o negro que se sente um sobrevivente dentre os 10 vivos de seu grupo de 40 adolescentes.

Mago correu o risco de aprisionar-se na moldura do “malucão”, em especial pelo sentimento de ódio que ele nutria ao ser julgado. No entanto, sua trajetória teve muitos elementos que o protegeram:

A cultura de alguma forma me protegeu de ter ido por caminhos mais sombrios. Outra coisa que influenciou meu modo de viver as experiências foi o contato com a natureza. E aí junto com isso teve um outro ponto que eu falei no início da conversa que é a prática desportiva. Então acho que viver a natureza, praticando instintivamente uma atividade esportiva, com música... isso tudo faz a gente ter boas lembranças. (Mago: transcrição)

Por fim, destacamos as relações familiares que tinham condições socioeconômicas de pagar aulas de música, psicopedagoga, comprar livros e bicicleta, financiar viagens e refeições com uma ampla gama de sabores. Mago cresceu em uma família que deu liberdade para suas experimentações com o bando adolescente, financiou atividades nas quais ele desenvolveu habilidades que agenciaram o uso “interessante” de drogas, mas também que se atentou quando algo parecia exagerado, momento em que articularam um contato com o dono de um restaurante que costumavam frequentar e, aos 17 anos, Mago se apaixonou pela mão na massa da gastronomia.

Habitado a pensar fora da caixinha convencional, ele segue inventando projetos e apaixonando-se por novas técnicas e práticas. Hoje, transita pelos meios elitistas e se orgulha de ser reconhecido como um caso que surpreendeu as expectativas.

#### 4.4 Uma viagem que não chega ao fim: abrindo caminhos

Droga é ênfase, não é nem demoníaca e nem paradisíaca: é um agente químico que amplifica os fenômenos, os processos micro/macrossociais. E porque a droga existe, seria lógico contar com a utilização das leituras que este amplificador permite em questões acobertadas sob diversas formas.  
(ROTELLI, 1991, p. 67)

Em nossa sociedade, marcada pelo individualismo, adolescentes são lançados sozinhos à travessia para a vida adulta e produtiva. Ao escutar as trajetórias das/os participantes da pesquisa, podemos pensar nos usos coletivos de drogas como um ritual de passagem forjado entre jovens, produzido em relações de amizade em que riscos eram assumidos nas experimentações de si com outros: “de braços dados no escuro do futuro, sem lógica nem razão” (Mago).

O distanciamento e/ou a ruptura com o grupo familiar é um movimento naturalizado na psicologia do desenvolvimento como parte da adolescência, e vimos, também, que, a partir do século XIX, a amizade foi banida à adolescência e juventude, ainda que sob vigilância das instituições (ORTEGA, 2002). A ampliação e priorização dos grupos de amigos comparece nas narrativas quando falam da circulação pelas ruas, acompanhada do uso de drogas: momento de descoberta, de se juntar em grupos, de circular pela cidade, de experimentar coisas novas, de desafiar os limites do mundo e do próprio corpo, “sem lógica, nem razão”. Velho (1998) pesquisou dois grupos que consumiam drogas na zona sul do Rio de Janeiro e chamou de *espontaneísmo* o modo como os jovens rejeitavam as regras da estrutura ao buscar “experiências transformadoras” em grupo.

O que me parece significativo no grupo observado é a pouca preocupação de elaboração ou justificativa intelectual ou ideológica para o seu estilo de vida. O espontaneísmo parece ser muito grande. Sem dúvida, existe a procura de uma “experiência transformadora” que rejeita as regras da estrutura, na busca de uma *communitas*, mas esse processo é praticamente não-verbalizado e é bastante diferente se comparado com a sofisticação e elaboração do discurso vanguardista-aristocratizante, que parte da negação de um certo tipo de biografia. Entre os jovens, parece ser vigorosa a necessidade de afastamento do mundo “careta”, que é basicamente representado pelas famílias (VELHO, 1998, p. 157).

Apesar de entre nossas/os entrevistadas/os também não ter aparecido uma justificativa intelectual ou ideológica que fundamentasse explicitamente o “estilo de vida”, havia ali uma inquietação com as instituições e a escolha por uma experimentação de si, que escapa à estrutura moldada ao “bom desenvolvimento”. Corroboramos com Velho (1998), em sua percepção de que as/os adolescentes invertiam a ordem que visa estruturar seus cotidianos,

tendo a escola como eixo central e prioritário “o que se faz, de certa forma, com tudo que possa haver de ambíguo nisso, é rotinizar a inversão da estrutura (daí, talvez, contracultura)” (VELHO, 1998, p. 161). O principal *locus* de experimentação e estruturação do cotidiano era a rua com amigos, produzindo uma experiência compartilhada que “restaura uma potência irreverente e um desejo de transgressão, ambos presentes no sujeito” (ROSA; VICENTIN; CATROLI, 2009, p. 65).

Mas como protegê-los de riscos? Em primeiro lugar, nos parece importante dissociar proteção de evitação ou interrupção do consumo de drogas como ordem externa ao vivido, pois essa saída vem produzindo um muro entre nós, adultos, e os/as adolescentes. Ao escutar Cupinzeiro e Mago, vemos se esboçar uma fronteira entre *experimentações vitais* e *empreendimentos mortíferos* (DELEUZE, 1991), que não é demarcada pelo tipo de substância consumida, mas sim pelos modos de uso, modos em que o uso amplia conexões, ao se agenciar com pessoas, lugares, práticas, outros regimes de sensibilidade, e, modos de uso em que a droga se torna produto a ser consumido por um corpo em desconexão. Nesse sentido, “o foco do cuidado em nossa proposta política, não é a droga, mas as conexões” (MÉLLO, 2017, p. 100).

O consumo de agentes psicoativos implica uma experiência no plano dos corpos. Mas se não houver um plano de expressão eficaz, autônomo, que dê sentido à experiência vivida no nível das sensações, a experiência fica restrita ao puro plano do corpo, do corpo pessoal, individual. Nesse sentido, as ascéticas da destruição, o que poderíamos chamar de *êxtase descendente* (...), que correm e destroem o corpo físico, numa verdadeira “paixão de abolição” que se vira contra si e contra todos, não deixam de ser, afinal de contas, solitárias, ferozmente individualistas – sem perder, porém, seu caráter de “agenciamento coletivo”, de fluxo maquínico que entrelaça os corpos da droga – e afirmam *in limite* (no limite extremo e ruinoso do niilismo) o ego pessoal, o corpo como corpo do ego. Não é que os usuários contemporâneos de droga deixem de ter sua gíria, o balbucio das sociedades marginais. Mas, na medida em que não conseguem montar um plano de expressão que, por assim dizer, “dê forma” à experiência, deixam que essa tremulante e com frequência malfadada procura cega da reverberação intensiva, seja mais ou menos facilmente recuperada – e nesse ato anulada – pelos dispositivos médicos e disciplinares (PERLONGHER, 1991, p. 84-85).

As narrativas apontam que a busca de adolescentes por *sair de si* precisa ser legitimada em seu caráter de experimentação de si, cabendo àqueles/as que se propõem a produzir práticas de cuidado não apenas informar riscos genéricos advindos das substâncias e doses, mas, principalmente, potencializar agenciamentos que produzam um plano de expressão que dê sentido às experiências. “O ponto é que, ao ‘sair de si’, em maior ou menor medida, a situação necessariamente foge ao controle, pois essa fuga é, ela mesma, o agenciamento visado” (VARGAS, 2006, p. 599). Lembrando nosso amigo Paulo, que repetidamente dizia “prefiro viver 20 anos intensamente do que passar 80 me privando de tudo” e, aos 18 anos, se suicidou

em um dia das mães que veio de visita do colégio interno em que estava morando devido ao uso de cocaína, pensamos na importância de escutar seu desejo de “viver intensamente”, atentas aos “modos de vida (e de morte) que com elas [drogas] se agencia”, talvez tenha lhe faltado outras paixões (VARGAS, 2006, p. 605).

Sabe-se muito bem o que deveria ser feito: espaços, âmbitos, lugares, pessoas, grupos, instituições inventadas, associações, iniciativas, ter capacidade de uma discussão pedagógica fortemente centralizada nos sujeitos, com uma grande sedução ético-estético-operativa. É o que chamamos de empreendimento social. Lugares bem no interior do viver concreto, o praticamente verdadeiro de valores, da produção, da cooperação, do trabalho reparador, do valor cultural, da imagem-vídeo, do mundo informático, da autovalorização, da história do trabalho humano, da música, da comunicação não-repetitiva, do fazer qualidade da quantidade, fugir da institucionalização total da experiência da coisa-coisa (ROTELLI, 1991, p. 71).

Retomando a discussão que fizemos no Capítulo 2, ao invés de uma busca pela eliminação dos riscos elencados por análises estatísticas da epidemiologia, é preciso incluir o risco como dimensão da existência, produzindo uma *margem de segurança* que necessariamente inclui o meio-agenciamentos em que vive o corpo subjetivo (CAPONI, 2003). Nesse sentido, elencamos outras duas normas que entraram em cena agenciando as experiências com drogas e colocando corpos adolescentes em risco ao associarem-se ao uso de drogas: raça e gênero.

Apesar de termos apenas um negro entre os entrevistados, o conjunto das entrevistas nos permite identificar o racismo atravessando as experiências com drogas. Kilomba (2020) aponta três características que se articulam no racismo: “a construção da diferença (...), diferenças construídas estão inseparavelmente ligadas a valores hierárquicos (...), e a supremacia branca” (p. 75-76). Assim, a “branquitude é construída como ponto de referência a partir do qual todas/os as/os Outras/os raciais diferem” (p. 75).

Há uma vasta literatura que analisa a seletividade penal e o genocídio da juventude negra, associado à política de drogas. Não aprofundaremos na temática, porém destacamos, em especial, a “autoconfiança” de Mago, Cupinzeiro, Narcisa, Cristal e Eduardo, ao narrarem idas às biqueiras e abordagens policiais em que “levavam bronca”, “policiais faziam terrorismo dizendo que iam ligar para os pais”, “passou vergonha sendo colocado no camburão na frente dos vizinhos”, “no máximo tomava um tapa”, “era esperto e levava os policiais na conversa”: “eu sabia que não ia dar nada porque a gente era menor”.

Em nossos trabalhos com adolescentes negros e periféricos, relatos de tapas eram o mínimo usual, eles temiam serem mortos e presos, viviam em estado de alerta. Águia conta que

sua única cicatriz no rosto foi quando o policial esfolou sua cara no asfalto, bem como a palavra “finado” apareceu diversas vezes em que nomes de amigos foram enunciados nos relatos. No território onde Águia cresceu, “polícia e ladrão” não era uma brincadeira infantil, mas dois grupos que disputavam poder e, sendo ele e seu grupo formado majoritariamente por jovens negros expostos a diversas violências, “os adolescentes parecem encontrar, no seio das facções criminosas, a aquisição de poder, a satisfação dessa vontade humana de ser empoderado ou, pelo menos, o sentimento de ser capaz de sobrepor o outro” (NOGUEIRA *et al.*, 2020, p. 340).

Diante da abismal discrepância entre os relatos-experiências de brancos e negros, “o fato importante, que quero frisar no momento, é que o estilo de vida e a visão de mundo do grupo [Narcisa, Mago e Cupinzeiro] só podem se manter, nas características descritas, apoiados na posição sócio-estrutural de suas famílias” (VELHO, 1998, p. 168). Lembrando a fala de Narcisa e Mago, que afirmaram “eu sabia que não ia dar nada porque a gente era menor”, perguntaríamos: não ia dar nada porque eram *menores* ou porque eram *brancos*?

Outro marcador de desigualdade que atravessou as experiências foi o gênero, compreendido em seu caráter “fundamentalmente social das distinções baseadas em sexo” (SCOTT, 1995, p. 72). Ao escutar o conjunto das entrevistas-conversas e analisar as narrativas de Narcisa, Mago e Cupinzeiro, vimos que as normas de gênero produzem modos de tornar-se mulher e tornar-se homem em meio às relações de poder, atravessando a experiência de usar drogas diferentemente, seja ao afirmarem ideais de masculinidade e feminilidade, seja ao desviar-se deles e experimentar consequências na condição desviante.

Consideramos que a atuação junto a jovens através da perspectiva acadêmica ou profissional deve contribuir para esse processo de politização da sua experiência, isto é, de uma compreensão de que aquilo que é heterodesignado muitas vezes como diferença, como algo necessário aquela fase da vida, pode ser fruto de relações de poder que produzem subordinação e opressão. Na lógica da subordinação, a ordem social não é tomada como uma ordem historicamente construída e contingente a ação humana; portanto, ela aparece como sendo consequência natural da organização social e da gestão classificatória dos corpos, mostrando-se como uma hierarquia necessária para a produção e reprodução da sociedade, fazendo com que alguma reciprocidade simbólica entre os agentes sociais seja garantida e mantida. Entendemos que a análise interseccional da experiência da juventude pode contribuir para a interrupção desse ciclo (MAYORGA; PINTO, 2013, p. 112).

Enfim, para além do que dizem os manuais de farmacologia, as análises epidemiológicas e a psicologia do desenvolvimento, os encontros de adolescentes com drogas produzem efeitos singulares e múltiplos ao encontrarem os corpos e contextos, circunscrevendo distintas experiências, com dimensões *históricas* e *trágicas*, que produzem saberes localizados. Cada viagem carrega singularidades, sempre engendrada por agenciamentos coletivos.

Chamamos de *experiência trágica* os relatos das viagens, brisas, ondas que escapam às interpretações da lógica e da razão, pensadas nas descrições de sensações corporais, visões, invenções, passagens a “outros mundos”, encontros com outros seres, outras percepções onde tudo parecia dado, “em suma, se a ‘onda’ é evento, e se tal evento é da ordem da alteração, é porque é sempre outrem que a põe em movimento”. (VARGAS, 2006, p. 604).

No corpo intensivo, tais experiências passam, nos passam, deixando marcas sensíveis que se expressam nos afetos que acompanham as narrativas. Vargas (2006) sugere que para escapar de respostas que fazem do uso de drogas um “mero produto de uma precariedade criada por outros” (CAIAFA, 1985, *apud* VARGAS, p. 588)<sup>98</sup>, nos aproximamos de indagações dos próprios usuários, quando perguntamos “o que se passa?”, “qual é a onda?” (p. 589).

‘Bateu?’, ‘rolou?’, ‘fez?’ são questões que os usuários se colocam e que visam à ocorrência de acontecimentos singulares: o ‘barato’, a ‘viagem’, a ‘onda’ da droga. Mas o que é o ‘barato’, a ‘onda’, a ‘viagem’? É difícil dizer, é difícil expressar, é difícil representar, pois são eventos que ‘rolam’, que se desenrolam com a experiência, que acontecem mediante experimentação. Assim, quando solicitados a falar a respeito, os usuários costumam narrar experiências vividas em que ‘rolou’ o ‘barato’, a ‘viagem’, a ‘onda’: foi em tal lugar, em tal período do dia, estava com tais ‘chegados’, aí ‘pintou’ uma ‘presença’ e a droga foi consumida, aí eu fiquei (ou tudo ficou) ‘alterado’. É difícil extrair mais do que isso, pois não há mais o que dizer além do que passa, do que se passa (VARGAS, 2006, p. 591).

Nessa direção, pedimos que as/os entrevistadas/os narrassem eventos-ondas que se passaram com eles, momentos em que presenciei brilho nos olhos, gargalhadas, mão na cabeça ao dizer “nossa, esse dia foi muito louco”, mas também a recorrente fala: “não me lembro bem, não sei contar, só sei que foi intenso!”. Destacamos alguns, optando por não identificar com os nomes fictícios por entendermos que não se tratam de passagens pessoais, individuais, “a ‘onda’ não tem senhor nem servo, controlador ou controlado: ela ocorre ou não ocorre, ‘rola’ ou não ‘rola’. Ela é da ordem do evento” (VARGAS, 2006, p. 603).

Um dia eu estava na Guarda do Embaú, uma viagem com 11 meninos e apenas eu de mulher, fizemos o chá e ainda batemos no liquidificador da casa que alugamos. Fui tomar banho e o box começou a balançar lentamente de um lado para o outro, saí rapidamente e a casa toda balançava como se fosse um grande navio em mar agitado. Me cansei dos meninos e saí caminhando sozinha pela vila, entrei por um caminho no morro e me vi em um grande pasto de vacas, me sentindo um ser daquela natureza. Escutei o som de uma flauta, segui e cheguei em uma casinha do tamanho de um container; ali, sentado em cima de uma pedra, um rastafári tocando a flauta, tudo brilhava de magia como se eu estivesse em um lindo conto de seres encantados! Ele

<sup>98</sup> CAIAFA, Janice. Movimento punk na cidade: a invasão dos bandos sub. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985, p. 17-18, *apud* VARGAS, 2006, p. 588.

se apresentou como “o fumaça”, me ofereceu água e brincou com a flauta, percebendo que meu olhar o via brilhar. Me convidou para acompanhá-lo na casa de um amigo que tinha maconha plantada. Fomos, fumamos e o amigo começou a mostrar desenhos, dizendo que um alemão que morou na vila deu de presente quando foi embora. Me deu uma pintura que simbolizava o Yng Yang e fui embora, reencontrei os meninos pirando em uma sandália infantil rosa acostada na beira de uma árvore, aquilo tinha virado um altar e eu entrei nessa brisa com eles. Tenho o tal pôster do alemão guardado até hoje, o que me faz ter certeza de que não foi um sonho.

Nossa era legal! [fala carregada de afeto alegre]. A gente ia em umas praças e subia nas árvores para cheirar cola (...) essa vez que eu caí, eu tenho a sensação de ter passado por galhos, mas não senti dor, caí meio de bunda, meio de lado e continuei com meu saquinho.

Eu tomei 2 [gotas], porque eu queria ficar muito louca. (...) eu sei que eu comecei a ficar com medo, não tava enxergando direito, eu andava e batia no arame farpado. Aí fui tentar comer o frango e parecia que ele tava vivo na minha boca, foram só coisas ruins, eu queria ficar careta e não conseguia. Fiquei louca assim umas 20hs, depois que comecei a ter a bad. As pessoas falavam e eu não escutava, tipo, eu escutava, mas elas tavam longe. (...) eu me sentia numa ilha, tava num lugar que era dentro de mim (...) as pessoas que falavam eu escutava tudo longe, não conseguia ver direito, não conseguia escutar, nossa, uma sensação horrível! Mas mesmo assim não fez eu parar, porque depois que eu melhorei eu tomei de novo.

Era uma tardezinha, fumei o baseado, deitei no gramado e comecei a olhar para o céu, fiquei ali um tempo e já não sabia mais se o céu vinha na minha direção ou se era eu que subia em direção ao céu, só sei que era uma coisa só. Passada a fusão entre céu e terra, veio aquela fome arrebatadora, a brisa da larica que dá vontade de devorar o que vier na frente.

Tomamos os cogumelos e ficamos deitadas lá, conversando, brisando, só experiência, só vivendo. Então eu lembro muito, assim, do sol e depois do sol se pondo e a lua nascendo de um lado (...) aquele monte de cores, pessoas legais do lado. Aí gente, foi muito bom! Mas eu não lembro as conversas, porque faz muito tempo. Mas eu lembro só da sensação assim, muito boa, muito boa. (...) se sentir meio integrada. Essas drogas que você consegue meio interagir com a natureza, parece que você tá meio conectado com uma coisa maior. A experiência de você fazer parte de uma coisa maior. Então você tá muito sensível a tudo. Ao céu, ao mar, a areia, a lagoa.

Eu lembro uma vez que a gente tomou e foi entrar na floresta e eu tive aquela sensação que a floresta falou: não entre aqui. A floresta fechou.

A cola levava pra lugares alucinógenos mesmo. Eu lembro de ter viagem de cola de falar umas línguas que não existem, ir pra uns lugares no além mesmo.

E eu, primeiro eu achei que eu me transformei num **cupinzeiro** [risos]. Ah, eu tinha uma malha assim. Eu punha a malha e esticava assim, e ficava abaixado, duas, três horas abaixado e usando droga dentro da malha. Dentro da malha. Eu lembro que eu saía, eu punha a cabecinha pra fora, assim, porque eu escutava minha mãe me chamar. "Eu sei que você tá aí!" E aí eu escutava a voz da minha ex-namorada "ow, você tá aí, pelo amor de Deus!", chorando. E todo mundo me chamando. Aí eu olhava, porque dava pra ver a pista que passa por cima. Eu olhava e via nitidamente o carro do meu pai, o carro da minha mãe, eu ouvia. Aí eu lembro que eu desci, olhando um pouquinho, assim, olhei... Tem um córrego pra você atravessar. Eu cheguei na quebrada e pronto: eu vi meu pai parado. Tipo, que ele sabia que eu ia voltar ali pra pegar droga. Meu pai. Não era ele, cara! Mas eu tava vendo.

Três amigos tomaram lírio e quando bateu cada um foi para sua casa:

O primeiro ficou em sua casa conversando sozinho com seu outro, as vezes se perguntando - “meu Deus, to sozinho, você viu? O que está acontecendo?” -, e na sequência respondia para ele mesmo e seguia papeando. Deitado na cama de seu pai, lembrou-se que ele voltaria de viagem e pensou - “não posso ficar nessa alucinação” – sem conseguir correspondência entre os pensamentos de ordem e a experiência de dissolução do próprio corpo, se levantou e foi ao seu quarto apoiando nas paredes

como se caminhasse em solo movediço. Se deitou na cama porque o pensamento de ordem lhe dizia para se esconder dormindo, mas esqueceu a luz acesa. Quando foi em direção ao interruptor, a imensidão do edredom se ergueu sobre ele. “Meu Deus, não quero ver isso!” Voltou cambaleando para sua cama, mas não sem ser seguido pelo interruptor. Fechou os olhos e dormiu.

O segundo saiu de carro, ninguém sabe como conseguiu chegar em sua casa. A história contada é que foi jantar com sua família, ainda que todos considerem horrível comer louco de lírio. A família pediu pizza e o que ele lembra é de sua mãe lhe dizendo: “filho, se você quer mais pizza pede pra mim, não precisa comer o prato. Ele tava comendo o prato! Hahahahaha. Imagina?!”

O terceiro teve a história mais “legal” (sic.), mas com alguns brancos na memória que até hoje intrigam o trio. Começando pelo fim: alguém ligou para seus pais porque encontraram seu celular e, quando os pais chegaram, encontraram o carro ligado, trancado e com o vidro aberto, dentro da casa estava ele descalço, sem camisa e sem celular. Remontando a história a partir de uma cena sem pé, nem cabeça, souberam que ele foi à padaria e pediu um pão e uma coca, mas não tinha dinheiro para pagar, então brigou na padaria dizendo que “acabavam de perder um cliente!”. No estacionamento, se esforçou para abrir o carro até que chegou o dono do tal carro, ainda assim ele discutiu afirmando que era SEU aquele carro, confronto que se resolveu apenas quando compararam o documento e provaram que o dono era outro. Como não conseguiu achar o carro, voltou para casa e foi encontrado sem camisa, sem calçado e sem celular, com o carro ligado e trancado. Terá saído pela janela aberta?

A gente se juntava, fumava maconha, ficava passando a mão no creminho, fazendo massagem coletiva, cantava... enfim, fazer o que você quiser... é quase que uma liberdade droguística, não é poética.

Nossa, a cola foi uma experiência maravilhosa! Nossa, cola era fantástico! A gente cheirava em todo lugar, eu tinha 14 para 15 anos e era maravilhoso. (...) te deixava num lugar muito louco de um relaxamento, (...) você ia pra nuvem, nossa, eu tinha a clara impressão estar nas nuvens, (...) ficar ouvindo música, sentir seu corpo diferente, sentir todas as coisas vibrando diferente.

Era no tempo em que a gente surfava no trem, dava umas baforadas de cola e sentia aquele vento na cara e tinha que ficar ligeiro pra aranha não te pegar, aranha é aquele barato do trem que quando o trem passa tem que ficar esperto pra não te puxar, se não te mata. A brisa é menor do que o crack, mas também melhor, parece de bêbado... parece que tomou 3 litros de wisk e chapou.

Eu amava essas coisas, gente. Inalar, nossa! Eu brinco que era um paranpanpan. Que eu tinha que cheirar até escutar um paranpanpan. Que era um negócio quando eu ouvia quando eu tava, tipo, no auge. Era quando eu escutava paranpanpan, paranpanpan, paranpanpan que era tipo, sei lá, começava cheirar e ia vindo, assim... Ia ficando distante, aí quando eu ia meio apagando, eu acho, entrando em mim, aí tinha a nóia do paranpanpan.

Podia arrebentar de tomar [benflogin], de usar e tal e andava de bicicleta. E aí eu tava naquela descida e comecei a ter uma badtrip: “puta, eu vou perder o controle aqui, o carro vai passar bem na minha cabeça. Eu conseguia ouvir o estalo dos meus ossos, da cabeça estalando. O carro passando em cima. E aí eu entrei... comecei a entrar nessa viagem, do barulho dos ossos da minha cabeça estourando... puta, foi uma das piores viagens da minha vida. Essa foi muito louca!

Ao ler o conjunto dos relatos que tentam descrever *ondas* vividas nas adolescências, encontramos campos comuns, como as experiências de fusão com a natureza, aumento da sensibilidade e da percepção do próprio corpo, fluidos e sons e viagens coletivas quando seguem um “roteiro” (Mago), mas também *badtrips* solitárias quando a gota mágica encontra

um mar revolto: “Dependendo do dia, de como você tá, se você tomar uma droga... você tá péssima, noiada, já tá meio assim, tomou o negócio: pronto, vai dá errado! Não vai dar certo ” (Cristal).

Todas/os as/os entrevistadas/os experimentaram o que consideram terem sido viagens ruins, ou, *badtrips*; porém, tais experiências não colocaram em questão o uso, mas sim o modo de uso: o tipo de substância, a quantidade, a companhia, o estado de espírito ao tomar. Enquanto a hegemonia da produção científica do campo encapsula o uso de drogas na adolescência como comportamento de risco, inventando estratégias para convencer os pequenos púberes de que precisam primar pela “qualidade de vida” sem corrê-los, as narrativas expressam vivências em busca de outras qualidades de vida que incluem os riscos. Nesse sentido, o risco não é algo que aparece como barreira às vivências, mas sim como necessário para experimentar algo inusitado.

Minha mãe falava: ai, a maconha é porta para as outras drogas. Meu, vai tomar no cu, entendeu, foda-se! São mó boas essas portas que eu to abrindo. Ai, a porta, não. Eu quero mais é abrir portas mesmo e passar por elas! Cê tá falando pra mim não abrir porta? Não, não faz sentido. A brisa era sair de si, ficar em estado alterado de consciência nível hard. (Cristal)

Analisar o conteúdo de cada “onda” seria retirar sua potência de indagar o irrepresentável da experiência com drogas, esse fundo sem sentido que se expressa carregado de afetos alegres e tristes. O que dizer de uma gargalhada ao morder o prato pensando ser a pizza? A conexão mística ao escutar a floresta dizer “não entre”? De experimentar o toque do vento, da água, as cores ressaltadas? Escutar o barulho dos ossos ao imaginar um carro passando sobre a própria cabeça? Sentir vivo o frango que iria comer?

Pode-se colocar em dúvida, e é freqüentemente isso que os analistas fazem, muito do conteúdo das ‘viagens’ dos usuários: tratar-se-iam de divagações, delírios ou alucinações, o que a alcunha (atribuída, cabe lembrar, por não usuários) de certas drogas como “alucinógenos” corroboraria. No entanto, mesmo que os conteúdos dessas ‘viagens’ sigam além da conta ou levem as possibilidades imaginativas aos seus limites, as alterações produzidas não são, nem por isso, menos reais. Não estamos diante, portanto, de fantasias subjetivas dos usuários. Mas nem por isso estamos mais próximos de determinações objetivas por parte das substâncias, pois se os usuários são tomados pela droga ao tomá-las, eles nem por isso entram num estado de puro abandono, sendo incontáveis os procedimentos adotados pelos usuários para reger minimamente as modalidades ou os graus de abandono (VARGAS, 2006, p. 598).

Nossa viagem por experiências de jovens adultos que consumiram drogas na adolescência está chegando ao fim e esperamos ter aberto *outros pontos de vista*, que

contribuam para indagações além das compreensões lineares que traçam motivações-usos-prejuízos. Viajamos no tempo, reencontrando antigas/os parceiros/as que compartilharam conosco a intensidade adolescente e encontrando outras/os de nós no estranho mar em que mergulhávamos *sem lógica nem razão*.

Depois da entrevista, já era pandemia, Eduardo me mandou um vídeo de whats app: um cara fazendo uma carreira de álcool gel e cheirando. Começamos então uma conversa sobre outra lógica que envolve o uso de drogas, difícil de ser capturada e analisada com as ferramentas da razão, e, nessa linha, não são cartilhas “técnicas” sobre formas de reduzir os danos que fazem a diferença, apetrechos estilizados para um uso mais seguro, mas a aproximação – que pode ser facilitada pelos apetrechos – com esse aparente *sem sentido* presente em experiências com drogas,: o frio na barriga ao esticar um tiro de farinha; a relação de usuário com seu ritual de uso; a história de um cachimbo; a sensação corpórea ao dar uma paulada de crack; a brisa maluca da cola, em que cair da árvore e seguir baforando o saquinho é divertidíssimo de ser lembrado; a incrível experiência de comer um prato ao invés da pizza. (Diário de Campo)

Na situação de pesquisa, somos todas/os adultos e rememorar o passado foi também uma oportunidade de pensar nos modos como o vivido agenciou processos de subjetivação, bem como nos saberes que as experiências localizadas permitem produzir. Vale lembrar a noção de *saber da experiência* trabalhada por Bondía (2002), que “somente tem sentido no modo como configura uma personalidade, um caráter, uma sensibilidade ou, em definitivo, uma forma humana singular de estar no mundo, que é por sua vez uma ética (um modo de conduzir-se) e uma estética (um estilo)” (BONDÍA, 2002, p. 27).

Mago e Cristal falaram dos roteiros e rituais agenciando usos interessantes, assim como os “antigos sacerdotes do LSD (especialmente Metzner e Leary, 1972) recomendavam uma *programação* da viagem” (PERLONGHER, 1991, p. 80). Ao dizer da experimentação incessante de si no mundo, Mago ressaltou que sua criatividade era o que potencializava um “uso interessante” e tais experiências ampliaram sua plasticidade para inventar soluções fora das caixinhas. Cristal também apontou que as substâncias intensificam processos sensíveis já existentes, talvez no sentido da “*gota de água às coisas internas*” (ESCOHOTADO, 1997, p. 27), incluindo o encontro com experiências-limite, em especial as *badtrips*, como processo de autoconhecimento no sentido do exercício de si, de conhecer potências e limites do próprio corpo e pensamentos.

Porque você vai aprendendo a lidar com a sua brisa. Quando você começa a ficar muito louca, você vai aprendendo a lidar com a sua brisa, que é lidar com você, que é como você vai reagir às coisas que você vai pensar, ou que vão passar pela sua cabeça. Acho que é isso. Depois de velha eu aprendi que podia passar uma brisa e eu pegar

ela ou não, entendeu. Eu podia abrir uma porta e entrar ou não. Eu podia escolher, entendeu. No começo, é isso, eu já tive muita bad trip, de entrar na portinha errada e não consegui voltar. (Cristal)

Águia e Cupinzeiro nos levam a pensar no risco de usos individuais capturados pela lógica do consumo, *empreendimentos mortíferos* quando “não tinha outros prazeres, era só droga” (Águia). Atualmente, Águia participa de rituais do Santo Daime e, assim como Cupinzeiro, da irmandade Narcóticos Anônimos, ambas coletividades que lhes conferem pertença e sustentação coletiva para invenção de outros modos de viver sem consumir cocaína e crack. No caso deles, a retirada destas substâncias foi uma escolha.

Narcisa trouxe o uso de cocaína como modulação ao estado de embriaguez alcoólica em que ela perde o controle e se torna vulnerável a abusos. Ao trazer a dimensão coletiva, ela ressaltou as relações de intimidade que se produzem ao compartilhar o uso de drogas, as trocas afetivas e de ideias em que as pessoas se mostram sem os filtros produzidos pela moral.

Por fim, chegamos à estação onde nosso desejo de pesquisa encontra Cristal e Eduardo, dois colegas que, assim como eu, são permeados pelas inquietações adolescentes na atual vida profissional. Eduardo narrou sua indignação e *badtrips* com as desigualdades que se evidenciavam no circuito da droga produzido pela política proibicionista. Cristal falou de sua revolta frente ao modo como a escola funcionava, uma instituição que servia à vigilância e produzia segregação e exclusão dos desviantes.

A gente morava aqui em Perdizes, Pompéia, então eu via um bairro em que eu nasci e que era povoado por uma classe média e uma classe mais baixa que convivia nas ruas, aí a gente vai crescendo e o uso da maconha também faz a gente se relacionar mais e de outra forma entre classes. A gente já se relacionava antes porque jogava bola e se encontrava nas ruas, mas eram relações de criança e conforme a gente vai crescendo a gente vai entendendo as relações no mundo, então eu começava a entender que um tava morando na rua, que outro morava em barraco... e aí comecei a ter muitos pensamentos sobre como as coisas estavam erradas e isso começou a me deixar maluco. Ficava tenso diante de tudo que eu via errado e com uma visão muito negativa da vida, aí eu resolvi parar de usar maconha porque os pensamentos da maconha eram muito fortes para mim, era uma coisa que me abria muitas portas para eu entender as desigualdades e violências. (Eduardo)

Eduardo cursou ciências sociais e foi trabalhar com redução de danos; Cristal fez psicologia e pedagogia e trabalha com adolescentes em situação de inclusão escolar, lutando pela educação especial na perspectiva da educação inclusiva. Aqui, lembramos Oury (1991), no texto em que ele discute os *itinerários de formação*, indagando que “seria interessante estudar, para cada um, qual é o itinerário que o levou a trabalhar no campo psiquiátrico (...).

Quais são, portanto, os eventos – não os eventos em si – mas aqueles que marcaram a personalidade, que influíram em uma tal orientação?”. (p. 03)

Encaremos, portanto, a formação como alguma coisa da ordem de uma “modificação”: modificação de um certo nível da personalidade do sujeito que se engaja neste trabalho; não uma transformação, mas uma modificação no sentido de uma sensibilização para alguma coisa específica. Mas, quais são as possibilidades da sensibilização? (...). Essa sensibilização não necessita, da parte do sujeito que se engaja, uma disponibilidade de saída, ou antes, uma disposição particular de sua própria personalidade? (...) seria importante poder precisar quais são as qualidades implícitas que estão na base de uma certa “escolha” profissional. (...) A formação deve, com efeito, poder se integrar ao desenvolvimento da personalidade (...). A competência está em relação com o que marca a vida de qualquer um; não simplesmente os trabalhos, os trabalhos e os dias, os empregos, mas as preferências, os gostos, as paixões (OURY, 1991, p. 4).

Com as marcas da nossa adolescência, e após um intenso início de trajetória profissional, permeada por discursos e práticas sobre adolescentes que usam drogas, escrevo esta dissertação na tentativa de produzir uma experiência que me transforme, não para promover uma especialista em adolescentes que usam drogas, com título de mestra para tal, mas uma trabalhadora do campo do cuidado, que assume o não saber para seguir (des)conhecendo, “tratamos humanos como devires singulares constituídos em relações de força e, portanto, cuidamos de “estrangeiros” em sua própria terra, já que ninguém conhece o mundo de forma definitiva” (MÉLLO, 2017, p. 89).

Finalmente, ao lado do gênero e raça como marcadores de desigualdade, cabe destacar novamente a relação de idade que, como relação de poder, opera a formulação do desenvolvimento como acabamento, maturação, como *rostidade* adulta.

O conceito do inacabamento é, portanto, simultaneamente o conceito da falta e a falta do conceito. É o conceito da falta: significa que o homem não está completo, que não encontra em si mesmo, nos instintos, num *savoir-faire* inato, o sentido da sua vida e a verdade das suas condutas e que um ser humano não pode, conseqüentemente, ser senão um ser inter-humano. Mas é também a falta dum conceito: as ciências revelaram-se insuficientes ao mesmo tempo que necessárias para “compreender” o homem. A tarefa do pensamento que não consegue definir uma essência do homem, um “homem genérico” ou uma “espécie humana”, está enfim contida como um programa neste mesmo conceito do inacabamento (LAPASSADE, 1975, p. 320-321).

Assim, se tem algum sentido falar de “desenvolvimento”, não é como amadurecimento rumo a ficar adulto, mas como “detectar potências de vida e dar-lhes existência” (CECCIM; PALOMBINI, 2009, p. 308). *Volver a los 17*, como “entrada permanente na vida” (LAPASSADE, 1975).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao investigar de que maneira esses mitos e forças sociais moldaram minha infância e minha carreira, podemos gradualmente reduzir a desinformação, que estimula as chamadas epidemias das drogas e nos leva a tomar iniciativas que prejudicam as pessoas e as comunidades às quais supostamente deveríamos ajudar (HARDT, 2014, p. 18).

Há uma vasta literatura nacional e internacional que converge ao apontar riscos e prejuízos (ao desenvolvimento) decorrentes do uso de drogas na adolescência e não pretendemos negá-la com nosso estudo. No entanto, nossa experiência profissional em serviços de assistência social e de saúde, bem como nossa própria vivência adolescente, corroboram com as pesquisas que apontam o desencontro (e alguns prejuízos) entre abordagens centradas nas drogas – que preconizam abstinência – e no futuro – desenvolvimento rumo ao adulto-norma – e a multiplicidade de modos de viver e consumir substâncias psicoativas nas adolescências.

Em busca de “traçar um território ou o contorno de um *conjunto-droga*, que estaria em relação, de um lado, com o interior, com as diversas espécies de drogas e, de outro, com o exterior, com as causalidades mais gerais” (DELEUZE, 1979, p. 63), optamos por utilizar a noção *experiência*, para colocar em cena dimensões históricas (saberes, instituições, práticas) e intensivas (afetos, sensibilidades, invenções), que se articulam na produção de modos de usar e significar as drogas. Percorremos a produção científica sobre drogas na adolescência; analisamos a *adolescência* como *instituição* e as *drogas* como *dispositivo* produtor de formas de pensar e formular questões sobre este campo; e escutamos narrativas de jovens adultos que fizeram uso intenso de drogas nas adolescências.

Ao analisar os artigos publicados na base SciELO, destacamos tensões entre pesquisas que reforçam políticas de repressão e controle, com base nos riscos e prejuízos ao desenvolvimento; outras que apontam dimensões coletivas, que vulnerabilizam adolescentes pobres, negros e periféricos, ao violar direitos básicos; alguns trabalhos que problematizam a judicialização da saúde e a circunscrição da categoria adolescentes drogados – que totaliza indivíduos e justifica práticas de exclusão; e os estudos que escutam o que dizem adolescentes sobre drogas.

O trabalho de revisão dos artigos possibilita apontar, em especial, a tensão entre análises que resultam no acirramento da Guerra às Drogas ao colocar a droga como *ameaça ao ser em desenvolvimento* e as discussões em torno das condições de vida que colocam adolescentes em risco de/ao consumir drogas. De modo geral, as pesquisas que escutam o que

dizem os/as adolescentes apontam a necessidade de práticas de prevenção e cuidado contextualizadas, múltiplas e intersetoriais.

A segunda empreitada foi analisar a instituição da *adolescência* – regulada pelo dispositivo do *desenvolvimento* – e o *dispositivo* das drogas – que produziu o modo como formulamos a *questão das drogas* na contemporaneidade ocidental.

Discutimos as condições históricas, políticas, sociais e econômicas que engendram a produção de subjetividades adolescentes, bem como modos de controle e vigilância dos corpos que adolecem e, nesse sentido, a noção de *proteção tutelar* (hierarquia protetor-protegido que culmina em práticas autoritárias de vigilância e controle) se diferencia radicalmente da *proteção garantista* (responsabilidade dos adultos pela garantia dos direitos fundamentais ao processo emancipatório). Ao pensar a droga como dispositivo, analisamos as condições de possibilidade que produziram a “questão da droga”, a partilha moral entre drogas lícitas e ilícitas, a política mundial de Guerra às Drogas, mas também os escapes advindos das experiências-resistências de pessoas que usam drogas.

Como pensar diferentemente os riscos? No campo das drogas, são as pesquisas etnográficas (que articulam os usos de substâncias a sujeitos, hábitos, contextos, culturas de uso, contornos simbólicos) e a perspectiva ética-clínica-política da redução de danos que vêm tensionando as práticas de cuidado, colocando em cena o *saber da experiência* de pessoas que consomem drogas. No campo da infância e juventude, ao trabalhar com autoras/es que problematizam a noção de adolescência natural e universal – que tem como referência o adulto ideal a ser atingido –, assumimos o inacabamento intrínseco à experiência de viver e os riscos como parte do processo de experimentar-a-si, perspectiva que retorna a questão aos agenciamentos coletivos que produzem modos de viver e *margem de segurança aos riscos*.

O universo é para ser experimentado e vivido. Crescer não é em uma direção e sentido; é invenção de direções e sentidos. Desenvolver-se não é amadurecer e ficar adulto; é detectar potências de vida e dar-lhes existência. (...) A vida envolve múltiplos circuitos de conexão e múltiplas semióticas (CECCIM; PALOMBINI, 2009, p. 308).

Ao escutar jovens adultos narrando suas adolescências com drogas, produzimos narrativas que condensam dimensões históricas e intensivas das experiências. Demos visibilidade às instituições de gênero, idade, raça e perfil que engendram normas ao *ser em desenvolvimento*, mas também abrimos passagem aos modos de resistir e (re)inventar-si, que se agenciam aos modos de vida. Todos/as os/as participantes da pesquisa, inclusive nós, reconhecemos riscos e consequências-prejuízos no vivido, riscos que escolhemos viver, em

busca de “encontrar outro ponto de vista” (MAGO) e consequências que talvez pudessem ter sido minimizadas, se fossem apresentadas outras vias ou modulações à experimentação dos prazeres.

Longe de esgotar a multiplicidade de experiências com drogas nas adolescências, (des)concluímos que pensar o(s) cuidado(s) com adolescentes que consomem drogas exige escutar o vivido, os agenciamentos, as viagens como expressão de si no mundo, não como mera alucinação, viagem irreal.

Aprende-se a cuidar? Ensina-se a cuidar? Para cuidar, (...) será necessária a abertura aos encontros de afecção, será necessário encontrar-se com o outro. A exclusão da alteridade é a exclusão do cuidado. Não é possível cuidar sem expor-se ao outro: uma educação do cuidado é uma educação da alteridade (...). Os modos de ver, dizer e julgar que aprendemos como verdadeiros ganham novas composições, novas perspectivas, conforme favoreçam a vida e afirmem sua potência criadora (CECCIM; PALOMBINI, 2009, 309-310).

Com todos os *riscos* da nossa viagem por experiências de usos de drogas na(s) adolescência(s), desviamos do amplo debate acerca das carências, vulnerabilidades, (des)estruturas que levam jovens ao consumo de drogas, dando passagem à positividade das experiências, aos agenciamentos que produzem modos de usar (e de evitar) drogas, às conexões que se criam, à dimensão afirmativa na invenção de modos de vida em que o uso de drogas compõe variações de si.

## REFERÊNCIAS

- ABERASTURY, Arminda; KNOBEL, Mauricio. **Adolescência normal**: um enfoque psicanalítico. Porto Alegre: Artes Médicas, 1981.
- ADADE, Mariana; MONTEIRO, Simone. Educação sobre drogas: uma proposta orientada pela redução de danos. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 40, n. 1, p. 215-230, jan./mar. 2014. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1517-97022014000100014&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-97022014000100014&lng=pt&nrm=iso). Acesso em: 13 nov. 2020.
- ADICHIE, Chimamanda Ngozi. **O perigo da história única**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.
- ALARCON, Sérgio. **O diagrama das drogas**: cartografia das drogas como dispositivo de poder na sociedade brasileira contemporânea. 2008. Tese (Doutorado em Ciências Saúde Pública) – Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca, Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2008.
- ALENCAR, Rodrigo; SILVA, Rubens Espejo; AVARCA, Camila Aleixo de Campos. **Drogas e autonomia**: intersecções entre clínica e políticas públicas. São Paulo: Benjamin Editorial, 2020.
- ALVARADO-CHACÓN, Roberto *et al.* Significado del consumo de drogas para las adolescentes de la calle, en la ciudad de Valencia, Venezuela. **Revista Latino-Americana de Enfermagem**, Ribeirão Preto, v. 19, p. 746-752, maio/jun. 2011. Edição especial. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/rlae/v19nspe/12.pdf>. Acesso em: 01 mar. 2020.
- ALVIM, Davis Moreira. O que é um contradispositivo? **Cadernos de Subjetividade**, São Paulo, n. 14, p. 78-85, 2012. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/cadernossubjetividade/article/view/38493/26162>. Acesso em: 02 mar. 2020.
- AMARAL, Belchior Puziol. **Drogas e sociedades**: da distopia proibicionista à utopia antiproibicionista. 2016. Dissertação (Mestrado em Saúde Coletiva) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016.
- ANDRADE, Samkya Fernandes de Oliveira; ALVES, Railda Sabino Fernandes; BASSANI, Maíne Helen Pereira de Almeida. Representações Sociais sobre as drogas: um estudo com adolescentes em conflito com a lei. **Psicologia: Ciência e Profissão**, Brasília, v. 38, n. 3, p. 437-449, jul./set. 2018. Disponível em: [https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1414-98932018000300437](https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932018000300437). Acesso em: 05 mar. 2020.
- ARIÈS, P. **História social da criança e da família**. Rio de Janeiro: LTC, 1981.
- BARROS, João Paulo Pereira; COLAÇO, Veriana de Fátima Rodrigues. Drogas na escola: análise das vozes sociais em jogo. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 40, n. 1, p. 253-273, jan./mar. 2015. Disponível em:

<https://www.scielo.br/pdf/edreal/v40n1/2175-6236-edreal-40-01-00253.pdf>. Acesso em: 05 mar. 2020.

BATISTA, Vera Malaguti. A juventude popular e o direito de ir e vir. **Revista Brasileira de Ciências Criminais**, São Paulo, n. 109, p. 283-295, jul. 2014.

BECKER, Howard. **Outsiders: estudos de sociologia do desvio**. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2019.

BENJAMIN, Walter. Experiência e pobreza. *In*: BENJAMIN, Walter. **Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura**. 8. ed. São Paulo: Brasiliense, 2012. p. 123-127.

BLOS, Peter. **Adolescência: uma interpretação psicanalítica**. Martins Fontes: Rio de Janeiro, 1985.

BONDÍA, Jorge Larrosa. Notas sobre a experiência e o saber da experiência. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, n. 19, p. 20-28, jan./abr. 2002. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/rbedu/n19/n19a02.pdf>. Acesso em: 19 dez. 2019.

BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. *In*: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (org.). **Usos & abusos da história oral**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006. p. 183-191.

BRANDÃO, Ramon Taniguchi Piretti. Experiência e transformação de si: Foucault e a estetização da vida. **Interespaco**, Grajaú, v. 2, n. 4, p. 81-96, jun. 2016. Disponível em: <http://www.periodicoeletronicos.ufma.br/index.php/interespaco/article/view/4921/2996>. Acesso em: 20 ago. 2020

BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 10.216, de 06 de abril de 2001**. Dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e redireciona o modelo assistencial em saúde mental. Brasília, DF: Casa Civil, 2001. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/leis\\_2001/l10216.htm#:~:text=LEI%20N%2010.216%2C%20DE,modelo%20assistencial%20em%20sa%C3%BAde%20mental](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10216.htm#:~:text=LEI%20N%2010.216%2C%20DE,modelo%20assistencial%20em%20sa%C3%BAde%20mental). Acesso em: 23 ago. 2020.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Portaria nº 336 de 19 de fevereiro de 2002**. Dispõe sobre os Centros de Atenção Psicossocial - CAPS, para atendimento público em saúde mental, isto é, pacientes com transtornos mentais severos e persistentes em sua área territorial, em regime de tratamento intensivo, semi-intensivo e não-intensivo. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2002. Disponível em: [https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2002/prt0336\\_19\\_02\\_2002.html](https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2002/prt0336_19_02_2002.html). Acesso em: 25 nov. 2018.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Política do Ministério da Saúde para atenção integral a usuários de álcool e outras drogas**. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2003. Disponível em: [http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica\\_atencao\\_alcool\\_drogas.pdf](http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_atencao_alcool_drogas.pdf). Acesso em: 25 nov. 2018.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Diretrizes nacionais para a atenção integral de adolescentes e jovens na promoção, proteção e recuperação da saúde**. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2010. Disponível em: [http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/diretrizes\\_nacionais\\_atencao\\_saude\\_adolescentes\\_jovens\\_promocao\\_saude.pdf](http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/diretrizes_nacionais_atencao_saude_adolescentes_jovens_promocao_saude.pdf). Acesso em: 25 nov. 2018.

BRASIL. Ministério da Justiça. **Crack, é possível vencer: enfrentar o crack, compromisso de todos**. Brasília, DF: Ministério da Justiça, 2011. Disponível em: [https://www.tjmt.jus.br/INTRANET.ARQ/CMS/GrupoPaginas/105/1020/Crack\\_%C3%A9\\_poss%C3%ADvel\\_vencer.pdf](https://www.tjmt.jus.br/INTRANET.ARQ/CMS/GrupoPaginas/105/1020/Crack_%C3%A9_poss%C3%ADvel_vencer.pdf). Acesso em: 15 dez. 2020.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Atenção psicossocial a crianças e adolescentes no SUS: tecendo redes para garantir direitos**. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2014. Disponível em: [http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/atencao\\_psicossocial\\_crianças\\_adolescentes\\_us.pdf](http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/atencao_psicossocial_crianças_adolescentes_us.pdf). Acesso em: 10 dez. 2020.

BRASIL. Organização Pan-Americana da Saúde. Ministério da Saúde. **Saúde e sexualidade de adolescentes**. Construindo equidade no SUS. Brasília, DF: OPAS: MS, 2017.

BRASIL. Presidência da República. **Decreto nº 9.761 de 11 de abril de 2019**. Aprova a Política Nacional sobre Drogas. Brasília, DF: Secretaria-Geral, 2019a. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2019-2022/2019/decreto/D9761.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/decreto/D9761.htm). Acesso em: 04 mar. 2021.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Nota Técnica nº 11/2019-CGMAD/DAPES/SAS/MS**. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2019b. Disponível em: <https://pbpd.org.br/wp-content/uploads/2019/02/0656ad6e.pdf>. Acesso em: 04 mar. 2021.

BRASIL. Presidência da República. **Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940**. Código Penal. Rio de Janeiro: Casa Civil, 1940. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/del2848compilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del2848compilado.htm). Acesso em: 15 mar. 2021.

BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990**. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Brasília, DF: Casa Civil, 1990. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l8069.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm). Acesso em: 10 dez. 2020.

BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 12.852, de 5 de agosto de 2013**. Institui o Estatuto da Juventude e dispõe sobre os direitos dos jovens, os princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude e o Sistema Nacional de Juventude - SINAJUVE. Brasília, DF: Casa Civil, 2013. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2013/lei/12852.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/12852.htm). Acesso em: 05 dez. 2020.

BUTLER, Judith. **Quadros de guerra: quando a vida é passível de luto?** 5. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

CAPONI, Sandra. A saúde como abertura ao risco. In: CZERESNIA, Dina; FREITAS, Carlos Machado de. **Promoção da saúde: conceitos, reflexões, tendências**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2003. cap. 3, p. 55-77.

CAPPI, Riccardo. O “uso punitivo das drogas”: é possível desintoxicar o discurso. *In*: TAVARES, Luiz Alberto; MONTES, Jane Cresus (org.). **A adolescência e o consumo de drogas: uma rede informal de saberes e práticas**. Salvador: EDUFBA: CETAD, 2014. p. 127-145.

CARLINI, Elisaldo Luiz de Araújo *et al.* **VI levantamento nacional sobre o consumo de drogas psicotrópicas entre estudantes do ensino fundamental e médio de ensino das redes públicas e privadas nas 27 capitais brasileiras-2010**. São Paulo: CEBRID: UNIFESP; 2010. 503 p.

CARLINI, Elisaldo Araujo *et al.* Drogas psicotrópicas: o que são e como agem. **Revista IMESC**, São Paulo, n. 3, p. 9-35, out. 2001. Disponível em: <https://imesc.sp.gov.br/wp-content/uploads/2019/03/Revista-IMESC-n%C2%BA-3-outubro-2001.pdf>. Acesso em: 01 mar. 2021.

CARNEIRO, Henrique. **Drogas: a história do proibicionismo**. São Paulo: Autonomia Literária, 2018.

CECCIM, Ricardo Burg; PALOMBINI, Analice de Lima. Imagens da infância, devir-criança e uma formulação à educação do cuidado. **Psicologia & Sociedade**, Recife, v. 21, n. 3, p. 301-312, set./dez. 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/psoc/v21n3/a03v21n3.pdf>. Acesso em: 10 fev. 2021.

CHIMELI, Isabela Vieira *et al.* A abstração do risco e a concretude dos sujeitos: uma reflexão sobre os comportamentos de risco. **Physis: Revista de Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 26, n. 2, p. 399-415, abr./jun. 2016. Disponível em: [https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-73312016000200399&script=sci\\_abstract&tlng=pt](https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-73312016000200399&script=sci_abstract&tlng=pt). Acesso em: 05 mar. 2020.

COIMBRA, Cecília; BOCCO, Fernanda; NASCIMENTO, Maria Lívia. Subvertendo o conceito de adolescência. **Arquivos Brasileiros de Psicologia**, Rio de Janeiro, v. 57, n. 1, p. 2-11, jun. 2005. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/arpb/v57n1/v57n1a02.pdf>. Acesso em: 10 ago. 2020.

CONCEIÇÃO, Maria Inês Gandolfo; VENTURA, Carla Arena. Percepção de riscos e benefícios associados ao uso de maconha entre estudantes de Brasília, Brasil. **Texto & Contexto – Enfermagem**, Florianópolis, v. 28, p. e146, ago. 2019. Edição especial. Disponível em: [https://www.scielo.br/pdf/tce/v28nspe/pt\\_1980-265X-tce-28-spe-e146.pdf](https://www.scielo.br/pdf/tce/v28nspe/pt_1980-265X-tce-28-spe-e146.pdf). Acesso em: 20 mar. 2020.

COSTA, Anacely Guimarães *et al.* Drogas em áreas de risco: o que dizem os jovens. **Physis: Revista de Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 22, n. 2, p. 803-819, jun. 2012. Disponível em: [https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-73312012000200021&script=sci\\_abstract&tlng=pt](https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-73312012000200021&script=sci_abstract&tlng=pt). Acesso em: 20 mar. 2020

COSTA, Luis Artur; GALLI FONSECA, Tania Mara. Da diversidade: uma definição do conceito de subjetividade. **Interamerican Journal of Psychology**, Porto Alegre, v. 42, n. 3, p. 513-519, dez. 2008. Disponível em: [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0034-96902008000300011&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-96902008000300011&lng=pt&nrm=iso). Acesso em: 22 mar. 2020.

- COUTINHO, Luciana Gageiro. **Adolescência e errância: destinos do laço social no contemporâneo**. Rio de Janeiro: NAU, 2009.
- DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Felix. **O que é a filosofia?** Rio de Janeiro: Ed. 34, 1992.
- DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Felix. **Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia**. São Paulo: Ed. 34, v. 3, 2012.
- DELEUZE, Gilles. Instintos e instituições (1955). In: DELEUZE, Gilles. **A ilha deserta e outros textos**. São Paulo: Iluminuras, 2006. p. 29-32.
- DELEUZE, Gilles. **Conversações (1972-1995)**. São Paulo: Ed. 34, 2007.
- DELEUZE, Gilles. Duas questões (1979). In: LANCETTI, Antonio. **Saúde e loucura, 3**. São Paulo: Hucitec, 1991. p. 63-66 (Saúde em Debate, 47).
- DINIZ, Debora. Cadeia de papel: nome de horror. **Revista Liberdades**, São Paulo, n. 20, set./dez. 2015. Disponível em: [http://www.revistaliberdades.org.br/\\_upload/pdf/25/Lib20\\_Entrevista01.pdf](http://www.revistaliberdades.org.br/_upload/pdf/25/Lib20_Entrevista01.pdf). Acesso em: dez. 2020.
- DOMINGUES, Adriana Rodrigues. René Lourau e o uso do diário de campo como dispositivo da análise institucional. In: DOMINGUES, Adriana Rodrigues; L'ABBATE, Solange; RUSCHE, Rosbson Jesus (org.). **Análise institucional: perspectivas contemporâneas, teorias e experiências**. São Paulo: Hucitec, 2019. p. 170-195.
- ESCOBAR, José Arturo Costa; ROAZZI, Antonio. Panorama contemporâneo do uso terapêutico de substâncias psicodélicas: Ayahuasca e Psilocibina. **Neurobiologia**, Recife, v. 73, n. 3, p. 159-172, jul./set. 2010. Disponível em: [https://neip.info/novo/wp-content/uploads/2015/04/escobar\\_roazzi\\_panorama.pdf](https://neip.info/novo/wp-content/uploads/2015/04/escobar_roazzi_panorama.pdf). Acesso em: 20 mar. 2020.
- ESCOHOTADO, Antonio: **Historia general de las drogas**. Madrid: Alianza, 1983.
- ESCOHOTADO, Antonio. **O livro das drogas: usos, abusos, preconceitos e desafios**. São Paulo: Dynamis editorial, 1997.
- FARIA FILHO, Edson Arantes *et al.* Concepções sobre drogas por adolescentes escolares. **Revista Brasileira de Enfermagem**, Brasília, v. 68, n. 4, p. 457-63, maio/jun. 2015. Disponível em: [https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0034-71672015000300517&lng=pt&tlng=pt](https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-71672015000300517&lng=pt&tlng=pt). Acesso em: 03 mar. 2020.
- FIORE, Maurício. O lugar do Estado na questão das drogas: o paradigma proibicionista e as alternativas. **Novos Estudos CEBRAP**, São Paulo, n. 92, p. 9-21, mar. 2012. Disponível em: [https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0101-33002012000100002](https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-33002012000100002). Acesso em: 23 jan. 2021.
- FIORE, Maurício. **Uso de drogas: substâncias, sujeitos e eventos**. Campinas: UNICAMP, 2013.

FOUCAULT, Michel. **A verdade e as formas jurídicas**. Rio de Janeiro: NAU, 2003.

FOUCAULT, Michel. A ética do cuidado de si como prática da liberdade (1984). *In*: FOUCAULT, Michel. **Ética, sexualidade, política**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004a. p. 264-287. (Ditos e escritos, V).

FOUCAULT, Michel. O uso dos prazeres e as técnicas de si (1983). *In*: FOUCAULT, Michel. **Ética, sexualidade, política**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004b. p. 192-217. (Ditos e escritos, V).

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. 37. ed. Petrópolis: Vozes, 2009.

FOUCAULT, Michel. Aula de 17 de março de 1976. *In*: FOUCAULT, Michel. **Em defesa da sociedade**. São Paulo: Martins Fontes, 2010. p. 201-222.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade II: o uso dos prazeres**. São Paulo: Paz e Terra, 2014.

FOUCAULT, Michel. Verdade e poder (1977). *In*: FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. 6. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2017a. p. 35-54.

FOUCAULT, Michel. Sobre a História da sexualidade (1979). *In*: FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. 6. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2017b. p. 363-406

FOUCAULT, Michel. Genealogia e poder (1976). *In*: FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. 6. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2017c. p. 262-277.

FOUCAULT, Michel. Poder-corpo (1975). *In*: FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. 6. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2017d. p. 234-243.

FUGANTI, Luiz. **Agenciamento**. 24 fev. 2016. Escolanomade. Disponível em: <https://www.escolanomade.org/2016/02/24/agenciamento/#comments>. Acesso em: 10 jan. 2021.

GUATTARI, Felix; ROLNIK, Suely. **Micropolítica: cartografias do desejo**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

GIL, Hilda Luz Bolaños *et al.* Opiniões de adolescentes sobre o consumo de drogas: um estudo de caso em Lima, Perú. **Revista Latino-Americana de Enfermagem**, Ribeirão Preto, v. 16, p. 551-557, jul./ago. 2008. Edição especial. Disponível em: [https://www.scielo.br/pdf/rlae/v16nspe/pt\\_08.pdf](https://www.scielo.br/pdf/rlae/v16nspe/pt_08.pdf). Acesso em: 05 mar. 2020.

GROSSMAN, Eloisa. A construção do conceito de adolescência no Ocidente. **Adolescência & Saúde**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 3, p. 47-51, jul./set. 2010. Disponível em: <https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/abr-76?lang=fr>. Acesso em: 10 ago. 2020.

GUARESCHI, Neuza Maria de Fátima; LARA, Lutiane de; ECKER, Daniel Dall'Igna. A internação compulsória como estratégia de governamentalização de adolescentes usuários de drogas. **Estudos de Psicologia (Natal)**, Natal, v. 21, n. 1, 25-35, jan./mar. 2016. Disponível em: [https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-294X2016000100025&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt](https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-294X2016000100025&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt). Acesso em: 12 mar. 2020.

HARDT, Carl. **Um preço muito alto**: a jornada de um neurocientista que desafia nossa visão sobre as drogas. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

HENZ, Alexandre de Oliveira. **O que pequenas narrativas de pesquisa tem a aprender com os textos, cartas e escritos de Anton Tchekhov?** 15 ago. 2020a. Disponível em: <https://laboratoriodesensibilidades.wordpress.com/2020/08/15/o-que-pequenas-narrativas-de-pesquisa-tem-a-aprender-com-os-textos-cartas-e-escritos-de-anton-tchekhov/>. Acesso em: 10 jan. 2021.

HENZ, Alexandre de Oliveira. **Pesquisas e narrativas no lugar do infame, obscuro e mudo?** 13 jul. 2020b. Disponível em: <https://laboratoriodesensibilidades.wordpress.com/2020/07/13/pesquisa-e-narrativas-no-lugar-infame-obscuro-e-mudo/>. Acesso em: 10 jan. 2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa nacional de saúde escolar**. Rio de Janeiro: IBGE, 2016. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/educacao/9134-pesquisa-nacional-de-saude-do-escolar.html?=&t=downloads>. Acesso em: 05 mar. 2021.

JARDIM, Alex Fabiano Correia. Impessoalidade e modos de vida em Gilles Deleuze: breves considerações. **Unimontes Científica**, Montes Claros, v. 6, n. 1, p. 1-13, jan./jun. 2004. Disponível em: <https://www.periodicos.unimontes.br/index.php/unicientifica/article/view/2473/2515>. Acesso em: 17 fev. 2021.

KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação**: retratos de racismo cotidiano. Rio de Janeiro: Cobongó, 2020.

LANCETTI, Antonio. **Contrafissura e plasticidade psíquica**. São Paulo: Hucitec, 2015.

LAPASSADE, Georges. **A entrada na vida**. Lisboa: Edições 70, 1975.

LIMA, Juliana Meirelles. **A construção de tipos de pessoas vistas a partir de bancos de dados**: o caso da adolescência vulnerável. São Paulo: PUCSP, 2015

LIMA, Isabel Maria Sampaio Oliveira; ALVES, Vânia Sampaio; CORREIA, Ludmila Cerqueira. Adolescência e consumo de substâncias psicoativas: uma discussão sob o enfoque do direito à saúde. *In*: TAVARES, Luiz Alberto; MONTES, Jane Cresus (org.). **A adolescência e o consumo de drogas**: uma rede informal de saberes e práticas. Salvador: EDUFBA: CETAD, 2014. p. 169-187.

LOECK, Jardel Fischer. **Adicção e ajuda mútua**: estudo antropológico de grupos de narcóticos anônimos na cidade de Porto Alegre (RS). Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2009.

LÓPEZ, Maximiliano Valerio. O conceito de experiência em Michel Foucault. **Revista Reflexão e Ação**, Santa Cruz do Sul, v. 19, n. 2, p. 42-55, jul./dez. 2011. Disponível em: <https://online.unisc.br/seer/index.php/reflex/article/view/2367/1900>. Acesso em 05 mar. 2021.

LOURAU, Renè. **Análise institucional e práticas de pesquisa**. Rio de Janeiro: UERJ, 1993.

LOWENKRON, Laura. (Menor)idade e consentimento sexual em uma decisão do STF. **Revista de Antropologia**, São Paulo, v. 50, n. 2, p. 713-745, dez. 2007. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/ra/article/view/27276/29048>. Acesso em: 18 fev. 2021.

MACEDO, Etiene Oliveira Silva; CONCEIÇÃO, Maria Inês Gandolfo. Significações sobre Adolescência e Saúde entre Participantes de um Grupo Educativo de Adolescentes. **Psicologia: Ciência e Profissão**, Brasília, v. 35, n. 4, p. 1059-1073, out./dez. 2015. Disponível em: [https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1414-98932015000401059&lng=pt&tlng=pt](https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932015000401059&lng=pt&tlng=pt). Acesso em: 20 mar. 2020.

MACHADO, Roberto. Introdução: por uma genealogia do poder. *In*: MACHADO, Roberto. **Microfísica do poder**. 6. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2017. p. 7-34.

MADARIAGA, Jimena. La historia de la ley de responsabilidad penal de menores de edad em chile: um ejercicio genealógico y uma propuesta de análisis. **Fractal: Revista De Psicologia**, Rio de Janeiro, v. 27, n. 3, p. 272-280, set./dez. 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/fractal/v27n3/1984-0292-fractal-27-3-0272.pdf>. Acesso em: 26 mar. 2020.

MALHEIRO, Luana. **Tornar-se mulher usuária de crack**: trajetória de vida, cultura de uso e políticas sobre drogas no centro de Salvador-BA. 2018. Dissertação (Mestrado em Antropologia) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia Salvador, Salvador, 2018.

MANSANO, Sonia Regina Vargas. Sujeito, subjetividade e modos de subjetivação na contemporaneidade. **Revista de Psicologia da Unesp**, Assis, v. 8, n. 2, p. 110-117, mar. 2009. Disponível em: <https://seer.assis.unesp.br/index.php/psicologia/article/view/946>. Acesso em: 27 jan. 2021.

MATHEUS, Tiago Corbisier. **Ideais na adolescência**: falta (d)e perspectivas na virada do século. São Paulo: Annablume: Fapesp, 2002.

MAYORGA, Claudia; PINTO, Geíse Pinheiro. Juventudes: a pluralização da experiência ou a invisibilidade das relações de poder. *In*: MENEZES, Jaileila de Araújo; COSTA, Mônica Rodrigues; Araújo, Tatiana Cristina dos Santos de (org.). **JUBRA**: territórios interculturais de juventude. Recife: Universitária da UFPE, 2013. p. 101-114.

MBEMBE, Achille. Necropolítica. **Arte e Ensaios**, Rio de Janeiro, n. 32, p. 123-151, dez. 2016. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/ae/article/view/8993>. Acesso em: 03 mar. 2021.

MCRAE, Edward. Abordagens qualitativas na compreensão do uso de psicoativos. *In*: ALMEIDA, Alba Riba de; NERY FILHO, Antonio; MACRAE, Edward (org.). **Drogas**: tempos, lugares e olhares sobre seu consumo. Salvador: EDUFBA, 2004. p. 27-48.

MCRAE, Edward. Uso ritual de substâncias psicoativas na religião do Santo Daime como um exemplo de redução de danos. *In*: NERY FILHO, Antonio *et al.* (org.).

**Toxicomanias:** incidências clínicas e socioantropológicas. Salvador: CETAD, 2009. p. 21-36.

MÉLLO, Ricardo Pimentel. **Cuidar? De quem? De quê?** À ética que nos transporta. Tese para progressão à classe professor titular. Fortaleza: UFCE, 2017.

MELO, Eduardo Rezende. **A subjetivação jurídico-política de crianças e de adolescentes e o direito ao desenvolvimento:** contribuições críticas do debate filosófico contemporâneo. São Paulo: USP, 2019.

MINAYO, Maria Cecília de Souza; SCHENKER, Miriam. Fatores de risco e de proteção para o uso de drogas na adolescência. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 3, p.707-717, set./set. 2005. Disponível em: [https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-81232005000300027&lng=pt&tlng=pt](https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232005000300027&lng=pt&tlng=pt). Acesso em: 26 ago. 2020.

MURILLO-CASTRO, Ligia; MIASSO, Adriana Inocenti. Visión de jóvenes Costarricenses, de zonas rurales, en un programa de rehabilitación, sobre el consumo de drogas. **Revista Latino-Americana de Enfermagem**, Ribeirão Preto, v. 19, p. 796-803, maio/jun. 2011. Edição Especial. Disponível em: [https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-11692011000700018&script=sci\\_arttext&tlng=es](https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-11692011000700018&script=sci_arttext&tlng=es). Acesso em: 19 mar. 2020.

NASCIMENTO, Maria Lívia; SCHEINVAR, Estela. Infância: discursos de proteção, práticas de exclusão. **Estudos e Pesquisas em Psicologia**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 2, p. 51-66, dez. 2005. Disponível em: [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1808-42812005000200007](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1808-42812005000200007). Acesso em: 10 ago. 2020.

NEGRI, Antonio. Para uma definição ontológica da multidão. **Lugar Comum**, Rio de Janeiro, n. 19-20, p. 15-26, jul. 2009. Disponível em: [https://uninomade.net/wp-content/files\\_mf/113103120455output19-20.pdf](https://uninomade.net/wp-content/files_mf/113103120455output19-20.pdf). Acesso em: 05 dez. 2020.

NIETZSCHE, Friedrich. **Genealogia da moral:** uma polêmica. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

NOGUEIRA, Jailson Alves *et al.* Poder, masculinidade e participação em facções criminosas a partir de relatos adolescentes privados de liberdade pela prática de atos infracionais. **Revista Brasileira de Políticas Públicas**, Brasília, v. 10, n. 1, p. 337-353, mar. 2020. Disponível em: <https://www.publicacoesacademicas.uniceub.br/RBPP/article/view/6465>. Acesso em: 14 jan. 2021.

NOGUERA, Renato; BARRETO, Marcos. Infanciação, ubuntu e teko porã: elementos gerais para educação e ética afroperspectivistas. **Childhood & Philosophy**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 31, p. 625-644, set./dez. 2018. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=6593654>. Acesso em: 29 ago. 2020.

NUNES, Maria Augusta Vilalba. Diálogo e alteridade no processo de criação do roteiro cinematográfico. **Revista GEMInIS**, São Carlos, v. 10, n. 2, p. 225-232, set. 2019.

Disponível em: <https://www.revistageminis.ufscar.br/index.php/geminis/article/view/473>. Acesso em: 17 jan. 2021.

ORTEGA, Francisco. **Genealogias da amizade**. São Paulo: Iluminuras, 2002

OURY, Jean. Itinerários de formação. **Revue Pratique**, n. 1, 1991. Disponível em: <https://docgo.net/download/documents/itiner-arios-de-forma-cao-jean-oury-rtf>. Acesso em: 10 jan. 2021.

OZELLA, Sérgio. Adolescência: um estereótipo ou uma construção histórico-social? *In*: SILVA, Eroy Aparecida da; DE MICHELI, Denise (org.). **Adolescência, uso e abuso de drogas: uma visão integrativa**. São Paulo: Fap-Unifesp, 2011. p. 31-50.

PASSOS, Eduardo Henrique; SOUZA, Tadeu Paula. Redução de danos e saúde pública: construções alternativas à política global de “guerra às drogas”. **Psicologia & Sociedade**, Florianópolis, v. 23, n. 1, p. 154-162, jan./abr. 2011. Disponível em: [https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-71822011000100017](https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-71822011000100017). Acesso em: 12 dez. 2020.

PASSOS, Eduardo; BARROS, Regina Benevides. A cartografia como método de pesquisa intervenção. *In*: PASSOS, Eduardo; KASTRUP, Virgínia; ESCÓSSIA, Liliana da (org.). **Pistas do método da cartografia: pesquisa intervenção e produção de subjetividade**. Porto Alegre: Editora Sulina, 2015. p. 17-31.

PASSOS, Izabel Friche; LIMA, Isabella Cristina Barral Faria. Políticas sobre drogas: qual o impacto para crianças e adolescentes? **Psicologia & Sociedade**, Belo Horizonte, v. 25, p. 111-121, 2013. Edição Especial. Disponível em: [https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-71822013000500013&lng=en&tlng=en](https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-71822013000500013&lng=en&tlng=en). Acesso em: 10 mar. 2020.

PERLONGHER, Néstor. Droga e êxtase. *In*: LANCETTI, Antonio. **Saúdeloucura**, 3. São Paulo: Hucitec, 1991. p. 77-90. (Saúde em Debate, 47).

PRIMO, Joana Sampaio; ROSA, Miriam Debieux. Amizade e política: considerações sobre a philia e a fraternidade. **Psicologia Política**, São Paulo, v. 15, n. 33, p. 377-390, ago. 2015. Disponível em: <https://psicanalisepolitica.files.wordpress.com/2014/06/v15n33a09.pdf>. Acesso em: 08 dez. 2020.

PRIMO, Joana Sampaio. **Amizade, espaço de pensamento e alteridade: uma análise das cartas de Freud a Fliess**. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2015.

QUEIROZ, Isabela Saraiva. **Norma de gênero e uso de drogas: normalização e diferença na experiência de mulheres**. 2015. Tese (Doutorado em Psicologia) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2015.

RAUPP, Luciane; MILNITSKY-SAPIRO, Clary. Adolescência, drogadição e políticas públicas: recortes no contemporâneo. **Estudos de Psicologia (Campinas)**, Campinas, v. 26, n. 4, p. 445-454, nov./dez. 2009. Disponível em:

[https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-166X2009000400005&lng=pt&tlng=pt](https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-166X2009000400005&lng=pt&tlng=pt). Acesso em: 16 jul. 2020.

REIS, Carolina dos; GUARESCHI, Neuza Maria de Fátima; CARVALHO, Salo de. Sobre jovens drogaditos: as histórias de ninguém. **Psicologia & Sociedade**, Belo Horizonte, v. 26, p. 68-78, 2014. Edição Especial. Disponível em: [https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-71822014000500008&lng=pt&tlng=pt](https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-71822014000500008&lng=pt&tlng=pt). Acesso em: 10 mar. 2020.

REIS, Carolina dos; GUARESCHI, Neuza Maria de Fátima. Nas teias da “rede de proteção”: internação compulsória de crianças e adolescentes e a judicialização da vida. **Fractal: Revista de Psicologia**, Rio de Janeiro, v. 28, n 1, p. 94-101, jan./abr. 2016. Disponível em: [https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1984-02922016000100094&script=sci\\_abstract&tlng=pt](https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1984-02922016000100094&script=sci_abstract&tlng=pt). Acesso em: 24 mar. 2020.

RIBEIRO, Tatiana Weiss; PERGHER, Nicolau Kuckartz; TOROSSIAN, Sandra Djambolakdjian. Drogas e adolescência: uma análise da ideologia presente na mídia escrita destinada ao grande público. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, Porto Alegre, v. 11, n. 3, 1998. Disponível em: [https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-79721998000300003](https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-79721998000300003). Acesso em: 05 mar. 2021.

RODRIGUES, Thiago. Tráfico, guerra e proibição. *In*: LABATE, Beatriz Caiuby *et al.* (org.). **Drogas e cultura: novas perspectivas**. Salvador: EDUFBA, 2008. p. 91-204.

ROSA, Miriam Debieux; VICENTIN, Maria Cristina; CATROLI, Viviani S. C. Viver em tempos sombrios: a experiência e os laços com os contemporâneos. **Psicologia em Revista**, Belo Horizonte, v. 15, n. 1, p. 51-68, abr. 2009. Disponível em: [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?pid=S1677-11682009000100004&script=sci\\_abstract](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?pid=S1677-11682009000100004&script=sci_abstract). Acesso em: 17 jan. 2021.

ROSA, Miriam Debieux; VICENTIN, Maria Cristina. Os intratáveis: o exílio do adolescente do laço social pelas noções de periculosidade e irrecuperabilidade. *In*: GURSKI, Roselene; ROSA, Miriam Debieux; POLI, Maria Cristina (org.). **Debates sobre adolescência contemporânea e o laço social**. Curitiba: Juruá, 2012. p. 39-57.

ROSEMBERG, Fúlvia; MARIANO, Carmem Lúcia Sussel. A convenção internacional sobre os direitos da criança: debates e tensões. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 40, n. 141, p. 693-728, dez. 2010. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0100-15742010000300003&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-15742010000300003&lng=en&nrm=iso). Acesso em: 25 jul. 2020.

ROTELLI, Franco. Onde está o senhor? *In*: LANCETTI, Antonio. **Saúdeloucura**, 3. São Paulo: Hucitec, 1991. p. 67-76. (Saúde em Debate, 47).

RUI, Taniele. **Nas tramas do crack: etnografia da abjeção** – São Paulo: Terceiro Nome, 2014.

RUSCHE, Robson Jesus. Georges Lapassade: instituído e instituinte como movimentos de dimensão institucional. *In*: DOMINGUES, Adriana Rodrigues; L'ABBATE, Solange; RUSCHE, Rosbson Jesus (org.). **Análise institucional: perspectivas contemporâneas, teorias e experiências**. São Paulo: Hucitec, 2019. p. 196-221.

SAFIOTTI, Heleieth I. B. **O poder do macho**. São Paulo: Moderna, 1987.

SANTANA, Juliana Prates. Adolescência e drogas: uma abordagem em situações de risco. *In*: TAVARES, Luiz Alberto; MONTES, Jane Cresus (org.). **A adolescência e o consumo de drogas: uma rede informal de saberes e práticas**. Salvador: EDUFBA: CETAD, 2014. p. 147-168.

SANTOS, Daniela Barsotti; SILVA, Rosalina Carvalho. Sexualidade e normas de gênero em revistas para adolescentes brasileiros. **Saúde e Sociedade**, São Paulo, v.17, n. 2, p. 22-34, abr./jun. 2008. Disponível em: [https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-12902008000200004](https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-12902008000200004). Acesso em: 15 dez. 2020.

SCISLESKI, Andrea; MARASCHIN, Cleci. Internação psiquiátrica e ordem judicial: saberes e poderes sobre adolescentes usuários de drogas ilícitas. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 13, n. 3, p. 457-465, jul./set. 2008. Disponível em: [https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-73722008000300006](https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-73722008000300006). Acesso em: 10 mar. 2020.

SCHOEN-FERREIRA, Teresa Helena; AZNAR-FARIAS, Maria; SILVARES, Edwiges Ferreira de Mattos. Adolescência através dos Séculos. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, Brasília, v. 26, n. 2, p. 227-234, abr./jun. 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/ptp/v26n2/a04v26n2>. Acesso em: 22 jul. 2020.

SCHUCMAN, Lia Vainer. Sim, nós somos racistas: estudo psicossocial da branquitude paulistana. **Psicologia & Sociedade**, Belo Horizonte, v. 26, n. 1, p. 83-94, jan./abr. 2014. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-71822014000100010&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-71822014000100010&lng=en&nrm=iso). Acesso em: 19 dez. 2020.

SCOTT, Joan W. Gênero: uma categoria útil para análise histórica. **Educação e Realidade**, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 71-99, jul./dez. 1995. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/educacaoerealidade/article/view/71721/40667>. Acesso em: 11 dez. 2020.

SEGATO, Rita Laura. Gênero e colonialidade: em busca de chaves de leitura e de um vocabulário estratégico descolonial. **e-cadernos CES**, Coimbra, n. 18, p. 106-131, dez. 2012. Disponível em: [https://journals.openedition.org/eces/1533\\_](https://journals.openedition.org/eces/1533_). Acesso em: 06 dez. 2020.

SILVA, Éder Dias da; PADILHA, Maria Itayra. Atitudes e comportamentos de adolescentes em relação à ingestão de bebidas alcoólicas. **Revista da Escola de Enfermagem da USP**, São Paulo, v. 45, n. 5, p. 1063-1069, out. 2011. Disponível em: [https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0080-62342011000500005](https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0080-62342011000500005). Acesso em: 08 mar. 2020.

SODELLI, Marcelo. A abordagem da redução de danos libertadora na prevenção: ações redutoras de vulnerabilidade. *In*: SILVA, Eroy Aparecida da; DE MICHELI, Denise (org.). **Adolescência, uso e abuso de drogas: uma visão integrativa**. São Paulo: Fap-Unifesp, 2011. p. 599-616.

SOUZA, Isadora Simões. **Determinantes da institucionalização de crianças e adolescentes em tempos da doutrina da proteção integral**. 2017. Dissertação (Mestrado em Saúde Mental Internacional) - Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 2017.

SPINK, Mary Jane P. Trópicos do discurso sobre risco: risco-aventura como metáfora na modernidade tardia. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 6, p. 1277-1311, dez. 2001. Disponível em: [https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-311X2001000600002&lng=pt&tlng=pt](https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-311X2001000600002&lng=pt&tlng=pt). Acesso em: 10 mar. 2021.

TAMBOUKOU, Maria. A aventura da pesquisa narrativa. *In*: KIND, Luciana; CORDEIRO; Rosineide (org.). **Narrativas, gênero e política**. Curitiba: CRV, 2016. p. 67-84.

TEDESCO, Silvia Helena; SADE, Christian; CALIMAN, Luciana Vieira. A entrevista na pesquisa cartográfica: a experiência do dizer. **Fractal: Revista de Psicologia**, Rio de Janeiro, v. 25, n. 2, p. 299-322, maio/ago. 2013. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1984-02922013000200006](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1984-02922013000200006). Acesso em: 15 dez. 2020.

TONELI, Maria Juracy Filgueiras; SILVA, Fernando Luiz Salgado da. Entre as intensidades da vida e o "roçar" da morte: uma cartografia de experiência com psicoativos. **Fractal: Revista de Psicologia**, Rio de Janeiro, v. 23, n. 3, p. 535-556, set./dez. 2011. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1984-02922011000300007&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1984-02922011000300007&lng=en&nrm=iso). Acesso em: 05 jan. 2021.

TOROSSIAN, Sandra Djambolakdjian. **A construção das toxicomanias na adolescência: travessias e ancoragens**. 2001. Tese (Doutorado em Psicologia do Desenvolvimento) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2001.

TOROSSIAN, Sandra Djambolakdjian. Paixões e químicas. **Jornal Sul 21**, Brasília, 24 de abril de 2012. Coluna Appoa, p. 369-371. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/159744/001023963.pdf?sequence=1&isAllo wed=y>. Acesso em: 03 dez. 2020.

TRASSI, Maria de Lourdes Teixeira; MALVASI, Paulo Artur. **Violentamente pacíficos**. São Paulo: Cortez, 2010.

VARGAS, Eduardo Viana. **Entre a extensão e a intensidade: corporalidade, subjetivação e uso de "drogas"**. Belo Horizonte: UFMG, 2001.

VARGAS, Eduardo Viana. Uso de drogas: alter-ação como evento. **Revista de Antropologia**, São Paulo, v. 49, n. 2, p. 581-623, jul./dez. 2006. Disponível em: [https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0034-77012006000200003](https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-77012006000200003). Acesso em: 16 dez. 2020.

VARGAS, Eduardo Viana. Fármacos e outros objetos sócio-técnicos: notas para uma genealogia das drogas. *In*: LABATE, Beatriz Caiuby *et al.* (org.). **Drogas e cultura: novas perspectivas**. Salvador: EDUFBA, 2008. p. 41-64.

VASTERS, Gabriela Pereira; PILLON, Sandra Cristina. O uso de drogas por adolescentes e suas percepções sobre adesão e abandono de tratamento especializado. **Revista Latino-Americana de Enfermagem**, Ribeirão Preto, v. 19, n. 2, p. 317-324, mar./abr. 2011. Disponível em: [https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_abstract&pid=S0104-11692011000200013&lng=pt&nrm=iso](https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S0104-11692011000200013&lng=pt&nrm=iso). Acesso em 05 mar. 2020.

VÁZQUEZ, María de Jesús Pérez; OVIEDO, Aracely Díaz, OLALDE, Maria Gloria Calixto. Experiencia vivida de los adolescentes consumidores de drogas: um abordaje fenomenológico. **Revista da Escola de Enfermagem da USP**, São Paulo, v. 52, p. e03349, 2018. Disponível em: [https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0080-62342018000100440&lng=es&tlng=es](https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0080-62342018000100440&lng=es&tlng=es). Acesso em: 27 mar. 2020.

VELHO, Gilberto. **Nobres e anjos**: um estudo de tóxicos e hierarquia. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1998.

VIANNA, Cristiano Ribeiro. Que autonomia é essa? Abusos, usos. Drogas na adolescência. *In*: ALENCAR, Rodrigo; SILVA, Rubens Espejo da; AVARCA, Camila Aleixo de Campos (org.). **Drogas e autonomia**: intersecções entre clínica e políticas públicas. São Paulo: Benjamin Editorial, 2020. p. 59-65.

VICENTIN, Maria Cristina Gonçalves. **A vida em rebelião**: jovens em conflito com a lei. São Paulo: Hucitec: Fapesp, 2005.

ZEITOUNE, Regina Célia Gollner *et al.* O conhecimento de adolescentes sobre drogas lícitas e ilícitas: uma contribuição para a enfermagem comunitária. **Escola Anna Nery**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 1, p. 57-63, mar. 2012. Disponível em: [https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1414-81452012000100008&lng=pt&tlng=pt](https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-81452012000100008&lng=pt&tlng=pt). Acesso em: 28 mar. 2020.

## ANEXOS

**ANEXO A – Artigos de pesquisas que objetivaram escutar o que dizem adolescentes sobre as “drogas”**

ARTIGO	ANO	REVISTA
BARROS, João Paulo Pereira; COLAÇO, Veriana de Fátima Rodrigues. Drogas na escola: análise das vozes sociais em jogo. <b>Educação &amp; Realidade</b> , Porto Alegre, v. 40, n. 1, p. 253-273, jan./mar. 2015. Disponível em: <a href="https://www.scielo.br/pdf/edreal/v40n1/2175-6236-edreal-40-01-00253.pdf">https://www.scielo.br/pdf/edreal/v40n1/2175-6236-edreal-40-01-00253.pdf</a> . Acesso em 05 mar. 2020.	2015	Educação & Realidade
ANDRADE, Samkya Fernandes de Oliveira; ALVES, Railda Sabino Fernandes; BASSANI, Maíne Helen Pereira de Almeida. Representações Sociais sobre as drogas: um estudo com adolescentes em conflito com a lei. <b>Psicologia: Ciência e Profissão</b> , Brasília, v. 38, n. 3, p. 437-449, jul./set., 2018. Disponível em: <a href="https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&amp;pid=S1414-98932018000300437">https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&amp;pid=S1414-98932018000300437</a> . Acesso em: 05 mar. 2020	2018	Psicologia, Ciência e Profissão
MACEDO, Etienne Oliveira Silva; CONCEIÇÃO, Maria Inês Gandolfo. Significações sobre Adolescência e Saúde entre Participantes de um Grupo Educativo de Adolescentes. <b>Psicologia: Ciência e Profissão</b> , Brasília, v. 35, n. 4, p. 1059-1073, out./dez. 2015. Disponível em: <a href="https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&amp;pid=S1414-98932015000401059&amp;lng=pt&amp;tlng=pt">https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&amp;pid=S1414-98932015000401059&amp;lng=pt&amp;tlng=pt</a> . Acesso em: 20 mar. 2020.	2015	Psicologia, Ciência e Profissão
ZEITOUNE, Regina Célia Gollner et al. O conhecimento de adolescentes sobre drogas lícitas e ilícitas: uma contribuição para a enfermagem comunitária. <b>Escola Anna Nery</b> , Rio de Janeiro, v. 16, n. 1, p. 57-63, mar. 2012. Disponível em: <a href="https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&amp;pid=S1414-81452012000100008&amp;lng=pt&amp;tlng=pt">https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&amp;pid=S1414-81452012000100008&amp;lng=pt&amp;tlng=pt</a> . Acesso em: 28 mar. 2020.	2012	Escola Anna Nery Revista de Enfermagem
CONCEIÇÃO, Maria Inês Gandolfo; VENTURA, Carla Arena. Percepção de riscos e benefícios associados ao uso de maconha entre estudantes de Brasília, Brasil. <b>Texto &amp; Contexto – Enfermagem</b> , Florianópolis, v. 28, p. e146, ago. 2019. Edição especial. Disponível em: <a href="https://www.scielo.br/pdf/tce/v28nspe/pt_1980-265X-tce-28-spe-e146.pdf">https://www.scielo.br/pdf/tce/v28nspe/pt_1980-265X-tce-28-spe-e146.pdf</a> . Acesso em: 20 mar. 2020.	2019	Texto & Contexto - Enfermagem
MURILLO-CASTRO, Ligia; MIASSO, Adriana Inocenti. Visión de jóvenes Costarricenses, de zonas rurales, en un programa de rehabilitación, sobre el consumo de drogas. <b>Revista Latino-Americana de Enfermagem</b> , Ribeirão Preto, v. 19, p. 796-803, maio/jun. 2011. Edição Especial. Disponível em: <a href="https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-11692011000700018&amp;script=sci_arttext&amp;tlng=es">https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-11692011000700018&amp;script=sci_arttext&amp;tlng=es</a> . Acesso em: mar. 2020.	2011	Revista Latino-Americana de Enfermagem
ALVARADO-CHACÓN, Roberto et al. Significado del consumo de drogas para las adolescentes de la calle, en la ciudad de Valencia, Venezuela. <b>Revista Latino-Americana de Enfermagem</b> , Ribeirão Preto, v. 19, n. Spe, p. 746-752, maio/jun. 2011. Disponível em: <a href="https://www.scielo.br/pdf/rlae/v19nspe/12.pdf">https://www.scielo.br/pdf/rlae/v19nspe/12.pdf</a> . Acesso em: 01 mar. 2020.	2011	Revista Latino-Americana de Enfermagem
VASTERS, Gabriela Pereira; PILLON, Sandra Cristina. O uso de drogas por adolescentes e suas percepções sobre adesão e abandono de tratamento especializado. <b>Revista Latino-Americana de Enfermagem</b> , Ribeirão Preto, v. 19, n. 2, p. 317-324, mar./abr. 2011. Disponível em: <a href="https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_abstract&amp;pid=S0104-11692011000200013&amp;lng=pt&amp;nrm=iso">https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_abstract&amp;pid=S0104-11692011000200013&amp;lng=pt&amp;nrm=iso</a> . Acesso em mar. 2020	2011	Revista Latino-Americana de Enfermagem
GIL, Hilda Luz Bolaños et al. Opiniões de adolescentes sobre o consumo de drogas: um estudo de caso em Lima, Perú. <b>Revista Latino-Americana de Enfermagem</b> , Ribeirão Preto, v. 16, p. 551-557, jul./ago. 2008. Disponível em: <a href="https://www.scielo.br/pdf/rlae/v16nspe/pt_08.pdf">https://www.scielo.br/pdf/rlae/v16nspe/pt_08.pdf</a> . Acesso em: 05 mar. 2020. Edição especial.	2008	Revista Latino-Americana de Enfermagem

<p>SILVA, Éder Dias da; PADILHA, Maria Itayra. Atitudes e comportamentos de adolescentes em relação à ingestão de bebidas alcoólicas. <b>Revista da Escola de Enfermagem da USP</b>, São Paulo, v. 45, n. 5, p. 1063-1069, out. 2011. Disponível em: <a href="https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&amp;pid=S0080-62342011000500005">https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&amp;pid=S0080-62342011000500005</a>. Acesso em: 08 mar. 2020.</p>	2011	Revista Escola de Enfermagem da USP
<p>VÁZQUEZ, María de Jesús Pérez; OVIEDO, Aracely Díaz, OLALDE, Maria Gloria Calixto. Experiencia vivida de los adolescentes consumidores de drogas: um abordaje fenomenológico. <b>Revista da Escola de Enfermagem da USP</b>, São Paulo, v. 52, p. e03349, 2018. Disponível em: <a href="https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&amp;pid=S0080-62342018000100440&amp;lng=es&amp;tlng=es">https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&amp;pid=S0080-62342018000100440&amp;lng=es&amp;tlng=es</a>. Acesso em: 27 mar. 2020.</p>	2018	Revista Escola de Enfermagem da USP
<p>FARIA FILHO, Edson Arantes et al. Concepções sobre drogas por adolescentes escolares. <b>Revista Brasileira de Enfermagem</b>, Brasília, v. 68, n. 4, p. 457-63, maio/jun. 2015. Disponível em: <a href="https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&amp;pid=S0034-71672015000300517&amp;lng=pt&amp;tlng=pt">https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&amp;pid=S0034-71672015000300517&amp;lng=pt&amp;tlng=pt</a>. Acesso em: 03 mar. 2020.</p>	2015	Revista Brasileira de Enfermagem
<p>CHIMELI, Isabela Vieira et al. A abstração do risco e a concretude dos sujeitos: uma reflexão sobre os comportamentos de risco. <b>Physis: Revista de Saúde Coletiva</b>, Rio de Janeiro, v. 26, n. 2, p. 399-415, abr./jun. 2016. Disponível em: <a href="https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-73312016000200399&amp;script=sci_abstract&amp;tlng=pt">https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-73312016000200399&amp;script=sci_abstract&amp;tlng=pt</a>. Acesso em: 05 mar. 2020.</p>	2016	Physis: Revista de Saúde Coletiva

## **ANEXO B – Perguntas norteadoras para as entrevistas**

- Como olha para a própria adolescência;
- Como foi o início do uso de cada substância utilizada;
- Diferenças entre uso solitário ou em grupo;
- Hábitos, rituais e/ou eventos associados ao uso;
- Momentos em que se preocupou com o uso;
- Cenas, eventos ou histórias que marcaram o uso feito na adolescência;
- Situações inusitadas vivenciadas “em” uso de drogas;
- Como o paradigma proibicionista atravessa a experiência?

### ANEXO C – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Você está convidado a participar da pesquisa Drogas na adolescência: que experiência foi essa?” (título provisório), realizada por Marina Decot Sdoia, aluna do curso de mestrado do Programa de Estudos Pós-Graduados em Psicologia Social da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, orientanda da Prof. Dra. Maria Cristina Gonçalves Vicentin. O objetivo dessa pesquisa consiste em investigar a experiência do uso de drogas na adolescência na perspectiva de adultos que, em suas adolescências, vivenciaram diferentes modos de uso, em diferentes contextos. Ao aceitar fazer parte desta pesquisa, você será convidado(a) a participar de entrevistas sobre o tema, que poderão ser gravadas (áudio) de modo a facilitar o registro das informações pela pesquisadora. A pesquisadora compromete-se e assegura que:

- a) A aceitação não implica que você estará obrigado(a) a participar, podendo interromper sua participação a qualquer momento bastando, para tanto, comunicar à pesquisadora;
- b) Os riscos da participação são mínimos, mas caso ocorram quaisquer constrangimentos ou desconfortos estaremos disponíveis para dar o apoio que o/a participante necessitar;
- c) A sua participação é voluntária, neste caso não forneceremos quaisquer formas de remuneração;
- d) Na apresentação da pesquisa para a comunidade científica seu nome será substituído por um pseudônimo de modo a garantir seu anonimato;
- e) Você é livre para concordar ou não com este termo e tem o direito de recusar-se a participar ou abandonar o estudo a qualquer tempo sem quaisquer prejuízos.

Eu, \_\_\_\_\_, após ter sido devidamente esclarecido, concordo em participar do estudo.

O presente termo é assinado em duas vias, ficando uma em seu poder.

São Paulo, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20\_\_\_\_\_.

\_\_\_\_\_  
Participante

\_\_\_\_\_  
Marina Decot Sdoia  
(marina.decot@gmail.com)